



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

DERRUBANDO OS MANTOS PURPÚREOS E AS NEGRAS
SOTAINAS (SERGIPE DEL REY NA CRISE DO ANTIGO
SISTEMA COLONIAL – 1763-1823)

Fernando Afonso Ferreira Júnior

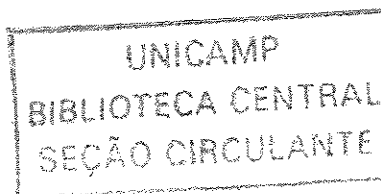
Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da UNICAMP
para obtenção do título de Mestre em
História Econômica, sob a orientação do
Prof. Dr. Fernando Antonio Novais.

*Este exemplar corresponde ao original da
dissertação defendida por **Fernando
Afonso Ferreira Júnior** em 12/02/2003 e
orientada pelo **Prof. Dr. Fernando
Antonio Novais**.*

CPG, 12/02/2003



Campinas, 2003



UNIDADE	HC
Nº CHAMADA	F413d
V	EX
TOMBO BC	54557
PROC.	124103
C ☐	D ☒
PREÇO	881100
DATA	01/11/07/03
Nº CPD	

CM00186564-1

413 10 29502

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

F413d

Ferreira Junior, Fernando Afonso.

Derrubando os mantos purpúreos e as negras sotaínas :
Sergipe Del Rey na crise do antigo sistema colonial (1763-1823) /
Fernando Afonso Ferreira Junior. -- Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Fernando Antonio Novais.

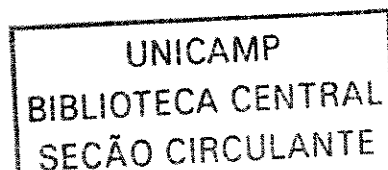
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campi-
nas. Instituto de Economia.

1. Escravos – Sergipe. 2. Sergipe – Historia. 3. Sergipe -
Período colonial – 1763-1823. I. Novais, Fernando A. (Fernando
Antonio). II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Economia. III. Título.

00324026

“São os sinais dos tempos, que não deixam encobrir por mantos purpúreos ou negras sotainas. Não significam a ocorrência de milagres amanhã. Eles mostram, como as classes dominantes já começam a pressentir que a sociedade atual não é um ser petrificado, mas um organismo capaz de mudar, constantemente submetido a processo de transformação”.

Karl Marx, O Capital, Prefácio da 1ª Edição.



Abreviaturas

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia (Salvador).

APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe (Aracaju).

AJUD – Arquivo Geral do Judiciário – Poder Judiciário do Estado de Sergipe (Aracaju).

IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (Aracaju).

IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (Salvador).

NG – Número Geral.

UFBA – Universidade Federal da Bahia.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

USP – Universidade de São Paulo.

Agradecimentos

Mona, Monalisa Valente, é minha comparsa de horas maravilhosas, de horas tristes, de horas nem maravilhosas nem tristes, e é muito bom estar com ela há tantas horas. Líamos Machado e tratamos de não ter filhos, apenas pesquisar. Assim, nascem, ao mesmo tempo, nossas dissertações de mestrado e depois, se a história não nos pregar peças, vamos parir, também juntos, nossas teses de doutoramento. A sua leitura dedicada, em todas as versões possíveis e impossíveis deste texto, desde o projeto, fizeram-no melhor, mais claro. Nosso amor, nosso companheirismo, nossa luta estão inseridos aqui nesse texto e em sua pesquisa sobre o Modernismo baiano.

Poderia criar um elenco de agradecimentos óbvios ao Prof. Dr. Fernando Novais. Meu orgulho discreto em ser seu orientando e a dimensão inominável desta orientação compensam a sua lotada agenda. Gostaria de pontuar apenas, ou principalmente, algo que, aos olhos daqueles não totalmente integrados à Academia, poderia parecer óbvio: Novais consegue, com todo o cetro, ser uma pessoa agradável, simpática, divertida e, principalmente, nunca diferenciar seus orientandos pela sua origem, raça, sexo, formação, classe. Agradeço a ele, com a preocupação de deixá-lo avisado que não será o último dos agradecimentos, pelo menos não antes do doutoramento.

Meus pais, Fernando e Luci lutaram toda uma vida para me possibilitar uma educação que, embora pública, sempre foi especial, pois eu estava sob seus olhos atentos e orgulhosos quando cada passo era realizado. Eles continuam a ser as mesmas pessoas simples e continuam ensinando-me, a cada dia, coisas que nem eles mesmos podem imaginar. Minha mãe, em especial, renasceu durante essa pesquisa, depois de um acidente vascular cerebral e espero que o momento da minha defesa seja tão especial para ela como foi vê-la sair, com vida, daquela infame UTI.

Todos os meus parentes preenchem parte de mim: minhas irmãs, Nanci e Luciene; meus cunhados, Clerton e Jefferson e meus queridos sobrinhos, todos sergipanos: Tony (Antônio Teles), Michele, Bruno, Tiago, Lari (Larissa) formam minha base distante. Meus avós, Terezinha Muhlert, Moacir Muhlert, Raul Afonso (*in memoriam*) e Ana Afonso (*in memoriam*); meus tios e primos; Dentre todos os meus parentes, Nanci e Clerton, Tony e Bruno me ajudaram na pesquisa em seus mais diversos sentidos: Nanci e Clerton correram atrás de livros, em Sergipe, para me enviar cópias quando essa pesquisa não era nem um projeto;

Tony me acompanhou por toda Aracaju atrás de professores que tratassem do período, além de tentar ler alguns documentos nos principais arquivos; Bruno possuía uma poderosa e fantástica carteira da biblioteca da UFS – Colégio de Aplicação, que me ajudou bastante na pesquisa bibliográfica específica de Sergipe. Gilsa e Alexandre, meus tios, num momento importante dos meus estudos, incentivaram e financiaram minha viagem à Pojuca-BA, além de uniformes e roupas para que eu ficasse no internato do Colégio Técnico da Fundação José Carvalho. Aproveito para agradecer a todos os professores da Fundação José Carvalho e, especialmente, a Risonete Batista, a Marcelino Teodoro e a Nanci Rita. Toda a família de Mona, especialmente, seu Zai (Zacarias) e D. Marisa, meus sogros, merecem um destaque.

Não consigo agradecer ao Prof. Dr. Victor Meyer sem jogar, sobre o teclado, lágrimas de saudade. Ex-orientador e amigo eterno, teve que sair de cena e, nem ao menos conseguiu ver concretizado o seu sonho, depois nosso sonho de levar a POLOP à presidência. Ele não cumpriu a sua parte do trato, lendo minha dissertação de mestrado, mas eu também nunca terei condições psicológicas de cumprir a minha, ler sua tese. Continuo aqui, seguindo-o de perto, nessa dura e ingrata batalha de ver pessoas fantásticas saírem sem adeus. Adeus!

A todos os professores da Unicamp e, em especial, àqueles com quem realizei disciplinas: Profa. Dra. Wilma Perez, Prof. Dr. Rui Graziereira, Prof. Dr. João Quartim de Moraes, Prof. Dr. Mario Rapoport (convidado da Universidade de Buenos Aires), Prof. Dr. Luciano Coutinho, Prof. Dr. Frederico Mazzuchelli, Profa. Dra. Eugenia Leone. Dentre eles, faz-se necessário destacar o Prof. Dr. Jobson Arruda, bem como a Prof. Dra. Lígia Osório, pelas diversas contribuições, além de terem participado da banca de qualificação.

Quem me deu a *idéia de consciência e juventude*, jamais conseguiria ficar *em casa guardado por Deus, contando o viu metal* e decidiu, ele próprio *saltar fora do barco*. José Roriz, professor do Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, de Aracaju, deixou vivo em cada um dos seus jovens alunos o gosto pela história, um pouco de consciência política e, em mim, em particular, a obsessão em estudá-la.

O Prof. Sílvio Humberto incentivou-me a vir a Campinas, leu meu projeto e, graciosamente, apresentou-me ao Prof. Dr. Fernando Novais, ainda em Salvador, no Arquivo Público do Estado da Bahia. Como se não bastasse, agradeço também, aos outros tantos professores da UCSAL e da UFBA, pela minha formação. Em especial, destaco além de Victor e Sílvio, a figura singular do saudoso professor da UFBA, Zé Roberto.

Ao Prof. Dr. Luiz Mott devo orientações bibliográficas e referências dos caminhos que eu poderia seguir numa pesquisa sobre Sergipe, além de um interesse sempre constante em se manter inteirado sobre o desenvolvimento da pesquisa. Ao Prof. Dr. Stuart Schwartz também devo orientações, referências bibliográficas e fontes sobre Sergipe Del Rey.

Vários são os amigos que nos incentivaram nesta empreitada a Campinas: Jonas Duarte, o considero um irmão, além de ser um historiador e conterrâneo, sempre disposto a debater até a manhã do dia seguinte sobre a historiografia baiana e de me relembrar a distante Pernambuco. Juliana, Pedro, Maria (Delma), Ió (Iolanda), Eriba (Eriberto), Heron, Paty (Patrícia), Sandra, Mila (Milena) também me permitiram conversas agradáveis, além de estadias em Salvador. Su (Suzana Oliveira) abrigou-nos, deu carinho e guiou-nos quando chegamos em Campinas. Outras pessoas foram carinhosas companhias em terra estranha, proporcionando um meio rico em discussões: Karen (Karina), Aninha (Ana), Cauê, Manu (Emmanuel Roberto), Wilson's e suas respectivas esposas, Fran e Tétis; Lillian, Décio e uma lista interminável de nomes.

À Adenóide, Adna Cândido de Paula, a quem devo os comentários preciosos, tanto no relatório de qualificação, quanto na dissertação. E, principalmente, pelo fato de ser uma amiga sempre presente. A Sílvia Corrêa Marques devo valiosos e calorosos debates historiográficos, bem como, comentários, sugestões e correções na dissertação. O Zé, José Mário Aleluia, alegre companhia baiana em terras capineiras, fez comentários no relatório de qualificação que até hoje compõe o texto final. O Professor e amigo Jorge Moriyama corrigiu quase na íntegra o meu inglês-pernambucanês-barroco, embora delicadamente diga que só fez pequenas alterações.

Em Sergipe, a pesquisa rendeu-me a amizade de uma pessoa especialíssima, José Mário Rezende, a quem devo comentários, dicas, livros, cópias, indicação bibliográfica, documentação, e sua agradável presença, na não menos agradável Aracaju. Também agradeço ao Prof. Dr. Passos Subrinho, na época, vice-reitor da UFS, que nos recebeu, eu e Monalisa, com muita atenção naquela Universidade, além de enviar-me sua tese publicada. Maria Thétis Nunes recebeu-me com imensa cordialidade, no IHGS, onde assume hoje a cadeira de presidente. As críticas que foram realizadas no decorrer desse estudo, se é que são críticas, foram conseqüências de uma exaustiva e preciosa análise realizada no seu não menos exaustivo e precioso estudo.

Aos funcionários e colaboradores de todos os arquivos públicos, principalmente os do AJUD, APES, APEB que se desbandeiravam com pacotilhas empoeiradas a subir e descer escadas tão ou quase coloniais como o material que possuíam em mãos. Aos funcionários de todas as bibliotecas, em especial, as do IE, IFCH e IEL que sempre me atenderam com cordialidade e carinho. A todos os funcionários do IE e, especialmente, a Alberto, Celso e Cida.

Agradeço a Capes que financiou esta pesquisa por 4 meses e também à Pró Reitoria de Pesquisa – FAEP, que possibilitou a primeira visita para localização dos documentos, a Aracaju e Salvador, bem como a compra de uma máquina fotográfica digital para o IE, utilizada para copiar a documentação.

Agradeço com destaque à FAPESP – Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de São Paulo, que financiou essa pesquisa por 20 meses, pois sem ela esse estudo teria ficado menos rico, e minha vida bem mais complicada. Agradeço também aos funcionários da mesma, que me atenderam sempre de forma cordial e estavam sempre dispostos a dirimir dúvidas, quando elas existiram. Agradeço à figura anônima de meu/minha parecerista, que não se absteve de realizar comentários valiosos para o desenvolvimento dessa pesquisa e que, de tão importantes, mereceriam um agradecimento especial, o que se vê, em parte, impossibilitado pelo anonimato.

Agradecer é uma forma de reconhecer que essa pesquisa é muito mais que o produto de um curso de mestrado, mas uma história de vida, de vidas diversas, de mulheres e homens que morreram sonhando e ousando revolucionar esse Mundo. A cada linha escrita, a cada esperança renovada, a cada estrela que teima em brilhar em corações vermelhos e ensangüentados está por trás uma falange de pessoas intencionadas em transformar essa sociedade em algo melhor. Assim, agradeço a Karl Marx na representação de todos que diretamente e indiretamente escreveram e/ou participaram da história com esse sentido.

Resumo

A crise do antigo sistema colonial generaliza-se pelo Mundo Ocidental de diversas formas, em diferentes contextos e assumindo as características de cada uma destas sociedades. Sergipe Del Rey vivenciara-lhe de várias formas, reproduzindo o cenário da colônia nos seus diversos contextos, desde o clima de desordem que fundava e sustentava a colônia, passando por transformações administrativas. Isto no sentido de amenizar os conflitos sociais que transbordavam no período e que culminava, dentre outras coisas, na resistência negra à escravidão, com todas as possibilidades de se realizar uma grande revolução escrava no Brasil e de se implantar um governo próprio e controlado pelos escravizados. Sergipe não ficaria nem ao menos de fora da guerra que se travou entre o exército colonial português e o exército libertador, e das consequências que essa disputa inseria no futuro político da insipiente nação que se instituía, e na nova província que se desgarrava da Bahia.

Abstract

The ancient colonial system spread out all over the Occidental World in many ways, in different contexts and taking the characteristics of each one of those societies. Sergipe Del Rey experienced this in many ways, reproducing the scenery of the colony in its different contexts, from the disorder environment which founded and sustained the colony, passing by administrative changes in order to soften the social conflicts which overflowed that moment and culminated, among other things, in the black resistance against the slavery system, with great possibilities of making a big slave revolution in Brazil and installing a government of their own and ruled by the (ex) slaves. Sergipe wouldn't even be apart of that war between the Portuguese colonial army and the liberation forces nor even would be free from the consequences which that dispute would insert for the political future of the newborn nation and the new province that released itself from Bahia.

Índice

1	<u>Abrindo o pano.....</u>	1
2	<u>Da produção material à formação libertária.....</u>	9
2.1	<u>O Engenho e o Senhor</u>	9
2.2	<u>A produção para o mercado.</u>	17
2.3	<u>Produção e Distribuição da subsistência.....</u>	34
2.4	<u>Debate Identitário e a Formação Libertária.</u>	44
3	<u>A Era das Revoltas – O Conflito Fora da Senzala.....</u>	55
3.1	<u>O Exército Colonial, Desordem ou Controle Social.....</u>	56
3.2	<u>Da Rebelião à Revolução – Revoltas, Protestos, Murmúrios... ..</u>	69
3.3	<u>A Igreja e as mulheres: Presença “Moral”, Social, Política e Ideológica.....</u>	81
3.4	<u>As Idéias Fora do Lugar, Ordenando a Desordem.....</u>	93
4	<u>O Espectro de São Domingos Ronda Sergipe.....</u>	101
4.1	<u>A condição do negro livre e escravo.....</u>	102
4.2	<u>Ideologia do conflito: Liberalismo, Escravismo ou Não-escravismo?</u>	119
4.3	<u>O Espectro de São Domingos: “Haitianismo”.....</u>	134
4.4	<u>A luta dos extremos.....</u>	144
5	<u>A Independência Política.....</u>	157
5.1	<u>De Pombal a Burlamarqui: Entre a Dependência e a Independência Política.....</u>	158
5.2	<u>A Corte Inverte o Sentido: Nova Dependência à Bahia.....</u>	171
5.3	<u>O Exército Libertador e a Independência Política Definitiva.....</u>	184
5.4	<u>Considerações Finais.....</u>	192
6	<u>Anexos</u>	197
7	<u>Fontes e Referência Bibliográfica.....</u>	211

Descrição da Cidade de Sergipe Del Rey

*Três Duzias de cazebres remendados,
Seis becos de mentrastos entupidos,
Quinze soldados rotos e despídos,
Doze porcos na praça bem criados.*

*Dois conventos, seis frades, três letrados,
Um juiz com bigodes sem ouvidos,
Tres presos de piolhos carcomidos,
Por comer dois meirinhos esfamado*

*Damas com sapatos de baetas,
Palmilha de tamanca como frade,
Saia de chita, cinta de racheta.*

*O feijão, que só faz ventozidade,
Farinha de pipoca, pão que greta,
De Sergipe D'el-Rei esta é a cidade.*

Gregório de Mattos¹

1 Abrindo o pano.

Não só de mentrastos os becos eram entupidos no final do século XVIII e início do XIX. Neste período, Sergipe passava por uma transformação profunda: já não era a mesma da época de Gregório de Mattos, pois crescia ao ritmo da prosperidade da cana-de-açúcar e o amadurecimento do pensamento rebelde associava-se ao clima mundial, proporcionado pelas revoluções liberais. Esta situação gerava outras tantas mudanças na sociedade e, por conseguinte, uma nova forma de compreender aquela sociedade. Velhos valores passaram a ser questionados e, com ele, a subordinação de Sergipe à capitania da Bahia: fazia-se necessário romper os vínculos culturais, econômicos, políticos e sociais, deixar de ser o Sergipe distante, tirar os porcos das praças, vestir os soldados, reformar os casebres... mas por que justamente em 1820, próximo ao processo de Independência do Brasil?

O avanço econômico que vivenciaria Sergipe poderia até ser a explicação mais considerável. Poderíamos, inclusive, comparar esse crescimento, e o faremos, com a precária condição administrativa

¹ Gregório de Mattos, Obras de Gregório de Mattos, IV Satírica, Rio de Janeiro, Oficina Industrial Gráfica, 1930, p.70.

em que se encontravam as “vilas da comarca de Sergipe”, por não passar de “um agregado de casas fechadas: [onde] os habitantes que vivem na povoação são pobres, há apenas um pároco, o escrivão e alguns oficiais de justiça”². Entretanto, só esta explicação não basta. Este crescimento econômico, por si só, e se ordenado, jamais seria suficiente para justificar a separação, a não ser pelas suas conseqüências, pois, por outro lado, aumentaria proporcionalmente o interesse da Bahia em manter anexa uma área próspera, ampliando assim o seu poder.

O primeiro governador de Sergipe, Carlos Burlamarqui, ao fazer o balanço sobre os acontecimentos ocorridos em 1821, em sua *Memória Histórica e documentada dos sucessos acontecidos em Sergipe Del Rei*, demonstra que “há mais de dez anos” Sergipe pleiteava a Independência, “o que não se efetuou por não convir”³. Quem pleiteava a Independência? Qual o significado da expressão “não convir”? A quem? Por quê?

Eis uma história a ser contada: a de uma pequena região que hoje forma um pequeno Estado esquecido, relegado, enfim, ainda distante da historiografia brasileira. Mas como torná-lo próximo? Para isso, fez-se necessário complementar as análises existentes, associar aos “segredos internos”, os segredos externos. Fazer uma história de Sergipe, inserindo-o no contexto geral. Esse passou a ser o nosso objetivo principal que, em última instância, numa ampla visão, remete-nos às revoluções liberais e à crise⁴ do antigo sistema colonial.

A realidade específica de Sergipe auxiliou-nos a entender ou solidificar esta análise sistêmica ou, mais especificamente, a identificarmos diretamente os elementos da crise e do regime de exploração, este último começando a ser questionado. A Capitania sofreu, assim como todo o Brasil, neste período, um turbilhão de interesses: conflito entre Portugal e esta Colônia, entre a monarquia e as idéias

² AHU, Bahia, N.Doc. 20852, 26 de abril de 1799.

³ Carlos César BURLAMARQUI, *Memória Histórica e documentada dos sucessos acontecidos em Sergipe Del Rei*, Anexo

⁴ “Crise do sistema colonial é, portanto, aqui entendida como o conjunto de tendências políticas e econômicas que forcejavam no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam as colônias ultramarinas às metrópoles européias. Elas se manifestavam no bojo da crise do Antigo Regime, variando e reajustando-se ao ritmo daquela transformação. Isto significa, desde logo, que tal crise pode perfeitamente coexistir com uma etapa de franca expansão da produção e do comércio colonial, como é o caso do sistema colonial português desta época.”, Fernando Antônio NOVAIS, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 6ª Edição, Ed. Hucitec, São Paulo, 1995, p. 13; “Definimos a conjuntura final do século XVIII e início do século XIX em termos de prosperidade mundial e portuguesa”, José Jobson de A. ARRUDA, *O Brasil no Comércio Colonial*, Col. Ensaios – 64, São Paulo, Editora Ática, p.331; “Não se pode falar em decadência de Portugal nesse período [ultimo terço do século XVIII], José Jobson de A. ARRUDA, *O sentido da colônia, revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil* In: *História de Portugal*, José TENGARRINHA (org.), Bauru, SP, Edusc; São Paulo, SP, UNESP; Portugal, PO, Instituto Camões, 2000, pp.175. Até Caio Prado Jr., que ainda assumia a teoria dos ciclos, fala do período como sendo de prosperidade: “Já nos primeiros anos do século passado reconquistava e superava mesmo o nível atingido cem anos antes, e que de então em diante não fizera mais que declinar”, Caio PRADO Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, São Paulo, Brasiliense, Publifolha, 2000, p.68.

constitucionais, entre o liberalismo e o colonialismo e, principalmente, foi palco de uma intensiva resistência escrava contra os desmandos do senhorio. Graças a isso, ela foi declarada independente da Bahia em 1820, por D. João VI, retornou à condição de dependência em 1821, como consequência da revolução portuguesa, para apenas se tornar definitivamente independente, em 1823, após a invasão do General Labatut.

Essa enchente de decretos e invasões demonstra não se tratar apenas de uma luta política interna entre os interesses baianos e sergipanos, entre a pequena burguesia e os senhores de engenho, mas o resultado destes fatores internos associados a um momento histórico de transformação no mundo ocidental, e a tantos outros conflitos desencadeados por aquela sociedade. Portanto, não negamos a existência de um anseio pela autonomia em Sergipe, pois parece claro que o crescimento e prosperidade das cidades fizessem com que as suas damas quisessem se vestir melhor, os seus presos fossem tratados de forma mais segura, que a administração local tivesse maior autonomia e eficiência. Ou seja, que os bigodes fossem trocados por ouvidos e, principalmente, que os senhores de engenho pudessem aferir maiores lucros. Mas a pergunta continua: por que em 1820?

Entender Sergipe como elemento partícipe da crise do antigo sistema colonial, foi o elemento precípua desta pesquisa, pois acreditamos, assim, poder elucidar o questionamento inicial e/ou novos questionamentos que surgiram no decorrer do estudo. Os mantos purpúreos perdiam força e uma outra forma de acumulação substituíva, gradativamente, a exploração colonial. O crescimento do mundo capitalista forçava a destruição, gradativa, do sistema de acumulação colonial e, por consequência, das suas instituições políticas, econômicas e sociais, revelando assim, inclusive, os “seis frades” sem suas “negras sotainas”, numa ampliação do pensamento laico.

Dialeticamente surgem, dessa inserção de Sergipe no contexto da crise novos elementos para ratificarmos ou negarmos as argumentações existentes e, essencialmente, elucidarmos que a crise, por ser do sistema, possuía facetas e consequências que se generalizavam em cada espaço. da sua forma. Apresentemos, então, uma delas: o momento histórico, em Sergipe, se inseriu como uma luva para entendermos a crise do antigo sistema colonial: os principais produtos da região eram também os principais produtos coloniais, tais como açúcar, algodão e tabaco; a capitania ficara independente da Bahia, dentro do processo de Independência do Brasil e, portanto, era duplamente subjugada à metrópole e ao vizinho; e, principalmente, estava recheada de conflitos sociais das mais diversas ordens. Para completar, não possuía uma estrutura de coação tão eficiente, revelando-nos um nicho de rebeldia. Enfim, saltava aos olhos um pequeno Brasil, ou melhor, uma parte dele que, embora não se apresentasse com

grande força política interna, e sem uma identidade inteiramente definida, tornou-se independente. E, a princípio, queríamos saber apenas, *por quê?*

Neste aspecto, de uma identidade própria, nosso exemplo se aproximava cada vez mais do Brasil, misturando os dois processos de independência. Assim, concebemos que, para entender a Independência de Sergipe, é preciso inseri-la como parte da Independência do Brasil. Desta forma, a “base que lastreia o fenômeno” fazia-nos voltar ao nosso ponto de origem: a crise do antigo sistema colonial.⁵ Somente através de um argumento geral, conseguiremos explicar por que, num momento de prosperidade econômica, o sistema era questionado politicamente, mesmo que, em determinados momentos, este mesmo argumento geral nos surpreendesse. No fundo, esse sistema em crescimento (econômico) auxilia, inclusive, o entendimento da exploração metropolitana e é contra esta exploração que verificamos um aumento dos ideais revolucionários⁶.

Sergipe fortalecia a economia da Bahia: fornecia materiais básicos como a carne e a farinha de mandioca, possuía uma quantidade significativa de engenhos⁷, ampliava o poder da região. Por outro lado, essa relação de dependência limitava as possibilidades políticas da sociedade sergipana. Além disso, vinculava, atrelava e moldava o sistema produtivo de Sergipe aos capitais que circulavam na cidade de São Salvador e, principalmente, ao comércio da cidade ou, mais especificamente, ao seu porto.⁸ Essa dependência, principalmente comercial, permanece em Sergipe, mesmo após a sua independência política, mesmo após a mudança da capital para próximo do porto – fundação de Aracaju –, mesmo nos primeiros anos da República⁹ e é difícil dizer que ela não seja importante nos dias atuais. Logo, como justificar o processo de separação? Ou mesmo, como atribuir aos aspectos econômicos esta separação, se as duas regiões continuaram relacionadas economicamente? No fundo, as reformas administrativas não devem ser por si valorizadas, mas pelo que elas representam, pois modificavam apenas sensivelmente a estrutura de

⁵ “É dela que se deve partir, se se quer compreender a independência do Brasil de forma a ultrapassar uma visão superficial dos eventos; o mecanismo de fundo oferece o quadro estrutural, e, por meio de aproximações sucessivas, podemos focalizar outra vez os acontecimentos da separação entre a metrópole e a colônia. Tentemos, então, o caminho dessa reaproximação”, Guilherme MOTA & Fernando NOVAIS, A Independência Política do Brasil, São Paulo, Moderna, 1986, p.11.

⁶ “E, no limite, a ligação com a metrópole, não só é ilegítima, é vista como dominação, exploração: rica de recursos, a colônia vive “na maior miséria”, porque “a Europa, como esponja”, lhe explora toda a substância.”, Fernando A. NOVAIS, Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), 6ª Edição, Ed. Hucitec, São Paulo, 1995, pp.173-174.

⁷ “Em 1759 a Bahia contava com 122 engenhos e Sergipe 44. Em 1798, a região alcançava o total de 400 unidades, sendo 260 na Bahia. Já em 1820, o número de moendas estava em torno de 500.”, Vera Lúcia Amaral FERLINI, Terra, Trabalho e Poder: O Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial, São Paulo, Brasiliense; [Brasília], CNPQ, 1988, p.93.

⁸ “Era, assim, grande a dependência econômico financeira em que se encontrava Sergipe do comércio da Bahia, aspecto que desempenhará grande papel no processo da independência”, Maria Thetis NUNES, História de Sergipe, a partir de 1820, 1º Volume (1820-1831). Rio de Janeiro, Ed. Cátedra, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, p. 27.

controle já montada, seja quando forcejava no sentido de associar a Bahia a Sergipe ou no sentido oposto. Intrínseco a essas reformas, encontra-se um profundo processo que se faz necessário entender e que discutiremos durante este estudo. Ao tornar-se capitania subordinada, quando tratamos de Sergipe ou quando o governo é transferido da Bahia para o Rio de Janeiro, a estrutura se mantém: “nothing else needed to be transferred – neither administrative agencies, nor courts, nor personnel, nor files, nor furniture, for all were already duplicated in Rio de Janeiro”¹⁰. Portanto, essas reformas vêm ampliar a base administrativa, mantendo aquilo que a sustentava anteriormente.

Na busca de delimitar a importância da capitania subordinada e afastar explicações simplistas que só conseguem conceber crise sob a ótica do setor produtivo, os dados relacionados a essa produção, e demonstrados posteriormente, indicavam não se tratar apenas de um adendo irrelevante. Os números, embora desconfiáveis, em virtude do período histórico, passavam a demonstrar que Sergipe era uma das mais importantes regiões produtivas da colônia. A partir desta constatação, passamos a entender a região como algo mais que “dois conventos, seis frades, três letrados”.

O fato é que a separação veio, e nos fez deparar com um momento especial. Talvez a dependência continuasse, mas nada seria como antes, mesmo porque as relações de dependência se transformaram. Portanto, não passaríamos ilesos às revoluções liberais e se embora a nossa solução tivesse um caráter fortemente reacionário, já não seríamos o mesmo Sergipe, já não seríamos o mesmo Brasil. Romperíamos laços que, no futuro, marcariam a história. O Brasil quebra a relação colonial, Sergipe cria uma estrutura política própria e, provavelmente sem a qual não conseguiria romper com laços futuros. O fato é que este é um momento de ruptura, e “certos problemas importantes não podem ser estudados, exceto na presença e em função de momentos de erupção, que não apenas trazem à luz muita coisa normalmente latente, como também concentram e ampliam os fenômenos para o benefício do estudioso, geralmente multiplicando – o que não é a menor de suas vantagens – nossa documentação a seu respeito”¹¹, mas também amplia os percalços causados pelas múltiplas relações políticas em jogo.

Para evitar esses percalços, buscamos remontar a sociedade sergipana e, principalmente, seus conflitos. Nossa *Odisséia* partiu das redondezas do Vaza-Barris a amplos e vários caminhos, fazendo-nos assim, aportar em lugares diversos, principalmente naqueles em que o debate da crise do antigo regime

⁹ Cf. Terezinha Oliva SOUZA, *Impasses do Federalismo Brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, Aracaju, UFS, 1985.

¹⁰ Dauril ALDEN, *Royal Government in Colonial Brazil – With Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1968, p. 43-4.

está em todas as tabernas da beira do cais. Tentamos nos livrar dos corsários da história, mas, quando não possível, melhor foi realizar uma associação cautelosa, como exigia a época e o período: “Quando não se pode destruir os corsários, a boa política exige que se faça acordo com eles.”¹² Alguns portos foram eleitos e sabemos, antecipadamente, que muitos outros deixaram de ser visitados e, mesmo nos mais importantes como o da Bahia, poderíamos nos ter detido por mais tempo. Cumprimos o objetivo de conhecer o mínimo do centro de poder: a Bahia e sua relação de controle para com Sergipe Del Rey. Estabelecido o mapa geral, nossa viagem partiu da situação específica de Sergipe para compreender todo o processo e, dialeticamente, avaliamos a situação específica da capitania subordinada¹³. Ou seja, na medida das possibilidades e especificidades de cada estudo, o materialismo histórico nos serviu como bússola.

Em solo Sergipano, também foram eleitos alguns aspectos: levantar a condição da vida material, tendo como enfoque, o senhor de engenho. Elemento este que gerou o primeiro capítulo: *Da Produção Material à Formação Libertária*; partimos, então, para a realização de uma análise social, englobando os elementos subjugados pelo grande produtor, o que nos rendeu dois capítulos: um deles, *A Era das Revoltas, O Conflito Fora da Senzala*, buscamos resgatar a desestabilização criada pelas relações sociais coloniais entre as classes sociais intermediárias – nem senhores, nem escravos; e outro, que em virtude da polarização e das possibilidades de uma grande revolta escrava mereceu capítulo especial: *O Espectro de São Domingos Ronda Sergipe*, onde analisamos a condição do escravo e a luta entre as classes extremas.

¹¹ Eric HOBBSBAWM, *Da História Social à História da Sociedade* In: Sobre História-Ensaio, Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1998, p.101.

¹² Panckoucke a Beaumarchais, sobre Voltaire, 10 de março de 1781, ms. Fr. D.31, Bodleian Library, Oxford apud Robert DARTON, O Iluminismo Como Negócio-História da Publicação da ‘Enciclopédia’ 1775-1800, Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1996, p.115

¹³ Evitamos tratar o específico como sendo regional, talvez por uma questão etnológica, talvez pela carga política e pelo profundo debate existente em torno do termo e que, nem de longe, compõe o quadro de possibilidades dessa pesquisa. Talvez e simplesmente, pois em si essa diferenciação propicia consequências desastrosas para aqueles que enfocam e elegem determinados espaços geográficos como produtores de estudos tão particularmente distantes que, apenas por isso, são passíveis de possuírem o rótulo. Sergipe, para o autor da pesquisa, segue o velho padrão já tão destacado nos estudos sobre o regionalismo: “como dizia a senhora portuguesa de quem a esposa de Rui Barbosa comentava o sotaque: – Pois minha rica senhora se a língua é minha, o sotaque é seu...Moral da história: o sotaque é sempre do outro!”, Mariza LAJOLO, *Regionalismo e História da Literatura: quem é o vilão da História* In: Historiografia Brasileira em Perspectiva, Marcos Cezar de FREITAS (Org.), 4ª edição, São Paulo, Contexto, 2001, p. 297. Em última instância, essa diferenciação entre o regional e o cosmopolita, como bem destaca Antônio Cândido quando trata da literatura brasileira, acaba sendo potencializada pela necessidade de realizarmos uma definição e separação daquilo que podemos enquadrar em cada localidade, mas em verdade “vemos quase sempre um âmbito menor de oscilação, definindo afastamento mais reduzido entre os dois extremos”, Antônio CÂNDIDO, Literatura e Sociedade, 8ª Ed., São Paulo, T.A.Queiroz/Publifolha, 2000, p. 101. Não estamos com isso, e a pesquisa tenta demonstrar que existem particularidades, defendendo que essas diferenças não tenham um sentido profundo, ou não interfiram de forma consistente na formação de uma sociedade que, ao questionar essas diferenças, constitui também controvérsias acerca da sua própria condição. Não estamos, ao negar o regionalismo, pleiteando uma colônia com características uniformes pois, se assim o fizéssemos, estaríamos amenizando os desequilíbrios regionais, e este estudo segue em outro sentido. Acreditamos,

Depois de analisados estes aspectos e quais os reflexos dessa desestabilidade social sob a sociedade Sergipana, caminhamos definitivamente para o jogo político travado pelas elites. Acreditamos, com isso, não termos o mesmo fim de Burlamarqui, realizando desembarques tranqüilos, mesmo numa época intranqüila. Enfim, poderemos realizar uma análise no plano das idéias e da história política de Sergipe no início do século XIX – *A Independência Política*.

Quantos caminhos poderíamos ter seguido, quanta *farinha de pipoca e pão que greta* tivemos que comer até encontrarmos a praça onde estavam os *porcos bem criados*, Talvez sejam dados impossíveis de serem respondidos, mesmo quando a viagem já exige conclusões mas, ao final, fica a certeza da terra pisada, de ver bandeiras tremulando ao vento, na beira do cais; de ver idéias e ação em união, mesmo que seja o teatro burguês definindo espaços, armando a tenda, treinando os palhaços. Ao final, alguns sonhos serão destruídos: veremos os velhos Napoleões montarem as suas peças¹⁴, mas mesmo assim continuaremos lá, em busca de novos caminhos, traçando viagens, e assim mantendo vivo o sonho das revoluções.

Pretendeu-se com esse trabalho, abrir as portas de uma região pouco explorada, que ainda hoje é rechaçada pelos ilustres vizinhos, mas se abrem também as portas desse mundo revolucionário, que alguns teimam em esquecer. Andar nas ruas da quarta cidade mais velha do Brasil, São Cristóvão, não nos parece tão efusivo quanto às do pelourinho, mas têm a mesma poesia: pisar a história, olhar as janelas dos casarões e sentir que o mundo se transformou, e mesmo que alguns continuem lutando para que ele continue imóvel, ele continua seu trajeto, às vezes lento, às vezes rápido¹⁵. Em Laranjeiras, o trajeto é um túnel de um quilômetro para que os jesuítas fugissem dos bandeirantes... a ação do tempo fechou esse caminho. Qual o nosso papel? Cavar e descobrir outros tantos caminhos que a história trilhou. Faz-se também necessário construir novos rumos, revelar novos túneis – mesmo que estes estejam alicerçados em velhas pedras-sabão –, derrubar Bastilhas, criar novas bandeiras e revoluções. Enfim, fazer o mundo caminhar, como fizemos pelas ruas de Sergipe Del Rey.

porém, que, substituída a expressão, se minuciosamente muda o sentido, evita a associação com formas marginalizadas ao sistema que vem assumindo o termo regional na modernidade.

¹⁴ “Só depois de eliminar seu solene adversário, só quando ele próprio assume a sério o seu papel imperial, e sob a máscara napoleônica imagina ser o verdadeiro Napoleão, só aí ele se torna vítima de sua própria concepção do mundo, o bufão sério que não mais torna a história universal por uma comédia e sim a sua própria comédia pela história universal”. Karl MARX, O 18 Brumário de Luiz Bonaparte, Trad., São Paulo, Ed. Escriba, 1968, p. 80.

¹⁵ “Onipresente, invasora, repetitiva, esta vida material corre sob o signo da rotina: semeia-se o trigo como sempre se semeou; planta-se o milho como sempre foi plantado; prepara-se o solo do arrozal como sempre se preparou; navega-se no mar vermelho como sempre se navegou...um passado obstinadamente presente, voraz, devora monotonamente o tempo frágil dos homens”, Fernand BRAUDEL, Civilização Material Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII, Volume 1 – As Estruturas do Cotidiano: O Possível e o Impossível, Trad., São Paulo, Martins Fontes, 1996, p.16.

2 Da produção material à formação libertária.

*Levaram as pálpebras dos antigos sonhos,
Deixaram somente a memória
E as lágrimas de agora.*

Cecília Meireles¹⁶

É quase impossível pensar o Nordeste colonial sem pensar na cana-de-açúcar; pensar na cana sem lembrar da *Casa Grande & Senzala*. Ou mesmo, sonhar em ser o *Menino de Engenho*, correr pelas fazendas, procurar araquá, tomar banho de riacho, viver sem hora, sem relógio, sem prazos e sofrer quando tudo isso se encerra. Dormir em quartos de paredes imensas, tristes e chamuscadas pela fumaça escura dos candeeiros, ou ajudar a construir paredes, lançando a taipa nas articulações de estacas e cipós, comer tapioca quentinha com coco, fazer guerra de mamona. Mas nem tudo é poesia. O *menino de engenho*, se deixa de ser menino, cede lugar ao senhor, e quantas imagens ruins nos vêm à mente com essa vocação: a encarnação do demônio cristão, com seu ferro quente a marcar corpos, como se fosse o tridente do próprio demo. Aristocrata grosseirão, realizava, em seus domínios, um império; seu pequeno reino a serviço de suas loucuras mais íntimas. Talvez seja o complexo da *Escrava Isaura* que, junto com o *menino de engenho*, estabelecem parte dos laços desta pré-concepção. Mas como entrar nesse mundo colonial, sem sofrer e sentir prazer, fome, dor? Como encarnar o menino, o senhor, o escravo, o feitor se todos já possuem os papéis configurados neste imenso teatro da história? Os antigos sonhos se foram, deixando para nós, somente, ou principalmente, a memória.

2.1 O Engenho e o Senhor

A casa-grande vai tomando os espaços dos casebres, vai tomando o espaço das igrejas e trazendo-as para o seu domínio. Os espaços vão se definindo, e eles são proporcionais aos meios de produção. Ter,

¹⁶ Cecília MEIRELES, Trecho do poema *Infância*, *Flor de Poemas*, 3ª Edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1972, p.157.

possuir, mandar versam o momento e os papéis são bem claros: uma classe dos que mandam, os senhores de engenho, e uma classe dos que obedecem, diríamos todos os outros – negros escravos, negros livres, mulheres, trabalhadores livres, padres, bispos, entre outros¹⁷. Não na mesma proporção de dominação e sofrimento. Neste capítulo, deteremo-nos na produção material e na classe que a controla, para entendermos os limites deste controle, as fragilidades e necessidades geradas pela crise do antigo sistema colonial sobre a camada senhorial. Assim, passamos a narrar histórias com o intuito de, em momento propício, associar a estrutura de controle à realidade social em transformação.

Ao retornar para casa, o Capitão-Mor de Vila Nova, Manoel José Soares, depara-se com dois índios derrubando a cerca e invadindo a sua propriedade, “destruindo-lhes as roças”, “o canavial”. Estranhando a “petulância”, “incivilidade”, “insolência” dos invasores, o proprietário foi obrigado, segundo o narrador, a “ameaçá-los com uma cana que na mão levava”, e chegou a bater em um deles. O contra-ataque dos índios não tardaria, “vieram armados” e em grande número à casa do Capitão-Mor para o matar. Este percebeu ao longe a nova “invasão” e fechou a porta para se proteger. Os índios subiram “pelo telhado e desceram a procurá-lo”. Para se livrar da morte, o Capitão teve que “se esconder dentro de um forno, e sua mulher para os acomodar oferece-lhes algumas dádivas, e fazer-lhes várias [rogativas]”. Após a saída dos índios, o capitão resolveu procurar o Juiz Ordinário da mesma Vila e decidiram ser conveniente enviar “uma alçada” para seguir os invasores. Segundo o documento, isto seria feito apenas com o intuito de afugentá-los, para que o Capitão não fosse “insultado” novamente. Os “facínoras” se opuseram, armados, à expedição, e foram assassinados pelo Capitão-Mor. Manoel José Soares, em virtude do ato, foi preso e solicitava ajuda ao Capitão-Mor de Sergipe Del Rey para que intercedesse junto ao governo da Bahia contra o ouvidor que o havia prendido.¹⁸ A luta política, entre as diversas instâncias do poder local, perde o brilho em frente da interessante história narrada por José Gomes da Cruz. Quão de verdade possui o texto nunca poderemos dizer, afinal não sabemos das relações pessoais entre os dois capitães. Outras curiosidades, nunca desvendaremos: que tipo de “dádivas” e “rogativas” realizou a mulher do Capitão para ele ficar tão irritado? O que ele fazia com um pedaço de cana na mão? Fiquemos com as elucidativas.

O poder do Capitão-Mor, ou mesmo do governador, não determinava o controle total sobre a capitania, o que condiz com as informações de Caio Prado: “não se subordinam inteiramente à autoridade

¹⁷ “A Casa Grande venceu no Brasil a Igreja, nos impulsos que esta a princípio manifestou para ser a dona da terra. Vencido o Jesuíta o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil. Mais do que os vice-reis e bispos.”, Gilberto FREYRE, *Casa Grande & Senzala*, 43ª Edição, Rio de Janeiro, Record, 2001, p.50.

superior do governador como simples cumpridores de ordens”.¹⁹ Assim, o conjunto de relações hierárquicas, seja no trato pessoal, ou quando nos reportamos a estruturas de dominação mais amplas, como a exercida pela Bahia sobre Sergipe, deve ser entendida como elemento partícipe de uma estrutura em contradição, e por isso deve se relativizar, pois existia entre as autoridades e população sergipana relativa autonomia para, quando preciso, tratar diretamente e inclusive com o próprio Rei, ou seu conselho ultramarino.²⁰

Do dualismo entre os interesses destes senhores e de sua relação com o corpo social, sua ideologia, sua organização, surgem as possibilidades de rompimento com o padrão estabelecido pelo sistema colonial. Esse rompimento, ou mesmo a crise, cria um estado de (des)ordem, propiciando a manifestação de uma gama de alternativas para o destino da colônia, fruto de interesses dialeticamente relacionados, porém, com posições tantas vezes ambivalentes.

Nesse clima, ao mesmo tempo em que valorizamos a gênese das cidades, com o incremento da sua estrutura administrativa, relativizamos a ação deste grupo, pois a cidade, ou mesmo a administração, não era suficientemente dissociada do engenho para justificar análises disformes, tendo em vista que, o elemento sustentador do controle de ambos, da cidade e da administração, é o sistema de produção colonial. O caso de Sergipe Del Rey deixa mais clara essa estrutura, pelas características de suas ainda incipientes cidades. O estado de rebeldia, como veremos, se estabelece mesmo distante dos grandes centros, fazendo com que a crise, cujas características, no seu seio, eram urbanas, assumam um caráter diverso dependendo de onde seja analisada, gerando reflexos em regiões diferentes daquelas classificadas como ideais para a propagação das novas concepções que corriam mundo. Existe um encontro, ao menos na origem, entre o liberalismo e a luta de classe e suas possibilidades internas de crescimento, assim como um desencontro quando essas idéias passam a questionar valores “sagrados” à elite colonial²¹. Esse encontro vai além do entendimento de seus agentes, vai além do poder que eles possuíam de controlá-lo e se insere num conjunto de vivências que marca o início do século. Pretendemos, assim, neste capítulo,

¹⁸ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 190, Capitão Mor Interino de Sergipe, 09 de dezembro de 1770.

¹⁹ Caio PRADO JR., *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, São Paulo, Brasiliense–Publifolha, 2000, p.316.

²⁰ Apenas para ilustrar e comprovar esse acesso, ver AHU, NI.478, CX.09, Doc.15, 27/02/1805, representação dos habitantes da Comarca de São Cristóvão ao Príncipe Regente informando sobre procedimentos irregulares do Ouvidor e Corregedor da Comarca José Antônio Alvarenga Barros Freire, discutido com maiores detalhes adiante.

²¹ “As idéias liberais foram utilizadas por grupos com propósitos diversos e em momentos distintos no decorrer do século XIX. Mas por toda parte onde os liberais tomaram o poder, seu principal desafio foi transformar a teoria em prática. Durante esse processo, o liberalismo perdeu seu conteúdo revolucionário inicial. Os direitos retoricamente definidos como universais converteram-se, na prática, em privilégios de uma minoria detentora de propriedades e de poder.” Emília Viotti da COSTA, *Liberalismo: Teoria e Prática* In: *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*, 7ª Edição, São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999 P.133

introduzir o argumento geral, isto é, buscar qual parte desta resistência é resultado da desarticulação de poder, ou da transferência do mesmo, vivenciada no final do século XVIII e início do século XIX, efeito de um rearranjo social, fruto da formação política constante dos seus agentes cada vez mais distante do absolutismo e mais adequado às reformas liberais. O saldo dessa desarticulação é concreto, e as políticas de controle demonstram que existiam o medo e a ação, a negociação e o conflito²². Enfim, uma sociedade fundada nas contradições.

Ao iniciar, assim, a análise, não pretendemos atribuir as outras classes sociais um caráter passivo – veremos, inclusive, no intercurso deste trabalho, que a luta de classes existia mesmo quando o controle sobre as classes sociais se estabelecia com maior força –, mas apresentar a redução de um poder centralizado, ou melhor, a polarização conseqüente de momentos de transformação profunda. E se o devir histórico resultou em um projeto conservador, poderia não ter sido. A transformação continuou a ser profunda, muito embora diversas possibilidades de mudanças sociais mais concretas, como a abolição, e de transformações mais rápidas poderiam ter saído vencedoras. Neste contexto, se existiam diferenças entre os interesses locais, estes interesses não podem ser analisados atrelados a determinado projeto ideológico, uma vez que se agarravam a este naquilo que os favorecia muito mais como conseqüência de uma desarticulação das forças sociais existentes e do conflito entre os diversos projetos, do que, necessariamente, por estarem comprometidos com determinado engajamento ideológico. Esta discussão, entretanto, será ampliada mais adiante.

Essa cadeia de poder determinava a estrutura hierárquica e esta estava também associada à propriedade. Como destaca Santos Vilhena, “quem gera o cidadão é a propriedade”. O coevo colonial já identificava que os demais detalhes de estratificação perpassavam ou estavam sendo criados pela propriedade, e sutilmente estabeleceu que esse poder estava diretamente ligado ao domínio do poder político, ou indiretamente, ao que mais tarde conheceríamos como *mais valia*: “Pretende o proprietário comprar pelo menor preço possível, o único do não proprietário, ou jornaleiro, como é seu trabalho; ele porém se esforça pelo vender pelo mais que pode, e neste litígio sucumbe de ordinário o contendor mais débil, apesar de maior em número”.²³

Aquele poder rompe as cercas do engenho e generaliza-se por toda a sociedade e, se dentro dos seus limites, assume uma caráter corpóreo, direto, absoluto, fora da fronteira tinha que ser mais sutil,

²² Fazemos analogia direta ao conjunto de ensaios reunidos In: Negociação e Conflito, A Resistência Negra no Brasil Escravista, João José REIS e Eduardo SILVA, São Paulo, Companhia das Letras, 1989 e tratados a posteriore.

²³ Luís dos Santos VILHENA, A Bahia no Século XVIII, 3 vols. Salvador, Braz do Amaral, 1969 p.919.

submetido a um esquema de acumulação comercial para a exportação, o que não nega esta força. Ao contrário, a ratifica. Porém, essa relação entre a externalidade e a internalidade deve ser destacada, pois ao mesmo tempo em que se sagrava plausível a sova, no negro, a do índio gerava caso de polícia, portanto, o avanço de uma estrutura liberal criava limites específicos da realidade colonial, mas que tendia a modificar esta realidade. Estes valores da externalidade e internalidade se confundiam no sentimento de poder estabelecido, já que existiam outros controles para a manutenção da Monarquia que iam de encontro, em diversos momentos, aos interesses do senhor. E, quando este conflito chega ao limite, a fonte de poder local começa a questionar a sua própria relação com a entidade que o sustenta e que não fornece os mecanismos necessários para a sua manutenção e reprodução. Desta forma, há o rompimento com a fonte de poder que os gera, mas não com o sistema, há o rompimento com o “pacto social”, mas mantendo, e até ampliando, as possibilidades de exploração sobre aquela estrutura.

Portanto, embora merecesse o Capitão-Mor, citado em documento acima, uma punição por todos os tipos de atrocidades contra os índios, não acreditávamos que, dentro do absolutismo, como é o caso em questão, ou mesmo posteriormente quando se vêem trilhados os primeiros sinais da transição, essas leis de proteção aos indígenas tivessem sido aplicadas, prendendo um poderoso por assassinar um índio. O certo é que esta estrutura administrativa e as suas leis devem ser analisadas dentro da ótica da colônia, ou seja, de um Estado Absolutista Português de finais do século XVIII, sem “funções bem discriminadas, competências bem definidas”, tendo uma lógica hierárquica própria e um sistema jurídico que perpassa por esta lógica, às vezes chegando a confundir o pesquisador moderno²⁴. Em alguns aspectos, o vínculo e interferência de governos absolutista na estrutura social, embora com o intuito de adequá-la à modernidade, funcionava como bloqueio às possibilidades de manutenção e ampliação da produção. Neste caso, como em tantos outros, um governo que se afundava, inclusive nas políticas de “modernização” do Estado, causando contrapontos à própria “natureza” do regime colonial, à exploração, ao trabalho escravo e mais tarde, ao exclusivo.

O ato de consolidação desse controle social sentia o reflexo de uma sociedade em constante conflito e com imensas contradições: o poder era da classe senhorial, mas o engenho deveria servir à acumulação metropolitana; ao mesmo tempo em que agia na defesa de algumas tribos indígenas, o império incentivava o aumento no tráfico dos negros africanos; sociedade religiosa convivendo com a escravidão e outros tantos valores liberais que eram contrários à concepção ideológica da sociedade colonial. Em

²⁴ Caio PRADO JR., Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia), São Paulo, Brasiliense, Publifolha, 2000, p.309.

síntese, uma sociedade que, ao mesmo tempo em que cresce economicamente rumo ao modelo capitalista, cresce o seu borbulhar. Isto é, surgem da crise do sistema colonial, do conflito ideológico, econômico, social os questionamentos do sistema como um todo, ou mesmo de disposições locais. Bolhas de pequenas proporções, é certo, como a água que começa a ferver, mas que, no clima geral, deixa quente o ambiente e, portanto, merece muita atenção.

O clima delimita o momento, o calor de uma sociedade fervilhante transparece, excita, emociona e faz o pesquisador participar dos documentos, como se lá estivesse, como se fosse possível mudar, como se aquilo ainda estivesse a ocorrer: “Pedro José, pardo, casado, morador na cidade [...] que sabe por ouvir dizer: que, em um dia deste corrente mês, um moleque cativo de Francisco Manuel de Carvalho, andando fugido, se matara abrindo a barriga com um franquete que trazia, que não sabe se alguém que para isso recorreu com a ajuda e conselho [...]”²⁵. Francisco Manuel de Carvalho, o demônio? Seja qual for a conclusão do leitor, mesmo os menos sensíveis a conclusões ou a emoções, podem vir a nossa mente duas possibilidades: a oficial, de que o Jovem escravo tenha suicidado ao pensar nas atrocidades que contra ele incorreriam, caso fosse pego pelo seu caçador; ou a outra, de que o moleque havia sido assassinado pelo senhor. A primeira versão, escabrosa pela forma que o escravo encontrou para resolver drasticamente a situação, sem pensar em outras formas, remete-nos as lendas vikings em que estes, ao se encontrarem acuados pelo inimigo, elevam o seu espírito, cortando a barriga, fixando as tripas em um totem e dando voltas para que o intestino vá se enrolando até a morte do guerreiro. Talvez um cirurgião estranhe ambos os casos, porém, como estamos distante deste tipo de pensamento, preferimos acreditar que a situação do escravo possibilitava este tipo de comportamento e que se a força de um guerreiro é imensa, a de um escravo é muito maior do que a que possa conceber qualquer senhor, ou qualquer leitor. A própria versão oficial transforma o fugitivo num totem e questiona as suas próprias ações, uma vez que dizem do provável medo das atrocidades que o negro sofreria se fosse pego. Mesmo tentando acobertar uma situação, ali se revelam mecanismos de realidade imaginativa e/ou de fantasia real.

A segunda das opções para a morte do moleque cativo é menos interessante, mas não pode ser esquecida, “se alguém que para isso recorreu com a ajuda e conselho”. Sabemos que a probabilidade do senhor de engenho, por motivo qualquer, ter encomendado a morte do “moleque cativo” é imensa, e inúmeros são os casos em que escravos são assassinados pelos seus proprietários. Por mais que o processo seja repleto de testemunhos defendendo a ocorrência de suicídio, a coincidência das versões e, todas elas,

²⁵ AJUD, N° Geral 168, 9 de outubro de 1810.

“por ouvir dizer” remonta-nos também à possibilidade de que o escravo tenha sido golpeado e largado à beira da estrada, e que o processo crime era proforme.

Outro caso narrado pela representação dos moradores da comarca de Sergipe Del Rey ao Príncipe Regente, alguns anos antes, intensifica a hipótese exposta acima: “o mesmo Sargento Mor faz em sua casa audiência, e manda vir pessoas para responderem. Nela condena em açoites, tem prisão sua, e tudo obra a vista, e face dos ministros de V.A.R., e nenhum lhe contradiz, manda esbordoar de dia publicamente, como o fez em Antônio dos Santos Travaços, que ao depois foi arrastado para a rua, estrangulado e abertas as carnes do corpo com uma manopla de piar cavalo.”²⁶ O fato de existirem precedentes, pelo mesmo método, na mesma região, não implica que tenha sido assassinato, mas reitera a possibilidade dele ter ocorrido e a justiça local fazer “vistas grossas” sobre o episódio.

Qualquer das possibilidades nos remete à capacidade de resistência dos escravos, mesmo que custasse a sua morte, ou da incapacidade de controles e riscos que correm os senhores com a sua propriedade. À primeira, dedicamos o terceiro capítulo. Cabe, agora, averiguar a relação entre o poder econômico e a administração da colônia em episódios de rompimento com a ordem estabelecida. Denis Bernardes, em tese recente, analisando a capitania de Pernambuco neste período, afirma que existiam “muitas queixas, feitas pelas autoridades, sobre o caráter arredo ou claramente insubmisso da população, sobretudo a das áreas mais distantes do centro de poder. A julgar por tais queixas, tais populações viviam em uma espécie de sociedade bárbara, onde a lei era uma ficção, em que imperava a vontade do mais forte e onde roubos, assassinatos e toda a sorte de crimes ficavam impunes pela impotência das autoridades ou pela proteção que encontravam os criminosos.”²⁷

Não podemos deixar a impressão de que o poder era tão desarticulado, que não residia nas mãos da Coroa, pois o ato de transferir-se poder não quer dizer **transferido**. A Colônia, apesar deste problema, mantinha uma relação hierárquica que, em última instância, permitia a acumulação pela metrópole. Para entender esta acumulação e, por consequência, a estrutura hierárquica, temos que remontar, muito embora resumidamente, o quadro que a possibilita: o próprio governo absolutista.

A coroa, neste momento histórico, agia como o “fiel da balança” entre os interesses dos diversos setores que lhe davam sustentação, favorecendo, em determinados momentos, a burguesia comercial e, em outros, tolhendo os seus poderes, o mesmo se dando com outros setores, fossem estes da nobreza, do povo

²⁶ AHU, Cx. 6, Doc.481, 5 de outubro de 1805.

²⁷ Denis Antônio de Mendonça BERNARDES, O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo, 2002., Tese de Doutorado, FFLCH - USP, mimeo, p. 74.

e/ou do clero. Neste contexto, tanto a nobreza é privilegiada quanto a burguesia, e nenhuma das duas, dominante, pois é a realeza que possui o poder. A relação do rei com a burguesia e com a nobreza é de certa “ambivalência”. Esta relação, embora confusa, já que tratamos de classes sociais com interesses contrários, só pode se estabelecer no absolutismo, onde o poder do primeiro age como o equilíbrio de forças. Autônomo, pois só assim justifica a alcunha de absolutista, o Rei tem o poder de manter essa relação, ora privilegiando uma classe e se associando a ela, ora outra. Ao mesmo tempo em que o Estado desenvolve a burguesia, também tolhe os seus direitos. A realeza assume posturas antagônicas para equacionar o poder e se manter nele, aliando-se, inclusive, com a plebe, se necessário, ou com a nobreza.²⁸

Assim, na esfera colonial, esse poderio do senhoriato da cana restringia-se e ao mesmo tempo era fomentado por aquela estrutura, em uma relação dialética de poder e controle que visa à manutenção de uma ordem estabelecida, à ordem da acumulação comercial, à ordem do mercado. A Casa Grande, assim como o senhor, passa a definir uma estrutura interna, montada no sistema de produção escravista e controlada no âmbito da produção por aqueles que possuíam a propriedade colonial. Outras formas e métodos de produção conviviam, no sistema colonial, com o dominante, assim como estruturas administrativas, leis, religiões, que nem sempre reproduziam *ipsis litteris* o modelo existente, girando em torno da estrutura central, às vezes se aproximando, às vezes se afastando da ordem estabelecida e da figura central desta, no “âmbito da colônia”. O entendimento desta figura, o senhoreado, é o elo que nos remete a relacionar o corpus social à vida material, ou a superestrutura à infra-estrutura. Portanto, o engenho passa a ser, nesta análise, a configuração concreta de todo o mecanismo de exploração colonial. Ao centro, a casa do senhor com sua imponência e respeito propiciava ao seu proprietário o conforto, autoridade e poder. A sociedade passa a girar e ser constituída em função destes engenhos, existindo a necessidade de um aproximar constante. Em torno dele, tudo é propriedade: a terra, os escravos, a própria casa, a senzala, as moendas, a igreja. Quando não escravos, os indivíduos se relacionam, se aproximam a determinado senhor pelo que ele representa, pois o desvínculo da esfera da casa-grande pode propiciar, como visto, problemas que questionam a própria existência, permanência, continuidade de uma vida social.

A cidade assume, assim, a consolidação desta vida social e suas desigualdades materiais. As cidades e as suas possibilidades de sociabilização propiciaram outras novas possibilidades para o movimento revolucionário. Um partilhar e compartilhar, mas também separar, dividir e demonstrar mais

²⁸ Fernando NOVAIS, Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), 6ª Edição, Ed. Hucitec, São Paulo, 1995, pp. 57-72

claramente as diferenças²⁹. Por outro lado, existem ainda outras possibilidades para o movimento libertário se estabelecer ou se expandir além das fronteiras da cidade e “distantes, do centro de poder”. A relação campo x cidade, perto ou distante do poder, deve ser assumida com certo cuidado, já que as cidades, salvo raras exceções, e com todas as ressalvas possíveis, giravam em torno das grandes plantações, seu comércio ou a administração governamental. E se podemos diferenciar escravos de ganho e escravos da grande plantação, não podemos e não queremos diferenciar os seus anseios por liberdade. Seja a participação de liberais pernambucanos nas academias, como a do Paraíso e a Suassuna ou do Cabo³⁰, ou mesmo, a de escravos baianos em candomblés como o de Accú, estas organizações funcionavam como elementos essenciais da política de rebeldia do escravo³¹. Mais do que serem revolucionários, pela natureza da ideologia liberal ou pela religião nagô, estas entidades agiam como elementos de sociabilização, criando a atmosfera de realização de possibilidades de resistências. Porém, próxima a essas sociedades, criava-se uma estrutura para o seu controle.

Muito mais que a figura do demônio, o senhor passa a ser representado como parte de uma engrenagem, de uma estrutura em que o poder, a força, o medo significam a própria manutenção do sistema e, ao mesmo tempo, um dos focos de sua ruptura. A cidade, quando muito, substitui essa figura, amplia, relaciona os diversos produtores e a população em geral, enfim, proporciona trocas: de mercadoria, de experiências, de sofrimento.

2.2 A produção para o mercado.

Para entender a sociedade colonial, preferimos associar a forma de controle do Estado Absolutista, ou o que lhe restava, ao “sentido” da colonização. O “sentido” reside na exploração colonial. O mecanismo para essa exploração é regulado pelo Estado através da exclusividade do comércio, que acelera

²⁹ “A matéria da cidade é um amálgama do diverso – a superposição de projetos, a alternância de estilos, uma coleção de cicatrizes sobre o corpo natural e sobre a natureza segunda, sobre os escombros e ruínas das cidades submersas.”, João Antônio de Paula, O Processo de Urbanização nas Américas no século XVIII In: Tamás SCMRECSÁNYI (Org.), História Econômica do Período Colonial, São Paulo, Hucitec, Edusp, ABPHE, Imprensa Oficial, 2002, p.77

³⁰ Denis Antônio de Mendonça BERNARDES, O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822, São Paulo, 2002, Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 2001, mimeo, p.119

a exploração da burguesia mercantil: “As sociedades dotadas de monopólio, de que já falava Lutero, eram poderosas alavancas de concentração de capital. As colônias asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada”.³²

Ao analisarmos a camada senhorial, não detalhamos o processo de acumulação da riqueza. Demonstramos apenas que, para realizar a produção, fazia-se necessário que um capital fosse investido na produção, imobilizado nos engenhos, nos escravos, enfim, na propriedade. A capacidade de concentração do capital, como estabelecida em *O Capital*, acelera em virtude do exclusivo e, embora a análise marxista esteja inspirada num momento de expansão do capital industrial inglês, parte deste mecanismo de acumulação já funciona no antigo sistema colonial, gerando uma acumulação acelerada na comercialização de mercadorias, o que Fernando Novais chama de Capitalismo Comercial.

A crise rompe ou modifica as regras deste sistema colonial monopolizado e, ao redefinir o jogo de interesses econômicos e políticos mundiais, a transição entre os sistemas reordena, ou desordena, a relação entre a metrópole e a colônia. Esse reordenamento da realidade colonial, de transição entre sistemas, tem características locais que assumem caráter diferenciado, a depender do tipo de organização social. Dialeticamente, insistimos, as consequências no cenário geral devem ser entendidas como resultado, inclusive, destas desarticulações locais; qualquer que seja o espaço geográfico analisado, podemos ver, claramente, características específicas desta localidade e consequências marcantes de uma relação com o geral.

A consequência destas transformações passava a sociedade, seja colonial ou na Europa, configura-se e transparece nas realizações e idéias de grupos e pessoas específicas. Porém, a adoção destas pessoas, por determinado projeto, representa a própria mudança. As ações muito mais do que coerentes politicamente, o são para a manutenção da reprodução e manutenção da ordem social. Por isso, para evitamos incorrer neste reducionismo, analisar os grupos políticos de forma absoluta, preferimos remontar esta realidade colonial como de transição entre sistemas, em que vemos, lado a lado, posições “ambíguas”. Momento histórico que se apresenta contaminado destas supostas contradições pois, ao mesmo tempo em que rompe “com a dominação colonial”, é contrária a uma revolução liberal; existiam liberais entre os seus “cabeças”, mas apresentou um caráter conservador; é revolucionária, mas poderia ter ampliado o projeto, eliminando a escravidão ou se contraponto a uma nova dependência: “rompeu com a dominação colonial,

³¹ João Jose REIS, Nas malhas do poder escravista: invasão do candomblé Accú, In: Negociação e Conflito. A Resistência Negra no Brasil Escravista, _____, e Eduardo SILVA, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 41.

³² Karl MARX, O Capital, Trad., Livro I, Volume II, 13ª Edição, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand, Brasil, 1989, p. 871.

alterando a estrutura de poder político – com a exclusão da metrópole portuguesa. Revolução, entretanto, que levaria o Brasil do Antigo Sistema Colonial português para um novo Sistema Mundial de Dependências.”³³

Ao reportarmos ao período estudado, as consequências do devir histórico posterior a 1823, e os caminhos trilhados pela nação em gestação, durante o século XIX, não estabelecendo as possibilidades deste Estado em fundação, estaríamos cometendo certo anacronismo, pois o caminho a ser trilhado poderia ter sido totalmente diferente do projeto adotado. Porém, no conflito de forças dos vintistas, ou nos fatos outros conflitos do início do século XIX, configurava-se parte deste devir. Ao mesmo tempo, acreditamos que vários outros projetos poderiam ter saído vitoriosos, embora existissem diversas opções para a unificação da nação, inclusive com a redução das desigualdades, o modelo que viria a ser implantado continuaria pautado na escravidão, que finca, delimita e reafirma uma lacuna social que é a nossa própria história: venceu o projeto conservador. Sergipe clarifica este conjunto de alternativas, essa dúvida, essa falta de postura clara, mesmo quando o momento exigia esse posicionamento, e qualquer explicação, sobre esse período, deve partir das diversas possibilidades que possuíam e que se apresentavam aos sujeitos históricos em um grande mosaico. Ao não analisar, de forma relativista, a nossa realidade histórica, em estudo, podemos sim, cometer anacronismos que levem a afirmações como a de que o crescimento econômico do setor açucareiro na capitania subordinada, no início do século XIX, e a reforma político-administrativa realizada pelo governo real, são os motivos que levaram a coroa a decretar a Independência de Sergipe da Bahia.³⁴

O avanço da grande produção, como justificativa para a criação de mecanismo de controle administrativo, é plausível, pois valoriza a região, aumentando o interesse metropolitano. Por outro lado, esse avanço está associado aos seus elementos conflitantes e a presença de uma estrutura administrativa serviria para criar as condições de manutenção da acumulação regulando a ordem. Maria Thetis Nunes, ao mesmo tempo em que destaca os aspectos econômicos, como o crescimento do número de engenhos, aponta para o fato dos interesses desses produtores estarem ligados aos comerciantes portugueses e à praça

³³ Guilherme MOTA & Fernando NOVAIS, A Independência Política do Brasil, São Paulo, Moderna, 1986, p. 47.

³⁴ “Acreditamos que este ato tenha decorrido da prosperidade econômica que Sergipe vinha alcançando nos começos do século passado, especialmente, no setor açucareiro. Combinou-se a esse desenvolvimento à reforma administrativa encetada pelo Governo real que, também, se estendeu a outras capitanias”, Maria Thetis NUNES, História de Sergipe, a partir de 1820, 1º Volume (1820-1831), Rio de Janeiro, Ed. Cátedra, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, p.32.

Esta não é uma posição isolada da Maria Thetis Nunes, e a historiografia sobre Sergipe parece admitir o desenvolvimento como o principal fator para a independência: “Já a antiga capitania de Sergipe Del Rei, ao Norte, revelava melhores condições de ocupação e de desenvolvimento econômico – sendo até por isso em 1820 declarada independente de sua sujeição tradicional à

de Salvador.³⁵ Parece paradoxal esta visão, mesmo porque não existe um aprofundamento da questão: como poderia um dos fatores para a independência de Sergipe ter sido o desenvolvimento econômico, se os interesses do setor que se expandiu, o açucareiro, eram contrários à Independência da Capitania? Esta crítica deve ser entendida com certa relatividade, pois o estudo citado serve-nos de alicerce para entendermos a transformação econômica de Sergipe Del Rey, neste período. Os dois argumentos, embora contrários, são plausíveis de estarem ambos corretos, fatos que tentaremos demonstrar posteriormente. Ressaltamos, agora, que a expansão, ou seja, rápidas transformações sofridas pela “plantation”, age como elemento de ampliação dos conflitos sociais e como um dos elementos que auxilia, influencia na crise, mas não o único. Além do que essa expansão da produção fortifica uma das classes exploradas pelo exclusivo, e fornecem elementos de desarticulações e manutenção da ordem.

O sistema de exploração mercantil é sentido, principalmente, pela camada senhorial, pois ao mesmo tempo em que se beneficiava dele, sentia o quanto ele extorquia de seus lucros. Por isso, a justificativa de que os senhores de engenho apoiavam totalmente os interesses dos mercadores portugueses deve ser questionada. No mínimo, poderemos perguntar se essa diferenciação entre os ideais das cidades e aqueles ligados à produção da cana-de-açúcar tem algum sentido em Sergipe, já que, “no fundo portanto, e em última análise, no âmbito da colônia, tudo depende da camada senhorial, e a economia mercantil se expande em função dela”.³⁶ Outro fato relevante foi a adesão e auxílio dado às frotas de D. Pedro pelos senhores de engenhos, o que coloca em cheque a associação direta entre estes e os comerciantes portugueses.

Portanto, quando se destaca a criação de dois partidos, de um lado os separatistas que defendiam a autonomia de Sergipe da Bahia e, do outro, os colonialistas normalmente associados aos capitais portugueses que giravam na praça de Salvador – apontados como defensores do sistema colonial e favoráveis ao retorno à posição de dependência em relação à Bahia –, não nos parece correto. É mais plausível inserir esses interesses específicos dos diversos setores no que ainda restava do aparato de proteção do Estado Absolutista Português e, mais ainda, entender estes setores interligados por diversos interesses comuns: “Durante o século XVIII podem ser observadas tanto em Portugal quanto no Brasil

capitania da Bahia”. Ernani Silva BRUNO, História do Brasil Geral e Regional (Sergipe – Bahia), Vol.3, São Paulo, Ed. Cultrix, s/d, p.77.

³⁵ “Acreditamos que a atitude dos senhores de engenho de Sergipe, ao prestigiarem e apoiarem o governo recolonizador da Bahia, tenha decorrido da dependência financeira em que estavam da praça de Salvador.”, Maria Thetis NUNES, História de Sergipe, a partir de 1820, 1º Volume (1820-1831), Rio de Janeiro, Ed. Cátedra, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, p. 41

uma tendência à intensificação do controle do Estado sobre os senhores de engenho e uma mudança em direção a políticas em favor dos grupos mercantis. Tais políticas, porém, foram sempre limitadas pelas atitudes e interesses comuns a senhores e comerciantes. Já vimos como, em termos da organização creditícia, o mercado limitava o raio de ação da legislação viável e criava a base para a aliança e cooperação entre as duas partes apesar dos inerentes antagonismos.”³⁷.

A historiografia, tanto brasileira em geral como a específica sobre Sergipe, ao valorizar essas divisões chamando-as, inclusive, de partidos, organiza toda uma argumentação centrada na dicotomia destes grupos, e os episódios políticos tendem a ser associados à ação de um grupo em detrimento de outro, como excludentes. Esta divisão política de forma tão acentuada pode incorrer em exageros, valorizando episódios pelo ocorrido posteriormente. Bonifácio e o grito do Ipiranga, no vultuoso exemplo a nível nacional e o fato de atrelar as datas em que cada câmara sucumbe ao juramento da constituição a interesses recolonizadores, no caso específico de Sergipe, são exemplos destas valorizações.

Estes fatos específicos, e a postura dos seus agentes, devem ser visualizados dentro de um conjunto de possibilidade e de interesses, muito além das possibilidades e do interesse de uma câmara específica ou do poder que tenham tido determinados grupos no processo de Independência do Brasil. Outros fatores, e todos os fatores em conjunto, outros interesses, e todos os interesses em conjunto, criaram as opções para se tornarem concretas a própria Independência do Brasil e/ou a Independência de Sergipe. Conjunto deve ser lido não de forma harmônica, e nisto discordamos da citação anterior de Stuart Schwartz, ou atribuído a uma coesão de grupos específicos a um projeto pré-estabelecido, mas como fruto dessa imensa trama que culmina num choque de forças e na desarticulação da ordem estabelecida.

Para a situação de Sergipe, preferimos evitar a adoção de grupos comprometidos com interesses colonizadores ou separatistas, buscando dar um enfoque de desordem ideológica muito mais profundo que o de uma ordem em que os agentes se adequem a nossa forma de organização, posterior ao ocorrido.

Se realizássemos ligações entre os produtores de açúcar das cidades de Estância e Laranjeiras e os interesses da corte, em virtude de terem realizado o juramento da Constituição antes da destituição de Burlamarqui, nos dias 14 e 15 de março³⁸, estaríamos simplificando os conflitos sociais e suas

³⁶ Fernando NOVAIS, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 6ª Edição, Ed. Hucitec, São Paulo, 1995, p. 106-16

³⁷ Stuart SCHWARTZ, *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial – 1550-1835*, Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1988, p.221-2.

³⁸ “Antes mesmo da destituição de Burlamarqui, já nos dias 14 e 15 de março, as Câmaras de Estância e Laranjeiras haviam jurado a Constituição Portuguesa a ser elaborada pelas cortes, o mesmo acontecendo em São Cristóvão, no dia 18.”, Maria

consequências sobre a formação política brasileira. Ao confrontarmos essa realidade com a de outras regiões açucareiras, perceberíamos que a relação não pode ser feita de forma direta. Na verdade, o que podemos verificar são cidades sem uma definição política precisa, ainda em formação e que, assim como também sucumbem às tropas baianas, posteriormente rendem-se às imperiais, com a mesma facilidade.

O que é preciso apontar não são os dois lados de uma guerra, mas os inúmeros lances da batalha, nem sempre movidos pela lógica do historiador contemporâneo. Parece-nos mais fácil acreditar, ao menos de antemão, que – assim como nos outros locais onde foram realizadas revoluções liberais – os interesses aristocráticos buscassem equilibrar o fio da balança, ou seja, liberalismo sem uma transformação profunda na propriedade³⁹, se é possível conceber liberalismo sem revolução. Nem sempre é possível essa passividade: o conjunto da sociedade tinha anseios e perspectivas diferentes e, ao contrário do que argumenta Jacques Godechot, que fala em “corpos constituídos” e “sempre em luta contra o soberano”, preferimos assumir esta sociedade colonial em contraponto, polarizada, que buscava conciliar seus interesses com a nova realidade mundial, agindo muito mais para garantir esses interesses que para a manutenção ou derrocada do governo absolutista.⁴⁰ Inclusive no cenário geral, acreditamos ser difícil caracterizar esses grupos, uma vez em que, se tratando de um período de transição, vários deles conviviam dentro da mesma atmosfera política, tornando a sociedade “segmentada”.⁴¹

A tentativa de caracterização e divisão dessas classes faz com que a estrutura social, definida pela historiografia sergipana, tenha se mantido atrelada a posicionar os seus agentes contrários ou não a independência de Sergipe da Bahia, como agentes de um processo de colonização⁴², vinculando inclusive os senhores de engenhos como os principais interessados neste retorno à colonização portuguesa. Tudo

Thetis NUNES, Sergipe no Processo de Independência do Brasil, Cadernos da Universidade Federal de Sergipe, nº 2, 1972, 1973, p.14.

³⁹ “Contra a abolição dos privilégios erguem-se as aristocracias, agrupadas em toda a Europa Ocidental e Central, como também na América, em “corpos constituídos”, mais ou menos poderosos, mais ou menos numerosos, porém sempre em luta contra o soberano”, Jacques GODECHOT, As revoluções (1770–1779), Trad., Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1976, p.12

⁴⁰ “Alguns de maior categoria procuravam moderar, contemporizar, ou maliciosamente adiar – tais os da junta [...]”, A Bahia (1808 – 1856), Wanderley PINHO In: História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico, Tomo II, Vol. 2, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960, pp. 252-3.

⁴¹ “A sociedade do antigo regime não é polarizada, mas ‘esquartejada’, no dizer de Mandrou, isto é, segmentada”, Vera Lúcia Amaral FERLINI, Terra, Trabalho e Poder: O Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial, São Paulo, Brasiliense, [Brasília], CNPQ, 1988, p.36.

⁴² “Em Sergipe, a partir do momento em que Burlamarqui deixou o governo bifurcam-se as posições. De um lado, permaneceram aqueles cujos interesses se identificavam com a Bahia; abrangiam os portugueses radicais na terra [...] a maioria dos senhores de engenho, presos aos comerciantes portugueses de Salvador por compromissos financeiros [...] nesse primeiro momento, a favor da independência do Brasil e a autonomia de Sergipe, o que podemos classificar de um esboço de classe média urbana, além de senhores de terra, principalmente, ligados a atividade pastoril [...]”, Maria Thetis NUNES, História de Sergipe, a partir de 1820, 1º Volume (1820-1831), Rio de Janeiro, Ed. Cádeta, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, pp.40-1

isso seria um contra-senso tendo em vista que eles eram os principais favorecidos com a quebra do exclusivo. Aparentemente, essa separação entre os interesses dos cidadãos metropolitanos e o dos senhores de engenho não parece ser importante em Sergipe do início do século XIX, já que, em última instância, estes interesses dominantes eram os dos senhores de engenho⁴³.

Essa relevância em caracterizar grupos faz com que historiadores, como Maria Thetis Nunes, cheguem a afirmar a não existência de “senhores de terra intelectualizados imbuídos do liberalismo que ia pelo Mundo”.⁴⁴ O liberalismo, assim como qualquer modelo ideológico, ou religioso, filosófico, deixa de existir como pensamento originário da sua matriz e passa a existir adequado à realidade local, e sob as várias influências que participam do processo histórico daquela sociedade. Por isso, ao caracterizarmos o liberalismo, estamos assumindo já um modelo ideológico transmutado e adaptado à realidade escravista, colonial e sergipana. Sendo assim, ninguém estaria imune de participar das conseqüências, de seus ecos.

Além de tudo isso, existiam, em Sergipe, representantes diretos da tradição liberal que utilizavam referências retiradas diretamente das cartilhas européias. O uso de referência a escritores liberais como Adam Smith e Say, pode ser encontrado em cronistas sergipanos da época, como o padre Marcos Antônio de Souza, que mais tarde seria um dos deputados baianos nas cortes liberais portuguesas⁴⁵. Uma ideologia adaptada, em que a produção e o comércio eram colocados no mesmo patamar, mas também onde ambos, em conjunto, eram considerados as bases fundamentais da prosperidade dos Estados. Se a abertura de comércio não é total, se o recente Estado continua dependente de outros, já não seria de acordo com o mesmo modelo, abriam-se novas perspectivas: “a agricultura e o comércio, sendo reconhecida por ser as bases fundamentais da prosperidade dos estados; esforçam-se para as fazer florescer, é então o que deve mais do que tudo, ocupar as autoridades para as fazer florescer, é então o que deve mais que tudo, ocupar as autoridades a quem a nação e o monarca confiaram os interesses e a segurança das belas províncias que fazem parte do vasto e rico império do Brasil [...] devemos também por nossos próprios interesses, facilitar a entrada para as nações amigas, que vindo nos trazer os produtos da sua indústria; fazem realçar

⁴³ “Atente-se porém que todos esses componentes da sociedade colonial que estamos agora apontando (funcionários, administradores, clérigos, militares) são no fundo categorias secundárias da sociedade colonial, na medida em que a sua presença no mundo ultramarino decorria da economia escravista e da produção para o capitalismo europeu (...) Logo, as outras categorias sociais dependem do binômio matriz, senhor-escravo, da mesma maneira que o setor subsistência da produção colonial depende do setor exportador”, Fernando NOVAIS, Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), 6ª Edição, Ed. Hucitec, São Paulo, 1995, p.111.

⁴⁴ Maria Thetis NUNES, História de Sergipe, a partir de 1820, 1º Volume (1820-1831), Rio de Janeiro, Ed. Cádetra, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, p.29

⁴⁵ István JANCSÓ e João Paulo PIMENTA. Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira) In: Viagem Incompleta, 1500-200. A Experiência Brasileira – Formação: histórias, Carlos Guilherme MOTA (Org.), São Paulo, Editora SENAC-SP, 2000, p.166

o preço dos diversos gêneros que produzir nosso fértil território [...]”⁴⁶. O texto oferecido ao presidente da província de Sergipe, o brigadeiro Manoel F. da Silveira, por José Julião Gomes, um francês naturalizado brasileiro e comandante da Barra do Cotinguiba, com claro apelo liberal, elucida a transformação: as nações, ao virem negociar diretamente com Sergipe, elevariam o preço do produto no mercado, evitando a exploração comercial, seja pelos comerciantes baianos, seja pelos portugueses. O que moderna e popularmente conhecemos como atravessadores, neste caso tinham um agravante: atravessadores dotados de monopólio.

Embora as idéias liberais estejam presentes na sociedade sergipana de finais de século XVIII, e de forma direta influenciem políticas e medidas governamentais, caracterizam-nas irrelevantes frente a uma série de modificações que julgamos ecos do processo liberal, mas que assumem uma característica própria e transformada de acordo com as necessidades e possibilidades da sociedade local, muitas vezes desvinculando-se da forma originária ou mesmo dos movimentos revolucionários externos. A existência de reformas, seja de cunho liberal ou de manutenção de uma estrutura que suporte um governo absolutista, estava imbricada e, ambas geravam efeitos sobre a formação política social que, neste momento, vislumbravam um processo de mudanças constantes, mesmo que fosse para proteger o império da onda revolucionária.

Essas reformas administrativas, como a que separou Sergipe da Bahia em 1820, ou outras tantas, suscitam conseqüências das mais diversas, e a ação política e administrativa, quando efetiva, faz com que seus efeitos atinjam limites mais amplos que a própria ação, pois ficam registrados na memória daqueles que participam direta e indiretamente destes processos. Fatos aparentemente irrelevantes para Sergipe, como a Revolução Francesa, ou aparentemente distantes do mesmo, como a Guerra do Sul, geram implicações diretas sobre todo o império, ou pelo menos, influenciam o cotidiano de boa parte da população Sergipana: “Eles primeiramente vinham em destacamentos todos os anos, mas depois, por uma ordem régia se estabeleceu que se alistassem os paisanos e se conservassem sem se extrair. A ocorrência da guerra do sul deu ocasião a tirar-se o mesmo presidio, sentindo-se desde então a sua falta, porque cresceram mais os excessos dos facinorosos e os mesmos cárceres não estão seguros com a autoridade real, por que só nesta cabeça da comarca, em menos de 2 anos, tem fugido os presos três vezes [...]”.⁴⁷

Além das conseqüências diretas geradas pela retirada de tropas e soldos de Sergipe para destinar a Guerra do Sul, existem subjacente, resultados e marcas sociais que vão complementando, inserindo um

⁴⁶ APES, Documentos Especiais, n.18

⁴⁷ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 201-7, Doc. 05, 22 de fevereiro de 1780.

pensamento questionador. Que risco vinha do Sul? Qual a vivência que possuíam esses soldados quando se deparavam com a possibilidade de expansão da crise espanhola para o Império Português? Existe a possibilidade da sociedade sergipana não saber quais os motivos e conseqüências de uma guerra em que eles eram os próprios combatentes? Não podemos elucidar, ao menos não agora, todas essas dúvidas. Porém, os efeitos diretos são significativos o bastante para contribuir com o estado de rebeldia da sociedade sergipana, baiana, brasileira, neste período.

Embora esse efeito seja sentido de forma diferente, nas diversas sociedades, nas diversas localidades, o clima geral determinava controlar o que se pudesse controlar, aquilo que possibilitasse maior risco, maior relevância. Portanto quando, no processo de Independência do Brasil, realizamos uma associação direta entre interesses baianos e mercadores portugueses, acreditamos que estamos menosprezando a capacidade da sociedade baiana da época de criar outras formas de associações que não, efetivamente, essa realizada diretamente com a metrópole, com as cortes, e embora não seja o objetivo deste estudo, ressaltamos que desvincular a Bahia desse espírito liberal e das outras tantas alternativas de mudanças é tão arriscado como qualquer outra caracterização que busque definir quais as partes do Brasil que estavam mais propícias a romper com a metrópole. O interesse português pela sua principal região, e todo um trabalho de controle social após a conjuração baiana, deixa a impressão que na Bahia existia um corpo coeso que defendia a manutenção do império unificado, ou mesmo que a população baiana, em geral, estava imbricada em destronar e recuperar o centro de poder deste lado do Atlântico. Ao contrário, a própria conjuração ocorrida anos antes demonstra que ali gestava possibilidades que assustavam todo o poder constituído, seja aquém ou além mar, a de revoltas populares⁴⁸. Muito mais do que vinculados a Portugal por interesses econômicos ou políticos, a elite baiana sabia que era necessário toda a cautela possível, muito provavelmente assustada com os conturbados conflitos sociais que poderiam ocasionar a separação dos dois reinos. As duas regiões, Sergipe e Bahia, possuíam uma estrutura escravocrata imensa e o adensamento populacional de escravos, seja no Recôncavo ou no Vaza-Barris, tinha proporções gigantescas.

Sergipe, como adendo, e o conflito entre as duas localidades demonstram claramente essa preocupação: fazia-se necessário manter Sergipe para conter o avanço pela sua principal porta de entrada.

⁴⁸ “A conspiração baiana, na humildade dos que a procuravam executar, constituiu realmente um capítulo daquelas inquietações que se observavam no Brasil do século XVIII. Ligava-se a todo um processo que unificava, de certo modo, as Américas espanhola e portuguesa nos mesmos anseios de liberdade. [...] Os Inconfidentes baianos, como os flumineses e os mineiros, eram fruto da ideologia liberal. Condições políticas, sociais e econômicas explicavam a aceitação da ideologia e os esforços por

Manter Sergipe controlado era uma necessidade para o próprio recôncavo, pois qualquer revolta no vizinho poderia significar a expansão para a Bahia e/ou além das suas fronteiras. O que a Guerra do Sul representou para o Brasil, Sergipe representou para a Bahia, mantida a devida proporção. Logo, o conflito interno nas capitanias, tanto em Sergipe como na Bahia, era um fator constante e o risco externo, sob os mais diversos aspectos, se associava aos riscos internos, fazendo com que a conjuntura exigisse maior atenção. A Bahia era o centro geográfico do império, o elo entre o norte e o sul, e muito mais que disputas internas regionais, entre o centro do poder subsistir no Rio ou na Bahia, os riscos para a sociedade baiana deveriam ser medido com as proporções que uma sociedade daquela magnitude exigia: estava claro ao Império que o fluxo de comércio dependia do seu eixo; para reconquistar o Nordeste dependia da Bahia e, embora a sociedade baiana desejasse a mudança, naquela perspectiva, naquele momento, o mais adequado seria manter a estrutura, salvar a propriedade.

Este suposto contra-senso entre mudança e manutenção da ordem permeia todas as ações deste início de século e, se em determinados momentos podemos caracterizar uma sociedade como reacionária, em outros ela se mostra *avantgarde*. Preferimos assumir a concepção de que o momento histórico propiciava “a desagregação deste sistema [...] Veremos brancos lutar com pretos e mulatos contra o preconceito de cor (Inconfidência Mineira); mulatos e pretos, com os brancos, a favor dele; portugueses contra a metrópole, e brasileiros a favor [...] Isto num momento para mudarem de posição respectiva logo em seguida, e de novo mais tarde [...]”.⁴⁹ Muito embora, em outro trecho, o próprio Caio Prado Jr. chame a atenção para a divisão de interesses entre os nascidos no reino e os nascidos na colônia como causa geradora de uma série de conflitos históricos e hostilidades “de grande repercussão política”,⁵⁰ demonstrando que o momento histórico pode confundir o pesquisador, por mais atento que ele esteja.

Os interesses coloniais aglutinavam-se em uma questão: a quebra do exclusivo⁵¹, pós- abertura dos portos, não poderia retornar, independente da estrutura política que fosse, independente da manutenção do império português, independente de Sergipe continuar como parte integrante da Bahia. A acumulação comercial, para se estabelecer no comércio, na circulação, precisa de um Estado forte, “a força é o parteiro de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência”⁵² e, para ser

executá-la.”, Arthur César Ferreira REIS, *A Inconfidência Baiana* In: *História Geral da Civilização Brasileira – A Época Colonial*, 2º Volume, Sérgio Buarque de HOLANDA (Org.), São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960, pp.416-7.

⁴⁹ Caio PRADO JR., *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, São Paulo, Brasiliense – Publifolha, 2000, p. 378.

⁵⁰ Caio PRADO JR., *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, São Paulo, Brasiliense – Publifolha, 2000, pp. 301-2.

⁵¹ Fernando NOVAIS, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 6ª Edição, Ed. Hucitec, São Paulo, 1995, pp. 57-116

⁵² Karl MARX, *O Capital*, Trad., Livro 1, Volume 2, 13ª Edição, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1989, p. 869

um Estado forte, a realeza precisa incentivar o comércio, privilegiando a burguesia, subproduto indesejado, mas inevitável⁵³; assim como na produção, e na colônia, fazia-se necessário dar suporte ao poder da camada senhorial, subproduto indesejado, mas inevitável.

A principal fonte de poder com toda a sua força “moral”, financeira, religiosa, entre outras, não se substanciava com a solidez apresentada pela caracterização de grupos, partidos. Esta era uma estrutura social em transição, em que uma antiga estrutura passava a se transfigurar em uma nova, inserindo elementos que se adequassem a essa estrutura e negando outros tantos. Portanto, o que sustenta o argumento é a mesma lógica: a transição traz, em seu seio, os elementos do conflito que, associado à luta de classes, cria as possibilidades das revoltas constantes. A necessidade de dar poder aos senhores faz com que a própria lógica que criou esse poder seja questionada.

Este modelo define, de certa forma, uma estrutura peculiar para a colônia: voltada para o mercado externo e baseada no tripé trabalho compulsório, grande produção e exportadora⁵⁴. Modificar, revolucionar essa estrutura não estava nos planos da população em geral, pois parte dela, a dominante, seja interna à colônia ou externa, sustentava-se com o modelo e perspectivas de uma ideologia que pretendia revolucionar, mantendo parte dessa estrutura.

Ao valorizarmos o modelo exportador, não queremos excluir o caráter interno da reprodução, pois pretendemos inseri-lo na análise em momento mais adequado. Agora cabe relacionar esta estrutura com a nossa configuração local: se o “sentido” da colonização reside nesta exploração, o poder vai ser dissolvido entre os vários setores envolvidos com essa produção e, portanto, os elementos subordinados dificilmente participariam do processo. Porém, existem outros fatores que influenciam no contexto geral, fazendo com que outros interesses, como o do clero, em determinados momentos, se fizessem valer em detrimento dos interesses da grande plantação, inclusive como uma forma de limitar o poder da camada senhorial, até o limite em que a exploração e a acumulação mercantil não fossem interrompidas.

Os conflitos, gerados na aplicação desse poder, são de ordens variadas. Apenas para exemplificar essa flutuação, Caio Prado chama a atenção para a mudança de comportamento dos colonos frente aos índios, “a passividade a que a lei reduzira os colonos, proibidos de ir atacar os índios selvagens nos seus redutos”, deixando os colonos na defensiva. Este autor ainda destaca que as “hostilidades” dos indígenas tinham aumentado sensivelmente, “na segunda metade do séc. XVIII” e que medidas para coibir esta

⁵³ Fernando NOVAIS, Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), 6ª Edição, Ed. Hucitec, São Paulo, 1995, 57-116.

⁵⁴ Sérgio Buarque de HOLANDA, Raízes do Brasil, 12ª Edição, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1978, p.21.

“agressão” seriam tomadas a partir da vinda da família real em 1808, liberando, inclusive, a escravidão de membros de algumas tribos⁵⁵.

Em Sergipe, como em quase todo o Nordeste, o modelo para o mercado pode ser resumido pela própria cultura da cana, que recebe todos os incentivos e proteções administrativas possíveis. Somando-se à produção da capitania (Bahia) e exportada pelo porto de Salvador, a produção açucareira era aquela que merecia também maior interesse pelo seu volume, se comparado ao açúcar exportado por outras regiões. Isto pelo fato de ser a maior *plantation* baiana mais sergipana, a maior concentração de capital em um só produto.

A produção em Sergipe segue o modelo colonial, salvo algumas especificidades. Ao compararmos os engenhos sergipanos com a plantação baiana podemos salientar pequenas modificações: a produtividade dos engenhos da região do Cotinguiba, conforme informações do coevo soteropolitano, padre Marcos Antonio de Souza, era muito superior, destacando que, com vinte “cativos”, se produz em Sergipe a mesma quantidade de açúcar que em ricos engenhos baianos, com seus 100 escravos. A razão apresentada pelo cronista para isso, o tratamento diferenciado dado ao escravo, será discutida posteriormente. O que nos cabe levantar aqui é que, embora tenha exagerado nos números, fazia-se necessário que a produtividade em Sergipe fosse realmente maior que na Bahia, uma vez que o produto era, de certa forma, encarecido com o transporte ao porto baiano para exportar. Outro aspecto que parece interessante ressaltar é que a melhor qualidade do açúcar da região pode ser justificada pelos inúmeros pequenos rios, que além de irrigar, servia como via de transporte. O desgaste menor do solo pode ser outro fator, já que estamos lidando com uma região mais nova e, portanto, com solo mais rico.

Nas Memórias sobre a capitania de Sergipe Del Rey, um estranho fenômeno é apresentado como o fator principal para que a produção acima referida, na capital, se intensificasse nas margens do Rio Vaza-Barris: “o dilúvio”, processo de elevação das águas do rio, com o apodrecimento da cana e a conseqüente fertilização do solo. Como não conseguimos comprovar a veracidade do fenômeno narrado pelo religioso e como enchentes no Nordeste e, principalmente, na região dos Vaza-Barris são escassas, ou melhor, não possuem a periodicidade exigida pela agricultura, preferimos manter a visão de que o rio servia para o escoamento da produção⁵⁶. O que parece mais forte, neste ponto, é a visão clerical do presbítero, de certa forma relacionando a região com as enchentes do Rio Nilo que fertilizava os solos do Antigo Egito,

⁵⁵ Caio PRADO JR., *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, São Paulo, Brasiliense – Publifolha, 2000, pp.94-5.

⁵⁶ Caio PRADO JR., *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, São Paulo, Brasiliense – Publifolha, 2000, p. 143.

inclusive com alusões ao grande dilúvio bíblico⁵⁷. Em trecho posterior, nova referência ao Baixo Egito deixa clara essa admiração: “É verdade se malograda a sua indústria nos anos de esterilidade, que chegam algumas vezes a dois ou três e experimentam esta fatal desgraça em cada um espaço de dez anos. Mas eles remediariam esse inconveniente se lhes fosse conhecida a indústria dos habitantes do Baixo Egito.”⁵⁸ O que podemos verificar vai além de uma visão clerical da realidade; as enchentes do Rio Nilo justificavam uma série de medidas e técnicas de produção que poderiam ser usadas para aumentar a produtividade. Assim como o dilúvio bíblico ou as enchentes do Nilo poderiam ter servido para justificar investimentos governamentais na sua época, a associação com as sagradas águas chama atenção para as possibilidades que teriam o reino e, mais especificamente, os senhores de engenho, com o incremento e disseminação destas técnicas pela capitania. Até hoje, inclusive no populacho nordestino, estas possibilidades fazem parte do imaginário social da região: vencer a seca pela fórmula egípcia. A imagem do Rio para o nordestino, a qualquer tempo, vai muito além das explicações que qualquer um possa criar, pois se internaliza em cada um de nós de forma profunda, e se externaliza nas palavras de João Cabral de Melo Neto, em *Morte e Vida Severina*, talvez com a mesma força: “A cidade é fecundada / por aquela espada / que se derrama, / por aquela / úmida gengiva de espada”⁵⁹. O vaticínio das duas ciganas egípcias para o recém-nascido remonta a mesma esperança bíblica: “E mais: para que não pensem / que sua vida tudo é triste, / vejo coisa que trabalho / talvez até lhe conquiste:/que é mudar-se destes mangues / daqui do Capibaribe / para o mocambo melhor / nos mangues do Beberibe.”⁶⁰ Além das ricas informações contidas na Memória sobre a Capitania de Sergipe, o que se destaca é o conteúdo ideológico, de forte apelo liberal (inclusive com as já referendadas citações de Say e Smith). Esta ideologia vem associada a uma ampla visão do que significava para o Brasil e, particularmente, para Sergipe, a abertura dos portos às “nações amigas”. O autor chama a atenção para alguns produtos de suma importância para o “armazém do mundo (Londres – Le magasin du monde et le temple de Mars – Fleury Chant. I)” que se abriu em virtude da “liberdade de comércio” e que deveria ter a sua produção incentivada. Marcos Antônio de Souza vislumbra assim, uma maior liberdade na comercialização de mercadoria e a necessidade urgente de

⁵⁷ Marcos Antônio de SOUZA, Memória Sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808 – Sua Fundação, População, e Melhoramentos de que é Capaz, 2ª Edição, Estado de Sergipe, IBGE, Aracaju, 1944, pp.16-7.

⁵⁸ Marcos Antônio de SOUZA, Memória Sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808 – Sua Fundação, População, e Melhoramentos de que é Capaz, 2ª Edição, Estado de Sergipe, IBGE, Aracaju, 1944, pp.21

⁵⁹ Trecho da poesia *Fábula do Capibaribe*, O Cão sem Plumas In: João Cabral de MELO NETO, Antologia Poética, 5ª Edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1979, p.169

⁶⁰ Trecho da poesia *Falam as duas ciganas que haviam aparecido com os vizinhos*, parte do Auto de Natal Pernambucano – *Morte e Vida Severina* In: João Cabral de MELO NETO, Morte e Vida Severina e Outros Poemas em Voz Alta, 8ª Edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1976.

diversificá-la para “crescer a massa da riqueza”, acreditando, inclusive, que o “terremoto político” na Europa criaria novos espaços para o “comércio português”⁶¹.

Ao analisar a crise do sistema colonial, e a reordenação internacional, o presbítero Marcos Antônio de Souza percebe que a crise política poderia ser favorável a Portugal, pois ampliaria as formas de negociação, principalmente com a Inglaterra. As possibilidades ou impossibilidades do governo português ter absorvido os conselhos do presbítero e ter usufruído da crise para manter a colônia geram um frutífero debate acerca da Independência do Brasil. Para Valentim Alexandre, a desagregação do domínio luso deve ser entendida através do “conceito de vulnerabilidade, e não de crise, o que nos parece melhor exprimir a situação do império português sul-atlântico e o tipo de dificuldades com que se defronta – uma vulnerabilidade permanente, estrutural, que já vem da origem do sistema, no século XVII, revelando-se mais claramente em todas as épocas de conflito internacional aberto à escala europeia, e que se acentua no início do século XIX, levando ao colapso de 1807.”⁶² Ao se basear no pensamento português do período, Valentim Alexandre talvez não tenha conseguido realizar uma distinção entre o que se falava do alto das tribunas das cortes portuguesas e os reais interesses que circundavam pela economia colonial. Estava em questão exatamente a quebra do exclusivo, narrada pelo padre, onde, segundo Karl Marx, residiam as vantagens metropolitanas.

O volume e a natureza dos discursos geraram uma confusão nas conclusões de Valentim porque, embora este estabeleça que modificações estruturais tenham tornado a ruptura do sistema inevitável⁶³ e também assuma que a ruptura se processou em virtude da quebra do pacto colonial de 1808 e do tratado de 1810⁶⁴, conclui que o momento deve ser entendido, não sobre a ótica da crise, pois “remeteria para disfunções internas na realidade inexistentes”, mas de “vulnerabilidade geopolíticas”.⁶⁵ A causa não pode

⁶¹ Marcos Antônio de SOUZA, Memória Sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808 – Sua Fundação, População, e Melhoramentos de que é Capaz, 2ª Edição, Estado de Sergipe, IBGE, Aracaju, 1944, pp. 17-8

⁶² Valentim ALEXANDRE, Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português, Lisboa, Edições Afrontamento, 1993, p.93.

⁶³ “A idéia de ruptura do sistema luso-brasileiro passava a ter o seu fundamento, não em motins de ordem ocidental, como a incapacidade governativa para definir uma política favorável aos interesses portugueses, mas em razões estruturais, irreversíveis, que teriam tornado inevitável”, Valentim ALEXANDRE, Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português, Lisboa, Edições Afrontamento, 1993, p.436.

⁶⁴ “Os elementos novos que explicam a quebra são, em primeiro lugar, a ruptura do pacto colonial, com a abertura dos portos do Brasil, em 1808; e também o tratado de 1810, não só pela baixa nas tarifas alfandegárias, como sobretudo pela admissão da entrada de tecidos de algodão.”, Valentim ALEXANDRE, Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português, Lisboa, Edições Afrontamento, 1993, p.787.

⁶⁵ “Recorremos por isso, como conceito central interpretativo, não à ideia de crise (que nos remeteria para disfunções internas na realidade inexistentes), mas à de vulnerabilidade, entendida em termos geo-políticos.”, Valentim ALEXANDRE, Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português, Lisboa, Edições Afrontamento, 1993, p. 795.

flutuar entre dois pontos tão distantes: ou é estrutural e houve uma ruptura inevitável, ou a fragmentação do Império se deu em virtude das debilidades políticas de Portugal frente aos países hegemônicos. O fato de não realizar um olhar sistêmico sobre o império impediu que Valentim Alexandre chegasse a conclusões coerentes: perceber que a debilidade de Portugal frente às potências internacionais é também consequência da crise do sistema colonial e foi o desenrolar desta crise que culminou a desagregação do império. A “debilidade” só pode ser entendida, e nisso a sua pesquisa é válida, dentro de um contexto de ruptura, acelerado pelos fatos históricos ocorridos depois de 1807, ou mesmo antes. Preferimos, portanto, assumir “[...] a independência como momento de um longo processo de ruptura, ou seja, desagregação do sistema colonial e a montagem do Estado nacional.”⁶⁶

Ao destacar as possibilidades de Sergipe frente a uma abertura comercial com a Inglaterra, estão em “jogo” os interesses do império, os interesses de Portugal, os interesses da Bahia. Porém, ao menos no discurso, Sergipe assume um caráter de relevância em que não mais o modelo fechado de comércio, determinado pelo reino ou pelo governo baiano, determina todas as possibilidades de produção. E se o cenário era de impossibilidades para Portugal de superar a crise, esta acenava em outros tantos aspectos como de possibilidade outras, e se o argumento de Valentim Alexandre, de impossibilidade para Portugal, estiver correto, o argumento do Padre Liberal, de aumento das possibilidades de comércio para Sergipe, também estaria correto.

Abriam-se perspectivas em que o que deve ser produzido, como, onde, se estabelecem por esse novo contexto internacional: o de abertura dos mercados. Ao abrir perspectivas para uma “liberdade” comercial, ampliam-se as possibilidades da produção, deslocando o eixo, pelo menos no pensamento do contemporâneo Marcos Antônio, do externo para dentro da produção. O algodão, em virtude do momento histórico, no limiar da grande Revolução Inglesa, torna-se logo o produto a ser incentivado e, por isso, o Governo da Bahia solicita ao Capitão-Mor Interino que “desse melhor expediente para os criadores na cultura de algodão, por resultar utilidade ao Reino e conveniência aos militares”.⁶⁷ Provavelmente, já se verificava, em 1770, que os tecidos de algodão redefiniriam o cenário mundial.

Com este novo cenário, ampliam-se os investimentos nas plantações para a exportação, não apenas do algodão para o tecido inglês, mas também dos tradicionais produtos, inclusive do açúcar. Em Sergipe, podemos estabelecer que a quantidade dos engenhos de açúcar cresceu significativamente no período e, muito embora não existam dados precisos, podemos ter uma idéia do tamanho da produção e,

⁶⁶ Guilherme MOTA & Fernando NOVAIS, *A Independência Política do Brasil*, São Paulo, Moderna, 1986, p.7.

⁶⁷ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 190, doc.02, 21 de janeiro de 1770, Capitão Mor Interino de Sergipe.

principalmente, do seu avanço, demonstrado pela expansão do número de engenhos: segundo Vilhena, em 1798 existiam 140 engenhos, já em *Corografia Basílica*, publicada pela primeira vez em 1817, de Manoel Aires do Casal, vemos um número de 300 engenhos. Em 1824, “o presidente da província em ofício ao imperador” falava em 226. Filtrando a qualidade das informações e admitindo que a produtividade nos engenhos sergipanos era superior a dos engenhos baianos, acreditamos ser significativa a produção de açúcar na capitania subordinada. Infelizmente não podemos dispor das informações das balanças de pagamentos de forma separada, tendo em vista que as exportações eram feitas pelo porto da Bahia. Considerando a informação de Vilhena de 140 engenhos em Sergipe, comparados aos 260 da Bahia, podemos realizar uma comparação grosseira e simplória: chegaríamos a 35% do total da cana produzida na Bahia. Em 1818, Stuart Schwartz destaca números parecidos: 325 para a Bahia, 156 para Sergipe e 25% do total da Bahia⁶⁸. Caso utilizássemos esses números nas informações sobre a balança de comércio⁶⁹, mesmo no péssimo ano de 1798 (ano das informações de Vilhena), teríamos um valor aproximado de 1.002.177\$440 (35% x 2.863.365\$114), portanto, um total superior a portos como Maranhão, Pará e Santos. Dentre outros problemas que podem ser apresentados nesta comparação, o tabaco pode ser superestimado se assumirmos a mesma proporção. A produção de tabaco, embora significativa, levando Caio Prado a apontá-la como um dos três principais centros de produção da colônia⁷⁰, tem que competir com os dois maiores, ambos da Bahia. Se o item “vários” pode gerar discussões, a sua retirada não prejudicaria o nosso propósito: teríamos o valor aproximado de 814.164\$216, equivalente à região do Maranhão e superior às outras duas, muito embora acreditemos que este valor seja muito maior porque Sergipe participa, significativamente, das exportações de algodão⁷¹ e da produção de couro, provavelmente superando a Bahia nestes itens. Além disto, as vendas para o consumo interno no recôncavo eram bem maiores que as compras nesta mesma praça, o que leva a região a ser caracterizada como “celeiro da Bahia”⁷².

⁶⁸ Ao aplicarmos esse percentual no total (soma dos anos de 1796-1811), José Jobson ARRUDA, *O Brasil no Comércio Colonial*, Col. Ensaios – 64, São Paulo, Editora Ática, 1980, p.146, teríamos uma participação de Sergipe em torno de 7% do total das exportações brasileiras.

⁶⁹ José Jobson ARRUDA, *O Brasil no Comércio Colonial*, Col. Ensaios – 64, São Paulo, Editora Ática, 1980, p.141.

⁷⁰ Caio PRADO JR., *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, São Paulo, Brasiliense-Publifolha, 2000, p. 150

⁷¹ Marcos Antonio de Souza, nas *Memórias Sobre a Capitania de Sergipe*, p.34, descreve que apenas na Vila de S. Amaro, região do Vale do Cotinguiba se produzia mais de quatro mil arrobas, comparando com as 6.720 arrobas exportadas pela Bahia no ano de 1807, cf. José Jobson ARRUDA, *O Brasil no Comércio Colonial*, Col. Ensaios – 64, São Paulo, Editora Ática, 1980, p. 368, a produção de Sergipe representa mais da metade das exportações baianas.

⁷² Maria Thetis NUNES, *História de Sergipe a partir de 1820*, 1º Volume (1820-1831), Rio de Janeiro, Ed. Cádeta, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, p.26.

Todas essas digressões são para comprovar a importância econômica desta pequena região, a qualidade superior do açúcar em relação ao produzido na Bahia, as vantagens da terra nova, demonstrando-se surpreendentemente periférica, mas nem tanto. Como se já não bastasse para justificar a sua importância, parte da produção sergipana, a escoada pelo Rio São Francisco, era exportada pelos portos pernambucanos e computada na balança de pagamentos desta capitania, ao invés de ser na da baiana⁷³. Provavelmente tenhamos um caso semelhante no Espírito Santo, capitania subordinada à Bahia que, em virtude da sua proximidade, realizava sua exportação pelo Rio de Janeiro. Vale ressaltar, não só a importância no mercado nacional, mas a expansão da produção sergipana e a sua transformação econômica de casebres remendados à casa grande e senzala.

Um dos fatores da expansão da grande plantação, que apontamos sem nos aprofundar, é a distribuição do patrimônio da Companhia de Jesus. A expulsão dos Jesuítas pode ter aberto espaço para a expansão agrícola, para levantar as cercas, plantar canas e surrar os índios com elas. No mínimo, o patrimônio da Companhia de Jesus passava às mãos de produtores mais ambiciosos – se é que podemos retirar os padres desta categoria – já que, segundo Felisbello Freire, eles eram os principais proprietários da região⁷⁴ e mantinham alguns critérios, norteados pela religiosidade, que poderiam não ser tão propícios nem à nova, nem à velha ordem mundial.

Quanto mais a grande produção se ampliava, ela ocupava uma área mais significativa, gerando problemas para o fornecimento de alimentos. Em virtude desta expulsão da produção para a subsistência, e do aumento de pessoas ligadas à produção para o mercado externo que ampliava a necessidade de consumo, crises de abastecimento aumentaram a preocupação com a situação deste setor. Assim, medidas de controle da “especulação” das terras, assoladas pela seca, já faziam parte das ações do Governo Português. Proteger os pequenos produtores das dívidas impagáveis era uma prática presente desde 1760,

⁷³ Marcos Antonio de SOUZA, Memória Sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808 – Sua Fundação, População, e Melhoramentos de que é Capaz, 2ª Edição, Estado de Sergipe, IBGE, Aracaju, 1944, p.23.

⁷⁴ “Desconhecemos as peripécias do fato em Sergipe e o número de jesuítas que habitavam a capitania. Eram eles seus maiores proprietários e possuíam um número não pequeno de propriedades açucareiras.”, Felisbello FREIRE, História de Sergipe, 2ª Edição, Petrópolis, Vozes, Aracaju, Governo do Estado de Sergipe, 1977, pp.212-3. Existem contraposições a essa afirmativa. Maria Thetis NUNES, Sergipe Colonial II, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p. 231: “O Brasilanista Stuart Schwartz escreveu que, ao serem expulsos do Brasil, os jesuítas possuíam na Capitania da Bahia cinco engenhos com 698 escravos; nenhum deles, porém está localizado em terras de Sergipe del Rei, embora estas estivessem dentro daquela Capitania. Ante o registro dos documentos publicados, não assiste a razão a Felisbello Freire ao escrever que em Sergipe eram os jesuítas ‘seus maiores proprietários e ...’ ”. Muito embora as críticas feitas a Stuart Schwartz e ao Felisbello Freire tivessem sido realizadas muito mais como negação de comprovação do que necessariamente pela confirmação da não existência de engenhos associados aos Jesuítas, acreditamos que o argumento continua parcialmente válido. Ou seja, quaisquer que forem os fatos, o que nos interessa é que os jesuítas ao mesmo tempo em que deixava de ser um entrave à expansão, com a proteção aos índios, deixava também um patrimônio que, significativo ou não, representava uma distribuição que poderia fomentar a atração pela região.

acreditando o ouvidor de Estância que, ao invés de um avanço na produção, veríamos uma desertificação, em virtude do índice de endividamento: “com a falta e esterilidade dos frutos, que se tem experimentado há vários anos, pelas repetidas secas, [...] tem chegado a uma tal decadência, que apenas haverá em toda ela dez casas que não devão, [...] e por este motivo são tão continuadas e tantas as execuções que se fazem, que em lugar de cessarem crescem, e nestes termos resulta nas mesmas execuções rematarem-se os bens por diminuto preço, por quanto, em razão de não haver dinheiro, sucede, quase sempre, serem os arrematadores os próprios credores, ou os procuradores dos da Bahia, e muitas vezes os escravos [...] por metade da sua importância, um usurário e culpável [negócio] [...]”.⁷⁵ Além da tentativa de proteger a propriedade, percebe-se, ao final da citação, o envolvimento da lavoura com o capital circulante da cidade da Bahia. Mais que a seca, a exploração financeira associava o produtor local às suas dívidas e, ao primeiro sinal de crise, a propriedade era arrematada por um preço abaixo do seu valor para saldar os débitos. Felisbello Freire destaca que não existia liberdade de mercado, já que as Casas de Comércio controlavam o escoamento da produção, atrelando o lavrador a sua dívida, agindo como uma espécie de banco. Se isso é verdade para a grande produção, a pequena, por não possuir o mesmo poder de barganha, estava muito mais sujeita às flutuações do mercado⁷⁶.

2.3 Produção e Distribuição da subsistência.

Das regiões sergipanas⁷⁷, as principais estão ligadas diretamente à produção de açúcar: a região dos Vales do Cotinguiba e do Vaza Barris e, mormente, a freguesia de Laranjeiras. Porém, não só de açúcar

⁷⁵ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 201-11, João Batista Davier, Ouvidor de Estância, 28 de abril de 1769.

⁷⁶ Felisbello FREIRE, História de Sergipe, 2ª Edição, Petrópolis, Vozes, Aracaju, Governo do Estado de Sergipe, 1977, p.64, “as casas importantes de açúcar, estabelecidas no Estado, têm sido uma das mais importantes causas da sua decadência agrícola. Representado neles a função de bancos, porque seus diretores emprestam o capital aos lavradores, pelo juro excessivo de 2% ao mês, compreende-se que o preço é por eles determinado, e não pela livre concorrência no mercado. Ao mesmo tempo em que eles, os fornecedores do capital, são os compradores das mercadorias. Daí duplos proventos. Impõem o preço e o lavrador, na posição passiva de devedor, entrega o produto de seu trabalho. Não há liberdade de comércio”.

⁷⁷ cf. Marcos Antônio de SOUZA, Memória Sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808 – Sua Fundação, População, e Melhoramentos de que é Capaz, 2ª Edição, Estado de Sergipe, IBGE, Aracaju, 1944, pp.16-7, merecem destaque as seguintes localidades: Santa Luzia de Piagui (hoje, Santa Luzia); Nossa Senhora do Socorro de Thomar (Tomar do Geru); Nossa Senhora da Piedade do Lagarto (Lagarto); S. Antonio e Almas de Itabaiana (Itabaiana); S.Amaro das Grotas (Santo Amaro); Villa Nova Real do Rio de São Francisco; Vila de Propriá (Propriá). Outras freguesias são destacadas pela sua importância: Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba (Socorro), Laranjeiras, Estância, Campos (Tobias Barreto). Para facilitar, a partir de então usaremos a

vivia o homem, e a produção para o sustento local e para o envio à Bahia era uma preocupação constante dos governadores. Baseado em Marcos Antônio de Souza, os sergipanos sempre tiveram, se comparados à Bahia, mesmo que estejam relegados às regiões periféricas, uma alimentação diversificada e mais rica e uma produção que se destaca por essa qualidade das demais regiões, inclusive na produção do açúcar, no litoral. O gado, elemento dessa subsistência, usufrui parte do agreste, em virtude do relevo não se caracterizar como uma região favorável ao cultivo da cana de açúcar, fazendo com que Itabaiana e, dali, sertão adentro até o Rio São Francisco, se especializem como uma área com gado de relativa qualidade, se comparado ao Sertão da Bahia.⁷⁸ Restavam, ao pequeno produtor do hoje chamado nordeste brasileiro, áreas marginais, não ocupadas pela grande produção devido às suas características geográficas ou pela qualidade inferior do solo e/ou pelas poucas chuvas.⁷⁹ Pretendemos remontar como esse produtor estava ligado à produção do litoral e como, através da comercialização dos seus produtos, realizava a aquisição no litoral de produtos além mar,⁸⁰ fechando assim, o circuito de comércio, e aumentando a capacidade de exploração comercial metropolitana.

Entrar na discussão sobre a subsistência, na colônia, sem pincelar o debate, seria quase impossível, mas antes de nos inserirmos nele, destacamos que o objetivo não é realizar uma análise exaustiva, mas apenas apresentar os aspectos extremamente necessários para o desenrolar desta pesquisa. A divisão entre os estudiosos do sistema colonial reside, mormente, numa visão externalizada ou internalizada do processo de acumulação. Essa diferenciação se estabelece principalmente em virtude das escolhas que fazemos ao desenvolver qualquer pesquisa. Elegemos, assim, aquela que melhor fundamentasse a nossa análise e que mais se adequasse a nossa construção teórica. Esta pesquisa, como todas as outras, também faz eleições, escolhas, muito embora acreditemos que exista uma complementaridade dialética entre o

parte reduzida do nome das cidades e, para não confundir a cidade com a capitânia, passaremos a chamar a Vila de Sergipe Del Rey pelo seu primeiro e atual nome, São Cristóvão.

⁷⁸ Maria Nele dos SANTOS, A Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana no Século XIX (1850-1888), Dissertação de Mestrado, IFCH – UNICAMP, 1884, mimeo.

⁷⁹ Denis Antônio de Mendonça BERNARDES, O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822, São Paulo, 2002, Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 2001, mimeo, p.80, realizando uma análise do caso pernambucano, o autor chega às mesmas conclusões sobre a caracterização da comercialização na capitania: “Situados além das terras favoráveis à existência da produção açucareira, o agreste e o sertão tiveram, contudo, parte da dinâmica de sua ocupação determinada ou, ao menos, vinculada às conjunturas e exigências da área do açúcar. Seja porque, através da pecuária, proviam o litoral do animais necessários ao funcionamento dos engenhos, transporte de sua produção e o indispensável fornecimento de carne, seja como escoadouro e receptáculo de um excedente populacional que não encontrava lugar nas terras ocupadas pelos engenhos, cuja produção estava baseada na mão de obra escrava”.

⁸⁰ Denis Antônio de Mendonça BERNARDES, O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822, São Paulo, 2002, Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 2001, mimeo, p. 82, Quando analisa a comercialização do pequeno produtor algodoeiro, o autor estabelece que “transportando e comercializando, muitas vezes, ele próprio, sua produção, tinha acesso a uma renda monetária

externo e o interno, entre o geral e o específico, entre o abstrato e o concreto, entre a infra-estrutura e a superestrutura. Portanto, ao nos afinarmos com a chamada corrente dos sentidos, acreditamos que, inclusive nela, esta relação dialética esteja presente e se, em determinados trabalhos, ocorreram a escolha e a valorização de um viés, não negam a existência e correlação do seu suposto oposto, pois as análises não são concebidas dentro da ótica de um positivismo determinista, mas, ao contrário, sob a orientação do materialismo histórico.⁸¹ Portanto, ao elegermos um sentido para análise, não estamos negando a complementaridade do outro, ou sua importância dentro do debate historiográfico. Os mecanismos de acumulação mercantil e o papel da colônia são demarcados para que esta funcione como geradora da acumulação mercantil da metrópole, de forma que qualquer desenvolvimento interno gire em torno de uma estrutura montada para o mercado exportador⁸². Isso não impede que outras formas, das mais variadas possíveis, gistem-se dentro do quadro da colônia, afinal, não poderíamos conceber apenas um processo de produção em uma sociedade tão diversa como a colonial. João Manuel Cardoso de Mello redireciona o argumento: “[...] parte do tempo de trabalho da força de trabalho do setor exportador pode ser empregada na produção de subsistência. Neste caso, o caráter mercantil do setor produtor de alimentos desaparece e ele surge como que embutido no setor exportador”.⁸³ Percebemos, entretanto, que ao analisarmos de forma sistêmica, até mesmo esse trabalho destinado à subsistência, ao final da cadeia é incorporado ao mercado externo, já que essa subsistência é incorporada ao produto final.

A crise, portanto, caracteriza-se, em Sergipe, em todos os setores e aflora no seu movimento político de emancipação, e em outros tantos movimentos que detalharemos no decurso deste estudo. A estrutura montada e fundamentada na exploração comercial passa a ser questionada com mais vigor e os mecanismos de controle já não comportam a generalização das transformações sociais. Não cabe, portanto,

que o transformava em consumidor. Ao levar para vilas e povoados, ou mesmo para o Recife, suas sacas de algodão, retornava quase sempre levando algum produto adquirido no comércio local.”

⁸¹ “Destarte, a compreensão global desse processo histórico particular, envolve a captação dessa interação dialética entre a condição colonial articulada à metrópole e a formação social escravista da colônia, interação esta na qual o comando encontra-se fora do espaço colonial, pois a reprodução das relações sociais não se realiza endogenamente. Essa ênfase no comando externo da condição colonial não significa, contudo a exclusão permanente e definitiva da ação dos homens coloniais na busca de sua autodeterminação. Ao se delinear as linhas mestras dessa relação, não se exclui a gradativa interiorização da colônia.”, J. Jobson de Andrade ARRUDA, *O Sentido da Colônia. Revisitando a Crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil* In: História de Portugal, José TENGARRINHA (Org.), Bauru, SP, Edusc; São Paulo, SP, UNESP; Portugal, PO, Instituto Camões, 2000, p.170.

⁸² “Não cabe, portanto, a increpação de obsessão com relações externas (porque não estamos falando de nada externo ao sistema), nem de desprezo pelas articulações internas, pois estas não são incompatíveis com aquelas; trata-se, simplesmente, de enfatizar um ou outro lado, de acordo com os objetivos da análise”, Fernando Antônio NOVAIS, *Condições da Privacidade na Colônia* In: História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa, Vol.1, Laura de Mello e SOUZA (Org.), _____. (Dir), p. 448.

já no final do período colonial após a quebra do exclusivo, questionarmos o caráter endógeno ou exógeno da crise, mas como os elementos, sejam internos ou externos, agiram, ambos no sentido de proporcionar as rupturas.

Essas flutuações entre o caráter externo ou interno, demonstra-nos a dinâmica da estrutura produtiva e como ela se adequa às novas exigências e ao mercado⁸⁴. Portanto, o fato de diversas pesquisas apontarem para essa deficiência na produção doméstica de subsistência não quer dizer que ela não exista, ou que não possua importância política, econômica, social, mas que, de forma indireta e às vezes direta, esta produção está atrelada à grande produção. Ninguém de bom senso diria que esta produção não exista, mesmo porque, como se manteria a população? À base de melaço e rolete de cana seria muito difícil. Gilberto Freyre chama atenção para regiões como Bahia, Pernambuco, Maranhão, Sergipe Del Rei e Rio de Janeiro, onde se podem verificar “com maior ou menor intensidade, através do período colonial [...] [a] escassez de víveres frescos, quer animais, quer vegetais”,⁸⁵ o que comprova a marginalidade da subsistência neste período: “é a lavoura de mantimentos abafada pelas bandeiras dos canaviais”.⁸⁶

Esse processo chegou a gerar crises de abastecimento, o que obrigou o governo a implantar uma lei, em 1788, que forçasse cada produtor a plantar mil covas de mandioca por escravo de serviço.⁸⁷ Caio Prado destaca um alvará de 25 de fevereiro de 1688 em que se obrigava o plantio de 500 covas de mandioca por cada escravo de serviço, além de inúmeros outros atos legais para resolver o problema, o que parece não ter surtido o efeito desejado. Retornando para o particular, deparamo-nos com o mapa da mandioca de Sergipe Del Rey de 1785/1786, e verificamos claramente que as propriedades, com um número significativo de escravos, leia-se por significativo mais de três, não possuíam uma cova de mandioca em sua propriedade, sendo as maiores produtoras de farinha aquelas que não possuíam nenhum

⁸³ João Manoel Cardoso de MELLO, O Capitalismo Tardio. Contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira, 8ª Edição, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982, p.37.

⁸⁴ “Ora, como não houvesse condições para minimizar os custos através do progresso técnico, a camada senhorial empresária tinha necessariamente que procurar reduzir ao mínimo o custo da manutenção da força de trabalho escravizada. Para tanto, procurava fazer com que os escravos produzissem pelo menos uma parcela substancial de sua subsistência dentro da própria unidade produtora para exportação. E assim se inseria, no bojo de uma economia basicamente mercantil, toda uma faixa de produção de subsistência cujo processo se desenrola à margem do mercado. Mais ainda: esta era a única forma de defender-se a economia colonial das flutuações do mercado consumidor europeu sobre o qual quase nenhuma ação poderia ter. Nas épocas de expansão da procura, mobilizavam-se todos os fatores dentro de unidades produtivas de exportação para produzir para o mercado externo; abria-se, então, uma faixa para a produção colonial de subsistência autônoma (quer dizer, fora dos domínios da lavoura de exportação) vender ao setor exportador os seus excedentes. Em condições porém de estabilidade, ou depressão, nas grandes unidades produtivas exportadoras se deslocavam fatores da produção mercantil para a de subsistência; assim se preservava a estrutura, num nível baixíssimo de produtividade.”, Fernando NOVAIS, Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), 6ª Edição, Ed. Hucitec, São Paulo, 1995, p.109

⁸⁵ Gilberto FREYRE, Casa Grande & Senzala, 43ª Edição, Rio de Janeiro, Record, 2001, p.113.

⁸⁶ Gilberto FREYRE, Casa Grande & Senzala, 43ª Edição, Rio de Janeiro, Record, 2001, p.322.

escravo⁸⁸. Logo, o argumento de que a produção de subsistência era marginal é comprovado por esse desprezo para com estas plantações.

A imagem da região Nordeste como uma enorme plantação de mandacaru reside hoje na mente de povos de outras partes do Brasil, ou seja, a de um espaço totalmente prejudicado pela seca e que tem todos os seus problemas originados da mesma. Em função dessa associação, e por não distinguir o litoral do sertão nordestino, algumas análises sobre a situação colonial não conseguem vislumbrar como a divisão econômica da região empurrou o produtor de subsistência para regiões empobrecidas, salvo raras exceções⁸⁹. A alimentação, relegada ao sertão, não poderia ser primorosa, gerando as citadas crises. A parte mais rica e pouco afetada pela seca, a litorânea, era destinada para a grande produção exportadora. Por isso, a seca sempre afetou a barriga do nordestino, mas quase nunca interferiu no bolso dos latifundiários, aumentando a lacuna no nordeste não pela seca, mas pela péssima divisão de terras, herança do período colonial.

*Não tenho medo de terra
(Cavei pedra toda a vida)
e para quem lutou a braço
contra a piçarra da Caatinga
será fácil amansar
esta aqui, tão feminina.
Mas não avisto ninguém,
só folhas de cana fina⁹⁰;*

⁸⁷ Gilberto FREYRE, *Casa Grande & Senzala*, 43ª Edição, Rio de Janeiro, Record, 2001, p.109.

⁸⁸ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 191, Doc 13, Mapa da Mandioca realizado pelo capitão das ordenanças de Sergipe Del Rei. Antes mesmo de ter em mãos o mapa da mandioca, o pesquisador da UFS, José Mário S. Rezende, que realiza pesquisa de mestrado sobre a plantação de mandioca na região no século XVIII, afirmava no calor da oralidade: “mandioca era coisa de pobre”. O mapa acabou demonstrando.

⁸⁹ “Situado além das terras favoráveis à existência da produção açucareira, o agreste e o sertão tiveram, contudo parte da dinâmica de sua ocupação determinada ou, ao menos, vinculada as conjunturas e exigências da área do açúcar. Seja porque, através da pecuária, proviam o litoral dos animais necessários ao funcionamento dos engenhos, transporte de sua produção e o indispensável fornecimento de carne, seja como escoadouro e receptáculo de um excedente populacional que não encontrara lugar nas terras ocupadas pelo engenho, cuja produção estava baseada na mão de obra escrava”, Denis Antônio de Mendonça BERNARDES, *O Patriotismo Constitucional*, São Paulo, 2002, Tese de Doutorado, FFLCH, USP, mimeo, p. 80

⁹⁰ Trecho da poesia *O retirante chega à Zona da Mata, que faz pensar, outra vez, em interromper a viagem*, parte do Auto de Natal Pernambucano – Morte e Vida Severina In: João Cabral de MELO NETO, *Morte e Vida Severina e Outros Poemas em Voz Alta*, 8ª Edição, Rio de Janeiro, José Olimpio Editora, 1976, p. 89.

Pobres Severinos! Existe uma parte que lhes cabe neste latifúndio. Sendo assim, mesmo que em determinadas regiões o setor de subsistência tenha adquirido um caráter mais consistente, incorporando elementos da grande lavoura,⁹¹ no local em questão, Sergipe, os animais eram considerados incompatíveis com a produção açucareira, pois podemos imaginar o estrago que as vaquinhas fariam na cana-de-açúcar. Por isso, “as grandes lavouras de açúcar e de tabaco não se deixavam manchar de pastos para os bois descidos dos sertões e destinados ao corte. Bois e vacas que não fossem do serviço eram como animais danados para os latifundiários”.⁹² Eram destinadas, ao mercado interno, terras pouco produtivas que, em hipótese alguma, podem ser comparadas às do litoral. Exceto pequenas roças e algumas regiões especiais para a pecuária, como parte do Vale do São Francisco – em virtude das águas salinas do rio⁹³ – ou em parte do agreste, como Itabaiana, a pecuária pode ser resumida como uma vaquinha, com o “couro e o osso”, que mal consegue agüentar o “chocalho pendurado no pescoço”.

No cenário geral de proteção à grande lavoura, a agropecuária dependia de manejos jurídicos e burocráticos para o livre trânsito da produção de gado: no avançado ano de 1816, uma lei “estabeleceu o uso de cercas gerais para defenderem as respectivas lavouras; as quais se excluem agora neste requerimento por concorrerem, no presente caso, diversas circunstâncias relativas as madeiras, de que se haverão de fazer as ditas cercas. Porém, é igualmente certo que se proibirão inteiramente nos pastos circunvizinhos as fazendas cultivadas todos os pastos de negociação e multiplicação, ou criações, ficando somente permitidos os gados necessários para a lavoura, e as vacas destinadas para o uso de leite tão somente, mas abaixo de cercas particulares [...]”.⁹⁴ Liberação esta que deve ser lida com todas as ressalvas possíveis e justificadas pelo não uso da madeira, tão necessária à exportação e à construção de embarcações.

Logo, concordamos plenamente, pelo menos para o Nordeste, que “o que não é produção em larga escala de alguns gêneros de grande expressão comercial, e destinados à exportação, é fatalmente relegado

⁹¹ “Em primeiro lugar, no plano da produção, distinguem-se imediatamente dois setores básicos: um, de exportação organizado em grandes unidades funcionando à base do trabalho escravo, centrado na produção de mercadorias para o consumo europeu, é o setor primordial, que responde à razão mesma da colonização capitalista; outro, subordinado e dependente do primeiro, de subsistência, para atender ao consumo local naquilo que se não importa da metrópole, no qual cabe a pequena propriedade e o trabalho independente, que se organiza para permitir o funcionamento do primeiro. A dinâmica do conjunto da economia colonial é definida pelo setor exportador; em certas circunstâncias e áreas determinadas, o setor subsistência pode adquirir certo vulto, como no caso da pecuária, e então se organiza em grandes propriedades ou noutros casos incorpora o regime escravista.”, Fernando NOVAIS, Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), 6ª Edição, Ed. Hucitec, São Paulo, 1995, p.106-7.

⁹² Gilberto FREYRE, Casa Grande & Senzala, 43ª Edição, Rio de Janeiro, Record, 2001, p.112.

⁹³ Caio PRADO JR., Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia), São Paulo, Brasiliense-Publifolha, 2000, p.193.

⁹⁴ APES, Documentos Especiais, N.10

a um segundo plano mesquinho e miserável”⁹⁵ porque mesquinho e miserável é a condição da massa brasileira, seja ela analisada na sua formação, ou nos tempos modernos. Por isso, não poderíamos conceber que seria fácil, e barato ter um engenho, pois estaríamos realizando uma apologia, no mínimo perigosa, de que podem as classes populares ascender com facilidade a senhor.

Portanto, não conseguimos compactuar com afirmações como a de Luiz Felipe de Alencastro em que “a atividade pastoril dá origem a relações de produção que se apartam do escravismo”⁹⁶, pois o escravismo, como sistema, se entrelaça com outras formas de produção, mas ao findar, estas formas não preponderantes estão imbricadas à forma principal. Assim, ao assumirmos o modelo braudeliano, “bouclage impossible, affaire impossible”, tão destacado no citado Trato dos Viventes, não poderíamos conceber que o fluxo comercial do gado se estabeleça para outra região que não a produtora de bens exportáveis e que ela não dependa, de certa forma, do mercado externo. A própria configuração geográfica, o mapa do gado, demonstra que existe uma associação mais que direta entre as duas produções e, embora não seja o objetivo deste trabalho, arriscamos dizer que um dos fortes motivos para Portugal controlar o sal é exatamente para a realização de parte do *bouclage*. Além disso, o próprio gado, ou melhor, o couro, era um importante item na pauta de exportação e, portanto, seguindo o raciocínio do próprio Luiz Felipe Alencastro, se não existisse a complementação comercial, essa produção estaria fadada a ter um fim curto, o que não ocorreu. Ao analisar alguns inventários do período colonial em Sergipe, podemos perceber que, entre eles, existia uma série de produtos que complementavam esse comércio com o exterior e que se caracterizavam como produtos de distinção e nobreza⁹⁷. Desta forma, para manter uma aparência social, fazia-se necessário todo um aparato que ia da roupa feita com tecidos importados às ferragens e utensílios europeus⁹⁸.

O volume e o interesse pelas feiras desmentem a não existência de vínculo entre o sertão e o sistema de produção da cana-de-açúcar. Estas feiras garantem a ligação entre o sertão e o litoral, entre a

⁹⁵ Caio PRADO JR., *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, São Paulo, Brasiliense-Publifolha, 2000, p.292.

⁹⁶ Luiz Felipe de ALENCASTRO, *O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII*. São Paulo, Cia das Letras, 2000, p. 341.

⁹⁷ Ao avaliar a povoação de Laranjeiras, Hortência de Abreu GONÇALVES, analisando os inventários de 1817, indica: “Existia nesta povoação um comércio local aquecido, inclusive com a presença de diversos estrangeiros, com grande quantidade de tecidos ingleses, portugueses, franceses, indianos, contando ainda com produtos do tipo ferragens, couros secos, cera branca e outros de uso regular na capitania.”, *Sergipe entre os anos de 1780-1855: A relação campo-cidade na formação do território*, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, UFS, mimeo, p. 57

⁹⁸ Sobre o assunto ver *História da Vida Privada no Brasil*, Volume 1 – Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa, , Laura de Melo e SOUZA (Org.), Fernando Antônio NOVAIS (Dir.), São Paulo, Cia das Letras, 1997.

produção de subsistência e a produção para o mercado externo.⁹⁹ Além disto, o consumo dos sertanejos amplia o mercado para os produtos europeus, afinal a distinção, a nobreza era uma “virtude” que compunha o modelo social do período colonial e, ao sociabilizar-se, o senhor de gados, ou até o pequeno produtor, precisava estar inserido dentro destes padrões, mesmo com tecidos inferiores. Outra alternativa para a sua participação neste mercado se estabeleceria através da aquisição de ferramentas (enxadas, facões, pás, candeeiros, etc) necessárias as suas atividades produtivas.

As feiras proporcionavam ao governo uma possibilidade de controle sobre a tributação do gado, tendo em vista que sempre foi um problema organizar a tributação interna, já que a maior parte da tributação era apregoada na exportação e importação. Ao comentar sobre o “subsídio literário das carnes”, em 1785, o Juiz ordinário Marcelino Torres diz que “provavelmente os senhores de engenho” matam periodicamente cabeças de gado para realizar pagamentos aos seus trabalhadores e a “quem lhes parece por dinheiro”¹⁰⁰. Vale destacar que, mesmo com todas as restrições à produção de gado, existiam, ao menos no termo de Sergipe Del Rey, Senhores de Engenho ligados à essa produção. Este fator precipita-se na preocupação do Capitão-Mor em como gerar o controle tributário desta mercadoria, tendo em vista que encerrava todo o ciclo dentro dos próprios engenhos, e às vezes servindo como moeda ao senhor de engenho, além de alimentar a sua propriedade.

Aliás, a preocupação tributária é uma constante e quanto mais próximo das épocas “perigosas” para a ordem social, procuravam-se mecanismos de justificar, flexibilizar essa cobrança. O ouvidor interino da comarca de Sergipe Del Rey, em carta à junta provisional, declara todo o seu conflito: “Eu tinha faculdade de fintar os povos a quantia, que a lei permite, porém esse recurso, além de não ser conforme as circunstâncias atuais, é pequeno: tenho procurado outros e de nenhum posso lançar mão”¹⁰¹. Esta preocupação em realizar uma tributação equilibrada e, às vezes, flexibilizada, era uma constante no primeiro ano das cortes; já em junho de 1821 um decreto foi baixado para atender “[...] o que pela insólita baixa do valor dos frutos, e por circunstâncias extraordinárias dos tempos passados, muitos devedores do tesouro nacional foram inculpavelmente reduzidos à impossibilidade de pagar suas dívidas e seriam arruinados com suas famílias se contra elas se procedesse com rigor das leis fiscais [...]”¹⁰². Além das famílias, arruinaria também o intuito das cortes de realizar uma revolução constitucional. Os motivos são

⁹⁹ Stuart SCHWARTZ, *Segredos Internos – engenhos e escravos na sociedade colonial – 1550-1835*. Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1988, p.88

¹⁰⁰ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 135, doc. S/N

¹⁰¹ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 637, doc. S/N

¹⁰² APES, G1 – 613, Doc. S/N.

claros, políticas fiscais acirradas são antipáticas ao povo em geral e um governo que está se instituindo precisa de muita força para “arrochar” os contribuintes.

O padre Vicente Roiz Basto realizou um verdadeiro tratado para demonstrar a importância da implantação de uma feira que interligasse as regiões sergipanas. Segundo ele, deveria ser na “entrada dos sertões, ponto onde concorrem as três estradas do Lagarto, Itabaiana e Campo do Brito” e seria de grande utilidade para conter os “escândalos na gente” pela falta de carne¹⁰³. Ao estabelecer a feira, passa-se a realizar um sistema de troca que, de certa forma, desenvolve um mercado interno. Não restam dúvidas que o gado, assim como a mandioca e os outros víveres passaram por um constante processo de crescimento da produção, do consumo e da comercialização, porém, era na circulação externa de mercadorias que o lucro se estabelecia de forma acelerada – o que não implica dizer que não existia internamente – proporcionando neste espaço (externo) uma acumulação com a velocidade exigida por esse momento histórico, cada vez mais capitalista. Se os criadores de gado estivessem acumulando internamente, de forma acelerada, por que o sertão nordestino é tão desgraçado? Apenas pela seca?

Um trecho quase imperceptível na carta, os “escândalos na gente”, era uma preocupação constante em quase todos os documentos que falavam sobre a subsistência. Este fato caracteriza o produto pela sua necessidade, e por essa razão, a produção de alimentos não poderia ser livremente comercializada, necessitando da intervenção e proteção do Estado. Pelo visto, o alimento regular acalmava os ânimos da população em geral e, depois do fim de Maria Antonieta d’Autriche de Lorraine, quem, em sua consciência, negaria essa afirmação? Ao mesmo tempo em que essa produção era de suma importância para a sustentação dos povos e manutenção da ordem em geral, essa sua natureza agia de forma contrária à nova ordem mundial, o liberalismo. Ou mesmo, o sentido da colonização, já que esses produtos tendiam primeiro a atender o mercado interno, de uma localidade específica, de preferência, para depois servir ao mercado externo. Ao identificar esta diferenciação, não podemos interpretá-la –, por maior que fosse o protecionismo, – que ela estivesse desvinculada da produção externa e que fosse apartada da relação de produção dominante. Pelo contrário, para dar sustentação a uma sociedade para o mercado, fez-se necessário a intervenção na subsistência, desvinculando-a, em parte, do mercado¹⁰⁴. O liberalismo na

¹⁰³ APES, G1 – 660, Doc. S/N.

¹⁰⁴ Mesmo com todas as ressalvas possíveis, pois estamos tratando de um sistema de acumulação colonial, cabe aqui algumas considerações acerca da “crítica da economia política” que podem ser preciosas para o entendimento da produção de subsistência como um dos elementos de um sistema de acumulação: “[...] onde o produto social assume a forma de mercadoria, têm de sair do capital-mercadoria os meios de subsistência dos trabalhadores e os não-trabalhadores, os materiais e os meios de trabalho”, Karl MARX, *O Capital – Crítica da Economia Política*, Trad., Livro 2, Vol. 3, 13ª Edição, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1989, p. 223 “As mesmas circunstâncias que produzem a condição fundamental da produção capitalista, a

França, levado ao extremo, fez Roland, ministro do Interior, não aplicar medidas protecionistas. Ao contrário, ele liberou o comércio de cereais em 8 de dezembro de 1792, fato que gerou protesto da comuna: “Não basta haver-se declarado que somos republicanos franceses; é preciso que o povo seja feliz, que tenha pão; sem pão não haverá leis, liberdade, República”¹⁰⁵.

Não há República, não há Governo Absolutista, não há feudo que resista à fome dos povos. O governo português, ciente do problema, implantava inúmeras medidas protecionistas para que isso não ocorresse. Além da legislação cuidadosa, da proteção às mercadorias de subsistências, as proteções locais desempenhavam, complementavam o papel. Em Sergipe, qualquer problema com a produção da farinha de mandioca, elemento básico na alimentação colonial, gerava imediatas medidas que impossibilitassem a saída deste produto. Em 1782, dez anos antes do protesto Francês que precipitou o declínio da Gironda, o Juiz ordinário Luiz Madureira e demais membros da Câmara, em virtude de uma “grande esterilidade da seca” e da “fome... que está o povo desta cidade e sua comarca”, solicitam que os portos de Santa Luzia sejam fechados à saída da farinha, e que não fosse permitido o embarque até que houvesse “a mesma abundância para o povo que padecem sem mantimentos [de] extrema necessidade”¹⁰⁶. Em 1793, para evitar que carregamentos fossem levados à outra capitania, foi retirado o pano do barco do “filho da Europa”, José Antônio, que “saiu carregado de farinha, foi a Pernambuco e aqui se acha com o projeto de tornar a carregar”¹⁰⁷. Podemos, assim, verificar que o fluxo de comércio para esses produtos era interrompido, mesmo dentro do território da colônia, para proteger a localidade em detrimento de outros núcleos populacionais, no caso a Bahia (São Salvador), ou Pernambuco.

Invertemos, assim, o sentido da análise: o sistema de acumulação colonial e a necessidade de mantê-lo dentro de uma ordem que dê sustentação a essa acumulação gera outras formas de produção paralela, mas fundamentada na ordem geral. Ao romper o fluxo de comércio, muda-se a natureza da mercadoria, dissociado-a diretamente do mercado, mas vinculando-a àquela produção destinada à acumulação comercial, já que sustenta a forma de produção dominante: a grande plantação para a

existência de uma classe assalariada, exigem a transição de toda a produção de mercadorias para a produção capitalista de mercadorias. Esta, na medida em que se desenvolve, decompõe e dissolve as velhas formas de produção, voltadas de preferência para a produção imediata e que só transformam em mercadoria o excedente da produção”, Idem, p.39. No sistema capitalista de produção, estas mercadorias fora do controle do capital e que se desenvolvem de forma autônoma são incorporadas ao processo produtivo, e de acumulação capitalista quando consumidos pelos trabalhadores, garantindo a sua reprodução. Portanto, embora produções isoladas possam estar fora da dominação do capital, no contexto geral de acumulação essas mercadorias influenciam e aceleram a acumulação dominante, que com o processo histórico vai abarcando estas formas de produção.

¹⁰⁵ Albert SOBOUL, *História da Revolução Francesa*. Trad., 2ª Ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974, pp. 251-5.

¹⁰⁶ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 201-7, Doc. 06, 11 de março de 1782.

¹⁰⁷ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 192, Doc. 34, 19 de janeiro de 1793.

exportação. Estas mercadorias, na sua essência, assumem um caráter diverso e estas proteções, estas diferenciações, de certa forma solidificam uma concepção identitária e de certa acumulação interna, onde o localismo passa a ser uma questão de sobrevivência e melhoria da qualidade da população daquele espaço social. Porém, ao proteger, ao restringir esse mercado, concebe-se uma forma de acumulação diferenciada e restrita pelo controle, onde novamente e ao final do processo de acumulação, esta se estabelece de forma acelerada naquele estágio em que exista uma certa flexibilidade na comercialização, proporcionando a exploração em escala ampliada. Se o desembocar, o desenvolver, o devir histórico deste tipo de produção criam as condições de uma sociedade organizada internamente e relacionada entre as diversas regiões, dando a concepção de nação, não podemos concebê-la na origem, pois cairíamos no anacronismo de imaginar que não existiria outra solução para o fornecimento da subsistência que não fosse o caminho da produção interna. Ou mesmo, que essa produção fosse gerar mecanismos de circulação que transcendessem as barreiras da localidade.

2.4 Debate Identitário e a Formação Libertária.

Imbricado na natureza do sistema de acumulação colonial, surgem os mecanismos de diferenciação entre a colônia e a metrópole, e os conflitos intrínsecos dessa relação. Muito embora possamos destacar, como o fez Georges Lefebvre, que “o que interditava o desabrochar das nacionalidades era o caráter dinástico de seus governos, a persistência da estrutura medieval dos Estados. Esta estrutura, malgrado os progressos da centralização monárquica, sustentava o particularismo provincial, e, antes de mais nada, a hierarquia social, baseado no privilégio”¹⁰⁸. Esta diferenciação provincial, – transposta a análise para uma sociedade colonial que não passara pelo modelo feudal – propicia o surgimento de questionamentos em torno da diferença, para de novo voltarmos a uma concepção cosmopolita na possibilidade de rompermos com aqueles fatores que nos colocam em “inferioridade”, ou seja, podemos também chegar a conclusões que novas nações podem surgir exatamente desta divergência de interesses locais, criando novas identidades. Estamos aplicando e insistindo numa concepção dialética, em que a realidade local se

¹⁰⁸ Georges LEFEBVRE, A Revolução Francesa, Trad., São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1966, p.81

relaciona com o complexo geral e, portanto, concebemos que existe uma relação entre os dois mundos e que dessa relação surgem tanto os questionamentos que implicam as mudanças como os fatores que insistem na sua manutenção, tanto os fatores que fazem surgir independência política em determinada localidade como os fatores que os unem ao todo.

Portanto, o contexto liberal se apresenta, seja no Brasil ou em Sergipe, limitado por esse conflito entre a ideologia e a realidade social do espaço específico, em que uma sociedade de base escravista assume e ajusta a ideologia dita externa, mas imbricada ao sistema da qual a especificidade faz parte, e a transfere para a realidade específica, fazendo com que as transfigurações das idéias se apresentem em constante conflito, camuflando a sua existência e sua ação. Em outro sentido, e não menos importante, esse ajustamento à realidade local faz com que a ideologia sofra ajustamentos. O que pretendemos é deixar claro que não basta assumirmos a superficialidade da ideologia, o quanto de externalidade ou de internalidade existe na sua construção, ou negarmos a existência apenas porque não conseguimos associar de forma direta o pensamento local com a matriz teórica originária, mas demonstrar que os conflitos sociais são dirigidos e precipitados por fatores diversos e se condensam nas diversas localidades pela influência e pela transformação da própria sociedade, seja como resultado de mudanças estruturais ou de natureza ideológica, ou das duas coisas ao mesmo tempo.

Voltaremos a esta mesma análise mais tarde, ao realizamos um estudo sobre os conflitos sociais fora dos engenhos, no próximo capítulo, e a inserção do pensamento liberal em Sergipe Del Rey, em que, norteados pelas *Idéias fora do lugar* de Roberto Schwarz, realizaremos uma associação entre a sociedade colonial e o pensamento subjacente, que propiciou o conjunto de revoluções em todo o Mundo.

Cabe-nos, agora, entender como a nossa realidade local se relaciona com o contexto geral, criando uma atmosfera de diferenciação, fundamental ao processo de separação. Pretendemos assim, estabelecer como essa ideologia que cria identidades diferenciadas interfere na construção de uma ideologia geral e como essa diferenciação, embora possa parecer contraditória à mudança, gera a própria mudança.

Retornando ao argumento de Lefebvre e, parcialmente negando-o, os privilégios locais propiciam a manutenção da estrutura antiga. Porém, ao ligarmos todos os privilégios numa imensa cadeia, relacionando-o com todo o sistema, percebemos que nem sempre esses privilégios são conciliáveis e, portanto, o conflito é intrínseco às várias realidades locais. A realidade na Bahia, em Recife, no Rio de Janeiro, em Luanda, em Lisboa ou em Sergipe Del Rey interage numa estrutura, o sistema colonial, mas a especificidade destas regiões, com seus interesses específicos, cria conflitos que colocam em cheque essa estrutura. E desses interesses surgem os sentimentos que associam ou dissociam os indivíduos da realidade – estrutura, criando por trás divisões que remetem, que esboçam esses interesses.

Como se estabelecem, portanto, o sentimento destas divisões, destas fronteiras? A partir de quando temos consciência das diferenças que nos relacionam com outros membros da mesma sociedade, com as mesmas características? Um caminho possível é aplicarmos a análise de uma concepção que mais tarde ficaria clara na teoria marxista: os interesses de classes. Para nos salvamos dos críticos, fazemos aqui todas as ressalvas possíveis, de uma sociedade colonial, distante de um modelo capitalista, com núcleos urbanos pouco desenvolvidos e o que mais qualquer associação d'O Capital com a sociedade colonial possa gerar de problemas. Assim, as estruturas provinciais de controle, e suas particularidades, podem ser explicadas tanto no Absolutismo como no pensamento esclarecido, pois para se manter no poder precisava o monarca equilibrar esses interesses. Essa diferenciação, para atender a determinados grupos, de determinadas regiões, ao mesmo tempo em que criava os mecanismos de controle e sedimentação do Rei, criava uma consciência social daquela localidade e das suas possibilidades, inclusive frente a outras regiões. Em última análise, as estruturas administrativas e suas particularidades assumem caráter ambivalente: ao mesmo tempo em que buscavam dar sustentação ao Estado Monárquico, o destruía, pois geravam possibilidades políticas para a busca de ampliação dos interesses locais que muitas vezes extrapola as possibilidades do sistema. Assim, “[...] subdivisões territoriais, com a implantação de novas câmaras ou subdivisões judiciais, tiveram conseqüências sobre o cotidiano da população e, embora pudessem representar mais controle sobre suas vidas, podiam igualmente trazer mais facilidades para a resolução de seus negócios e o atendimento de seus interesses, como bem notou Muniz Tavares [...]”¹⁰⁹.

Maria Thetis Nunes, ao analisar o episódio ocorrido em 1821, o retorno de Sergipe à capitania subordinada, analisa apenas parte deste argumento e atribui uma resistência a divisões administrativas, a capacidade de manter “um poder político distante” e, portanto, mais fácil de burlar os controles tributários.¹¹⁰ Vale notar que as subdivisões criam, acima de tudo, identidades com interesses políticos próprios, surgindo possibilidades de administrar o espaço sob a ótica e as expectativas da localidade, gerando talvez expansão. Mas, acima de tudo, controle social internamente, e de concorrência com outras esferas, externamente.

Existe, portanto, uma relação entre os fatores externos e internos. O fantasma de uma grande revolução que colocasse em risco a propriedade, embora de conseqüências internas, é aprofundado pelas notícias de acontecimentos externos. E se as alternativas para a elite dominante deveriam girar em torno de

¹⁰⁹ Denis BERNARDES, *O Patriotismo Constitucional*, São Paulo, 2002, Tese de Doutorado, FFLCH, USP, mimeo, p. 77

¹¹⁰ Maria Thetis NUNES, *História de Sergipe a partir de 1820*, 1º Volume (1820-1831), Rio de Janeiro, Ed. Cádutra, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, p. 41

um liberalismo adaptado à escravidão, ela sobreviveria com inúmeros contrapontos durante todo o período escravocrata, com possibilidades e perspectivas de acontecer, em qualquer momento, o rompimento desta estrutura, seja por pressão externa, seja pela luta constante dos negros pela liberdade. Essa sequência de lutas generalizadas cria na sociedade uma herança política revolucionária, herdeira da crise do antigo regime, mas que persiste na memória social, na elite, pelo medo de transformações de proporções maiores que as suas expectativas e no povo em geral pelas possibilidades de rompimento geradas por estas lutas.¹¹¹

Sergipe, portanto, se insere neste contexto e também de forma dupla, com possibilidades variadas e a associação ou dissociação a grupos políticos específicos deve ser entendida dentro do quadro desta formação rebelde, das expectativas geradas pelo liberalismo adaptado, ampliando todos esses fatores à ação local frente à Bahia.

Esse conflito entre as posições locais e as possibilidades da Bahia de administrar os conflitos de outra região incorria em questionamentos sobre a natureza desta administração e a possibilidade de romper e estabelecer uma administração local. Este espaço do conflito rompe com as barreiras hierárquicas e proporciona protestos conflituosos e questionadores da administração, seja local ou regional. Em última instância, existe a possibilidade de relacionamento direto com o próprio Rei, atenuando a ação das administrações locais.

Verdadeiro tratado¹¹² com esse intuito, apenas para exemplificar, demonstra, questiona, denuncia que as autoridades locais cometiam excessos inadmissíveis, pelo menos para poderosa parte da população sergipana. Neste documento, inúmeros “crimes” são narrados para justificar a queixa a um conjunto de capitães-mores que administravam Sergipe no período. Estas lutas, muito mais do que perpassarem por partidos, grupos econômicos, beiravam a disputas e lutas pessoais entre poderosos, por pendências do passado ou porque, em determinado momento, viam seus interesses em conflito, mesmo que todos usassem a ordem como justificativa para a ação política.

Através desta representação ao Príncipe Regente, os moradores da comarca de Sergipe Del Rey já informavam os procedimentos irregulares do ouvidor e corregedor José Antônio Alvarenga Barros Freire,

¹¹¹ “A complexidade do quadro político baiano emergente da adesão da província às cortes constituintes revela que um quarto de século de experiência acumulada no enfrentamento da crise do Antigo Regime português, até então represada, estava profundamente enraizada na mente dos homens que aí viviam. Essa experiência, eventualmente de conteúdo revolucionário, e que foi até então contida fora dos limites do espaço público quando derivava de práticas contrapostas ao absolutismo, passou a constituir-se, por obra da revolução liberal, num dos instrumentos ao qual recorreram as elites da Bahia para conformarem a nova ordem, disputando no plano mental a hegemonia com as outras que remontavam a diversa tradição: a do reformismo ilustrado”, István JANCÓS e João Paulo PIMENTA, *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)* In: Viagem Incompleta, 1500-200. A Experiência Brasileira. Formação: histórias. Carlos Guilherme Mota (Org.), São Paulo, Editora SENAC-SP, 2000, p.162-3

associando-o a crimes de extorsão, assassinato, desvio de herança dos cofres públicos, roubo de impostos e de escravos, suborno, dentre outros, além de viver com “uma amásia denominada Jerônima, de quem tem dois filhos, sem embargo desta ser casada”¹¹³.

Segundo os moradores, não teria “V.Alteza Real necessidade para o seu serviço de vassalos de famílias falsas a coroa, como o é este tal bacharel dos Alvarengas de Minas, que por conta da sedição, e levante, que em Minas erigiu um novo Rei e Corte, foram julgados na [?] do Rio de Janeiro seguindo a determinação da Lei e um termo deste tal chamado Cláudio Manuel [da Costa] que servia de advogado em Vila Rica, que por [envolvido] na dita sedição, sendo preso, e conhecendo este o delito em que [tinha] cometido, por se mesmo se enforcou na dita prisão, cujo procedimento informa a V.Alteza o Conde de Barbacena [...] parece que V.Alt.Real a ter lembrança do que se expõem, não admitiria ao seu serviço um bacharel de família conspirada”¹¹⁴.

O sobrinho continua respondendo pela ação do tio, Alvarenga Peixoto, que foi “metido em fúnebres prisões, privado de toda a comunicação” até a morte e, por consequência, o fim do “reinado do Sr. D. José”. A associação com a sedição em Minas demonstra que, mesmo para ser usada de forma punitiva, como exemplo negativo, o conhecimento da mesma era disseminado pelo Reino, inclusive com detalhes dos seus agentes, como Cláudio Manuel da Costa ou de sua morte¹¹⁵. Por trás da rejeição à família de um inconfidente, os moradores colocavam a boa ordem para retirar dos postos de comando uma equipe que, segundo eles, estava “arruinando estes povos”, por não possuírem condições de “contribuir” com um “novo imposto” para ser “extorquido” pelo Capitão-Mor que já havia retirado “8.700” réis dos “cofres do juízo dos ausentes”¹¹⁶.

Meses depois, em uma outra representação,¹¹⁷ quando comentavam ao Rei sobre a nomeação de determinado Sargento-Mor realizada pelo Capitão, os queixosos moradores afirmam que este subornava os vereadores, “por receber dele [Sargento] dádivas de vacas mortas, feixes de açúcar”¹¹⁸. Nesta mesma representação, além da sedição mineira, uma sedição local foi acobertada e escondida pelo Capitão, segundo os moradores, a apuração foi intencionalmente negligenciada para livrar os suspeitos: “Ele deixa

¹¹² AHU, Conselho Ultramarino, Cx. 9, Doc.15, 27 de fevereiro de 1805.

¹¹³ AHU, Conselho Ultramarino, Cx. 9, Doc.15, 27 de fevereiro de 1805.

¹¹⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Cx. 9, Doc.15, 27 de fevereiro de 1805.

¹¹⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Cx. 9, Doc.15, 27 de fevereiro de 1805.

¹¹⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Cx. 9, Doc.15, 27 de fevereiro de 1805.

¹¹⁷ A primeira representação está danificada na parte das assinaturas, assim como na borda do papel. Pelo teor das acusações, pela caligrafia, acreditamos que se trata do mesmo grupo que possui entre os assinantes José de Barros Pimentel, além de Manuel Pereira de Carvalho, Manuel Lins, Raimundo Menezes, Francisco Muniz Teles.

¹¹⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Cx. 9, Doc.481, 05 de outubro de 1805.

de tirar a devassa da sedição e levante de povo, que se fez ao vigário Collado da freguesia de Nossa Senhora do Socorro, sendo este delito de lesa majestade de primeira cabeça como regula a carta régia de 21 de outubro de 1757, por ver que envolvia nesta sedição, e tumulto ao seu parcial amigo o sargento mor Bento José de Oliveira, que [?] aconselhou e deu agregados para essa sedição”.¹¹⁹

Em documento citado anteriormente, já havia queixas de que uma “sociedade de escravos fugidos, que este [sargento-mor] pode agregar, ainda sabendo-se dos seus legítimos [direitos] para os denunciar ao juízo dos ausentes e logo que são apreendidos os tendo a si, e só são vistos no dia em que ele os vem arrematá-los por diminuto preço de 40, 50 e 60 mil réis, e estes fiados isso depois vende-os por 100 mil réis [...]”¹²⁰. Essa sociedade, montada entre o Sargento Mor Bento José de Oliveira e o Capitão-Mor, envolvia pessoas influentes de todas as instâncias de poder, e o episódio da venda dos escravos tornava-se, além de um excelente negócio para os que dele lucravam, um risco imenso para os produtores locais que eram triplamente lesados. Primeiro, por verem dos cofres públicos o financiamento da escusa sociedade (fiado); segundo, pelo aumento no preço dos escravos; e, terceiro, pelo risco de seus próprios escravos serem arrematados sem que eles tomassem ciência de quais as “peças” que estavam entre os itens a serem leiloados pelo juízo dos ausentes. Um documento, que será analisado em capítulo posterior, demonstra como alguns escravos eram vendidos, inclusive mais de uma vez.

Esta representação apresentada pelos moradores se justifica pelo fato de se dirigir ao príncipe regente, porque existia em Sergipe e na Bahia um esquema de proteção ao capitão mor, inclusive envolvendo o governador da capitania que “providência nenhuma” tomou, quando as muitas solicitações de investigação foram feitas. Estas solicitações ficam “na secretária sem despacho de qualidade alguma; talvez com o receio de que não sejam apresentadas na Real Presença de V.A. ocorrendo mais ser o secretário daquele governo protetor do predito Sargento Mor Bento José de Oliveira”. Finaliza solicitando “mandar punir a estes indivíduos por um ministro do desembargo do País, ou de outro qualquer tribunal” que não seja o da Bahia.

Dentre quem assina as queixas, encontrava-se José de Barros Pimentel, associado pela historiografia sergipana como defensor dos interesses baianos e contrário à emancipação de Sergipe: “sob a influência de Barros Pimentel e outros senhores de engenho comprometidos financeiramente com os

¹¹⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Cx. 9, Doc.481, 05 de outubro de 1805.

¹²⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Cx. 9, Doc.15, 27 de fevereiro de 1805.

comerciantes lusos de Salvador, ao contrário de João Dantas, Labatut tomou posição desfavorável a autonomia política de Sergipe”.¹²¹

O documento acima referido deixa claro que, muito mais do que comprometidos financeiramente, o argumento mais adequado é que Barros Pimentel, ao criticar o governo baiano em 1805, ou ao associar-se a ele em 1823, estivesse mantendo o mesmo objetivo: desejavam “referendos as sagradas leis, a maior complacência, e sossego nas suas pousadas para melhor laborarem nas suas culturas”¹²². Eloy Pessoa, nomeado governador da província em 1823 e substituindo o próprio Barros Pimentel, que havia assumido interinamente, muito mais do que representava a separação de interesses econômicos ou identitários, configurava-se como um risco para a sociedade escravocrata sergipana, ou seja, “as idéias abolicionistas deste, perigosíssimas para uma sociedade escravocrata, como a do Recôncavo Baiano”¹²³. Mais tarde, em 1826, José Eloy Pessoa da Silva publica suas idéias nas “Memórias sobre a escravatura e projeto de colonização e pretos da África no Império do Brasil” onde esboça os benefícios que o fim da escravidão poderia proporcionar à indústria e ao comércio brasileiro¹²⁴.

Este clima de instabilidade precipita e é precipitado pela crise do antigo sistema colonial, e coloca em risco desde a propriedade dos senhores de engenhos, – seja pelos escravos fugidos em 1805, seja pela possibilidade de abolição em 1823, – os riscos de vida que aqueles corriam com o relativo afrouxamento da estrutura administrativa.

“José Tavares, casado, morador no Sapé” morreu assassinado por outro Sargento da região, “o Capitão-Mor João de Aguiar Bosco”, “homem rico e poderoso” que fazia parte do citado grupo do Alvarenga. Segundo o relato, o episódio não foi apurado, muito embora o próprio Sargento tenha executado o crime, “às 5 horas da madrugada”, na casa de José Tavares, “com dois tiros nos peitos”. Para completar, prendeu o irmão da vítima, Manuel Tavares, “o levaram a uma gruta, onde o amarraram, e o fizeram perecer” com tiros, “cortando-se-lhe a língua, e o membro viril”¹²⁵.

Surge da crise e das possibilidades de superá-la o processo político que culminou na sua desagregação, refletido em diversas áreas, de forma diferenciada.¹²⁶ As contradições sociais do antigo

¹²¹ Maria Thetis NUNES, *História de Sergipe a partir de 1820*, 1º Volume (1820-1831), Rio de Janeiro, Ed. Cádeta, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, p. 58.

¹²² AHU, Conselho Ultramarino, Cx. 9, Doc.481, 05 de outubro de 1805.

¹²³ Maria Thetis NUNES, *História de Sergipe a partir de 1820*, 1º Volume (1820-1831), Rio de Janeiro, Ed. Cádeta, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, p. 60.

¹²⁴ Emilia Viotti da COSTA, *Da Senzala à Colônia*, 4ª Edição, São Paulo, Fundação Editora UNESP, 1998, p.399.

¹²⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Cx. 9, Doc.481, 05 de outubro de 1805.

¹²⁶ István JANCÓS e João Paulo G. PIMENTA ampliam o argumento, “a crise não aparece à consciência dos homens como modelo em via de esgotamento, mas como percepção da perda de operacionalidade das formas consagradas de reiteração da

regime afloram, se expandem, com efeitos diretos e indiretos, pela tentativa de manutenção ou pelas mudanças inevitáveis a essa manutenção. E se, nas palavras de István Jancsó e João Paulo Pimenta, “a identidade nacional brasileira emergiu para expressar a adesão a uma nação que deliberadamente rejeitava identificar-se com todo o corpo social do país, e dotou-se para tanto de um Estado para manter sob controle o inimigo interno”¹²⁷, Sergipe, como parte deste processo, acenou para a necessidade de criação de um “Estado” local para conter parte destes distúrbios. Como resultado, assim como emergia uma identidade nacional, emergia uma identidade local vinculada pela possibilidade de controle de uma sociedade em constante estado de rebeldia.

Os riscos internos deste período, graças às possibilidades de revoltas escrava eram mais recorrentes, e mais concretos que qualquer outro receio dos senhores. Deixamos, porém, para inserir esse elemento no terceiro capítulo. Cabe-nos, agora, demonstrar que outros “riscos” pairavam pela mentalidade da elite dominante e o clima geral era de temor, de que revoltas e invasões questionavam a ordem social e a propriedade.

A França, desde a revolução, passa a ser um risco constante, seja para o Império Português como um todo, seja para parte de seus domínios. Para Sergipe, esse era um problema recorrente, pois desde a sua origem, com a expansão do território baiano, o risco de ataque Francês foi um dos motivos para a empreitada, como destaca Gabriel Soares de Souza, em 1580, no ensaio Notícias do Brasil: “Tem este rio duas léguas por ele acima é terra fraca, mas daí avante é muito boa para se poder povoar, onde convêm muito se faça uma povoação, assim para atalhar que não entrem ali Franceses, como para segurar aquela costa de gentio que vive rio acima, o qual todos os anos faz muitos dados [...]”¹²⁸. Não só os franceses, é certo, e uma invasão holandesa se concretizaria em 1637, com o intuito de controlar a região “situada entre a capitania da Bahia e a terra do domínio holandês era vantajosa para a defesa de nossas fronteiras, abundava de gado e dava mais de uma esperança de minas”.¹²⁹ Sergipe era além de tudo, e continuou

vida social”, Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira) In: Viagem Incompleta, 1500-2000, A Experiência Brasileira, Formação: histórias, Carlos Guilherme MOTA (Org.), São Paulo, Editora SENAC-SP, 2000, p.143

¹²⁷ Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira) In: Viagem Incompleta, 1500-2000, A Experiência Brasileira, Formação: histórias, Carlos Guilherme MOTA (Org.), p.174.

¹²⁸ Maria Thetis NUNES, Sergipe Colonial I, Sergipe, UFS, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1986, p.23-4.

¹²⁹ Gaspar Barleu. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau apud Maria Thétis NUNES, Sergipe Colonial I, Sergipe, UFS, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1986, p.73.

sendo, “um degrau indispensável para a conquista da Bahia”.¹³⁰ Novas expectativas de invasões se criaram com o desenrolar da crise.

Vinte anos depois da Revolução Francesa, “uma fragata francesa ou com bandeira daquela nação” se aproxima “bastante a estas costas” e fez-se necessário que o Capitão-Mor das ordenanças da Vila de Santa Luzia do Rio Real enviasse um destacamento para proteger a barra daquele Rio.¹³¹ Dois dias depois, outra carta relata a presença de uma frota francesa que tomou de assalto uma lancha do “pardo José Antônio”, no Porto da Cotinguiba, e “mais duas embarcações deste mesmo porto, e outra do Rio Real”. Na mesma carta, o Tenente coronel da cavalaria auxiliar de Sergipe relata “que na altura da Barra do Rio S. Francisco se avistaram um quase número de velas, que penso será alguma armada francesa”. O desespero do tenente parece não ter sido pequeno, pois ele chega a “oferecer os [seus] bois” “para defesa do Nosso Soberano”, pois era aquilo que seria possível ele fazer para evitar o ataque francês¹³².

Alguns anos antes, o clima de tensão parecia ter se generalizado pelo Império. Em Sergipe, iniciava-se uma mobilização para “prender moços brancos de se empregarem no real serviço”, pardos não muito escuros, sem mulheres, em virtude da “necessidade em que se acham das tropas na acentuação crítica a Europa recruta tropas para rebater-se qualquer inesperado insulto que a nação francesa pretenda fazer aquela capital.”. A ação deveria ser rápida e os casamentos, proibidos neste período, para evitar que se realizassem às pressas.¹³³

Além deste risco de um ataque francês, um problema recorrente e antigo da capitania subordinada, ao menos nas solicitações dos Capitães-Mores de Sergipe Del Rey, era a situação de proteção da cidade. Solicitava-se de tudo: armas, pólvora, balas. Acusava-se que a defesa não poderia gerar resistência a possíveis invasões, e em carta de 16 de novembro de 1776, defendia-se a construção de um “reduto” em uma das barras que forma a capitania. O custo do investimento teria um fácil retorno, apenas abatendo as despesas do sustento das pessoas que trabalham nessa defesa. Além da preocupação com a não invasão da capitania, de reduzir o custo com a mão de obra, a carta relata a remessa de alguns itens solicitados pelo governo da Bahia: arroz, farinha, manteiga, etc.¹³⁴

Políticas governamentais de defesa e de tentativa de melhoria das condições sociais não são privilégios de um governo específico, ou de um período específico. No curto espaço de tempo em que

¹³⁰ Maria Thétis NUNES, *Sergipe Colonial I*, Sergipe, UFS, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1986, 74.

¹³¹ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 192, Doc. 43, 16 de outubro de 1798.

¹³² APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 196, Doc. 05 (anexo), 18 de outubro de 1798.

¹³³ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 192, Doc. 39, 11 de maio de 1795.

¹³⁴ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 190, Capitão Mor Interino de Sergipe.

passou controlando Sergipe, as cortes portuguesas, embora tenham sido freqüentemente associadas aos interesses do capital comercial português realizaram políticas de incentivo e de proteção à produção. O que poderia ser impossível de se imaginar em um governo liberal. Alguns meses após a revolução portuguesa, em 9 de junho de 1821, a corte expande os prazos para pagamento das dívidas ao tesouro, com o objetivo de recompensar “a insólita baixa dos frutos”¹³⁵. O liberalismo assumia aqui a feição de um governo preocupado com as dívidas geradas em períodos anteriores. Logo, atribuir aos senhores endividados um posicionamento ao lado dos brasileiros para não realizarem o pagamento de suas dívidas não nos parece possível.

A produção para a exportação deveria continuar a ser valorizada e protegida, pois a renda, inclusive da recém implantada junta de governo de Sergipe, dependia dessa venda. “Lazaro José Jambeiro, Escrivão da Intendência da Marinha e Armazéns Nacionais da Província da Bahia, e ora Assistente Comissário do Exército Pacificador da mesma Província por Sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro I”, ao comentar sobre a necessidade de nomeação do Capitão José Antonio Costa “a fim de que ele possa prestar-me auxílios que precisar de soldados que guardem, e se evitem aqueles gêneros exportáveis de que devo com tal arrecadação o deverem pagar”¹³⁶, deixa claro a necessidade imediata, inclusive para os cofres públicos, de que esse comércio não fosse interrompido. Portanto, a própria sustentação do governo carecia da manutenção do modelo de produção voltado ao mercado externo.

Quando partimos da análise do senhor de engenho, o fizemos com o intuito de constituir o avanço do poder desta classe em virtude do processo histórico da crise, tais como revoluções liberais, invasão ibérica, vinda da família real, queda do exclusivo, dentro outros. Ao ampliar-se o engenho, ao ampliar-se o mercado, ampliam-se o poder do senhor e suas possibilidades de dominar, ter, mandar fora da esfera do engenho. Esta necessidade se estabelece como condição necessária para conter a luta de classes e para ampliação de seus interesses econômicos. O fato é que as diferenças criadas pelas possibilidades, riscos, resistências geram o corpo identitário também diferenciado. Redefinem-se papéis na busca de enquadramento dentro do projeto que ampliem as possibilidades dos senhores de engenho enriquecerem e, que mantenham, inclusive, a sua maior propriedade: os escravos. Isso não se estabelece de forma pacífica, sem resistência, mas, pelo contrário, por um constante protestar.

Como a infância que passa, Portugal ou o projeto adotado com a Independência leva mais que “as pálpebras dos antigos sonhos”. Tenta destruir e desarticular os próprios sonhadores, deixando-nos

¹³⁵ APES, G1 – 613, Doc. S/N.

¹³⁶ APES, G1 631, Doc. S/N

“somente a memória”. O desenrolar da história nos levaria a um novo processo de “fechar os olhos”, de ser dominado, explorado, de ter os sonhos roubados. Não era mais a infância, não éramos mais meninos de engenhos, mas também não nos tornamos senhores. Restou-nos “as lágrimas de agora”.

3 A Era das Revoltas – O Conflito Fora da Senzala.

*Fugistes para longe com falsos nomes,
e a vossa glória, nesta vida,
foi só morrerdes escondidos,
podres de pavor e remorsos!*

Cecília Meireles¹³⁷

*Não Importa! A liberdade
É como a hidra, o Anteu.
Se no chão rola sem forças,
Mais forte do chão se ergueu...*

*Mas quando o povo acordado
Se erguer do tredo valado,
Virá livre, grande, ousado,
De pranto banhar-me a cruz!...*

Castro Alves¹³⁸

A sociedade fora do Engenho, mesmo que às vezes tenha a função de manutenção, cria elementos de rompimento com a ordem colonial. As consequências destas ações fazem dos seus agentes muito mais do que póstumas memórias, muito mais que simples pessoas a morrerem escondidas. Elas deixam marcas sociais profundas e sua luta abre caminhos, ou amplia caminhos de novas lutas, de lutas constantes. A tentativa de conter essa desordem social cria outros tantos desalinhos, outros tantos desafetos, outras tantas perspectivas de mudança, seja para controlar essa “eufórica” sociedade, seja para ampliar o cenário geral de crise do Antigo Sistema Colonial. Como o Anteu, a prática social passa por um processo constante de conflito ou mesmo de revolução¹³⁹.

¹³⁷ Fala aos Pusilânimes, Cecília MEIRELES, *Flor de Poemas*, 3ª Edição, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1972, p. 231.

¹³⁸ Pedro Ivo, Castro ALVES, *Espumas Flutuantes*, São Paulo, Ed. Martin Claret, 2001, p.69-70

¹³⁹ A partir de então, passamos a remontar a possibilidade dessa instabilidade social culminar em uma grande revolução escrava (capítulo seguinte). A que medida estamos sendo evolucionistas quando incluímos esse argumento é algo impossível de ser dimensionado. Cabe a ressalva de que, assim como entendemos que existe uma ampliação do movimento, existem momentos de profundos retrocessos, ou melhor, e em palavras menos positivistas, que essa ação depende de um complexo conjunto de relações, que apenas a história, em períodos diferentes e espaços específicos, pode explicar, e com relativa dificuldade. Assim, estamos atentos e advertimos o leitor para também assim se postar de agora em diante, que a possibilidade ideal, *da rebelião à revolução*, nem sempre segue este caminho retilíneo que tivemos que traçar apenas para dar funcionalidade ao texto. A associação dessas fugas com os quilombos é irresistível, mas trataremos em momento oportuno.

É sobre essa população, que vivia à margem do processo de acumulação colonial, que nos deteremos agora: são Antônios, Gonçallos, Henriques, soldados henriques, negros livres, índios, mulheres ou pequenos produtores livres. Enfim, aqueles que eram subjugados, controlados pela figura central do senhor de engenho e que serviam como coadjuvantes no processo de acumulação colonial, mas nem por isso, menos importante, nem por isso, desclassificados. Nem sempre esse povo se escondia, às vezes mostrava a face com muita força, às vezes era procurado para forçosamente participar do sistema.

3.1 O Exército Colonial, Desordem ou Controle Social.

Sol a pino, caminhos difíceis, sertão bravio, regimento despreparado e essa era a sorte de parte da população que era recrutada ou desertava das tropas do exército colonial português. Sorte para alguns. Não podemos dizer que a tiveram, Antônio Pinheiro Marciel e Gonçallo José de Castro: morreram quando tentaram se esconder da ação de soldados que buscavam desertores; morreram querendo viver ocultos, anônimos, como sempre foram. Fugiram “para longe”, para morrerem “escondidos”, mas deixaram algo, a possibilidade de resistirem, mesmo que se escondendo ou morrendo.

O segundo desses desertores, Gonçallo de Castro, morreu envolto em uma história intrigante e difícil de acreditar: “se lançou pela porta afora na carreira, e precipitou-se numa lagoa funda onde morreu afogado, sem que os soldados o pudessem valer”.¹⁴⁰ O “maior espantinho da colônia”,¹⁴¹ como define Caio Prado o recrutamento das tropas deste final de período colonial, mantém-se postado também nas roças nordestinas, com chapéu de couro cuia, e farda de oficiais a esconder a fragilidade causada pelas palhas. A imagem negativa do serviço assustava aqueles que nasceram como pássaros nas gretas do sertão. A resistência ao alistamento ganha força exatamente no momento em que esse corpo militar se fazia mais necessário e o medo vinha da impossibilidade de viverem vida tranqüila e distante, dos humores e problemas que envolviam o exército colonial. Antônio e Gonçallo que o digam, se é que tiveram tempo de dizer algo: “morreram por esses montes,/ esses campos, esses abismos,/ tendo servido a tantos homens”¹⁴².

¹⁴⁰ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 190, doc. 13, 26 de maço de 1777.

¹⁴¹ Caio PRADO Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, São Paulo, Brasiliense-Publifolha, 2000, p. 318-9

¹⁴² Romance LXXXIV ou Dos Cavalos da Inconfidência, Cecília MEIRELES, *Flor de Poemas*, 3ª Edição, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1972, 248

O recrutamento, embora uma necessidade para manutenção da ordem e das possessões do império português, gera uma série de protestos que dificultava essa manutenção. Essa situação, que pode ser detectada por toda a Colônia, ocasionou, inclusive, a formação de quilombos ou bandos de resistência aos recrutamentos¹⁴³. Fugir e se esconder, para essa sociedade, passavam a ser se não a solução definitiva para a resolução dos problemas, uma prática para amenizar as contradições do sistema colonial, prática utilizada para que o escravo resistisse aos desmandos da classe senhorial, mas também empregada por aqueles que, mesmo fora desta modalidade, buscavam viver livres de outros tantos controles. Essa fuga poderia incorrer em grupos de resistência ou simplesmente funcionar como simples escape, que possibilitasse uma vida tranqüila em pontos distantes¹⁴⁴. Como a brincadeira de criança, o jogo era simples: misturar-se ao ambiente nos locais mais improváveis ou, às vezes, mesmo nos mais prováveis. Como o esconde-esconde, o jogo poderia não ter vencedor, caso o local empregado não fosse descoberto, mas aquele frio na barriga (se é que podemos lembrar da infância) seria sempre uma constante para aqueles que poderiam, a qualquer momento, serem desvelados.

Mas nem todos eram forçados a, da mesma forma, servir nesse exército colonial e quando o recrutamento envolvia os filhos dos senhores, jovens brancos, às vezes, inclusive, com alguma formação, o tratamento e os cargos exercidos dentro do exército seguiam uma certa hierarquia. O próprio tratamento unificado das classes sociais, que ora fazemos neste capítulo, se justifica muito mais pelas possibilidades, amplitude e dimensão deste estágio de pesquisa do que necessariamente acreditássemos que elas poderiam e deveriam ser tratadas em conjunto. As diferenças são aparentes e, na medida do possível, fazemos ressalvas. Por isso, desde já fica o leitor advertido que essas diferenças sociais dos indivíduos que chamamos fora da senzala criam escalas de divisão social hierárquicas que se estabelecem desde a cor da pele, as relações de gênero, ou mesmo do posicionamento econômico da família destes indivíduos. Essas

¹⁴³ Ao analisar o caso da capitania paulista, Enrique PERGALLI destaca correspondência de Martim Lopes Lobo Saldanha, Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v.76, p.71: “Visto os levantados desertores e criminosos se terem aquilombados nos matos [de Mogi das Cruzes] com armas, e resolutamente resistiram’ às forças enviadas para seu alistamento, Martim Lopes resolveu que o Capitão-Mor ‘ajunte toda a gente resoluta tanto de ordenança como de auxiliares que a vista desta minha ordem seguirem a V.M. para se surpreenderem, prenderem e remeterem seguros a esses levantados’, permitindo-se atirar nas pernas dos desertores, ‘não havendo outro meio’. Como era costume, seus pertences ficaram pertencendo ao grupo repressor para pagamento de despesas” , Recrutamento Militar no Brasil Colonial, Campinas, Editora da Unicamp, Série Teses, 1986, p.128

¹⁴⁴ “A fuga nem sempre levava à formação desses grupos, é importante lembrar. Ela podia ser individual ou até grupal, mas os escravos terminavam procurando se diluir no anonimato da massa escrava e de negros livre”. João José REIS e Flávio dos Santos GOMES, *Uma História da Liberdade* In: Liberdade por um fio – História dos Quilombos no Brasil, São Paulo, Cia das Letras, 1996, p. 9. Quando comparamos o tipo de fuga realizada por essa classe intermediária com a fuga dos escravos, necessitamos destacar as diferenças que incorrem da ação de cada um dos grupos. Para o escravo, essa fuga, além de ser mais

diferenças separavam e uniam os grupos e indivíduos de acordo com aquilo que esses indivíduos julgassem mais adequado naquele momento histórico. Os machos brancos, o que era de se esperar, pois sabemos o efeito dessa formação nas relações sociais atuais, “são os que servem nos cargos da câmara, nos postos das ordenanças, que contemplam como os mais enobrecidos empregos e com isso passam os seus dias muito satisfeitos”¹⁴⁵. Percebe-se que, mesmo quando não eram senhores, tinham os brancos seus privilégios garantidos pela cor da pele e, portanto, não podemos colocá-los no mesmo “saco de farinha” dos negros livres e, muito menos, no dos escravos, já que estes, mesmo quando livres, formavam a marginalidade colonial: “criminosos, vadios e outros elementos incômodos”.¹⁴⁶ A essa margem, restavam os piores postos nas odiadas milícias.

*Vinguei meu pai, minha mãe,
Combati a injustiça;
Se cometi alguns erros
Não foi por minha cobiça:
Foi porque com minhas mãos
Nos inimigos pagãos
Procurei fazer justiça.*¹⁴⁷

Nem pelo Santo padrinho Padre Cícero podemos recorrer, afinal, estaríamos antecipando a devoção. O Nordeste já era habitado por Lampiões¹⁴⁸ muito antes desta personagem fazer história. “Diga então o nome de Vossa Desgracência”¹⁴⁹: Cirilo do Nascimento é o justiceiro que queremos cantar, não ficou famoso, como Lampião ou Corisco, mas era temido tanto quanto. Em uma das cartas analisadas, há a afirmação de que “todos gemiam debaixo do açoitado daquele louco, e insensato” e solicitavam uma ação do Governo da Bahia que coibisse a invasão de suas terras, o ataque de “seus bens, e o próprio crédito”. Porém, não ficava apenas nisso. Como na história de Lampião, os solicitantes “padeceriam nos melindrosos e delicados afetos da honra, e da conservação, e que estes tão urgentes motivos poderia a

difícil pelos controles gerados pela camada senhorial, manter-se anônimo quando a pele o diferenciava era, neste período um agravante.

¹⁴⁵ Marcos Antonio de SOUZA, Memória Sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808 – Sua Fundação, População, e Melhoramentos de que é Capaz, 2ª Edição, Estado de Sergipe, IBGE, Aracaju, 1944, p.13.

¹⁴⁶ Caio PRADO Jr, Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia), São Paulo, Brasiliense-Publifolha, 2000, p.318

¹⁴⁷ Luiz Gonzaga de LIMA, A Chegada de Lampião no Purgatório, Literatura de Cordel, p.4.

¹⁴⁸ Nosso objetivo em associar Cirilo com famosos cangaços nordestinos deve ser entendido como simples comparação. Embora nessa sociedade colonial, formava-se parte do que conheceremos posteriormente na história brasileira como coronelismo, em função da constatação de realidades históricas diferentes, ver-se necessário que a associação se estabeleça muito mais pela violência que esses grupos precisavam impor, tanto no primeiro caso, quanto no segundo, que necessariamente pelos motivos que precipitaram essas ações, diferentes na sua essência.

¹⁴⁹ Ariano SUASSUNA, Auto da Compadecida, 32ª Edição, Rio de Janeiro, AGIR, 1997, p.121

desesperação desconhecer a obediência, e o respeito, como tantas vezes em desagradáveis excessos tem mostrado a experiência, chegando a provocá-lo com o escandaloso insulto de atar um homem ao rabo do cavalo”. Associado a um bando de “índios armados, além de alguns homens libertinos, que se lhe agregaram”, Cirilo vivia do roubo, da pilhagem¹⁵⁰. Severino du Aracaju, na ficção de Suassuna, remonta o quadro de impossibilidade quanto à mudança de atitude: “Eu deixava vocês viverem, o bispo demitia o sacristão, e me nomeava no lugar dele. Com mais uns cinqüenta cachorros que se enterrassem, eu me aposentava. Podia comprar uma terrinha e ia criar meus bodes. Umas quatro ou cinco cabeças de gado e podia-se **viver em paz e morrer em paz** sem nunca mais ouvir falar no velho papo-amarelo”. O bispo concorda, com medo da morte: “Mas é uma grande idéia, Severino”. Severino porém tem perfeita noção, que dadas as condições, essa transformação seria impossível: “É uma grande idéia agora, porque a polícia fugiu. Mas ela volta com mais gente e eu não dava três dias para o senhor bispo fazer o enterro do novo sacristão.”¹⁵¹

Cirilo inverteu suas atitudes em outro sentido, pois nem sempre perturbava a ordem colonial. Em carta do mesmo ano, aparece como comandante de diligência mandada realizar pelo Governador da Bahia, para capturar o soldado Adriano, nas imediações de Penedo.¹⁵² Cirilo e sua transformação aparecem para quebrar a harmonia. Existiam, pois, dentro da colônia, movimentos que questionavam a ordem, fazendo com que o outrora funcionário do Governo da Bahia colocasse em “perigo” o patrimônio dos opulentos senhores-de-engenho.

Em virtude desta abrupta mudança de atitude, resta nos documentos da época uma controvérsia sobre a existência de dois Cirilos do Nascimento, tendo em vista que meses antes da reclamação do Capitão-Mor interino de Sergipe Del Rey, José Gomes da Cruz, o ouvidor da Povoação de Estância havia prendido um dos ou o mesmo Cirilo do Nascimento: “um homem mestiço, morador no Rio de São Francisco”, “sendo os seus crimes de ladrão público, de furtar letras e sinais e de usar de armas proibidas”. A dúvida do ouvidor era que não fosse o mesmo Cirilo, já que este portava uma carta com ordens do

¹⁵⁰ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 201-11, Cx.78, Doc.04, 04 fls., 02 anexos, Ouvidor de Sergipe Del Rei, 1769.

¹⁵¹ Ariano SUASSUNA, *Auto da Compadecida*, 32ª Edição, Rio de Janeiro, AGIR, 1997, p.110

¹⁵² “[...] o soldado Adriano [se encontrava] na povoação de Caratú, distante da Vila de Penedo [de trinta] léguas cuja diligência não o fiz por saberem que em seu alcance ia Cyrillo do Nascimento com a ordem de V.Ex.cia para aprender, depois de deixar seguros dois desertores na cadeia de Vila [Nova]; porém, que não tivera efeito a prisão do dito Adriano[...] No dia vinte e sete de abril me apresentou o dito Cyrillo do Nascimento uma ordem de V.Ex.cia, que me facultava poder de dar todo auxílio necessário para sua diligência; pela qual não só [?] que precisava, mas também lhe dei um [?] soldado que pediu chamado José [da] Costa” José Gomes da Cruz, Capitão Mor Interino de Sergipe, APEB, Maço 190, doc.s/n, 02 fls, 2 de junho de 1769.

Governador da Bahia para levar presos dois soldados¹⁵³. Segundo o mesmo ouvidor, embora reticente e chamando a atenção para a confusão, – “não ser o mesmo Cirilo preso” –, baseado no Juiz dos Órfãos da Cidade de Estância, afirmava que Cirilo costumava usar da carta para dar golpes ou, nas suas próprias palavras, “viciou o referido Cirilo do Nascimento e este com as ditas ordens de que se vale, vai cometendo furtos e violências por onde passa”.¹⁵⁴

Existem três possibilidades: a primeira, de serem pessoas distintas; a segunda, de ser uma pessoa que mudou de comportamento ou que utiliza, como tantos outros, de um poder oficial para transgredir a ordem. Ou a terceira possibilidade, de ser Cirilo um golpista que forjou uma carta para fugir, quando necessário, da ação da lei, embora saibamos como seria difícil forjar o selo oficial e a própria caligrafia que, de certa forma, personalizava esse tipo de correspondência. Preferimos a segunda possibilidade associada à terceira: a de que Cirilo tinha uma postura na Bahia de ordem e obediência, e uma outra, em regiões mais afastadas, utilizando-se de ordens do governo baiano para realizar as suas pilhagens.

Essa situação não era incomum. Outro soldado desertor, da segunda companhia do primeiro regimento de governança da cidade de Vila Real de Santa Luzia, João Teixeira, foi acusado de ser ladrão de escravos e ter fugido da cadeia arrombando as grades e levando consigo um grupo de presos. Voltara à região, havia sido novamente preso e estava sendo enviado à Bahia¹⁵⁵. Outra queixa demonstra como até mesmo os limites territoriais eram facilmente vencidos, ultrapassados pelos que escolhiam fugir do exército brasileiro. A condição de fugitivo só dava a este a esperança de uma vida normal, longe do controle real e a opção pelo retorno à condição anterior nem sempre fazia parte das possibilidades, como no caso fictício de Severino. Luiz de Araújo Lima e seu primo Daniel são apresentados como “moços vagabundos” que “se acham acoitados sem possuírem nada de seu, vivendo concubinado e revoltosos, perturbando todos os vizinhos”. Vieram do Rio de Janeiro, de onde provavelmente haviam desertado, pois trajavam “uniformes que conhecemos próprios aos soldados pagos das praças do nosso reino de Portugal”¹⁵⁶.

A relação das histórias acima apresentadas com Memórias de um Sargento de Milícias, de Manuel Antônio de Almeida, é irresistível. Ela não se estabelece de forma direta, já que Cirilo ultrapassa, em muito, as transgressões de Leonardo, amenizado pelo fato do segundo possuir a proteção da madrinha e de uma “ddivosa” amiga, como Maria Regalada. A nossa realidade, ao se associar com a “ficção”,

¹⁵³ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 201-56, 30 de abril de 1769.

¹⁵⁴ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 201-56, 30 de abril de 1769.

¹⁵⁵ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 192, Doc.43, 16 de outubro de 1798.

acrescenta um caráter geral a esse caso específico. No mínimo, porque podemos inserir a caracterização desenvolvida por Antônio Cândido: a “dialética da ordem e da desordem”, em que os personagens se relacionam de forma a por em evidência o sistema social deste período: “a sua correspondência profunda, muito mais que documentária, a certos aspectos assumidos pela relação entre a ordem e a desordem na sociedade da primeira metade do século XIX”¹⁵⁷. Vemos, claramente, que o próprio setor responsável pela manutenção da ordem demonstra sinais da desordem na sociedade colonial. Embora a história de Cirilo e a de Leonardo pareçam um contra-senso, quando nos deparamos com a análise crítica de Antônio Cândido as dúvidas são dirimidas pela relação dialética estabelecida entre a estrutura social de transição e os elementos que buscam possibilidades para manutenção dessa ordem.

Nem sempre é possível esse ordenamento e a sociedade demonstra o conflito em todos os seus setores. Essas supostas contradições vão desde a ação direta das classes sociais dominadas, a conflitos entre setores dominantes. Esses conflitos sociais narrados nos fazem questionar sobre a possibilidade de manutenção da ordem em uma sociedade que, – em virtude dos descontroles, inclusive daqueles que deveriam possuir o máximo de respeito, – passa a questionar e desafiar autoridades onde deveriam depositar a confiança. Em um bilhete, de assinatura ilegível, encontrado entre documentos do Arquivo Público da Bahia, este desafio vai ao extremo: a postura frente à autoridade local do Capitão-Mor demonstra que não existiam limites nas relações sociais da colônia, levando o Capitão a assumir uma atitude ou de delinquente, se a narrativa for verídica; ou de ser desafiado por um morador para que fosse tirar satisfação, caso a narrativa fosse verdadeira. Qualquer que seja a opção do leitor, o desatino está formado, e a imagem que recai sobre o cargo de capitão deixa de ser respeitosa e passa a ser de profundo escárnio. A narrativa de um ladrão ou o desafio demonstra que o poder instituído ruía e era resultado de uma estrutura social complexa, mas desarticulada. Enfim, estava à mercê de uma sociedade em transição. Além de todo o exposto, o texto está envolto de uma preocupação social, que nem sempre era ímpar na sociedade colonial: a de salvaguardar os direitos das pessoas pobres que não poderiam se proteger ao poderio militar ou à barbárie de uma sociedade sem regras, sem leis, sem proteções: “Senhor Capitão-Mor, Eu estou na Tábua, quando quiser mande me matar pela sua escolta de ladrões, que além dos muitos furtos que fizeram, roubaram a Antônia Maria na Laranjeiras e levaram-lhe saias de chita, camisas, lenços de pano de linho, 6 patacas em dinheiro, e outras coisas e Vossa Iminência está obrigado a mandar-lhe satisfazer tudo, que quem não pode manter alçada, não anda com elas, para evitar ocasiões de andarem

¹⁵⁶ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 192, Doc.16, 04 de fevereiro de 1787.

¹⁵⁷ Antônio CÂNDIDO, *Dialética da Malandragem* In: *O Discurso e a Cidade*, São Paulo, Duas Cidades, 1993, p.36.

como nessa cidade furtando e mande satisfazer a mulher que é pobre, e não tem posto para poder passar a vida como alguns, e ao depois não me chame mau.”¹⁵⁸.

Esses conflitos, sob a ótica da sociedade colonial, em que a honra mesmo era um significant valor de distinção, geravam queixas diversas ao governo da Bahia, que pela distância não poderia anuir qual das partes contava a verdade, se é que ele queria e pretendia saber. Embora em uma sociedade em que os mais diversos delitos eram causa comum e quase sempre esquecidos das parcas leis, essa honra se bem pareça um contraponto, ainda era valorizada e o discurso para acusar o outro era sempre munido de prerrogativas de desordeiro. Em outra carta, um morador do Sertão da Cotinguiba se defende de acusações, ao mesmo tempo em que valoriza a chegada, na região, de uma autoridade (não identificada) que proporcionaria aos “mansos e oprimidos uma esperança de que viveram pacíficos”, já que até então viviam entre “tumultos de tantos insultores” e que, a partir da chegada desta autoridade, todos os “inimigos da paz” passariam a “se encherem de horror porque os assustam os seus delitos”. Manuel de Almeida Cardoso passou a ser acusado, segundo sua própria narrativa, de ações que não havia cometido, porque uma outra pessoa, Carlos José de Souza, “se atreve[u] a ser [s]eu impostor”. O impostor, Carlos de Souza, usava o seu nome para atingir a todos com “os felinos golpes da língua”, recaindo sobre Manuel Cardoso a culpa de “tão arrogante” “delito”, incrementando “injúrias” diversas, sobre várias autoridades, que de tão calamitosas o reclamante não era capaz de reproduzir¹⁵⁹.

Essas discussões culminavam em desafios que envolviam, inclusive, autoridades diversas e são fartamente representados na documentação sergipana. Em 1763, o ouvidor Miguel Arez Lobo Carvalho realiza uma denúncia ao Rei contra o Capitão-Mor Carlos Zacarias de Almeida e Manuel Luzarte de Andrade, pois “os ditos meus inimigos que por meio do dito auto se convém-los a falsidade, fizeram assembléia para me mandarem atirar à espingarda[...]¹⁶⁰. Muitas vezes os desafios eram levados ao limite do conflito e também não raros são os casos de oficiais mortos assassinados de formas tantas vezes impossíveis de elucidar, mas que geralmente estavam atrelados a brigas locais com outros poderosos.

Algumas vezes, esses desafios a autoridades instituídas tomam proporções ainda maiores, pois envolvem, inclusive, regimentos inteiros, num clima generalizado de insubordinação. Em carta enviada ao Capitão e Ouvidor General Gomes Camacho, o Juiz Ordinário da povoação de Estância descreve uma “amotinada revolução de milicianos [...] principiada na sexta-feira, dia 18”, em virtude da expedição da

¹⁵⁸ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 192, Bilhete encontrado nas páginas do doc.69,s/d.

¹⁵⁹ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 196, Doc.01 (Existem dois jogos de documentos com a mesma numeração), 24 de março de 1784.

“conta do seguro de Rio José Joaquim Soares de Moraes” e afirma que o mesmo havia quebrado dia 14 quando não compareceu ao “libelo acusatório”, ausentando-se, inclusive, da cidade. No dia 17, depois de descobrir que o mesmo se encontrava em casa, o juiz mandou voz de prisão, que deveria ser cumprida pelo corpo da guarda que fazia a ronda. No dia da amotinação, sexta 18, quando se encaminhava para casa, o juiz recebe o recado do sargento mor Correia “que não saísse de casa” pois precisava se comunicar com ele. Soube depois o juiz que Rio José Joaquim Soares tinha sido procurado “em sua casa”, mas dela “escapulira e se fora meter em casa do tenente coronel Antônio Luis de Azevedo, e que depois no seguinte dia, sexta feira, se formara tal [escarcéu] a ponto de lhe dar o Sargento Mor Correia, Alferes Anginha e outros já amotinados a dizer ao dito tenente coronel” ordens de para onde ir, e para “passear com ele [Rio José Joaquim] pelas ruas, e recusando o tenente coronel, eles instaram, o tiraram e foram com ele passear as ruas com movimentos; e ditemos escandalosos”. O Coronel Manuel Inácio, sabendo também deste tumulto, “saiu a rua, e veio ter comigo [o juiz] a tratar os modos de moderar tal motim, quando então se me apresentaram o Sargento Mor Correia, Alferes Joaquim da Rocha da qual antinomia o Anginha, o ajudante Brito, Sargento Mor [Rio] José [Joaquim Soares].” O Sargento-mor Correia começou a realizar exigências e o juiz respondeu que “se o Senhor Sargento Mor tem que requerer use dos meios de petição, e querendo instar-lhe acudiu o coronel que com ele era, que eles se haviam de haver, e não com o juiz ordinário”. Os amotinados resolveram, assim, sair da casa sem atender às ordens do coronel “tendo este chamado segunda e terceira vez reparei que vinham bem armados até com faca, um deles visivelmente no cós das calças”. O coronel disse que resolveria o problema até o sábado e, não tendo resolvido, o juiz resolveu solicitar a ajuda do General pois “tinham sido baldados os bons esforços do coronel e [estava] vendo crescer a revolução”. Em *pos-scriptum*, ele relata que havia enviado uma carta no dia 21 de setembro de 1823, mas seu escravo havia sido atacado por um dos “facciosos” com uma faca, tomado e rasgado a carta, e que ele estava tentando enviar novamente, no dia 22¹⁶¹.

Essas denúncias vinham imbricadas de um número considerável de valores sociais, morais, raciais, religiosos que tentavam, dentro da ordem colonial, depreciar a conduta dos indivíduos através das suas ações, opções sexuais, cor da pele, e qualquer outro tipo de preconceito que pudesse ser utilizado contra o denunciado. Do então Coronel do Regimento de Milícia e Cavalaria de Sergipe e futuro representante da Bahia e das Cortes Portuguesas, substituto de Carlos César Burlamarqui no governo da comarca de Sergipe, Pedro Vieira de Mello, surge uma denúncia no mínimo intrigante. Segundo o Coronel, a

¹⁶⁰ AHU, Cx. 7, Doc. 66, 18 de fevereiro de 1763.

¹⁶¹ APES, G1 585, 21/22 de setembro de 1823

representação feita pelo Capitão-Mor de Sergipe, Joaquim José Martins¹⁶², em que consta que a milícia estava revoltosa, por consequência de retaliações que, contra ele, intencionalmente tinha Pedro de Mello despendido, em virtude do Capitão-Mor esta dando ordens aos soldados e oficiais “para satisfazer suas paixões”. Quando não atendido, mandava “prender de tronco de pescoço 12,20 e mais dias, e nada mais digo por honra minha”¹⁶³. O pesquisador também nada mais diz, sob o risco de não ter compreendido tão feraz “paixão”. O que cabe nessa análise, em particular, é avaliar que deveria ser difícil, para alguns soldados, servir sob essas condições, e ter que optar entre o tronco e a satisfação das “paixões” do Capitão-Mor.

Vale salientar que esse Capitão-Mor havia sido negligente no processo de apuração das ações de Bento José de Oliveira¹⁶⁴, narrado no capítulo anterior, e que sua deposição do cargo viria associado à apuração e prisão do Sargento Mor, pelo “Conde da Ponte, e remetido para Fortaleza do Mar” [Forte de São Marcelo]¹⁶⁵. Existia também a alternativa de que, além de negligente, Joaquim José Martins pudesse ser um dos participantes do processo de exploração descrito anteriormente e, portanto, um possível desafeto de Pedro de Melo; ou mesmo que a descrição narrada seja correta e que o capitão usasse de seu poder para seduzir jovens soldados a se envolverem sexualmente com ele. Diversos, e em diversos sentidos, são as formas de se postar destes indivíduos. Se a inexistência de uma lei rígida propiciava um clima de violência generalizado, podemos imaginar a quantidade de crimes sexuais, das mais diversas espécies, entre pessoas do mesmo sexo, entre pessoas de sexo diferente, entre pessoas da mesma raça, entre pessoas de raças diferentes que ocorriam nessa sociedade, levando, inclusive, a forçar o objeto de desejo a se postar em um tronco amarrado a ferros por diversos dias para satisfazer seus olhos e amaciar seu ego, demonstrando poder e controle.

Retomando o caso do Sargento-mor Bento José de Oliveira, percebe-se que este usava artifícios vários para não comparecer na presença do governo da Bahia, entre eles a justificativa de sofrer problemas de saúde. Em 1781, “uma chaga numa perna” o impedia de realizar a viagem¹⁶⁶. Em 1795, outro problema de saúde o impossibilitava de cumprir as ordens do governo da Bahia, desta fez em virtude de estar há “5

¹⁶² A denuncia não implicou no afastamento do Capitão-Mor que seria substituído em 1807, por Manuel Ignácio de Moraes Pimentel.

¹⁶³ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 196, Doc. 24, 01 de dezembro de 1799.

¹⁶⁴ Bento José de Oliveira já respondia a processos vários e já havia sido solicitado em 15 de julho de 1796 para comparecer a Bahia e prestar esclarecimento dos crimes cometidos, acaba livrando-se localmente e justificando que já teria respondido a Ouvidoria de Sergipe Del Rey. APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 196, Doc. s/n, 16 de julho de 1796

¹⁶⁵ Conselho Ultramarino, 15 de Janeiro de 1808 apud Maria Thetis NUNES, Sergipe Colonial II, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p.145

¹⁶⁶ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 196, 8 de janeiro de 1781.

meses molesto...de cama”, em virtude de “ataque de um defluxo” “no peito”¹⁶⁷, desta vez balizado pelo atestado do Cirurgião Manuel Roiz, que ratifica o “defluxo grande que lhe caiu no peito, e uma chaga que tem no membro viril”.¹⁶⁸ Já condenado e preso, em 1808, Bento José de Oliveira utiliza-se das mesmas artimanhas para se livrar, novamente, do cárcere. Desta vez “se achava obstruído, inchado da cintura para baixo, e no risco de cair em uma hidropisia”¹⁶⁹. Ao compararmos as datas das reclamações de Bento José de Oliveira, ou ele passou 27 longos anos doente, – podre do pulmão até a ponta do pé, passando inclusive pelo membro viril – e, portanto, difícil de entender as acusações que contra tão frágil homem residia, ou se tratava de mais um artifício para dissimular os seus atos. Podem existir, entretanto, inúmeras explicações que associem o comportamento de pessoas fragilizadas por doenças com atitudes sociais duras e ríspidas, ou mesmo explicações freudianas que, pela impossibilidade de utilização do pênis, ele possuía inúmeros problemas de humores. Porém, como estamos distantes de conhecermos a medicina e a psicanálise a fundo, preferimos acreditar que se tratava de um fingidor, como tantos outros dentro desta sociedade colonial, mesmo porque ele utilizava outros argumentos para não comparecer à Bahia. Dentre eles, os próprios processos que contra ele corriam em Sergipe¹⁷⁰ e que, como vimos, eram relativamente proforme e/ou tinham os juízes sob seu controle, seja pactuando com o “esquema” ou ameaçando-os de morte.

Mesmo com a existência do risco, alguns chegaram a desafiar o poder do sargento-mor, realizando queixas ao Governador da Bahia. Numa delas, o Juiz Ordinário da Cidade de Sergipe encaminha a queixa de Baltazar Vieira de Mello, – que, pelo sobrenome, embora não tenhamos conseguido comprovar, deve ter alguma relação familiar com Pedro Vieira de Mello, delator dos abusos sexuais do Capitão-Mor, sendo este suspeito de participar das prováveis falcatruas de Bento José de Oliveira. Nesta queixa, o Juiz Baltazar de Mello relata o “lastimoso estado em que serve” o sargento maior das ordenanças, Bento José de Oliveira, pois estava “acoitando criminosos e malfetores”, além de soltar os presos que eram conduzidos “pelos oficiais de justiça”. Esse sargento criou uma espécie de bando, composto inclusive por “ciganos que sempre de costume vivem em sua casa e de lá saem a fazer furtos e negócios aladroados”.

¹⁶⁷ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 196, doc. 05, 18 de abril de 1795.

¹⁶⁸ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 196, doc. 05 (Anexo), 16 de abril de 1795.

¹⁶⁹ Pedido de clemência ao Príncipe-Regente D. João, AHU, Sergipe, Caixa 8, Doc. n. 9 Thetis

¹⁷⁰ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 196, Doc.06, “Ontem 15 do corrente recebi a respeitável carta de V.Ex. na qual me dissera compareça logo na respeitável presença de V.Excia o que não faço já Hoje por me parecer prejuízo representar-lhe que me estou livrando de um crime na ouvidoria dessa cidade e que se me tem acabado a prorrogação de seguro que mando agora tirar. Porque desejo ser-la preso pelas justiças não os junte este meu desejo V.Excia mandara o que for servido e que se não parecer descuido meu alguma demora enquanto me chega a tal prorrogação tomo o expediente depor na presença de V.Excia esta circunstância. Deus a V.Excia felizmente guarde.”, 16 de julho de 1796.

Tudo isso acontece sem que “o Doutor Ouvidor Geral e nem o Coronel Governador das Armas lhe dêem alguma providência por se ter feito aquele sargento maior temido.”¹⁷¹

Os desalinhos entre as autoridades locais e população eram diversos e a externalidade da administração potencializava os problemas, seja pela relação social forçada ou pela não adequação de determinados administradores à estrutura reinante. O Juiz Ordinário de Sergipe Del Rey, Luiz Cassimiro Leite, ao queixar-se ao governador da Bahia sobre o estado em que encontrava a capitania subordinada, com “muitos soldados criminosos”, narra os “desaforos” de um deles, Antônio Matheus que, ao se encontrar acuado pelo recenseamento dos soldados que estava fazendo o Juiz Ordinário, desafia-o. Além do desafio, que amplia o nosso quadro de desordem, o documento demonstra que existia, já em 1796, uma diferença – para a sociedade, ou pelo menos para um de seus integrantes, – entre indivíduos constituídos internamente e aqueles “catapultados” para dentro da sociedade sergipana, diferenciando as autoridades formadas localmente daquelas enviadas pelo Governo da Bahia e, portanto, sem conhecimento da realidade social e política da região. Em virtude disto, Antônio Matheus não respeitaria nem um representante “dos bons da terra, quanto mais de redindos que de fora vinham governar”, fazendo descaso com os autos do Juiz, pois “com eles se limpava onde a licença vela.”¹⁷² Por maior serventia que possa ter tido o auto, nesta sociedade onde o papel não era tão abundante, por mais que a justiça não fosse levada a sério, esse tipo de afronta questiona a própria capacidade de ação da autoridade, instigando-a ao revide. Este viria através de um auto, que seria remetido à Bahia para julgamento. O que esperar de um desertor? Quais os seus limites? Ele poderia ser convocado a qualquer momento, poderia ser recluso a um quartel, enfim, sendo um criminoso fugitivo, qualquer auto da justiça contra estas pessoas não tem muito sentido, e a utilidade encontrada por Antônio Matheus talvez valesse realmente mais que o auto em si.

A imagem do medo de servir ao exército português dificulta o controle, inclusive estatístico, das localidades. O representante do poder era aquele que a qualquer momento poderia invadir a sua casa e levar um filho, ou mesmo um de seus escravos. Ao comentar sobre a dificuldade de realizar um levantamento para montar o “mapa de nascidos e mortos”, no ano de 1778, José Gomes da Cruz, Capitão-Mor Interino de Sergipe Del Rey, deixa claro o medo da população em fornecer informações que pudesse gerar recrutamentos futuros ou aumento de impostos: “grande repugnância com que os pais darão a rol os nomes de seus filhos e os senhores os de seus escravos, entendendo aqueles, que por este modo declararam os nomes dos ditos seus filhos para serem recrutados. Estes supunham que, por meio desta diligência

¹⁷¹ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 201-5, doc.s/n, 26 de janeiro de 1786.

¹⁷² APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 201-5, doc.s/n, 9 de s/m de 1770.

haveria algum tributo acerca dos ditos escravos; chegando a tanto, que muitos que não tinham filhos, nem escravos, largavam suas moradas e meteram-se pelos matos só a fim de darem a rol os seus próprios nomes.”¹⁷³

O recrutamento passa então a ser motivo de protesto, e os pais a defender o não envio dos seus filhos até o limite, escondendo-os, ou assumindo o compromisso para, no dia do embarque, desistirem. Essa primeira ilegalidade precipita todas as demais, pois ao se tornar um desertor, nada legalmente o assustava.

O próprio ato de não se apresentar ao exército colonial seria considerado falta grave e, inclusive, a ser caracterizado como “inconfidência” o ato de “faltarem no dia da remessa que havia de fazer a V.Excia dos seus filhos, com rebelião tanta se portaram.”¹⁷⁴ Portanto, o não envio, o não cumprimento das ordens passa a atribuir a uma família inteira ou, neste caso, a várias famílias, crimes que poderiam ser considerados mais graves que outros tantos, como roubar, matar, violentar, entre outros, pois colocava em risco a ordem local e a sustentação do império. Portanto, ao resistir e ser rotulado como rebelde e inconfidente, ou mesmo ao desertar e ser procurado, nada mais impede que esses indivíduos se tornem, num sentido mais amplo, rebeldes ou inconfidentes, ou ladrões, assassinos. O máximo que poderia acontecer era ampliar os seus crimes, mas para ser preso nada mais restava a essas pessoas e talvez nada pior poderia lhe acontecer que já não estivesse acontecendo, uma vez que isto gerava, indiretamente, uma sociedade propensa ao rompimento com as leis da coroa, pois eles próprios, os altos oficiais, como vimos, e em significativa quantidade, já eram “foras-da-lei”.

O que parece uma análise óbvia, se tomarmos apenas um indivíduo, gera no corpo da sociedade lastro suficiente para generalizar a violência e desarticular a sociedade em proporções significativas. Não podemos e não queremos caracterizar apenas esse aspecto, que isso fique claro. Existe toda uma estrutura social que concilia e que influencia essa ação rebelde. Esse é um dos elementos dessa desarticulada sociedade, mas um elemento necessário e que também contribui para aumentar essa prática, assim como, às vezes, para conter. Portanto, se nos estendemos em narrar a desordem daqueles responsáveis pela ordem, existia também o outro lado da moeda: a noção exata de que a força de um administrador poderia propiciar melhorias para a produção de determinada região, defendendo os interesses da elite. Ao comentar sobre a seca, em Itabaiana, o Capitão-Mor das ordenanças desta cidade determina que a

¹⁷³ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 407, doc. 03, Capitão Mor Interino de Sergipe Del Rei, 23 de setembro de 1772.

¹⁷⁴ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 409, doc. 03, 20 de setembro de 1791.

produção não é maior em virtude da pouca quantidade de esterco, mas principalmente da “frouxidão e covardia” do seu antecessor e, assim, defende uma ação dura para conter os “insultos, e incivilizados”¹⁷⁵.

Esse comportamento austero e rigoroso das autoridades é interpretado por alguns historiadores como desvinculado de interesses pessoais, como o faz Maria Thétis Nunes ao destacar o trabalho de Mesquita Pimentel que, segundo a historiadora, consegue “impor autoridade à turbulenta sociedade sergipana, agindo com imparcialidade e determinação”¹⁷⁶. Stuart Schwartz destaca que “a Bahia recebeu uma série de administradores competentes e ativos nesse período. Homens como dom Fernando José de Portugal, marquês de Aguiar (1788-1801), dom João de Saldanha Gama, conde de Ponte (1805) e dom Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos (1810-8) [...] enérgicos representantes do governo régio e, como governadores da Bahia, procuraram promover o desenvolvimento econômico enquanto controlavam o descontentamento político e a agitação social”¹⁷⁷. Tratar como imparcial governos tão autoritários e extremamente comprometidos com a manutenção da ordem, a qualquer custo, como, por exemplo, o de Mesquita Pimentel, é no mínimo arriscado, para além das outras tantas associações que podemos fazer com esse argumento. Preferimos, ao tratar esses governos, acatar a idéia de que eles eram parcialmente engajados num projeto de reestruturação do Estado Português, na tentativa de regular a ordem¹⁷⁸. Isso não os fizeram competentes para gerar o desenvolvimento econômico, mas talvez competentes seguidores de ordens para reprimir segmentos rebeldes da sociedade. O estado de calmaria, se é possível concebê-lo, talvez possa propiciar um maior desenvolvimento econômico numa sociedade capitalista, mas é difícil enquadrar esse momento histórico, com suas possibilidades de reprodução, como de desenvolvimento. Além disso, a ação do Rei, no sentido de deliberar pela opção de governos mais duros, se estabeleceu pela constatação de que a sociedade poderia romper, talvez definitivamente, talvez provisoriamente, com o pacto social reinante, culminando na desarticulação do império e impossibilitando, através disso, a produção e comercialização dentro dos padrões do antigo regime. O contrário, como aflora nas concepções acima citadas, de que o Estado, ao se modernizar, buscava um maior desenvolvimento econômico, não faz sentido dentro de uma sociedade colonial, dotada de monopólio comercial, pelo menos não até 1808. A acumulação se estabelece no comércio e como este comércio é monopolizado, a produção passa a ser determinada por ele e não importa os incentivos à produção se esse mercado não puder absorvê-la. Muito

¹⁷⁵ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 196, doc. 01 (Vários), 23 de setembro de 1781.

¹⁷⁶ Maria Thetis NUNES, Sergipe Colonial II, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p. 135.

¹⁷⁷ Stuart B. SCHWARTZ, Segredos Internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835), Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1988, p. 349.

embora, como insistimos numa relação dialética entre ordem e desordem, não cabe a desconsideração total da afirmação, pois de certa forma era propenso ao comércio que existisse esse controle social interno e, se possível, um mercado aberto e funcionando sem os percalços internacionais.

O que nos importa agora é focar o argumento na estrutura social e suas possibilidade de conflito, e não defender um Estado pelas suas possibilidade de resistências a esse conflito. Essa ação do estado português, na tentativa de manutenção da ordem, talvez poderia ser tratada como eficiente, já que em determinados momentos cumpriu seu objetivo de conter o clima de desordem. Porém, no contexto geral, suas ações não conseguiram impedir o seu objetivo principal, a desarticulação do império, pois existiam causas tão profundas que muitas vezes a ação do governo para contê-la não se fez suficiente; às vezes, inclusive, ampliando o clima de desordem.

3.2 *Da Rebelião à Revolução*¹⁷⁹ – Revoltas, Protestos, Murmúrios...

*Meu sonho foi a glória dos valentes,
De um nome de guerreiro a eternidade
Nos hinos seculares:
Foi nas praças, de sangue ainda quentes,
Desdobrar o pendão da Liberdade
Nos fronte populares!*

*Álvares de Azevedo*¹⁸⁰

O sonho de um revirar constante, de transformações que ainda continuam guardadas sob as inspirações de um passado libertário, como o Anteu, torna a história das lutas, revoltas, protestos, revoluções bastante atrativa, viva, pulsante, se não para procurar episódios nunca dantes conhecidos pela vasta historiografia sobre o tema, que seja para reavaliar os conceitos que nortearam os estudos existentes.

¹⁷⁸ Cf. Fernando Antônio NOVAIS, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 6ª Edição, Ed. Hucitec, São Paulo, 1995.

¹⁷⁹ A associação com os estudos de Eugene Genovese será realizada em momento oportuno, não cabendo nem mesmo agora uma associação direta e irrestrita, porém o título adequa-se a nosso objetivo: apontar outros rumos para essa sociedade, além daqueles trilhados pelo devir histórico.

¹⁸⁰ Hinos do Profeta – Um Canto do Século, Álvares de AZEVEDO, *Lira dos Vinte Anos*, São Paulo, Ed. Martin Claret, 2001, p.96.

Ou, ao menos, que sirva para manter viva a possibilidade de sonharmos “nas praças, de sangue ainda quentes” e, quem sabe um dia, acordemos e nos ergamos contra a lógica instituída.

Essas revoltas devem ser entendidas como um processo encadeado para demonstrar a criação de uma experiência política que respalde o avanço e retrocesso da sociedade frente às suas lutas, formação política desenvolvida através da prática rebelde, ou mesmo sob a influência de experiências externas ou, ainda, pelo aprofundamento da consciência do seu estado de submissão e exploração. Ao trilharmos e levantarmos aspectos internos e externos desta formação, tentamos estabelecer quais as relações sociais existentes entre esses pontos de ruptura que, de certa forma, proporcionaram essa Era das Revoltas¹⁸¹, inserindo Sergipe dentro do contexto mais geral, sintetizado por Eric Hobsbawm como Era das Revoluções¹⁸².

Essa proliferação revolucionária influenciou a sociedade, muito abertamente e muito diretamente, tanto pela sua carga ideológica, quanto pelas possibilidades geradas pela experiência de ter ocorrido com sucesso em determinados locais, em vários locais, ou ainda pela natureza da transição do sistema de acumulação colonial para o sistema capitalista de produção, ou pela consciência da exploração apenas evidenciada pelo liberalismo. Assumimos, nesta análise, um meio termo entre a consciência da exploração e a inserção da ideologia liberal; um processo interno de formação que associado com as duas condições anteriores, propiciaram um constante revoltar-se, um borbulhar social, talvez ímpar na história brasileira. Através dessa linha geral, buscamos não valorizar nem somente aspectos particulares, nem somente argumentos generalizantes, muito embora ambos sejam vitais para o entendimento deste período histórico e poderão passar, e às vezes conduzir o argumento.

Aspectos particulares de cada revolta são tão importantes como entender o liberalismo que andava pelo Mundo, pois nos propiciam o entendimento das diferenciações políticas, sociais que formam a base da localidade em que eclodiu determinado movimento rebelde; o geral nos explica a generalização das revoltas: “sem dúvida circunstâncias particulares explicam a eclosão da revolução em cada Estado, mas

¹⁸¹ Pesquisa recente sobre a experiência política e administrativa vivida no Pernambuco revolucionário, demonstra como o processo revolucionário em Pernambuco se estabelece como consequência de uma memória libertária e/ou memória repressiva consequência de governos despóticos. Ver em especial, capítulo *Memória e Experiência Política* In: Denis Antônio de Mendonça BERNARDES, *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822*, São Paulo, 2002, Tese de Doutorado, FFLCH, USP, mimeo. Outras teses dão especial atenção a essa herança rebelde. Na Bahia, os estudos de João José Reis demonstram essa sequência de revoluções como consequência de uma “herança” muda-se o termo, mas não o sentido. O que nos parece concreto é que existe uma relação entre as práticas rebeldes.

¹⁸² O período é analisado sob a ótica das transformações econômicas, sociais, políticas por que passava o mundo ocidental, com a ampliação do sistema capitalista de produção e com o aumento da urbanização e/ou sociabilização em torno dos centros produtivos. Eric HOBBSBWM, *A Era das Revoluções, Europa 1789-1848*, Trad., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

um movimento muito geral, como o que acabamos de definir, deve ter causas comuns. Elas residem na estrutura da sociedade, na natureza e na evolução econômica e na conjuntura política.”¹⁸³

Realizamos uma união das análises, estabelecida com a percepção de uma adaptação do movimento liberal à conjunta escravocrata brasileira. Esse “conjunto de tendências políticas e econômicas que forcejavam no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam as colônias ultramarinas às metrópoles européias”¹⁸⁴ criou imagens naqueles que participaram do processo político e são estas marcas históricas, essa formação liberal, que traduzem o sentido desse trabalho: relacionar as “linhas mestras à ação dos homens coloniais” e daqueles que herdaram os vínculos gerados pela exploração metropolitana.

Esse debate, gerado pelas experiências, pelo simples ato de protestar, toma uma dimensão muito além das fronteiras, muito além do tempo. O Pernambuco revolucionário de 1817 servia como discurso ideológico para controlar a população baiana, como pode ser vista em publicação do periódico *Idade D’ouro do Brasil*, em 1 de abril de 1817: “O dia 6 de março estava escondido na urna da desgraça para ver em Pernambuco profanadas as bandeiras reais, banido o governo e o povo surpreendido, e aterrado sem poder à força armada, que estava disposta pelos traidores, e que principiou a derramar sangue para se fazer respeitar [...] atemorizou o povo, e completou ali a sua infernal missão. [...]”¹⁸⁵. Além da propaganda oficial, utilizando a imagem negativa da revolução pernambucana de 1817, propaga-se, por todo o Império Português, a informação de que parte importante do território brasileiro ousou desafiar o poder real. Um contraponto à propaganda governamental. O discurso pernambucano e a proliferação desta revolução até Alagoas, até Sergipe, até a Bahia, até mesmo em Portugal passavam a ser concretos. Às vezes, essa disseminação estabelece-se de forma direta, pois, por diversos momentos, a guarda Baiana/Sergipana teve que invadir Pernambuco/Alagoas, ou vice-versa, funcionando como agente na expulsão, prisão ou julgamento dos envolvidos nas revoltas e, portanto, participante indireto dos ideais libertários, mesmo que fossem agentes de repressão. O simples fato de terem existido a Revolução Pernambucana de 1817 e a Conjuração Baiana (1798), ambas sufocadas pelo poder hercúleo do governo, propiciaria a possibilidade de retornar da terra com força suficiente para romper e destruir o próprio Hércules. E se novos Hércules,

¹⁸³ Jacques GODECHOT, *As Revoluções (1770-1799)*, Trad., Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1976, p. 5

¹⁸⁴ Fernando NOVAIS, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 6ª Edição, Ed. Hucitec, São Paulo, 1995, p.13.

¹⁸⁵ *Idade d’Ouro da Bahia, 1817, nº 25* apud Maria Beatriz Nizza da SILVA, *A primeira Gazeta da Bahia: Idade D’Ouro do Brasil*, São Paulo, Editora Cultrix, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, p.158.

durante nosso processo histórico, conseguiram atingir os sonhos de liberdade, estes deixaram marcas tão profundas no ideário libertário nordestino.

Existem, porém, muito mais que as grandes e conhecidas revoltas e, se apenas as considerarmos, podemos fazer apologia a um governo competente por ter conseguido reprimir estes movimentos populares e nos esquecemos dos diversos conflitos sociais gerados no dia a dia, distantes dos centros urbanos, ou não pesquisados até então. A natureza diversa dos grupos que participaram destes tumultos conota uma colônia que estava distante do que se poderia considerar um modelo social ordenado. Muito pelo contrário, mais que momentos de instabilidades localizadas em períodos de tempo específicos, a sociedade colonial caracteriza-se conflituosa em todos os seus setores, distante da relação social parcimoniosa, ideal à produção, ao comércio e ao império. Acreditamos que a assertiva de uma sociedade controlada seja fruto muito mais da incipiência nas pesquisas sobre os rebeldes do que, necessariamente, da realidade social reinante, muito embora estas pesquisas já sejam significativas.

A própria ordem social aprofunda a sua transformação a partir da crise do antigo sistema colonial e métodos mais rigorosos, como os de Pimentel, tentavam estabelecer um controle com elementos “modernos” associados à parte da estrutura da velha ordem. Essa tendência ocidental gera internamente uma cultura do protesto, alimentada pela vivência de processos anteriores, fazendo com que mesmo sem nenhuma influência direta de ideologias como as liberais, os movimentos rebeldes mais populares estivessem sob a influência dessa “onda” revolucionária, ou seja, em última instância podemos relacionar esses movimentos mais populares locais inclusive com os acontecimentos mundiais.

A República Alagoana de 1823, chamemos assim, serve para ilustrar o que acabamos de sugerir acima. Antes mesmo da Confederação do Equador de 1824 receber a adesão de Alagoas ao movimento republicano, existia um processo de libertação da província, que implicou na intervenção do Governo Imperial, destituição e prisão da junta de governo sob a acusação de que pretendiam “aclamar a república”. Isso tudo aconteceu poucos meses depois da Independência do Brasil que, inclusive, teve o apoio imediato de Alagoas e o auxílio dessa região para invadir Sergipe. Sob uma “bandeira vermelha, deram um tiro, e depois um grande jantar”¹⁸⁶. Experiências estas, às vezes esquecidas, mas que ao serem expostas dão uma sequência ao movimento rebelde que vai muito além dos momentos de extrema ruptura. A Confederação do Equador, ou parte dela, já havia vivenciado a experiência de uma república meses antes do movimento que aglutinou boa parte do nordeste acima do São Francisco. Ao Analisar Pernambuco, Denis Bernardes

¹⁸⁶ APES, G1-2227, 7 de dezembro de 1823.

realiza a mesma associação entre pequenas revoltas ou conspirações, como a dos Suassunas à Revolução Pernambucana de 1817, e a Confederação do Equador em 1824¹⁸⁷.

Estamos diante de uma sociedade em estado de rebeldia constante, ou mesmo diríamos que, neste momento, passando por uma profunda revolução. Portanto, temos que encadear o movimento político que acabamos de narrar, assim como o que estamos estudando, dentro das possibilidades que essa sociedade possuía de criar, seja para conter, seja para romper com a ordem, seja para compactuar com a desordem generalizada, novos mecanismos de ação.

Esse clima de desordem deixa irado o presbítero Marcos Antônio de Souza, que bradava pela falta de cadeias na região para punir os “facinorosos” que “inquietam a pública tranqüilidade”, e matam mais de 100 pessoas por ano. Para uma população de 72.236 habitantes, segundo dados do próprio Marcos Antônio de Souza, os 100 mortos, por ano, em assassinato, ou 14 em cada 1000 pessoas, fazem a violenta Campinas da atualidade parecer um “parque de diversão”. Para resolver a situação, o denunciante solicita, baseado em J. B. Say, a punição necessária para o desenvolvimento da região, exigindo uma ação mais rígida, mesmo que baseado em um liberal.¹⁸⁸

Mas nem todos eram “corruptores” diretos da ordem social; existiam também aqueles que causavam distúrbios morais. A ação de efusivos Dom Juans extrapolava, em muito, os “pecados” contra o patrimônio do senhor. Queriam “conhecer” as virgens, – se é que estas “pobres” donzelas também não eram consideradas mais um patrimônio do que um membro da família – causando a revolta dos pais, pois as queriam castas para casar. José Joaquim de Santa Rita e José Francisco são enviados presos para a Bahia; este último, pelo fato de ser pardo, é acusado de “adeszonestar moças donzelas, e casadas, ainda que sejam de maior graduação”, ou seja, brancas.¹⁸⁹

Várias cartas da época repetem esse preconceito racial e social, estabelecendo-o como elemento importante na sociedade colonial, fruto de uma sociedade escravista que define os espaços pela cor da pele, associando-a aos “desvios” de comportamento. Em uma carta de 26 de fevereiro de 1780, o Capitão-Mor Interino de Sergipe Del Rey solicita que não seja dada posse a um pardo em virtude de sua cor, com argumentos de que os índios “o impediram” de assumir o cargo, “declarando o prejuízo, que experimentaríamos” se isso viesse a acontecer, “e por nenhum modo o queriam por seu capitão Mor; tanto

¹⁸⁷ Cf. Denis Antônio de Mendonça BERNARDES. O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822, São Paulo, 2002, Tese de Doutorado, FFLCH-USP, mimeo.

¹⁸⁸ Marcos Antônio de SOUZA, Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808 – Sua Fundação, População, e Melhoramentos de que é Capaz, 2ª Edição, Estado de Sergipe, IBGE, Aracaju, 1944, p.22.

porque não era natural de sua nação, pardo, casado com uma negra, vivendo fora de lá há sete anos [...]”.¹⁹⁰

Embora, no próximo capítulo, nos determos no estudo dos escravos, cabe salientar aqui que a escravidão já deixava as suas marcas de segregação, e mesmo que o indivíduo fosse mestiço e livre, sofreria as conseqüências de uma sociedade acostumada a diferenciar e subjugar por essa cor. Portanto, ao mesmo tempo em que podemos destacar, como fez Stuart Schwartz que “as pessoas de cor livre formavam, na verdade, um grupo heterogêneo, com elementos de várias origens, locais de nascimento, habilidades, graus de aculturação e cores. Pouco havia de comum que os unisse, exceto a cor. A raça criara um sistema alternativo de estados – branco, pardo, negro, índio – que se fundiu com a sociedade Européia e a transcendeu.”¹⁹¹ não podemos, em nenhuma hipótese, fazê-lo usando a palavra fusão, pois o que existiu foi a imposição social de um modelo cultural europeu, e não uma união entre culturas. A mistura, geradora de um elemento mais adaptado socialmente, remete-nos a interpretações do início do século XX, em que a miscigenação era valorizada em detrimento das culturas originárias, pois incorporava elementos das várias culturas. O exemplo mais significativo no Brasil deste tipo de análise, e devidamente já criticado alhures, é o próprio Gilberto Freyre, ao analisar a adaptabilidade do elemento português: “em vez de dura e seca rangendo do esforço de adaptar-se a condição inteiramente estranhas, a cultura européia se pôs em contento com a indígena, amaciada pelo óleo da mediação africana”¹⁹². Este discurso era reproduzido a cada local, a sua moda, a exemplo de Nina Rodrigues na Bahia. Em Sergipe, através de Silvo Romero, a idéia ganharia força quando este despeja todo o seu preconceito sobre a miscigenação, expurgando da sociedade o elemento negro através da defesa da teoria do branqueamento¹⁹³. Esse cientificismo contribui para proliferar entre o populacho nordestino a teoria do “limpar a barriga”.

¹⁸⁹ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 190, doc. 30, Capitão Mor Interino de Sergipe Del Rei, 17 de novembro de 1780.

¹⁹⁰ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 190, doc. 26, Capitão Mor Interino de Sergipe Del Rei, 26 de fevereiro de 1780.

¹⁹¹ Stuart SCHWARTZ, *Segredos Internos, Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial (1550-1835)*, Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1988, p.213

¹⁹² Gilberto FREYRE, *Casa Grande & Senzala*, 43ª Edição, Rio de Janeiro, Record, 2001, p.124. Esse debate historiográfico é ampliado em João José REIS e Flávio dos Santos GOMES, *Uma História da Liberdade (Introdução)* In: *Liberdade por um Fio – História dos Quilombos no Brasil*, _____ e _____. (Orgs), São Paulo, Cia das Letras, 1996. Em outra direção, porém com o mesmo intuito aparece no sub-capítulo *Ficções do direito e da história*, Sidney CHALHOUB, *Visões da Liberdade – Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*, São Paulo, Cia das Letras, 1990. Dentre outros estudos, contraposições a essas visões *restauracionistas* podem ser encontradas na Introdução de *Sonhos Africanos. Vivências Ladinhas – Escravos e Forros em São Paulo (1850-1880)*, São Paulo, Hucitec, 1998.

¹⁹³ Silvío ROMERO, *História da Literatura Brasileira*, 2ª Ed, 2 vols, Rio de Janeiro, Garnier, 1902.

Essa associação é absurda, mas aceitável no início do século passado, porém continua absurda mas inaceitável no final, mesmo porque o confronto e a imposição de culturas dominantes continuam gestando-se na modernidade, negando os elementos de culturas periféricas, ou estigmatizando-os com termos tipo regional, exótico, diferente, radical, entre outras. Se elementos de outras culturas resistiram ao tempo, eles se transformaram em elementos de diferenciação, proporcionando o conflito e novas mutações.

Menos ainda podemos falar em transcendência social, pois o que verificamos com a escravidão é um retrocesso nas relações sociais, já que incorporamos, ou melhor, intensificamos o elemento racista com nuances tidas como apaziguadoras. Preferimos assumir, portanto, que “a sociedade colonial se definirá antes pela desagregação, pelas forças dispersivas”¹⁹⁴, mas que estas forças não impliquem em uma sociedade mais ou menos adaptada, mais produtiva ou menos produtiva, mais unida e organizada, mais ou menos consciente de seu papel social, e das possibilidades de luta de sua classe. Não vislumbramos importância para a formação e as lutas das classes sociais, a homogeneidade dos seus elementos, mas a capacidade que esta possui de aglutinar pessoas com o mesmo objetivo. No caso dos escravos e/ou negros livres, essa diferenciação social, criada na e pela escravidão, serviu como elemento de conflito entre as diversas nações, etnias, tribos, línguas, propiciando o questionamento. Ou seja, por ser exatamente composta de elementos heterogêneos é que surge a consciência da condição social do escravo e das impossibilidades de permanecer dignamente nesta sociedade escravista, mesmo que conseguisse alcançar a liberdade. Existia também um elemento heterogêneo entre as classes dominantes que separava aquela ligada ao comércio, da outra, ligada à produção, – ou mesmo entre os diversos tipos de produtores, como o exemplo citado no capítulo anterior dos conflitos gerados entre os produtores de gado e os produtores de cana-de-açúcar. Mas, nem por isso, elas deixaram de se aglutinarem quando o objetivo era salvaguardar a propriedade, mesmo que lutassem pelos seus interesses específicos.

A diferença principal é que a classe dominante possuía um elemento de organização e manutenção destes interesses, o governo, enquanto as classes sociais dominadas tinham que conviver com os conflitos internos e externos à sua própria organização social. Organização esta, tantas vezes controlada pela camada senhorial. Portanto, se existe um tratamento repulsivo entre negros e índios, se não existe uma clara consciência de interesses comuns, isto se funda também porque o governo agia na tentativa de “conciliar” os problemas sociais gerados desse conflito, sem a preocupação de articular, valorizar e incorporar essa sociabilidade. No nosso caso específico em que, para conter os índios, o capitão articulava

¹⁹⁴ Caio PRADO JR., *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, São Paulo, Brasiliense–Publifolha, 2000, p.357.

a substituição do mestiço, fica claro esse tipo de ação, pois as autoridades agiam no sentido de utilizar esta heterogeneidade dos elementos sociais, perpetuando e solidificando as diferenças entre eles.

Quando anteriormente negamos o argumento de Stuart Schwartz, o fizemos com o objetivo de consolidar esses grupos como classes sociais, mesmo que a diferença dos seus elementos sejam gritantes, pois a heterogeneidade é um dos principais fatores para o conflito desta sociedade neste período, e um dos principais elementos nesse clima de revolta que toma conta da colônia. Resumindo, a heterogeneidade intensifica a luta de classes, ao invés de ser incompatível com ela. Apenas em parte, portanto, negamos o argumento, pois os escravos vão ajustando as diferenças e conseguindo conviver com elas, em torno de uma consolidação política, cultural, religiosa. Em nenhuma hipótese pretendemos nos aproximar de visões que estratificam a sociedade de forma que não conseguem impor a grupos específicos, interesses gerais: “Ao ter o Mundo reduzido a dimensões pessoais, os alicerces mesmos de seu poder determinaram seus limites: quase onipotentes porque fechados em seus pequenos reinos, por isto mesmo mostram-se incapazes de transcendê-los”¹⁹⁵. A diferença, portanto, nesta análise, não segue o modelo da impossibilidade de luta e transformação social porque os indivíduos que compunham determinadas classes tivessem, em determinados momentos, objetivos dispares. Pelo contrário, “a identidade étnico-cultural, substrato da diferença, não é entretanto elemento conservador de um regime social. É, no mínimo, elemento de contradição. Se não contribui decisivamente para uma grande transformação, ela dissemina a resistência e a rebeldia, minimizando os efeitos uniformizantes da cultura e ideologia dos que mandam.”¹⁹⁶

A estrutura social da Capitania de Sergipe Del Rei não diferenciava muito das outras localidades em que o principal produto de exportação era o açúcar, sendo composta por “muitos europeus das províncias de Portugal. Também constitui uma parte dos colonos grande número de pretos de Guiné e maior número de Angola. Vivem ali poucos índios aldeados e dispersos”¹⁹⁷ e, embora em pequeno número, estes índios da região sempre foram considerados mais bravos que os demais. O padre das Memórias sobre a Capitânia de Sergipe Del Rey, para justificar o direito de Portugal ocupar as terras americanas, despeja todo o seu preconceito, típico da época, sobre a cultura indígena, justificando que os aborígenes só se manteriam fiéis à “justiça” se, em troca, lhes dessem o sustento ou aguardente; que eles

¹⁹⁵ Maria Sílvia de Carvalho FRANCO, Homens Livres na Ordem Escravocrata, p. 236

¹⁹⁶ João José REIS, *O Jogo Duro do Dois de Julho: O “Partido Negro” na Independência da Bahia* In: Negociação e Conflito. A Resistência Negra no Brasil Escravista, _____, e Eduardo SILVA (Orgs.), São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 101

não possuíam “as doçuras do direito à propriedade”; e, pelo fato de não estarem “civilizados”, seriam os portugueses o primeiro povo a instituir o território como sua propriedade.¹⁹⁸ Se condenam, devidamente, Gilberto Freyre por ter adocicado a relação entre os dominadores e dominados dentro da colônia, o padre conseguiu o impossível: adocicar, literalmente, a própria relação de propriedade. Justificava-se, assim, de forma racista, uma superioridade do branco; e, para aqueles que destoassem do padrão, não poderia justificar nem ao menos um posicionamento social, muito menos a posse de terras, destinadas aqueles que pretendessem nelas trabalhar. Se seguissemos esse argumento, a terra seria por direito dos negros, porém a apologética associação com a “moral” e a “civilização” serve para caracterizar que tipo de elemento estaria propenso ao “direito” à propriedade. Eles mesmos, e os demais, deveriam seguir o seu exemplo e suas ordens.

Pacífica, entretanto, não era a relação social em Sergipe, e embora a população em geral se protegesse da violência do sistema colonial, esta proteção fornecia mais violência, e não raros são os casos de organizações, grupos de indivíduos que sobreviviam do roubo, da pilhagem, do rompimento do “direito” à propriedade defendido pelo padre. Esse estado de instabilidade não se conclui com o processo de Independência de Sergipe, em 1823. Pelo contrário, a desarticulação do governo que se implantava diminuía as possibilidades de resistência. Segundo o comandante das armas de Sergipe Del Rei, Manuel da S. Daltro, quando comentava sobre a Vila de Lagarto, acreditava “se fazer indispensável remediar os males, que podem sugerir da debandagem obstinada de uns celerados, que com mão armada atacam, mutilam, e vedam o livre trânsito aos pacíficos viandantes.”¹⁹⁹ Quase um ano depois, já em 1824, as reclamações continuavam. Assim, “o juiz ordinário, e mais oficiais da câmara desta vila de Nossa Senhora Piedade do Lagarto da comarca desta província” queixavam-se da “falta de subordinação às leis de Deus, do Imperante e prejuízo à nação, que Izidoro, Dionizio, Gonçalo, homens criminosos de crimes de morte e roubos, tem vivido é partido faccioso, que já se acham quatorze, e convocando, a outros [...] donde saem a roubarem e matarem os gados, criações e lavouras dos habitantes daquele lugar.” Para quem ameaçasse ou se queixasse contra a ação do grupo, eles prometiam “atacar para matarem o que fez amedrontar a todos”.

¹⁹⁷ Marcos Antonio de SOUZA, Memória Sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808 – Sua Fundação, População, e Melhoramentos de que é Capaz, 2ª Edição, Estado de Sergipe, IBGE, Aracaju, 1944, p.13.

¹⁹⁸ Marcos Antônio de SOUZA, Memória Sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808 – Sua Fundação, População, e Melhoramentos de que é Capaz, 2ª Edição, Estado de Sergipe, IBGE, Aracaju, 1944, p.18.

¹⁹⁹ APES, G1 – 585, Quartel general de Sergipe, 17 de julho de 1823.

Esse grupo de “facciosos vivem armados de cintinho com espingarda, bacamarte, pistolas e outras proibidas pela lei.”²⁰⁰

A própria sociedade, ao valorizar a violência, no íntimo de sua relação de produção escravista, encontra nesta mesma violência os entraves à sobrevivência e ampliação do sistema, pois o resultado deste fenômeno social passa a criar empecilhos à sua fundamentação básica, a própria propriedade: os gados, criações e lavouras estavam sendo ameaçados por um bando de pistoleiro, provavelmente expulso do sistema, ou adaptado a ele pelo clima de desordem que vivia a colônia. E, principalmente, pelo mecanismo de fuga do controle desta administração e dessa justiça, controlados e flexibilizados pelos próprios membros da elite dominante²⁰¹.

Às vezes esses conflitos extrapolavam a sociedade local, ou mesmo colonial, e envolviam inclusive problemas diplomáticos. Essas relações problemáticas persistiam mesmo depois da morte dos indivíduos, graças à distribuição e apuração do patrimônio deixado pelo defunto. Em 26 de outubro de 1823, o Consulado Francês na Bahia, alguns meses depois da expulsão portuguesa, reclamava a manutenção dos direitos e relações sociais acordadas entre Portugal e Brasil, solicitando providências no processo de inventário de Jacques Luiz Hollim, que foi assassinado, juntamente com sua sobrinha Maria Francisca Coquim, “ambos franceses, e estabelecidos em Patioba, Freguesia de Santa Luzia distrito de Estância”, no dia 22 de junho de 1822. O cônsul tentava resolver conflitos gerados pela administração local sergipana, fazendo alusões diversas à manutenção dos acordos internacionais entre Portugal e a França e que deveria ser mantido entre o Brasil e a França: “Hollim tinha feito testamento em que nomeava por executor testamentário a Henrique Berges, Francês ali estabelecido. Eu aprovei esta nomeação na qualidade de cônsul Francês na Bahia e Províncias que então compreendia a de Sergipe de El Rey. A justiça local do mesmo povoado reconheceu este executor testamentário por muitos despachos sucessivos: acabo de saber, todavia, que por ordem de V.Excia ao senhor ouvidor da província, dois meirinhos passaram a Estância, e tiraram do cartório os autos relativos a este negócio. É do meu dever representar a V.Excia, com todo o respeito que eu lhe devo, que os bens de um súdito francês morto no

²⁰⁰ APES, G1 – 585, Juiz Ordinário José de Fraga Pimentel, Vereador Manuel Afonseca Doria, Vereador Pedro Vidal Santiago, Procurador Raimundo Soares Moura, 13 de julho de 1824.

²⁰¹ “Ademais, a condição de privilégio socioeconômico naturalmente garantiu a posse preferencial dos postos de justiça, tal como aconteceu nos demais setores dos serviços públicos. Bem de acordo com o esquema do poder pessoal, a influência exercida através desses postos era reforçada pelos atributos e pelas relações do indivíduo que os ocupava. Aos privilégios e à influência pessoal somou-se ainda a carência completa ocorreu em vários níveis, obrigando os particulares a avocarem-se tarefas que seriam de competência policial. Ver-se-á, em seguida, como essa intervenção atingiu mesmo a esfera da ação judicial.”, Maria Sylvia de Carvalho FRANCO, Homens Livres na Ordem Escravocrata, 4ª Edição, São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997, p.158.

Brasil não podem cair senão em meu poder não tendo testamento, ou no do executor testamentário havendo-o, o que forma um direito sagrado e recíproca que sempre foi respeitado entre a França e Portugal, e que não pode deixar de ser entre a França e o Brasil, pois sua majestade Imperial há declarado, que a elevação do Brasil a Império nada mudaria nas relações mantidas entre os poderes da Europa. Eu ousou, pois, reclamar a justiça de V.Excia, e declarar-lhes ser do meu dever protestar contra toda a ordem que tenha a despojar Henrique Berges das suas funções de testamenteiro de Hollim, e administrador de Patioba. Eu sei existem justas reclamações de Domingos Dias, antigo proprietário de Patioba e dou ordem a Berges para as concluir de uma maneira favorável a ambas as partes.”²⁰²

O momento imediatamente posterior à passagem do “exército libertador” em Sergipe, ao invés de aumentar a “paz social” – tão sonhada pela classe dominante – incrementa o clima de conflito e desta vez, e principalmente, contra o elemento estrangeiro. Laranjeiras, tratada pela historiografia sergipana como simpatizante dos grandes mercadores, sob a égide do capital do engenho e, portanto, supostamente atrelada a interesses destes mercadores externos, assunto a ser tratado posteriormente, demonstra ela os primeiros sinais de descontentamento contra o estrangeiro, o que evidencia que o corpus social não era assim tão comprometido com esses interesses, tendo em vista que demonstra sinais de antipatia apenas três anos depois dos episódios de 1820. Para conter a fúria da população contra os comerciantes estrangeiros, é preciso enviar um batalhão com “oficialidade competente para conter a desordem que espíritos inquietos haviam feito na dita povoação contra Vossa Excelência e contra negociantes europeus ali residentes”.

O batalhão foi enviado e ao se aproximar da cidade de Laranjeiras, Inácio Antônio, o comandante, envia homens para prender os sentinelas que estavam à espera do regimento para atacá-lo e para avisar aos amotinados. Conseguiram conter os sentinelas, porém um “espião a cavalo” “foi imediatamente dar parte ao lugar onde estavam aquarteladas, tocaram rebate e acudiram ao quartel. Armaram-se e municiou-se de pólvora e bala”. O comandante recebeu um recado de um oficial de milícias amotinado e um soldado, “ambos com pistolas engatilhadas”, de que o major Francisco Lopes Sodré, comandante dos rebeldes, solicitava a presença do comandante Inácio Antônio no quartel, sozinho e desarmado. Não obedecendo, o comandante desarmou os emissários e continuou em sua “marcha”, porém o “terror” e a “desordem” em que se encontravam os amotinados fez com que eles se rendessem sem que fosse preciso “queimar um cartucho”.

²⁰² APES, G1-585, 22 de junho de 1822, Cônsul de França, Guineband, Trad. Euzébio Vaezio, 13 de novembro de 1823

Os cabeças do movimento, o major Francisco Lopes Sodré e seu parceiro, o tenente José Alexandre Bezerra, mesmo depois de preso, bradavam que a junta de governo local era ilegal e que não “consentia que eles espancassem aos europeus, por estarem unidos com ele, e queriam a junta nova porque lhes tinham prometido isso”. Para tal intuito, passaram a “arrombar casas de europeus e os espancarem” e convidavam pessoas a marcharem até a cidade de Sergipe Del Rey para “conseguirem suas malfazejas intenções”. Ou seja, realizar a constituição de uma nova junta de governo, expulsando os estrangeiros da região. O grande problema deste tipo de ação, seja em Sergipe, ou em qualquer outra localidade, fica esclarecida dentro da própria carta: “muitos europeus embarcando os seus fundos para se retirarem para outras províncias”, quando não retornavam com todo o seu capital para os seus países de origem.

Acreditando que a revolta havia sido contida, e já tranqüilo com os resultados de sua ação, o comandante supracitado é noticiado que “grande número de gente” em Maruim, freguesia próxima a Laranjeiras, marchava para São Cristóvão com o mesmo objetivo dos outros aglutinados: desmontar a junta e expulsar os europeus. Solicita então que o Capitão-Mor José da Mota Nunes comande uma nova expedição para conter o avanço dos rebeldes. A expedição postou-se às margens dos rios “Sapocari Cana Braba e Pedra Branca” e conseguiu que os amotinados debandassem, restabelecendo a ordem.²⁰³

No dia 13, provavelmente já de posse da carta de Inácio Antônio, a junta comenta sobre as atividades rebeldes em Laranjeiras, e atribui a problemas financeiros nacionais esse estado de revolta, principalmente contra os estrangeiros, expulsando ou assustando importantes comerciantes da região. Embora tivessem a consciência de que esses comerciantes não eram a melhor alternativa para consolidar a paz social e a própria nação brasileira, eles afirmavam: “são os únicos que abastecem o mercado com gêneros até de primeira necessidade física”.

Segundo a mesma junta, os rebeldes não entraram nestas revoltas “para transformar o andamento dos negócios públicos, nem demitir autoridades [...] mas para perturbar cidadãos pacíficos e locupletar-se com a rapina”²⁰⁴. Essas lutas estavam distantes de serem apenas para promover a rapina, envolvendo às vezes pessoas influentes da região que arriscavam todo o seu patrimônio, ou sua patente, para defender determinado sentimento. Esses sentimentos são resquícios de um passado recente que colocou em contraponto Europeus e Brasileiros numa guerra em que Sergipe foi elemento ativo. As conseqüências dessa guerra, de qualquer guerra, não se concluem com o seu término. Portanto, mesmo após o 2 de julho, é justificável que exista ainda sobre o inimigo anterior, o comerciante estrangeiro, uma profunda carga

²⁰³ APES, G1 613, 12 de novembro de 1823.

²⁰⁴ APES, G1 1212, 13 de novembro de 1823

negativa, processo esse necessário e valorizado inclusive pelo movimento de independência, ou pelo menos por parte dele. Mesmo antes, essa diferença vinha se consolidando e solidificando e a negação do outro é uma das formas de se consolidar.

A diferença é objeto vital para construção de ideais nacionais que, obviamente, entram em conflito com aqueles que se identificavam com outras nações, negando-a para substituí-la. Impossível é imaginar que em meses de raiva necessária para justificar a separação, o ideal da sociedade se ajustasse à proposta política de um governo que ainda definia propostas. Esse governo ainda se estabelecendo, embora percebesse que a permanência do elemento estrangeiro pudesse aumentar o clima de revolta ou, quem sabe proporcionar um possível retorno à união e, mesmo, um possível fomento a divisões internas, compreende que manter esse estrangeiro é a única alternativa para, naquele momento, manter o funcionamento econômico das regiões voltadas para o comércio externo. Um mal necessário.

3.3 A Igreja e as mulheres: Presença “Moral”, Social, Política e Ideológica.

Domingo, dia do Senhor. Mas qual não era o dia do senhor naquela sociedade colonial? A imagem da salvação, a necessidade de cumprir com obrigações religiosas que dirimissem as suas culpas, seus sofrimentos, a tentativa de eliminar parte das imagens dantescas que se passaram durante a semana, ou ao menos por instantes substituí-las pelos anjos loiros, de olhos azuis e bochechas rosadas, a sustentar Nossa Senhora. Igrejas fantásticas, padres com suas negras sotainas a desfilar pelas ruas, diferenciando-se dos demais, e levando parte da população a adorá-los e a confessá-los os seus mais íntimos medos, segredos, sarcasmos. Para alguns, aquilo representava a busca do que não era possível na terra: a vida, e que prêmio, ela viria eterna!

O senhor real, de engenho, fornecia um dia ao Senhor imagético, da Igreja. Neste dia, surgiam outras obrigações é certo, mas o mesmo objetivo: quando trabalhavam para o primeiro, o faziam para viver, ao segundo, restava trabalhar para quando morrer, voltar a viver. Desta vez, vida eterna, fraterna e parcimoniosa. Mas não de forma igualitária, tendo em vista que o cantinho melhor, mais próximo, mais rápido de alcançar, sem os percalços do purgatório, tinha ou ainda tem seu preço.

A igreja agia assim, sob os olhos do senhor, dos dois senhores talvez, e desse debate entre os diferentes interesses, entre as diversas propostas, surgiam alguns conflitos, questionamentos, desordens originárias da própria igreja, ou de parte dela. Novamente a sociedade se confronta com a Ideologia. O senhor real respondia pelas dadivosas doações, fazendo com que os religiosos às vezes “esquecessem” do

conteúdo ideológico do primeiro. Cabia ao segundo senhor, e ao poder real, agir como controlador destes, nomeá-los, julgá-los e, principalmente, remunerá-los.²⁰⁵ Ser contra essa ordem não era confortável e a grande maioria daqueles que ocupavam os cargos religiosos eram “ilustres” membros, parentes, afilhados dos grandes produtores e, portanto, muito mais próximos do engenho que de ideais de justiça social cristão.

As ordens religiosas eram, como bem nomeou Caio Prado, a segunda esfera administrativa. Esta fornecia serviços vitais para a sociedade colonial, além, é claro, da possibilidade de vida eterna, agindo como atenuadora dos problemas e conflitos sociais, gerando educação básica e o mínimo de cuidados médicos para as localidades. Essa ação estava limitada pelos recursos financeiros impostos pelo império, e tinha que conviver a exemplo do e com os conflitos gerados pelo corpo administrativo oficial, o que gerava mais conflitos. Com isto, pode-se dizer que a igreja se adapta, portanto, a mesma lógica de análise adotada nos subcapítulos anteriores.

Administrativamente, aqueles limites e conflitos locais, no momento em que buscam igualar os recursos e a estrutura da sede de poder - no caso a Bahia, ou numa perspectiva geral, Lisboa, - proporcionam o questionamento da realidade social local e diferenciações quanto a outras instâncias administrativas. Ou seja, ao mesmo tempo em que os padres buscavam fornecer elementos e serviços à população, inspirados nestes centros, ao fazê-lo, inseriam um questionamento acerca de que existem melhores alternativas em localidades que pudessem gerir a sua administração, chamando atenção da possibilidade dele também, Sergipe, gerir as suas soluções. Em 1763, a Santa Casa da Misericórdia de Sergipe Del Rey recorre ao Rei “os mesmos privilégios de que goza o Hospital Real desta corte e Cidade de Lisboa, já concedida à Igreja da Misericórdia da Bahia”. Segundo a representação, pelo fato de “viverem os homens da dita capitania e morrerem empenhados com dívidas, não há quem deixe mais ligados nem esmolas a dita Santa Casa”²⁰⁶. Num mesmo contexto, portanto, e assumida postura parecida a da administração, ao buscar melhorias para a Santa Casa da região, a igreja isola a situação de Sergipe do seu contexto geral, a Bahia como um todo, passando a identificar possibilidades de melhorias locais ou apontando os problemas da localidade para o conselho ultramarino.

²⁰⁵ “A própria igreja e seu clero, que constituem a segunda esfera administrativa da colônia, também estão, em parte pelo menos, na dependência do grande domínio. Capela de engenho ou fazenda e seu capelão; igreja da freguesia próxima e seu pároco, que encontram no grande domínio a maior parte de sua clientela: não são elas e eles acessórios e servidores do grande domínio que congrega quase todos os fiéis? Nada resta portanto, como força autônoma e desembaraçada de peias, que este último. À sua sombra, larga e acolhedora, dispensadora única dos meios de subsistência e de proteção. Virão todos se abrigar.”, Caio PRADO JR, *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, São Paulo, Brasiliense-Publifolha, 2000, p. 294

²⁰⁶ AHU, Cx 5, Doc. 63, 15 de março de 1763.

Nem sempre esses religiosos correspondiam aos anseios de seus dadivosos doadores, diletos mecenas. Nem mesmo com os senhores essa relação era sempre harmônica, e se era verdade que a maioria estava a serviço da ordem, a também maioria cometia excessos que iam contra essa ordem, ou questionava a desordem em outros setores sociais. Às vezes com consciência de seu papel de transformador social, esses padres se caracterizavam ideologicamente comprometidos com essas transformações sociais; muitas vezes simplesmente pelas características culturais da colônia que imprimiam aos seus hábitos enormes tentações; às vezes, indo em contraposição até mesmo a algum “ilustre”, “benevolente”, contribuinte dos cofres religiosos. Depois de ter doado, por exemplo, “uma santa imagem de Nossa Senhora” e “um altar novo na Igreja do Convento do Carmo”, na cidade de Sergipe Del Rey, por graças alcançadas e para o “sossego” e vida eterna do Rei, o ouvidor mandou rezar uma missa semanal através da “esmola de quinhentos mil réis, que aceitou, e recebeu, para de seus juro se mandar dizer a dita missa [...] A este meu humilde voto corresponderam tão mal os terceiros da dita ordem, que até hoje não tem mandado dizer as missas [...] só digo que sabe o sacrilégio, e infidelidade não se dizerem umas missas, de que a Real felicidade é o objeto régio, por que se ofereceu ao céu, tendo há anos recebido a esmola [...]”²⁰⁷. Podemos tirar desta queixa algumas curiosidades de ordem geral. A outrora indevida e pecaminosa cobrança de juro servia – no nem tão avançado ano de 1763, para uma sociedade colonial, sem bancos instituídos, – para financiar uma missa que seria rezada toda a semana e para sempre. O segundo ponto, e talvez mais importante para a pesquisa, é que, com a queixa, e com a missa, o ouvidor Miguel de Arez Lobo atendia aos dois senhores ao mesmo tempo: ao primeiro, por intermédio de Nossa Senhora, e ao segundo, através da preocupação com a vida eterna do Rei. Lembremos que, meses antes, em fevereiro de 1763, havíamos mostrado uma disputa entre o Ouvidor e o Capitão-Mor que o havia jurado de morte. Portanto, neste caso, tanto o bom relacionamento com o divino caso viesse a se cumprir a promessa, como um bom relacionamento com o Rei que poderia protegê-lo da fúria do Capitão, eram no mínimo uma precaução bem tomada.

Às vezes o comportamento dos padres excedia os limites suportáveis dos fiéis, ou ao menos de parte deles. O vigário Antônio Alves de Miranda Varejão, por exemplo, cometeu alguns desses excessos e a extensa narração dos moradores da freguesia de Nossa Senhora do Socorro de Cotinguiba – da qual escolhemos os mais emocionantes trechos – fez de Cirilo do Nascimento um simples assaltante. Segundo os moradores, o padre “converteu a sua própria Igreja no mais escandaloso teatro de atrozes abominações,

²⁰⁷ AHU, Cx. 7, Doc. 67, 02 de agosto de 1763.

o divino mistério, e tudo que a Religião tem de mais Santo foi prostituído para saciar seus libidinosos apetites e satisfazer as suas desordenadas paixões”²⁰⁸.

Para tais práticas, “andava sempre armado de pistolas e de uma faca de ponta”, inclusive quando estava no “exercício dos atos mais sagrados da religião”. Em determinado dia, quando recebeu atrasado, de um “miserável sapateiro”, as botas que mandara consertar, “lançou mão de uma espada para o maltratar”, correndo pelas ruas em “hábitos indecentes e irrisórios, de casamira e em ceroulas”. Pelo visto, já não precisamos derrubar as “negras sotainas”, uma vez que, em determinados momentos, a própria igreja, às vezes literalmente incorporando o clima de desordem, demonstra por ela mesma os “sinais do tempo”, fazendo com que um padre cangaceiro desfile entre “pessoas que já de todas as partes corriam”. Este fato novamente nos faz lembrar a sociedade representada nas *Memórias de um Sargento de Milícias* pois nos propicia uma outra analogia com o “mestre de cerimônias, que é apanhado de solidéu e ceroulas no quarto de sua amiga cigana”²⁰⁹, fazendo com que, tanto na ficção como na realidade, imagens sobre as quais residiam, supostamente, invólucros “morais”, fossem destituídas destes rótulos ao se despirem, mostrando atitudes incompatíveis com os cargos ocupados.

Além de mostrar os segredos mantidos debaixo da batina, por diversas vezes o padre Antônio Varejão saía aos gritos do confessionário, a revelar segredos de confissão. Em uma dessas, cheio de cólera, ele diz não dar absolvição a “uma mulher chamada Isabel”, pois esta teria que “confessar que vivia concubinada havia três anos, com seu primo Cipriano”, fato este que fez com que a moça perdesse a “boa reputação” e fosse “excomungada” da Igreja. Outra vez se repete a cena e a vítima seria Clara: grita “que, se não tivesse em conta de casada, que era uma prostituta”. Novamente, e depois de confessar várias pessoas, “de gente principal da freguesia”, ou seja, brancos da classe dominante, bradou para todos que “cuidando achar gente honrada e de vergonha não encontrava senão mulheres prostitutas, e homens infames.”

O padre, diga-se de passagem, segundo a narrativa, não poderia ser enquadrado entre os honrados, pois vivia concubinado com uma mulher chamada Maximiniana, “que aliciou e roubou seu marido, o Alferes José Luiz da Afonseca”. Não apenas a companheira fazia parte das experiências sexuais do religioso; outras tantas “ovelhas” foram envolvidas em suas “taras”. Uma delas, a “viúva honesta”, Ana

²⁰⁸ Roberto SCHWARZ, *Pressupostos, salvo engano, de “dialética da malandragem”* In: *Que Horas São? (Ensaio)*, São Paulo, Cia das Letras, 1987, p.122

²⁰⁹ Roberto SCHWARZ, *Pressupostos, salvo engano, de “dialética da malandragem”* In: *Que Horas São? (Ensaio)*, São Paulo, Cia das Letras, 1987, p.122

Josefa Leandro de Souza, recebeu a visita do padre, que “procurou seduzi-la para fins libidinosos e resistindo-lhe a dita viúva as suas impertinências, se desembaraçou dele com violência e lhe fechou a porta; o reverendo suplicado porém inflamado, e julgando-se ofendido arrogou-se pela janela [...] e já descomposto querendo violentá-la.” Além da violência intrínseca dentro de uma ordem religiosa, mais uma vez vemos a representação de um sadismo sexual. Mas, não se utilizando do poder hierárquico do exército ou prendendo o objeto sexual pelo pescoço, mas forçando uma mulher ao sexo contra a sua vontade, pela força física direta. Isto demonstra que, mesmo o poder da propriedade de uma viúva que possuía terras e também escravos que a acudiram contra o “tarado”, não impunha o respeito necessário e nem garantia, a essa mulher, o poder suficiente para se defender das agressões sexuais dos homens. O simples fato de ser mulher, portanto, justificaria a possibilidade de ser violentada sexualmente.

Assim, as paroquianas que procuravam confissão, além de difamadas, poderiam ser vítimas do vigor sexual do padre, que as assediavam em plena igreja, na intimidade do confessionário, ou mesmo na sacristia ao lado do “corpo” de Cristo, e sob os olhos claros e penosos de uma de suas imagens. “Convertido em Lobo”, o padre costumava importunar as “suas ovelhas” com as solicitações que praticava, “maltratando as que não coincidiam com as suas torpes paixões”. Por diversas vezes, “arrastava” as mulheres para a sua casa ou mesmo utilizava o espaço da própria igreja para satisfazer os seus desejos, como o fez “com a mulher de José Caetano artífice, que chegando aos pés do dito suplicado para a confessar ele se levantou com dissimulação e a conduziu para a Capela do Senhor da Boa Morte [...] a aliciou e a persuadiu a satisfazer a sua sacrílega concupiscência.”

Em um batizado, novamente agiu o “libidinoso padre”. Desta vez, a escolhida foi “Maria da Penha, mulher casada” que ele chamou à sacristia para anotar os nomes daqueles que seriam batizados e a convenceu a “satisfazer os seus libidinosos apetites”. Às vezes, o padre usava “do medo da excomunhão”, ameaçando as fiéis “ovelhas” com essa possibilidade de encontrar com o demônio em terra e perder a grande dádiva da vida eterna, além de todas as discriminações que contra ela, em vida, iriam incorrer. O padre tinha artifícios de “sedução” talvez mais poderosos que prender as “ovelhas” pelo pescoço e os utilizava para forçar estas a participarem de suas empreitadas sexuais. Entre queimar no fogo do inferno, fazer sexo forçado com o padre ou o capitão, ou ficar preso de 15 a 20 dias pelo pescoço, que venha o ferro. Por mais incômoda que possa parecer essa construção, para o leitor ou pesquisador do século XXI,

laicos ou mesmo religiosos, é necessário nesse momento, assim como em vários outros, que nos reportemos a uma sociedade católica e colonial.

A ameaça de excomunhão feita pelo padre em questão viria a se repetir com outra mulher casada, do Engenho Novo, que recebeu “oito patacas para não publicar o que tinha praticado com ele”, e novamente com Maria do Socorro, mulher de Antônio Luiz Gaio, convidada a ir a sua casa para conhecer “a boa cama que tinha, onde consumou com ela a sua sacrílega sensualidade”.

Portanto, ao inserir na análise elementos machistas, talvez herança da construção bíblica que atribui a Eva as malícias sexuais, a sociedade como um todo tende a minimizar a violência utilizada nestes casos, esquecendo que a pressão sofrida por essas mulheres possuía elementos suficientes para caracterizar a ação como um estupro. E, se em algum momento pode ter acontecido atração sexual mútua, mesmo assim ela se estabeleceu dentro de um contexto de poder, talvez mesmo de fetiche, por ser um padre. Portanto, nessa narrativa, preferimos considerar desprezível para a análise associar esses relacionamentos a prazerosos casos amorosos. O mais importante é destacar, ou até mesmo valorizar, a quebra de valores morais e, principalmente, a violência, utilizando-se de valores espirituais dos mais importantes para a mulher que vivia oprimida, subjugada, maltratada e, por isto, vislumbradora de outra forma de viver, uma vida longe dos sofrimentos da terrena. Como vimos, no caso destas mulheres negarem o pedido do clérigo ou/e no caso de denunciarem as propostas deste, como o fez D. Maria do Carmo, ele declarava, cada uma, “excomungada”. Se esse tipo de pressão não seria julgado impertinente nos dias atuais, pois a força da excomunhão já não é tão grande, pelo menos não entre a população mais laica, algumas atitudes do padre podem até exceder os limites sexuais de uma sociedade do século XXI, mesmo depois de toda a revolução do sexo. O padre em questão é também acusado de pedofilia, nada incomum, mas passível de críticas e de represálias sociais nos dias atuais, talvez tão severas quanto na colônia. Segundo o documento, o clérigo atacou, também no “confessionário” até mesmo “uma menina de doze anos, filha de Antônio Ferreira e Maria José [...] dizendo-lhe que ela não queria fazer o que ele pedia por não saber o como era bom.”

Esses excessos sexuais chegaram a mais fina crueldade e sadismo. “Luiza Antônio, viúva de Antônio José de Oliveira” foi espancada até a morte pelos escravos do padre “com sacos de areia [...] deitando sangue pela boca, depois de ter abortado”. Apenas, segundo a carta, por ter negado às solicitações do padre. Existe porém uma questão não elucidada: se era viúva, quem era o pai da criança assassinada pelo padre? O fato do próprio defunto poder ser o pai é uma possibilidade plausível. Tratando-se de uma viúva recente, aumentaria o desrespeito do padre, pois romperia com o luto. Mas não podemos deixar de cogitar que ele mesmo poderia ser o pai, tamanho era o seu apetite sexual, e que o assassinato encobriria mais esse excesso a sua carreira religiosa.

No processo contra os crimes, – alguns deles narrados aqui, – o padre foi julgado culpado na devassa e já estava com “carta de seguro”, expedida pelo governo da Bahia, porém ele havia fugido para a corte. Este fato levou os moradores a pedirem providências ao conselho ultramarino²¹⁰. Novamente, o processo contínuo entre a ordem e a desordem se estabelece, e as poucas atitudes judiciais serviriam às vezes para conter os excessos da sociedade colonial. Porém, o registro deste acontecimento, e/ou de outros, comporia o quadro de desqualificação da estrutura religiosa e, mesmo que a ordem tenha sido efetuada de forma rígida, com a condenação do padre, ela se estabelece após a ação, após a difamação deste importante elemento da ordem colonial, a “moral” religiosa, fazendo com que a sociedade passe a questionar valores antes considerados sagrados.

Os mais diversos “tumultos” são atribuídos aos clérigos. Alguns, inclusive, envolveram-se em movimentos sociais que não eram bem quistos pela coroa. Ou, mesmo, agiam como poderosos fiscais ou guardiões de uma suposta moral que implicavam em denúncias e controle sobre as administrações locais. Por isso, também, não eram bem aceitos por parte da população, principalmente aquela que via no líder religioso, uma ameaça a sua livre ação. Em virtude disto, alguns relatos devem ser lidos dentro desta ordem, dentro desta lógica, alguns deles sob a influência destes desafetos, muito embora a própria existência do desafeto forneça o subsídio que ora precisamos: comprovar o clima de instabilidade social em todas as classes sociais, ou pelo menos, nas mais representativas para Sergipe no final do século XVIII e início do século XIX. Seja a ação do padre realidade ou farsa, mantemos os nossos objetivos. A primeira hipótese, a de serem os fatos reais, desarticula valores “sagrados” e necessários à boa ordem social. A segunda, a de terem sido forjados pelos inimigos políticos, por desafetos com parte da população, seria sinal de que instâncias superiores estavam em determinados momentos em conflito, aumentando o clima de instabilidade entre os poderes instituídos.

Outros padres cometiam crimes dentro dos dogmas da igreja, e chocavam a sociedade com suas ações, porém reiteramos que nem sempre podemos afirmar que “tortas” relações sexuais fossem sempre forçadas, pois alguns casos de amor “extra-batinais” estão distantes de serem considerados como violento, pelo menos não entre o casal. Quem conhece idílios amorosos como os de Abelardo e Heloísa, em plena Idade Média, sob uma influência mais rígida de valores religiosos, pode imaginar que existe vida após o hábito. E, certamente, a colônia deveria estar repleta de relacionamentos amorosos menos forçados que os narrados anteriormente. Porém, os capitães-mores utilizavam-se do expediente de demonstrar as

²¹⁰ AHU, Cx. 09, Doc. 10, 25 de janeiro de 1805.

improbidades morais de alguns religiosos através da denúncia desses relacionamentos, e são exatamente eles que possuímos como fontes. O Capitão-Mor de Sergipe Del Rey, por exemplo, denunciaria o padre Antônio José Gonçalves de Figueiredo que, através de abaixo-assinado do povo de Laranjeiras, é acusado de viver “escandalosamente concubinado” com Joana. Além disso, o padre acolhe em sua casa, solteiros para evitar o recrutamento²¹¹. Nada muito estranho um pastor se divertir com uma ovelha, digamos que não era uma amante, mas uma “comadre” e, como lembra Gilberto Freyre, viviam sem pecado, discretamente.²¹² O que causa suspeita, no relato, é o povo fazer um abaixo-assinado reclamando da proteção dada pelo padre aos jovens que não queriam ser recrutados. Afinal, como analisamos anteriormente, o recrutamento era uma medida antipática para o povo em geral e a acusação só serviria para sensibilizar as autoridades que aquele padre era prejudicial também ao governo. Enfim, que tinha problemas com a vida pública e com a vida privada.

Outros tantos relatos demonstram essa ação de defesa de parte da população que era recrutada para os serviços militares. Esse medo às vezes implicava em atitudes de religiosos que dificultavam a ação administrativa. Quando realizava o já citado recenseamento populacional, o Capitão-Mor Interino de Sergipe Del Rey informa que a “proteções dos padres” vinha prejudicando o seu trabalho e solicitava que desse “ao reverendo vigário geral mandado de prisão, para efeito de darem a rol os nomes de seus escravos, e por isso / sem embargos de minha diligência / devo dizer a V.Excia que ao certo senão pode saber, principalmente a respeito dos nascidos mortos; tanto em razão das muitas capelas que há, como porque os capelões delas não dão parte aos seus vigários do número dos nascidos, e mortos por conta de seus interesses, cem outras capelas aonde não há capelões, os enterram ocultamente”²¹³.

Duas cartas dirigidas ao Rei, transcritas por Maria Thétis Nunes, elucidam essa relação de cobrança entre as duas administrações, e demonstram como a interferência de ambas pode gerar alguns desses desafetos. Na primeira, datada de 22 de março de 1729, o padre Antônio de Souza Brum é acusado de “ser um perturbador do sossego público daqueles povos, passando a sua malignidade a ser induzidor de muitas

²¹¹ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 414, Capitão Mor de Sergipe Del Rei, 19 de agosto de 1817.

²¹² Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, 43ª Edição, Rio de Janeiro, Record, 2001, p.496. Além de Freyre, outros tantos escritores demonstram esse comportamento do clero. Caio Prado Jr. faz de forma mais séria, relacionando este comportamento com a debilidade do clero na colônia: “E a este abandono em que deixa a população, acrescenta o clero o exemplo tão freqüente de uma vida escandalosa e desregrada. O resultado de tudo isto não é de admirar portanto que tenha sido aquela religião reduzida a um esqueleto de práticas exteriores e maquinais vazio de qualquer sentimento elevado, e que é ao que se reduziu o catolicismo na colônia”, *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia), São Paulo, Brasiliense-Publifolha, 2000, p.365.

²¹³ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 407, doc. 03, Capitão Mor Interino de Sergipe Del Rei, 23 de setembro de 1772.

pessoas.”²¹⁴ Em 1733, outro pároco, Gonçalo Pinto, queixa-se do comportamento dos administradores de Sergipe que, segundo ele, andavam “dissipando os bens, que os testadores lhe deixaram com obrigações de missas, e outras obras pias, como a de um hospital para cura dos pobres.”²¹⁵ Ao “induzir” um grupo de pessoas que propiciaram desordem na estrutura social, o padre Brum é prontamente condenado a manter-se distante de Sergipe. Infelizmente não conseguimos descobrir que tipo de idéias eram disseminadas pelo padre. O fato é que, quatro anos depois, uma queixa contra a administração local esclarece um pouco que tipos de protestos deveriam estar fazendo o padre, complicando a ação das autoridades locais.

Assim como destacamos o exército colonial como elemento de desordem e de ordem, a igreja agia também no mesmo sentido e era claro para os coevos que, embora fosse um empecilho por se tratarem de “agentes improdutivos e pesados ao Estado”, “a experiência testifica que a religião santa e divina, que professamos, tem a força mais eficaz de manter a ordem pública, de refrear as paixões dos homens, de dirigi-los a cumprir os seus deveres; ensina-lhes a moral mais perfeita e sublime”²¹⁶. A Igreja era um elemento de ordem ou de desordem no período colonial? Em quem acreditar? Nem o pesquisador, nem o leitor atento conseguiria se posicionar. O conflito era inevitável e decidir sobre ele, sem aumentá-lo, é tarefa difícil: “Ah! meu caro Rubião, isto de política pode ser comparado à Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo; não falta nada, nem discípulo que nega, nem discípulo que vende. Coroa de espinhos, bofetadas, madeiro, e afinal morre-se na cruz das idéias, pregados pelos cravos da inveja, da calúnia e da ingratidão... contados os males e os bens da política, os bens ainda são superiores. Há ingratos, mas os ingratos demitem-se, prendem-se, perseguem-se.”²¹⁷

Existia muito mais que luta política, é certo. Existia paixão, sexo, dor, ódio, sadismo, erotismo; existiam mulheres mortas sob a marca de uma sociedade patriarcal, em que o papel designado para estas estava além destas disputas. Sofriam pela violência, sofriam ao ter que defender uma “honra” que lhe garantiria sua permanência social. A mulher, é claro, não é a do próximo capítulo, negra escrava, sem muitos registros, e a quem a honra não combinava com o ferro, com o duro trabalho nas senzalas, com os estupros noturnos. Enquadrar essa sociedade, nesse contexto, é tarefa árdua mas necessária, e as incursões noturnas dos Senhores de Escravos, sejam aquelas legitimadas para as brancas, sejam as forçadas para as negras, poderiam garantir a essas mulheres melhores condições de sobrevivência.

²¹⁴ Documentos Históricos, Volume XC, p. 150-1, 22 de março de 1729Thetis

²¹⁵ AHU, Sergipe, Cx.4, Doc.24

²¹⁶ Marcos Antônio de SOUZA, Memória Sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808 – Sua Fundação, População, e Melhoramentos de que é Capaz, 2ª Edição, Estado de Sergipe, IBGE, Aracaju, 1944, p. 20.

Embora estejamos falando, neste momento, da mulher branca em uma sociedade patriarcal, não podemos concordar com a afirmação de que “a mulher sergipana permanece reclusa no interior dos lares”²¹⁸, como o faz Maria Thetis Nunes para depois endossar as observações do contemporâneo Antônio Muniz de Souza, de que “as mulheres no Brasil não fazem parte da sociedade [...]”²¹⁹, sem as devidas ressalvas.

Ressalvas diversas devem caber nesta perspectiva. A primeira, de ordem formal, deve ser tirada do fato de que Antônio Muniz de Souza, ao contrário dos pesquisadores atuais, não possuía contato com os estudos sociológicos modernos e o conceito de sociedade utilizado pelo autor não condiz com o mesmo conceito da modernidade. Segundo, não podemos tratar todas as mulheres do período colonial dentro do mesmo contexto, muito menos podemos qualificar que, mesmo as mais abastadas, não interfiram no processo social e sejam tratadas como simples reclusas de seus lares. Não parece verdade que elas não participassem. O que parece muito mais consistente é que elas eram parte importante desta sociedade, porém “as pobres livres, as lavadeiras, as doceiras, as costureiras e rendeiras – tão conhecidas nas cantigas do Nordeste –, as apanhadeiras de água nos riachos, as quebradeiras de coco e parteiras, todas essas temos mais dificuldade de conhecer: nenhum bem deixaram após a morte e seus filhos não abriram inventário, nada escreveram ou falaram de seus anseios, medos, angústias, pois eram analfabetas e tiveram, no seu dia-a-dia de trabalhar, de lutar pela sobrevivência.”²²⁰ Das outras, quando não interferiam diretamente, controlando a propriedade de maridos mortos, agiam indiretamente, tanto na sua presença como esposa, como na estruturação familiar e na criação dos filhos, e em nenhuma instância podemos tratar a reprodução da sociedade como sendo sem importância, principalmente para uma sociedade colonial, em que a procriação se pode ser entendida como injusta para a mulher, era de vital importância para a produção, através do aumento populacional.

Machista, a sociedade impulsionava as mulheres mais abastadas a viverem “entocadas” em suas casas. Isso não quer dizer que elas, mesmo que estivessem de fora de boa parte da vida pública, se é que é possível conceber essa separação entre o público e o privado no Brasil Colonial, não participassem dessa sociedade. Impossível seria quantificar quão de presença pública possa possuir uma mulher branca

²¹⁷ Machado de ASSIS, Quincas Borba, Obras Seleccionadas de Machado de Assis, Vol.2, Editora Egéria Ltda, São Paulo, 1981, p.125.

²¹⁸ Maria Thetis NUNES, Sergipe Colonial II, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p.160

²¹⁹ Antônio Muniz de SOUZA, Viagem e observação de um brasileiro, p.63-4 apud Maria Thetis NUNES, Sergipe Colonial II, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, 161.

²²⁰ Miridan Knox FALCI, *Mulheres do Sertão Nordestino* In: História das Mulheres no Brasil, Mary Del PRIORE (Org.), São Paulo, Contexto, 1997, p. 262.

colonial nesta sociedade, por mais curto que seja o trajeto para a igreja, ou pelo número de vezes que ela enterrou seus maridos e parentes, ou mesmo no confessionário de algum “animado” padre. Portanto, esta mulher era elemento ativo, subjugado concordamos, mas que em última instância e reduzindo a análise, continuava reproduzindo a sociedade colonial, parindo e sendo responsável por parte da educação doméstica dos filhos, que mais tarde seriam senhores. Estas mulheres não eram boas o bastante para gerir os negócios, mas boa além da conta para criar aqueles que iriam geri-los. No mínimo, eis mais uma contradição!

Além destes destaques, a noção exata de que essa mulher não participa do processo produtivo é também e, por consequência, entender que esse trabalho pode ser explorado além das paredes da senzala e além dos trabalhos normais que essas mulheres já realizavam. Essa frase cairia no mais puro lugar comum se já não estivessem preocupados e atentos a essa forma de exploração, alguns dos membros dessa sociedade colonial, sergipana, escravista, paternalista. Embora fosse um liberal declarado, para Marcos Antônio de Souza seria difícil, em virtude da batina, defender a idéia de inserir a mulher branca no mercado de trabalho. Porém, mesmo escrevendo em 1808, o presbítero secular do hábito de São Pedro, acima citado, acreditava que as mulheres que viviam nas proximidades do Rio São Francisco “permaneciam na mais lastimosa letargia: bem se vê quanto vantajoso seria o estabelecimento de manufaturas de algodão”²²¹. Não é portanto, tão pouco, a inserção da mulher no mercado de trabalho, ou a não inserção dela, que define serem elas participantes da sociedade. O que podemos determinar aqui é se este contingente estava inserido ou não no mercado de trabalho. Para isso, repetimos insistentemente, temos que diferenciá-las, uma vez que a maioria das mulheres já estava neste mercado e talvez, e principalmente, precisemos qualificar o que se chama de trabalho. Porém, esse não é o objetivo deste estudo e alhures ele toma um conteúdo mais consistente, embora seja válida a ressalva.

A ação do Estado, na tentativa de controle social, cometia determinados exageros, interferindo também nas “profissionais”, naquelas que, para se sustentarem nessa sociedade, tinham que vender o próprio corpo. A “senhora” Caetana Maria do Espírito Santo, embora possua esse nome, é acusada de ser “meretriz” muito “depravada”. Na justificativa para fechar o “estabelecimento”, novamente o argumento do Capitão-Mor é a cor da pele, e qualquer motivo dado, ou mesmo a falta dele, recaía sempre para fatores

²²¹ Marcos Antônio de SOUZA, Memória Sobre a Capitania de Sergipe Del Rey, ano de 1808 – Sua Fundação, População, e Melhoramentos de que é Capaz, 2ª Edição, Estado de Sergipe, IBGE, Aracaju, 1944, p.40.

raciais: “sendo parda, como é, chega a comerciar carnalmente até com homens pretos como é público”²²², perpassando que se prostituir com homens brancos era mais digno que se prostituir com negros. Outro fator importante do documento é que a denúncia veio dos pais da “senhora” que, para salvaguardar a moral da família, preferia entregar a própria filha, o que nos vem ratificar a constituição da moral como um dos pilares sociais básicos, mesmo que bastante corroído em vários setores da sociedade colonial.

Tratar a mulher pobre, negra, escrava dentro destes padrões e generalizar a mulher social como a pertencente à classe dominante é tão arriscado como acreditar na incapacidade de luta do escravo apenas porque estamos tratando de uma sociedade escravocrata em que aquele, também e quando convinha aos senhores, era trancafiado nas dependências da senzala ou a ferros. O ato de ser dominada, mal-tratada, não exclui a mulher da sociedade, pois não consideramos mais por sociedade o desfile de roupas francesas sob o pôr-do-sol na praça da Igreja de Bom Jesus, ou pelo ato de comandar um governo, um exército, uma ouvidoria. Mas, e simplesmente, pelo ato de relacionar-se com outros indivíduos. Talvez o ato de participar da sociedade, para as mulheres, não seja o de relacionar-se com outros, mas o ato de fugir da violência instituída contra elas. Para algumas, não restava esperar a vida eterna, pois o inferno já era a sua própria casa. Joana morreu “mulher parda e solteira”, mas era casada e se chamava Ana; morreu “com muitas facadas” pelos pecados de Ana. O primeiro deles, de ser mulher; o segundo, de ser casada e, mesmo fugindo, não poderia livrar-se dos dois pecados. A testemunha que abrigava Joana em sua casa descobriu há não muito tempo antes do incidente, que ela se chamava Ana e que seu marido morava em Itabaiana, porém ela havia fugido deste que jurou matá-la. Noite estrelada em Estância e a testemunha conseguia ver pela “claridade da lua dois homens agarrados com ela”, matando Ana, e principalmente seu sonho Joana. Como estava desarmada, a testemunha “correu a chamar a justiça e quando lá chegaram já a acharam morta.”²²³ Morria Joana é certo, “mulher parda e solteira”, pois Ana já não existia há muito tempo.

Outros tantos crimes contra mulheres nunca elucidaremos. Raimundo José dos Passos testemunhou a morte de Rosa Maria. Apenas uma facada “sobre o fio do ombro entre as duas espáduas” impetrada pelo “pardo Antônio Ribeiro, filho de Eugênio de tal, cujo reluto fora feito de noite e mais nada disse...”. Assumimos a mesma postura, não resta mais nada a dizer, e preferimos encerrar com o silêncio profundo da morte, ou pelo silêncio profundo e triste da vida da mulher colonial. Amém!

²²² APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 19I, doc. 59, Capitão Mor Interino de Sergipe Del Rei, 05 de março de 1793.

²²³ AJUD, Seção Estância, NG. 668, Data 04/09/1817, Auto de Devassa.

3.4 As Idéias Fora do Lugar, Ordenando a Desordem.

Sargentos, Cirilos; padres, mulheres; mulheres e padres juntos; trabalhadores livres. Enfim, um substrato social que se diferenciava dos pólos de dominação: não eram senhores, não eram escravos e, aparentemente, se apresentavam como uma classe disforme, meio que deslocada do espaço, do tempo, da ideologia, da lógica econômica. Isso acontece ao mesmo tempo em que era essencial para a manutenção do espaço, da ideologia dominante e, principalmente, da lógica econômica. Enfim, esse “setor intermediário e anômico, em que não era possível prescindir da ordem nem viver dentro dela”²²⁴ –, vem contribuir tanto para dar suporte aos aspectos sociais estabelecidos, como para desestruturá-los. Remontar uma das partes, senão as duas, dessa lógica, a desestabilização social provocada por essa camada intermediária, constituiu o objetivo deste capítulo. Chegou a hora, porém, de ordenar a propositada desordem que criamos dentro dele, para assim demonstrar que a ação destes indivíduos na manutenção da ordem, ou a falta de ação, ou a opção por uma ação fora dos padrões sociais de sustentação do modelo econômico vigente, contribuiu para aumentar o clima de medo e apreensão da classe dominante e, de certa forma, também contribuiu em parte, para as revoltas vindas da senzala ou para o pavor que essa possibilidade gerava na classe dominante, pois ali residia a sua mais rica propriedade.

Temos, pois, estabelecidos dois dos três elementos sociais instituídos: os senhores e a classe intermediária. Como substrato entre a principal luta de classes, entre escravos e senhores, suas atitudes podem ser muito esclarecedoras, já que despertam, demonstram e transfiguram como elemento social central, aspectos dos dois extremos: poder e impotência, moral e libido, trabalho e ócio e, enfim e não só, ordem e desordem. Embora nem sempre possamos posicionar os extremos em um desses pólos, eles existiam e toda a sociedade flutuava entre esses valores.

Estabelecido o cenário dessa parte da sociedade que não era escrava, cabem algumas ressalvas de caráter geral para organizar a fundamentação. Tentamos, até aqui, demonstrar que a sociedade colonial, mesmo que privilegiada de alguma forma, no mínimo por ser livre, também punccionava ao ritmo das

²²⁴ Roberto SCHWARTZ, *Pressupostos, salvo engano, de “dialética da malandragem”* In: *Que Horas São? (Ensaio)*, São Paulo, Cia das Letras, 1987, p.138

mudanças, e propiciava também ela, numa relação dialética, parte dessas mudanças. Portanto, instituições, grupos políticos, religiões e qualquer forma de representação social passam a refletir elementos dessa desarticulação. Chegamos, portanto, ao momento de estabelecer, se é que já não o fizemos, que o importante, ao menos para os nossos objetivos, é situar o comportamento das classes sociais frente a essas representações, e como as mesmas agem nessas classes favorecendo a ordem ou articulando intencionalmente, ou mesmo acidentalmente, através da própria vivência, dos relacionamentos, parte dos elementos de ruptura.

Outros tipos de organização, secretas e oficiais, participaram ativamente de inúmeros movimentos, seja para contê-los, ou para dar suporte às revoltas. Além disso, como vimos anteriormente, inúmeras são as participações de membros de entidades oficiais, como os da igreja, em atividades rebeldes. A figura de Frei Caneca, um exemplo significativo e não o único, demonstra que mesmo em representações sociais tidas como importantes para estruturar e condicionar a sociedade ao pensamento dominante, poderiam existir também revoltosos, mesmo que essas entidades fossem mantidas pelo próprio Estado. Essas organizações oficiais e absolutistas estavam intimamente ligadas às clandestinas e liberais, e algumas, como a maçonaria, funcionavam muitas vezes atreladas à igreja católica²²⁵. Não conseguimos nem ao menos caracterizar em que parte da sociedade, ou em que tipo de representação podemos encontrar idéias totalmente liberais ou totalmente absolutistas, tendo em vista que a própria oficialidade passara por um momento de transição ao pensamento esclarecido, desde as políticas pombalinas.

Não existe, portanto, um fio condutor norteando essas revoltas a grupos de sociabilização; podemos apenas estabelecer o público freqüentador, talvez sua carga ideológica, ou mesmo, os interesses e possibilidades de seus participantes. Existe a possibilidade de conhecermos o que permeia as paredes de cada um dos estabelecimentos onde ocorriam os encontros, os livros da sua estante, seus rituais, suas formas de sociabilização ou mesmo de debate, mas nunca marcá-los rumo a um objetivo concreto e definido, pois nada nesta sociedade colonial poderia ser caracterizado como tal. O que se faz importante é remontar a história dessa formação libertária e quais os impactos e possibilidades deste tipo de ação.

Muito embora não possamos caracterizar a sociedade pela sua representação, podemos, por sua vez, associar esses grupos a um mecanismo geral que proporciona o inverso. Ou seja, o clima de revolta faz com que esses grupos, que agem como elementos de sociabilização, sejam influenciados e envolvidos

²²⁵ Episódio particular, demonstra como a maçonaria e a igreja católica capitulavam uma associação íntima, quando o presidente da primeira reclama o ataque realizado à santa casa de misericórdia no momento em que se realizavam as sessões da loja maçônica de São Cristóvão. APES, AG-401, 23 de agosto de 1834.

em diversas atividades políticas, agindo algumas organizações como mantenedoras da velha ordem, outras como propagadoras dos novos ideais; e a maioria, sem uma caracterização tão clara, às vezes instituída para manter a ordem, proporciona as maiores desordens.

Isso se verifica porque existe um processo de transformação ampla da sociedade em todos os setores, embalado pelas mudanças políticas que imbrica num conflito de idéias, de interesses econômicos, de culturas, dentre outros aspectos, e todos, de forma conflitante. Este processo é gestado na desarticulação do antigo sistema colonial e assume uma lógica própria, através da constituição de uma prática rebelde, ao mesmo tempo em que recebe influências dos conflitos e ideologias externas. O conflito interno vem contribuir para acelerar a própria crise do regime, como um dos elementos fundamentais para a alteração dos mecanismos de controle. Assim, revoltas geram a crise; a crise gera mais revoltas; revoltas geram revolução, e tudo isso, dialeticamente.

Apenas como exemplo desta interdependência, episódio marcante ilustra essa relação íntima entre as revoltas e foi destacado por João José Reis: após receber ordens de ir a Pernambuco em 1824 conter a Confederação do Equador, batalhão baiano também se revolta e só aceita a ordem depois de resistir e matar seu comandante²²⁶. Ou seja, mesmo nestas instituições, sejam religiosas, de debate ideológico, ou mesmo a própria guarda que possuía o dever de manter a ordem, podem ser gerados outros mecanismos de revoltas ou de desordens.

Antônio Cândido, como vimos anteriormente, esclarece esta relação entre a ordem e a desordem e as possíveis conseqüências do conflito dentro de uma sociedade escravista. Roberto Schwarz amplia o argumento, fundamentando suas explicações através do descompasso entre a ideologia liberal e a sua adaptação ou não adaptação à realidade brasileira. Este descompasso propicia **aparentes** disparidades entre a estrutura interna e a superestrutura externa, criando uma forma particular, ajustada às características da superestrutura brasileira. Em resumo, “as idéias liberais não podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixaria de afetá-las. Por isso, pouco ajuda insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhe o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira”²²⁷.

Esse conflito dialético constante, também bem caracterizado por Antônio Cândido em obra já citada, permeia nossa formação e nossa história. Dessa vez, não buscamos configurar uma ficção dentro de uma realidade social é certo, mas associar uma sociedade real, que pelo conflito de possibilidades tão

²²⁶ João José REIS, Rebelião Escrava no Brasil – A história do levante dos Malês (1835), São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 64.

²²⁷ Roberto SCHWARZ, Ao Vencedor as Batatas, 5ª Ed., São Paulo, Duas Cidades, Editora 34, 2000, p.26

antagônicas, somente compreendidas pela dialética, propicia o desenrolar desta sociedade real, histórias, debates, lutas, conflitos que talvez não fizesse sentido nem na ficção. Ao mesmo tempo em que indicava transformações profundas que pudessem proporcionar mudanças sociais complexas, o desenrolar da história nos acenaria com a manutenção do modelo em uma sociedade que já não suportava o próprio modelo. Como explicar? Talvez não exista explicação.

A sociedade se sustentava exatamente com a criação de uma dominação imaginária, de símbolos e mitos constituídos, de reis, de nações, de amor ao manto purpúreo ou da consagração de bandeiras a tremular ao vento. Enfim, essa sociedade sobrevive apesar da desordem, pois ela vê nesta seu elemento essencial e vital para manutenção de uma estrutura que na sua base, dentro de uma sociedade moderna, ou pelo menos em contato com um mundo dito moderno, só pode ser sustentada por essa ficção gerada pela dominação. Mas qual sociedade não se baseia nestes elementos?

Para Antônio Cândido, sobre a ficção, ficava “o ar de jogo dessa organização bruxuleante fissurada pela anomia, que se traduz na dança dos personagens entre lícito e ilícito, sem que possamos afinal dizer o que é um e o que é outro, porque todos acabavam circulando de um para outro com uma naturalidade que lembra o modo de formação das famílias, dos prestígios, das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século XIX.”²²⁸ Sobre a sociedade real, o mesmo jogo que propicia um mosaico de possibilidade dá sustentação aos diversos grupos sociais. A desestruturação das regras, um reordenar constante, diante da impossibilidade de estabelecer a ordem, é a tônica que permite a manutenção de elementos tão dispares. Se não houvesse o equilíbrio gerado pelo conflito, esta sociedade não comportaria elementos como a escravidão.

Ao chamarmos esse mundo real de ficção, ou quando utilizamos expressões literárias e mesmo análises de críticos que trataram o porvir da Independência do Brasil, o fazemos por acreditar que “no âmbito do marxismo, a ligação entre literatura e sociedade não é audácia, é uma obrigação”²²⁹. E principalmente, para essa análise, cremos que o inverso, a ligação entre sociedade e literatura, por mais que seja audaciosa, é um bom preço a ser pago, ousando, mesmo que respondamos pelos seus efeitos, até que o último dos vermes se sacie com as entranhas dos nossos cadáveres, parafraseando Machado de Assis. Entretanto, ao leitor desavisado, não cabe associar o que estamos tentando demonstrar, o uso da ficção nas idéias, com essas moderníssimas, pós-super-moderníssimas ou qualquer outro superlativo da

²²⁸ Antônio CÂNDIDO, *Dialética da Malandragem* In: *O Discurso e a Cidade*. _____ . (Org.), São Paulo, Duas Cidades, 1993, p.19-54.

“nova” filosofia. Tentamos demonstrar que a sociedade real, escravista, para suportar a exploração do senhor, tem que adequar e controlar parte dessa sociedade. Isto se estabelece para que a mesma, apesar do conflito, da desordem, possa comportar pensamentos díspares como, por exemplo, ao mesmo tempo fazer apologia ao trabalho pago como sendo justo e ao trabalho escravo como sendo natural. Essa divergência, essa sensação ficcional é representada nos aspectos abstratos e “salta aos olhos” nesta sociedade intermediária.

A escravidão só é possível com a criação desses valores e, portanto, a ficção, o fetiche, é o único mecanismo que pode sustentar essa lógica, muito embora exista uma série de justificativas não ficcionais. O tráfico, a exploração do trabalho alheio, os lucros gerados por essa exploração, o sofrimento do escravo, sua produção, dentre outros fatores, são elementos de uma realidade indelével. Portanto, existe uma lógica real associada a uma dominação ficcional, que transborda nos conflitos oriundos da exploração e que ainda sustentam o decadente sistema colonial, ou parte dele. A exploração do trabalho, a comercialização da mercadoria, a manutenção da propriedade têm, em seu seio, valores reais e ficcionais. Os primeiros fornecem a funcionalidade do sistema; o segundo, a sua sustentação ideológica; e todos esses valores e a própria sociedade oscilam entre os dois extremos, e se sustentam por ser tão real como ficcional.

“A dialética de ordem e desordem oscila entre ser contigência de uma classe oprimida ou característica nacional vantajosa, e sobretudo onde o próprio ‘mundo sem culpa’, é ora uma idealização feérica, ora uma realidade social”²³⁰. Esse “mundo sem culpa” deixa, nos seus registros, conflitos de todas as ordens e de tantas culpas esquecidas; e como não imaginar o pensamento de um contemporâneo frente a esses descompassos; e como imaginar que, mesmo defendendo uma sociedade escravista, representantes do governo possam defender, quando se trata de vencimento de funcionários livres, uma remuneração obrigatória, enviando para a majestade imperial frases como: “conheço que nada há mais justo que pagar a quem trabalha.”²³¹ Isso apenas para exemplificar, pois inúmeras eram as contradições. Estas contradições, de certa forma justificável pela transição do sistema de acumulação colonial ao sistema capitalista, geram os questionamentos e heterogeneidades internas essenciais aos conflitos que viriam modificar o entendimento da realidade. Esta própria realidade cria outras tantas ficções, pois o que é idealização no jogo dialético pode, num momento próximo, tornar-se realidade social, ou não, e o que era realidade passa

²²⁹ Roberto SCHWARZ, *Pressupostos, salvo engano, de “dialética da malandragem”* In: Que Horas São? (Ensaio), (Org.), São Paulo, Cia das Letras, 1987, p.146

²³⁰ Roberto SCHWARTZ, *Pressupostos, salvo engano, de “dialética da malandragem”* In: Que Horas São? (Ensaio), (Org.), São Paulo, Cia das Letras, 1987, p.151-2

²³¹ APES, G1 2203, 11 de junho de 1823, José Francisco Meneses Sobral.

a ser questionado. Aqui estamos apenas reproduzindo, o método de pesquisa que permeia esse estudo, o materialismo histórico. Acompanhar essas relações é tarefa que nos resta; acompanhar o conflito sem assumir que os elementos estejam definidos por sua classe, sua posição social, sua perspectiva, é a única, não grata é certo, solução para se posicionar frente a uma sociedade que, inclusive ela mesma, não conseguia se posicionar. Isso se estabelece exatamente porque a sua base de sustentação, de manutenção é a própria transição em que os elementos, embora conflitantes, embora dispares, sustentam um ao outro. Com isto, mesmo que não pudéssemos enquadrar indivíduos de determinadas classes a posicionamentos claros, sabemos que para a elite, o objetivo maior, a manutenção da propriedade, era o que os unia, mesmo que eles divergissem quanto a melhor forma de mantê-la.

Dentro desse contexto, seguindo o pensamento dialético, preferimos identificar a gênese das cidades ou a participação da classe intermediária, ou mesmo, a influência de organizações secretas. Ou ainda, a participação ideológica da igreja e de outras religiões, com sua carga moral sobre as famílias, apenas como mecanismo de sociabilização que aceleram o conflito quando aglutinam pessoas, mesmo que, agindo ora para controlar, ora para precipitar o borbulhar social, propiciem ordem e desordem. O que fica de herança desta sociedade desarticulada é a possibilidade e os ensinamentos de que, assim como o domingo era dia do senhor, um dia qualquer poderia se repetir aqui a imagem de São Domingos. Enfim, o Haiti poderia ter sido aqui.

Estas possíveis visualizações de guerra, de perda da propriedade para uma revolta escrava, de abolição imediata da escravatura, de revoluções faziam parte dos medos e anseios sociais. Precisava-se mudar, pois a estrutura social se esgotava ou, em palavras coevas, “a guerra, inimiga da prosperidade geral dos estados, muda-se em um flagelo desastroso para lavoura; quando por fraqueza, ou falta de energia da parte das autoridades governantes, o interior do país vem a ficar o teatro das homicidas cenas. Logo, pois, deve de fazer todos os esforços, deve-se tomar todas as medidas para arredar de nosso território tão terríveis [furores]”²³². Como realizar essas mudanças, como eliminar o conflito sem modificar a sua principal causa - a estrutura social reinante -, que nos remete, em última e principal instância, à escravidão? Como adotar um sistema de leis, de constituições, de reformas políticas se elas, as reformas, influenciadas pelos novos e perigosos “direitos” que corriam pelo mundo, vinham todas imbricados de elementos que destruíam o que era vital ao senhor, sua fonte de exploração? Como se sustentar numa igreja decadente que não conseguia comportar nem os seus tão apreciados valores morais? Como explorar

²³² APES, Documentos Especiais, Doc. 18, José Julião Gomes, francês de nascimento, naturalizado brasileiro, 15 de julho de 1823

o trabalho da mulher branca, se ela compunha o quadro geral do domínio social e moral do senhor? Como confiar em autoridades formadas no seio de uma sociedade degradada pelas relações escravistas? Como a Camada Senhorial conseguiu fazer tudo isso? Talvez nem a ficção conseguiria explicar.

Estas histórias, tomadas isoladamente, podem parecer insignificantes, mas a luta é composta de vitórias e coisas insignificantes e, por mais panfletária e piegas que seja a frase, remontar essa sociedade é remontar cada passo, cada decisão; e às vezes voltar ao ponto original, ordem ou desordem. O que mantém essa sociedade explorando a escravidão? Uma luta de classes constante entre os pólos, ou através da classe intermediária, a cada dia, a cada hora. A cada padre que ameaça suas “ovelhas” com excomunhão, na pretensão de uma comunhão carnal e, por isso, propiciando o questionamento das atitudes religiosas, proporcionando um afastamento do confessionário e, também, uma aproximação com o pensamento laico. A cada mulher surrada, estuprada, morta, até um dia em que, além de surrada, estuprada e morta, ela terá também que ser expropriada do seu trabalho. A sociedade refletia, antecipava as transformações sociais que estavam por vir. Recrutas a resistirem, jogando-se ao rio, morrendo; recrutas a criarem bandos; os bandos assustando a sociedade, que precisa, por sua vez, de recrutas. De certa forma, ao romper com elementos aparentemente pequenos, estes homens foram alto, sonharam alto; lutaram para ir longe, embora longe fosse tão perto. Continuaram os ferros a lutar com as mãos; naquele momento, os ferros as prendiam; mais tarde, o ferro da grande indústria as moldavam. Para sempre o ferro ganhará das mãos?

4 O Espectro de São Domingos Ronda Sergipe.

*Não! Não eram dois povos que abalavam
Naquele instante o solo ensangüentado...
Era o porvir – em frente do passado,
A liberdade – em frente à escravidão,
Era a luta das águias – e do abutre
A revolta do pulso – contra os ferros
O pugilato da razão – com os erros
O duelo da treva – e do clarão!...*

Ode ao dois de julho, Castro Alves²³³

Angústia, dor, humilhação. Ao tratarmos da escravidão, a luta constante do passado forma um conflito internalizado em cada um de nós: nos que escrevem, nos que lêem, naqueles que não podem nem poderão nunca, nem ler e/ou escrever. A cada linha, o compromisso com a história daqueles espectros que buscam ainda uma explicação, e nunca a encontraremos. Acordemos, não sonhemos nós que somos livres²³⁴ enquanto não resgataremos ao menos cada gota de sangue semeada ao chão a cada açoite. Não somos livres, é certo. Estaremos sempre impregnados por essa sombra, perseguidos pelos espectros que rondam nossa mente. Ao mesmo tempo em que possuímos marcada a figura do senhor, também temos a do escravo e se tentamos romper com toda e qualquer caracterização que o coloque como coadjuvante nesse teatro da história, muitas das vezes isso acontece porque o que aflora nas lutas políticas do Brasil colonial é consequência de processos mais profundos, forjados ou não, compreendidos pelo senhorio que tentou ocultar a presença negra como uma das formas de reduzir a sua ação, mas que no fundo estão pautados e guiados na luta da senzala. Trabalhamos com as fontes dos vencedores, só nos resta seguir as regras, analisando-as de forma crítica. Oxalá consigamos²³⁵.

²³³ Castro ALVES, Espumas Flutuantes, São Paulo, Ed. Martin Claret, 2001, pp. 99-101.

²³⁴ Alusão a frase de Walter Scott apud Joaquim NABUCO, O Abolicionista, 43 “Não acordeis o escravo que dorme, ele sonha talvez que é livre”

²³⁵ “O mais sensato é cumprir o bê-á-bá do historiador, lendo criticamente os documentos, identificando as circunstâncias e as intenções dos escribas, o que se esconde nas entrelinhas, explorando pequenos indícios, tentando mesmo ouvir os silêncios”, João José REIS e Flávio dos Santos GOMES, Introdução: Uma História da Liberdade In: Liberdade por um Fio – História dos Quilombos no Brasil, _____ e _____. (Orgs.), São Paulo, Cia das Letras, 1996, p. 10.

Muito além dos conflitos entre senhores e a classe social intermediária, muito mais que Cirilo, o cangaceiro colonial, muito mais que os D. Juans e D. Caetana Maria do Espírito Santo, ultrapassando os padres libertinos ou liberais, existe um povo resistente ao próprio sistema pelo simples ato de existir: os negros escravizados. Isto se estabelece, independente da noção que estes tenham dos acontecimentos na Europa, ou no Haiti; independente de seu entendimento enquanto classe: sua consciência; independente dos anseios daqueles que os queriam libertar ou manter inalterado o cativo, mas nem por isso são passivos. Os cativos, no ato de se relacionar em uma estrutura escravista, provocam embates, resistências, protestos, ou simplesmente desinteresse pelo trabalho. Essa resistência caracteriza-se, às vezes, de forma isolada, caminhando ao extremo de tirar, o escravo, a sua própria vida, ou de matar o senhor e toda a sua família; ou, noutras vezes, a consciência coletiva de que uma grande revolução é possível. Porém ambos, o mais simples, o mais amplo, tendem a criar barreiras à reprodução e manutenção do escravismo. Remontar esse quadro é o objetivo deste capítulo. O cerne do conflito: a luta entre escravos e senhores que, independente dos efeitos, do resultado, independente da consciência dos seus agentes, atingiam com esta ação, duplamente, o coração da sociedade colonial. Ao mesmo tempo em que o conflito tornava possível o questionamento da própria escravidão, servindo de exemplo e oferecendo oportunidade para a expansão do movimento, ampliava a crise do sistema colonial: provocava sobressalto nos proprietários e dificuldade na exploração.

4.1 A condição do negro livre e escravo.

Ao mesmo instante em que existiam mecanismos de ruptura do sistema colonial, havia outros tantos que agiam em sentido contrário a essa tendência e à ação dos cativos. A principal delas está intrínseca no próprio estado de ser escravo. A fragilidade que a condição escravista do Antigo Regime impunha sobre pessoas forçosamente transferidas para outra estrutura social e cultural, obrigando-as a submeterem-se aos impérios do senhor, com baixa sociabilidade, – ao menos no primeiro momento, – e presos a um sistema de trabalho forçado, insere, nestas condições sociais, elementos típicos da sociedade colonial portuguesa-baiana-sergipana.

A relação escravista, ao mesmo tempo em que cria elementos de conflito, está alicerçada em uma estrutura social que permite a exploração, baseada, inclusive, nesta fragilidade, associada à força de

coação do senhor. Esse conjunto de fatores, típico da colônia, age no sentido de desarticular, quando possível, a capacidade de resistência dos escravos. Esta é caracterizada como de constante embate, fazendo com que a força do senhor seja balanceada, de certa forma, e em determinados momentos da história escravista brasileira, pelo contra-ataque escravo. Embora não possamos comparar a condição do escravo à condição de senhor, de forma ampla, enquanto classe, podemos, em casos isolados ou associados ao conjunto de ações, mesmo que desarticuladamente, demonstrar que até mesmo a fragilidade pode ser refletida no oposto. A partir disto, observar que a resistência negra - das mandingas à capoeira - passa a infernizar e a limitar os mandos da casa-grande sobre a senzala. Num contexto amplo, esse domínio do senhor era real, e impossível de não concebê-lo, pois a existência de todo sistema colonial estava baseada neste poder e perdurava, como vimos anteriormente, ou fora da senzala ou mesmo quando por qualquer motivo, o escravo se sentia liberto (por fuga, alforria, ou outro elemento qualquer).

Aquele domínio, entretanto, não é irrestrito. Um clima de medo, em ambos os sentidos, se instaurava na sociedade e se ampliava com o avanço da crise do antigo sistema colonial, das revoluções liberais e das diversas revoltas brasileiras, assim como contribuía, dialeticamente, para aumentar a crise, as revoluções, ou simplesmente as revoltas. A imagem diabólica do senhor, para o escravo, tem reflexo e o inverso, a cada dia, torna-se realidade. Essa composição social forcejava a manutenção do universo colonial e também instituiu o seu inverso: a ruptura.

O objeto da ordem passou a ser uma generalizada desordem que ampliava os limites do senhor ao mesmo tempo em que tornava pública as suas debilidades. Desse modelo, toda a sociedade participou, pois a tônica rebelde se ampliara e se generalizara. Aos escravos, a insegurança, o medo, a falta de esperança perpassavam a sua realidade, mesmo quando, e por qualquer motivo, eles conseguiam se libertar da senzala. Talvez, por isso, a própria resistência escrava tomou consciência que mudanças mais profundas eram necessárias. Esse clima aumentava o desagrado e o conflito se institucionalizava. Luiz Felipe Alencastro observa que: “Negros alforriados morando na solidão dos sertões poderiam – imediatamente ou nas gerações seguintes – ser considerados quilombolas e capturados por capitães-domato em busca de recompensa. Reputada quilombola, uma família negra isolada, composta do pai, da mãe e de três filhos corria o perigo de ser capturada, cativada e eventualmente massacrada [...] a melhor garantia à preservação da liberdade consistia em aceitá-la como uma liberdade relativa, prestando serviço

ao fazendeiro ou senhor de engenho que reconhecesse e garantisse seu estatuto de não escravo.”²³⁶. *Liberdade por um fio*.

A violência acima exposta, ao tomar corpo, deixa de ser exclusividade da casa-grande, e as respostas a aquele conjunto de ações desregradas viriam moldadas pelo mesmo torno, invertendo e instaurando o medo da senzala para a casa-grande em um, às vezes, imenso contra-espelho; noutras, em um espelhinho de bolso. Dependendo da ação, da sociedade e da conjuntura histórica, o reflexo é modificado e, portanto, cada sociedade sujeita às suas particularidades históricas, em que a generalização, na maioria dos casos, é de difícil curso. A água envenenada, um golpe certo de capoeira – aquele pulo do gato treinado exaustivamente –, uma moenda quebrada, até mesmo aquela famosa cuspidinha ou urinada no açúcar. Do mais amplo, aos mais simples dos protestos, a resposta viria, até que o mais amplo se tornaria cada vez mais concreto ao virar experiência, e a grande revolução negra tornar-se-ia realidade na América Francesa. Não portanto, e simplesmente, uma qualidade típica da sociedade francesa, nascida da revolução. O questionamento da velha ordem colonial, a crise do sistema são mais profundos que o pensamento jacobino, pois o berço é a transição entre os sistemas que se faz sentir em todo o mundo ocidental, inclusive em Paris. Ao atingir a revolução, a crise se realiza politicamente, na França, de forma burguesa; no Haiti, de forma popular; e em tantos outros locais, de tantas outras formas. O que representa a França, a Inglaterra, o Haiti, ou qualquer outro lugar em que houvesse o rompimento com a velha ordem colonial é, ao consolidar a crise, trazê-la para a esfera política. Ao fazê-lo, abre perspectivas para outras tantas localidades com realidades sociais e historicamente parecidas seguirem o exemplo, a seu modo, e respeitando aquela sociedade, suas características, particularidades e potencialidades. Essas experiências forcejam e precipitam da aceleração da transição e tendem, pela magnitude e significado da revolução, a ampliar o seu exemplo muito além de suas fronteiras. Localmente porém, os pequenos conflitos, as revoltas agem no mesmo sentido, precipitando a crise e sendo precipitados por ela; agindo sobre aquela sociedade, de forma direta e específica e aproximando a crise daquela sociedade em particular.

O que torna aquele conflito especial, quando ele se torna realidade em suas diversas formas, é que, ao contrário das classes intermediárias, a ação escrava, seja intencional ou não, sempre vem questionar e/ou dificultar a exploração do trabalho escravo e, por fim, o próprio sistema. Em outras palavras, por mais diversas e desarticuladas que fossem as relações sociais entre os escravos, a ação destas é potencializada pelos riscos que poderiam incorrer sobre o sistema. Quando essa ação torna-se regra, o sistema passa a ser

²³⁶ Luiz Felipe ALENCASTRO, *O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo, Cia das Letras, 2000, p.345

questionado como um todo, dificultando ou encarecendo a exploração e forçando o senhor a um ciclo dialético: para conter a revolta, ele poderia ampliar a força ou negociar com os escravos. A primeira opção gera, diretamente, mais embate, aumentando o nível do conflito; no segundo caso, a concessão de benefícios aos escravos demonstra que a ação rebelde produzia resultado, incentivando novas ações futuras. Ou seja, os ganhos ou as perdas clarificam a eficiência da ação ou o aumento do embate, o que propicia, em quaisquer dos casos, outros movimentos, na tentativa de ampliar ou romper com a exploração. Existe, inclusive, a possibilidade – que por questões políticas nem sempre gostamos de destacar – de que uma ação efetiva contra os escravos os mantivessem desacreditados de que o processo de luta pudesse ser proveitoso, fazendo do exemplo da ação, repressões violentas e frustrações diversas.

Ao analisamos estes elementos de forma contínua, se existiram retrocessos, podemos dizer que a sociedade estava em constante mudança, em constante aprendizado, e até as contra-revoluções serviram para estruturar o devir histórico, no sentido de romper com a escravidão e criar, uma cultura do protesto. O conflito era generalizado e constante. Não restava sossego nem ao senhor e nem para o mesmo para escravos que conseguiam romper com a dominação senhorial. A principal representação quilombola, a de Palmares, por exemplo, “onde viveram vida independente e sociável durante sessenta e cinco anos! [...]” foi atacada, segundo Gonzaga Duque, principalmente “porque os senhores sofriam deserções nas suas escravaturas”.²³⁷ Palmares e outras tantas formas de resistência representam algo além do que efetivamente podem proporcionar; representam os medos dos senhores que o movimento pudesse se alastrar, com o provável e conseqüente aumento do seu prejuízo ou, mais que isso, com a ruptura e destruição da ordem escravista.

O medo, parteiro desta sociedade, faz parte do cotidiano também do escravo, pois sempre existiu, para os indivíduos de origem africana e seus descendentes, o fantasma do retorno ao ferro, até mesmo para aqueles que nasceram nesses 65 anos de atividade quilombola; e possibilidade esta que se tornou realidade. No futuro, os próprios escravos teriam a consciência de que, muito além da fuga e dos quilombos que não permitiam a tranquilidade da liberdade, ou mantinham a *Liberdade por um fio*, deveria existir uma forma de resistência que questionasse o próprio sistema, já que seus mecanismos tradicionais de luta, com o processo histórico, se mostravam ineficientes, ou os mecanismos de coação foram adaptados para conter esse tipo de resistência. Mesmo com a força e ampliação dos quilombos, a possibilidade sempre constante de retorno à escravidão fazia com que os escravos passassem a questionar

²³⁷ Gonzaga DUQUE, Revoluções Brasileiras, São Paulo, UNESP, Giordano, 1998, pp. 9-10

esses mecanismos de luta. Malgrado os quilombos – Palmares seria sentido, principalmente, pelos escravos de Sergipe, Pernambuco e Alagoas, como um “porto” seguro, pela sua proximidade –, outras formas de resistência ao escravismo e ao sistema colonial deveriam ser pensadas.

Quando as alternativas de luta se ampliam, um diferencial significativo entre senhores e escravos também se expande: se aos segundos, suas fragilidades os limitavam, o risco de aprofundá-las era quase inexistente, uma vez que a sua condição humana não poderia ser mais degradante, restando-lhes apenas o risco de perder a própria vida. Nesta perspectiva, não podemos nem valorizar, nem desvalorizar esse bem: se não podemos falar em vida na escravidão, tal como sonhamos no mundo moderno, – e às vezes, como vimos anteriormente, a opção pela morte tornava-se uma alternativa para escapar às mazelas da senzala –, também não podemos desprezar a sua importância e a capacidade que possuem os seres humanos de lutar pela sobrevivência. Quanto aos primeiros, os senhores, o espelho inverte o raciocínio: possuidores dos recursos, em todos os seus sentidos, além dos mesmos riscos que incorriam os escravos, de perderem a própria vida, também viviam sob o medo constante de, a qualquer momento, serem despossuídos de todos os seus recursos, – e isso em uma sociedade colonial deve ser potencializado, pois a sua existência e sua importância dependiam exclusivamente do seu posicionamento na vida material. Assim, a existência de riscos maiores gera um balanceamento no poder do senhor. A evolução da crise do antigo sistema colonial torna, em algumas regiões, esse risco realidade, ampliando o medo na casa-grande e a esperança da senzala.

Dos conflitos e das expectativas, dos riscos e das possibilidades para o senhor e para o escravo, surgem as condições de sociabilidade tanto para o primeiro como para o segundo. Entender a condição do negro, seja escravo ou livre, é compreender o que perpassava, durante a história, com esta relação; e como, destas variações, se definiam as condições de vida dentro e fora da senzala. Mesmo dentro deste contexto, o escravo ou ex-escravo somente poderia se manter fora das fronteiras do engenho sob a proteção de um poderoso “padrinho”, vivendo sob uma falsa sociabilidade, abaixo dos olhos destes protetores que garantiriam a sua permanência atrelada à casa-grande numa nova modalidade de dominação: eram, simplificando, quase escravos. Ao senhor, restava minimizar ou acentuar o uso da força, equilibrando as relações com os seus dominados, flexibilizando e administrando um processo de resistência constante. Ao escravo, proporcionar momentos de protesto que colocasse em sobressalto toda a sociedade e retirasse, das mãos do senhor, o controle que anteriormente atribuímos sem as devidas ressalvas.

Quando anteriormente associamos a ação de escravos ou negros livres em um sentido único, de rompimento com a ordem estabelecida, o fizemos antes de realizar esse enquadramento: a necessidade de um apadrinhamento. Esta necessidade age no sentido de coagir grupos de escravos, negros libertos, ou

quase escravos, a se associarem a determinado senhor, numa forma quase única de permanência dentro da sociedade colonial. Este artifício, embora possibilite aja como um auxiliar na manutenção da ordem, possibilita também a transparência da diferença e condição do negro como elemento sobrepujado dentro da ordem escravista. Essa forma de controle, criada pelo sistema de poder para fazer com que setores compostos por negros ou pardos se aliassem aos interesses dos senhores, agindo no controle da ordem, é adaptação do sistema, montada justamente para possibilitar a sua manutenção. Ou mesmo, são conseqüências de um processo histórico que acenava com perspectivas para aqueles que compactuassem com a ordem, mesmo que estas perspectivas fossem de preservação e de garantia de direitos que os negros já possuíam, mas que ainda não eram respeitados pelo precário sistema legal.

A possibilidade de existir nesta sociedade, em casos especiais, elementos como liberdade obtida por fugas, quilombo, alforria, ao mesmo tempo em que gerava questionamentos e lutas para alcançar esses objetivos, flexibilizava também, de certa forma, o estado de ser escravo. Pois existia uma alternativa, mesmo que remota, de ele conquistar a sua liberdade e vir a participar, de forma relativa, daquela estrutura social, mesmo que a pele o diferenciava para sempre, pelo menos até que a sociedade conseguisse ultrapassar as diferenças sociais e raciais criadas pela escravidão. Mas, quase duzentos anos depois, ainda não conseguimos fazê-lo.

Esses anseios e possibilidades vão tomando corpo, e algumas regiões como Sergipe são expressivos palcos dessas fugas, fazendo com que esse sonho por liberdade tomasse proporções inaceitáveis para a existência do próprio sistema. Como bem destaca Stuart Schwartz, as fugas de escravos, principalmente naquela região, merece atenção especial do governo colonial: “Algumas regiões eram cronicamente ameaçadas por fugitivos. Sergipe Del Rey era uma delas; seu Capitão-Mor, em 1751, queixou-se de que os fujões eram inúmeros e que a única solução seria o uso de regimentos de negros e pardos para subjugá-los.”²³⁸ Esse clima de rebeldia generalizada em Sergipe teve que ser contido com o uso de um contingente de homens negros e pardos que, embora discriminados dentro do sistema, se diferenciavam por serem livres e, de certa forma, – se é que podemos considerar o exército colonial como um privilégio – privilegiados por possuírem a proteção do poder real frente às autoridades locais. Muito embora tenham alcançado este privilégio com a substituição do apadrinhamento por outras relações, estes homens livres se desvinculavam do engenho, passando a ser comandados diretamente por representantes

²³⁸ Stuart SCHWARTZ, Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial (1550-1835), Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1988, p. 379.

reais. Estes representantes, embora estivessem indiretamente ou diretamente ligados ao senhor, não possuíam a perpetuidade do cargo, como do engenho, ao menos em teoria.

A diferença de tratamento dispensado aos escravos vem sendo objeto da historiografia mundial alhures. O já citado Clérigo Baiano, depois bispo do Maranhão, Marcos Antônio de Souza, diferencia esse tratamento, na Bahia e em Sergipe. As condições dos escravos neste último, de acordo com as Memórias Sobre a Capitania de Sergipe Del Rey, eram muito superiores: “homens desgraçados, sujeitos à lei de cativo; são nutridos com os saudáveis alimentos de vegetais e feijões e com milho que por toda a parte colhem em abundância”, ao contrário dos escravos da Bahia, que eram alimentados com “nocivo alimento de carne salgada do Rio Grande”. O Padre argumenta que as condições das senzalas em Sergipe também eram superiores às da Bahia, com o uso de telha na primeira, e palha, na segunda, para cobri-las. Outro ponto de diferenciação, a liberdade do matrimônio em Sergipe, em detrimento da vizinha, era vital, pois “sofre a natureza humana quando é embaraçada de reproduzir-se: esta é uma das causas porque morrem tantos escravos e se não vê multiplicar no Brasil a raça africana, quando em todos os anos saem quase cinquenta mil [da África]”.²³⁹ Não podemos conceber, – nem vislumbramos importância em fazê-lo, – a existência de formas mais amenas de escravidão, pois o próprio fato de as relações serem escravistas pode tornar impossível ou desnecessária essa escala. Porém, dentro de um contexto de lutas, protestos, concessões, enfim de *negociação e conflito*, o fato de possuírem os escravos, nos engenhos de Sergipe, algumas vantagens se comparados aos da Bahia, pode nos acenar como um avanço nas lutas dos cativos de Sergipe com relação àquela, proporcionado e motivado pelo fenômeno destacado por Stuart Schwartz, acima transcrito. A comparação torna-se, portanto, importante não para amenizar o trato dispensado aos escravos pelos senhores de engenho do Cotinguiba, mas para demonstrar a eficiência do processo de luta que estava sendo travado, tanto em Sergipe como na Bahia e a utilizarmos apenas para negar, no futuro, as teorias do próprio Stuart Schwartz, quanto aos motivos que precipitaram o movimento rebelde em terras baianas.

Essa transformação nas relações, quando ocorreu, e se ocorreu, age revolucionando o próprio sistema e abrindo lacunas para o avanço do movimento de luta dos negros, fossem estes libertos ou livres, em outros espaços, como bem defende o padre liberal. O ato de conquistar uma condição de vida melhor, seja através da família, seja através de boa alimentação, melhor habitação, dentre outros aspectos, não possibilita um acomodamento do movimento social em Sergipe ou na Bahia, mas, pelo contrário, a

²³⁹ Marcos Antonio de SOUZA, Memória Sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808 – Sua Fundação. População, e Melhoramentos de que é Capaz, 2ª Edição, Estado de Sergipe, IBGE, Aracaju, 1944, p.17.

ampliação e permanência de um constante estado de rebeldia e conquistas e, principalmente, o vínculo e questionamento entre as regiões. Em determinados momentos, essas melhorias não passam de justificativas para controlar os escravos, usando determinadas “teorias” para convencê-los da sua condição. Para alcançar esses objetivos, os senhores partem em suposta “defesa” dos escravos, na tentativa de pleitear e justificar, entre eles, que aqueles controles diversos eram medidas que viriam melhorar a condição do escravo, amenizando a sua permanência e existência dentro da sociedade colonial.

Outros religiosos do período colonial, ao tratarem sobre o assunto do casamento, por exemplo, demonstram que os senhores utilizavam-se de justificativas para valorizar ou depreciar este tipo de união entre os escravos, tomando por base a melhoria das condições de vida do próprio escravo. Esse discurso dos senhores nem sempre estava direcionado para o padre, mas para o próprio escravo, na tentativa de convencê-lo, através de suas crenças, que o casamento poderia ser prejudicial ao seu desempenho, inclusive sexual.

Nas palavras do jesuíta Andreoni, os senhores-de-engenho justificam “que não casam [os escravos], porque temem que enfadando-se do casamento se matem logo com peçanha, ou com feitiço”²⁴⁰. Se fosse dirigido ao Padre apenas, o discurso dificilmente estaria tão erótico a ponto de associar uma entidade religiosa, o casamento, à monotonia; ou mesmo de utilizar coisas inaceitáveis para a religião católica, como o feitiço, elemento típico da cultura africana. Talvez estes senhores-de-engenho estivessem pensando nas suas insossas relações de alcova com a esposa, e que os escravos fossem acometidos do mesmo mal. Certamente seria um problema, pois eles não conseguiriam fugir para a senzala à procura de complementar o que não encontrou no casamento, como fazia o senhor, pois já se encontravam lá.

A família diminuía as características e as chances da mercadoria escravo circular, além de fundar vínculos muito fortes entre seus elementos que, unidos, poderiam causar algum tipo de problema à estrutura colonial. Na grande maioria das vezes, como destaca Luiz Felipe Alencastro, inspirado nas palavras do “jesuíta Jorge Benci, [retiradas do] seu breviário católico sobre o escravismo luso-brasílico, registra que os senhores costumavam proibir o casamento dos escravos e, se estes já estivessem casados, pouco se importavam em separá-los quando os vendiam [...]”²⁴¹. Portanto, o ato que se consolida com o avanço do sistema escravista no Brasil não pode ser entendido como de concessão de favores, de benefícios, mas como resultado de uma conquista histórica dos escravos, que transparece no início do

²⁴⁰ Gilberto FREYRE, *Casa Grande & Senzala*, 43ª Edição, Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 502.

²⁴¹ Luiz Felipe ALENCASTRO, *O Trato dos Videntes – Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII*. São Paulo, Cia das Letras, 2000, p.161

século XIX de forma avançada naqueles engenhos mais novos, – caso de Sergipe –, como uma necessidade para que o sistema escravista se aproxime de métodos modernos de exploração do trabalho.

A situação do negro livre, que deveria dispor de um apadrinhamento para se inserir no sistema e fugir, – ao menos enquanto mantivesse a proteção deste possível membro das “classes superiores”, – dos perigos de retornar à senzala, diferenciava-o, muito embora superficialmente, da condição do escravo. Na maioria dos casos, ele era coagido, pela sua condição, a agir em defesa de seu defensor, pois sem este não conseguiria o título de quase escravo, que o permite sobreviver, dentro de certo conjunto de benefícios, no sistema escravista. Assim, criam-se formas, dentro do próprio sistema, de aumentar o poder do senhorio, e defendê-lo das revoltas através deste esquema de diferenciações. Muito mais que adaptado ao sistema escravista, esse indivíduo, alforriado ou protegido, na luta pela sobrevivência, necessitava aceitar essa proteção e responder a ela quando preciso.

Essa diferenciação mudava o sentido do interesse dos diversos tipos de escravos e quase-escravos. Isto fazia com que, dentro do sistema escravista, e a depender do momento histórico e que tipo de revolta fosse preterido, determinados escravos participassem ativamente e outros se mostrassem desinteressados. Antecipadamente, não concordamos com a opção dada de que os escravos pretendiam criar uma Nova-África. Eles queriam fugir da escravidão e tentar restaurar uma vida “normal” dentro de uma sociedade quilombola que, por mais semelhança com a África, por características culturais, econômicas e sociais, jamais seria como ela, pois estava fora do sistema de acumulação colonial, funcionando como periferia indesejada deste sistema, mesmo que, em vários casos, esses quilombos mantivessem relacionamento comercial significativo e, por isso, não totalmente dissociado. Os escravos sabiam disso e não desejavam aquela condição, que se mostraria frágil e a qualquer momento vulnerável a ser engolido pelo próprio sistema do qual eles haviam fugido. Eugene Genovese quando trata do assunto, na tentativa de diferenciar os africanos daqueles nascidos na colônia, foi feliz em estabelecer, de forma muito precisa, que os anseios dos escravos poderiam ser diferentes: “Em resumo, o espírito de acomodação dos crioulos deve ter derivado menos da capacidade de se ajustarem mais facilmente à escravidão do que de sua distância cultural e até mesmo de sua antipatia em relação aos africanos, situação sem dúvida complicada pelo acesso dos crioulos às posições mais privilegiadas, nas fazendas e pequenas e grandes cidades. Uma revolta que aspirava à restauração de um modo de vida africano poderia exercer pouca atenção sobre crioulos que se haviam tornado parcialmente europeus, em sua emergência como afro-americanos.”²⁴²

²⁴² Eugene GENOVESE, Da Rebelião à Revolução, Trad., São Paulo, Global, 1983, p.99

Porém foi infeliz em outros tantos aspectos que trataremos no decorrer deste capítulo, em momento oportuno.

Nem todos esses instrumentos de apadrinhamento estavam inteiramente a serviço dos senhores, pois, ou os já comentados desafetos entre eles, os senhores, assim como a possibilidade de existir alguém formado dentro de um contexto de questionamento da ordem escravista e sob a influência do liberalismo, poderiam proporcionar algumas atitudes de defesa de escravos, que conquistavam a sua liberdade sob a proteção de algum letrado, muito embora alterasse, novamente, a forma de apadrinhamento, não modificando por completo a dependência. O “criolo Luis da França” havia conquistado “sua liberdade” ainda jovem, através do seu senhor Francisco José de Santa Rita. O senhor-de-engenho Francisco de Rezende Santos realizou indevidamente a prisão do liberto, na tentativa de enviá-lo novamente à senzala. O mantinha “atado em cordas e preste a ser conduzido”, quando intervieram “milagrosamente os oficiais de justiça, João de Barros e Antonio Gomes, que o tiraram do poder do suplicante [Francisco José de Santa Rita]”. Em virtude da “inteira impossibilidade”, provavelmente financeira e intelectual, de defesa de Luis da França, o procurador Inácio Dias de Oliveira achava-o “digno de ser socorrido”. Segundo o procurador, Luis “não clamava a sua liberdade pelo temor do castigo, que lhe podia sobrevir por ser um pobre miserável desvalido de proteções”, e que a mãe do então escravo havia pago pela sua liberdade, tirando qualquer possibilidade de existir sobre ele qualquer “direito à propriedade”. Luis permaneceu vinculado ao engenho, até mesmo porque sua mãe era escrava, “tão somente [por] uma voluntária posse clandestinamente adquirida” fora das leis, pois, desde criança, mesmo livre, estava associado ao engenho, à sua mãe e, por consequência, à proteção do senhor ²⁴³.

A luta e o medo necessariamente surgem através da ação dos escravos, mas as consequências de outras tantas disputas incorrem no aprofundamento do conflito. Como vimos, em alguns casos o apadrinhamento do escravo se estabelecia em virtude das lutas e disputas locais entre homens brancos, entre senhores de escravos. Essas pendengas envolviam, inúmeras vezes, escravos que, ou protegiam seu senhor, ou era libertado por grupos de escravos pertencentes ao senhor-opositor. Como exemplificação, podemos citar o caso do Sargento-Mor Vicente José da Silva, um dos homens chaves de Estância no processo político que analisaremos a seguir. Em 1794, ou seja, 25 anos antes, já possuía inimigos que o ameaçavam muito antes dele ter defendido a integração do território sergipano à Bahia. Segundo ele, José

²⁴³ AJUD, Seção Estância, NG. 194, O documento específico do procurador, que trata da defesa do escravo, não está datado, mas pelos outros documentos que compõem o processo, e pela ordem lógica de todos os processos, a devesa deveria ter sido realizada entre abril/maio de 1822.

Francisco de Oliveira, “homem branco, oficial de ferreiro, morador nesta vila de Santa Luzia do Rio Real”, o havia ameaçado, e “continuadamente insultado”, nas mais diversas vias públicas. O Sargento-Mor Vicente não reagia, até que viu seu engenho invadido “com escravos armados” como forma de insulto. Como este continuou sem reagir, seis dias depois José Francisco volta a invadir o engenho e libertou um de seus escravos.²⁴⁴

Embora com relativa passividade, cumprindo ordens, estabelecia-se para esses escravos, ao invadir um engenho de um poderoso local, a existência de mais essa forma de resistência. Bastava apenas um grupo, bem armado, para proporcionar esse tipo de fuga, inclusive, se possível, livrando-lhes das ordens do seu próprio senhor. Nunca saberemos, pelo menos não por enquanto, se esse grupo específico tomou esse tipo de atitude e acabamos fazendo elucubrações sobre essas hipóteses, mas o que importa, de fato, é como essa imagem da fragilidade de um engenho poderia se generalizar. E se o grupo específico não assumiu essa postura, serviu, dentre outros exemplos, para que se ampliasse a formação política dos negros escravizados.

O certo é que, embora essa história de invasões, de assassinatos, de disputas locais teve suas explicações, e o nível da violência que envolvia essas disputas, por diversas vezes atenuadas, ou avantajadas, para salvaguardar os interesses da elite, o volume destes episódios, dos quais destacamos apenas os mais significativos, não coloca em dúvida a situação da estrutura social da colônia. O fato de ser homem “branco e casado” aparece, apenas para ilustrarmos, em alguns processos como sendo o principal fator para absorver determinado criminoso. Em um processo específico, além de proteger o assassino pela cor da pele, faz questão de detalhar que o defunto era índio e casado com uma mulata no intuito de desqualificá-lo. O motivo da morte do índio pouco importa: “faleceu de comer terra” e foi enterrado “a beira de uma estrada pública” porque era inverno e os rios não possibilitavam a passagem. O que nos importa são as implicações dessa violência generalizada; é como elas são canalizadas para o processo político, caracterizando-se em uma sociedade desregulada. O índio que “morreu de comer terra” não morre bestialmente como quer fazer acreditar o senhor. Morre deixando a certeza de que, inclusive e principalmente a terra e a luta para garanti-la, podem matar negros e índios, mas também podem matar senhores.

Algumas das devassas provavelmente seriam criadas apenas para proteger o senhor de qualquer processo que contra ele pudesse incorrer as parcas leis coloniais. As histórias narradas em vários desses

²⁴⁴ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 196, Doc. s/n, 20 de janeiro de 1794.

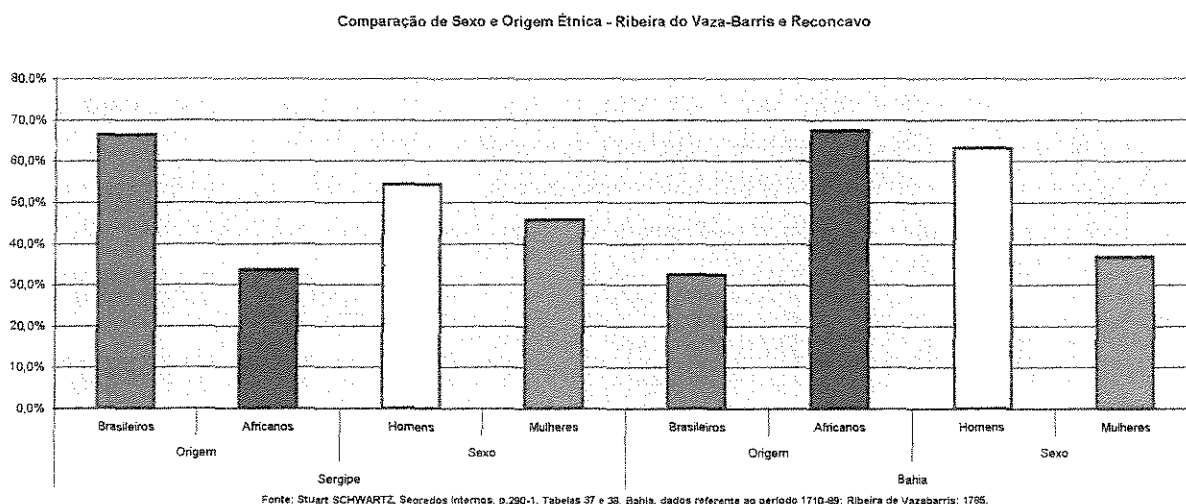
processos não possuem muito sentido. Algumas destas, citadas anteriormente, podem ser comparadas à devassa de Euzébio. Escravo do Capitão Manoel Inácio da Silva, do termo da Vila de Santa Luzia, havia fugido no dia 6 de janeiro de 1818, e fora encontrado enforcado, no dia 11, no mato do sítio das tropas onde o Capitão era a autoridade máxima. Manuel Inácio solicitava uma devassa para saber se o seu escravo havia sido assassinado, ou cometera suicídio. Como um escravo fugido iria se refugiar, mesmo que fosse para cometer suicídio, no sítio das tropas? Se o objetivo dele era fugir, por que ele se encontrava no mesmo termo quase uma semana depois? Provavelmente, Euzébio havia sido mais uma vítima da violência do sistema escravista e esse era mais um processo proforme. Muito embora, ao proteger o senhor, a lei passa a relativizar interesses, favorecendo o mais forte e sendo desprestigiada por todo o resto da sociedade que passa a questioná-la quando punido, pelas injustiças da própria justiça. Mesmo que o suicídio fosse verdadeiro, ou que o escravo tenha sido assassinado, o clima de violência e a debilidade do sistema jurídico de se postar, de forma parcial, em questões tão importantes para a sustentação da sociabilidade, interferiam no contexto geral. Qualquer das opções escolhidas pelo leitor continua justificando a nossa construção histórica: se um proprietário preferir destruir a sua propriedade a mantê-la no engenho; ou se o escravo que prefere morrer a permanecer sob o julgo do senhor; ou ainda se qualquer outro indivíduo que o possa ter matado gera, ao mesmo tempo, prejuízo ao senhor, dor e exemplo na senzala e, principalmente, generaliza o clima de medo numa sociedade sem leis, além de ampliar os entraves à acumulação, ao destruir sua principal peça. Mais do que isso, se existia uma preocupação em forjar um processo é porque existiam controles contra os desmandos, e esses controles começavam a ser cada dia mais rigoroso, mesmo com todas as ressalvas acima realizadas.

A violência era a base de sustentação da sociedade e as leis davam garantias formais para consolidar essa estratificação econômica e, por isso, também racial. Muito embora, como vimos anteriormente, o clima de descrédito nas autoridades faz com que o rompimento das regras seja mais significativo de que a sua execução, restando à sociedade impor-se frente a outros membros, de outras classes: o respeito através da força. Esse descrédito se generaliza e a regra geral passa a ser a falta de regras, bem como a desarticulação institucional daqueles que deveriam impor esse respeito legal desdobrar-se para as classes inferiores, ampliando as suas alternativas²⁴⁵. “A violência perpassa as relações sociais e era constitutiva desta, traduzindo-se em permanentes tensões das quais a indisciplina e a desordem

²⁴⁵ “Essas denúncias, que logo retornavam ao saber público, alimentavam a erosão das regras formais de respeito mesmo no interior das elites, o que se desdobrava em cascata para os níveis inferiores da escala social”, István JANCSÓ, *Na Bahia, Contra o Império – História do Ensaio de Sedição de 1798*, Salvador, EDUFBA, São Paulo, HUCITEC, 1995, p.108

inferiores, ampliando as suas alternativas²⁴⁵. “A violência perpassa as relações sociais e era constitutiva desta, traduzindo-se em permanente tensões das quais a indisciplina e a desordem constituíam a face visível imediata.”²⁴⁶ O que alenta é a existência de uma dupla relação de medo gerada pelo clima de violência, e assim como torne viável a exploração do trabalho escravo, fornece também a sua resistência. Desta forma, o mínimo respeito para com as possibilidades de contestação que poderiam advir da senzala faz com que a reformulação do sistema jurídico imponha certos limites aos senhores, para amenizar a ira dos escravos.

Esse clima de violência generalizado possibilita-nos estabelecer que a diferenciação entre as regiões pode se mostrar inútil, servindo essas diferenças muito mais como objeto de questionamento e de associação entre a sociedade da Bahia e de Sergipe, do que de diferenciação propriamente dita. Neste ponto, restringimo-nos a apresentar os dados que aparentemente diferenciam as regiões para, em momento oportuno, realizar as devidas comparações e críticas: as composições sociais, do Recôncavo Baiano e do Vaza-Barris, foram analisadas por Stuart Schwartz, simplificado no gráfico abaixo:



Numa comparação entre o número de mulheres e homens, o autor chega à conclusão de que a distância de Sergipe do mercado escravista (“less access to the slave trade”) proporcionou uma disparidade de tratamentos dispensados à mão-de-obra, que teria que se reproduzir dentro do próprio engenho, aumentando o número de nascidos dentro da senzala (66,4% de brasileiros e 33,6% africanos). Além disso,

²⁴⁵ “Essas denúncias, que logo retornavam ao saber público, alimentavam a erosão das regras formais de respeito mesmo no interior das elites, o que se desdobrava em cascata para os níveis inferiores da escala social”, István JANCÓS, *Na Bahia, Contra o Império – História do Ensaio de Sedição de 1798*, Salvador, EDUFBA, São Paulo, HUCITEC, 1995, p.108

²⁴⁶ István JANCÓS, *Na Bahia, Contra o Império – História do Ensaio de Sedição de 1798*, Salvador, EDUFBA, São Paulo, HUCITEC, 1995, p.102.

estudo, podemos concluir que existe uma diferença profunda na estrutura social e comercial entre a Bahia e Sergipe. Talvez essa outra estrutura social, moldada numa dependência maior, na reprodução da mão-de-obra, internamente forceje os senhores a criar condições de vida na senzala, favoráveis a essa reprodução: casamentos, alimentação, habitação não são concessões, mas necessidade para a continuidade do engenho. Os mesmos índices para a Bahia demonstram uma inserção maior de africanos, em detrimento dos nativos, e uma desproporção entre homens e mulheres: 67.5% de africanos e 32.5% de brasileiros; 63.1% de homens e 36.9% de mulheres. Casamento, neste caso, só estilo Dona Flor: a cada mulher, dois maridos. Independente dessa composição, independente do tratamento, ao final o objetivo central é a exploração. Essa composição entre homens e mulheres deve ser melhor explicada pela estrutura destes novos engenhos, ao invés de fazê-lo em virtude da distância de Sergipe do comércio de escravos, como defende Stuart Schwartz. Se o açúcar, dentre outros produtos, era enviado à Bahia, por que a mercadoria escravo não fazia o caminho de volta? Acreditamos que as novas técnicas proporcionaram engenhos com menos escravos ligados à produção, mas aqueles que trabalhavam na casa-grande (as mulheres) não poderiam ser reduzidos, já que o avanço tecnológico não se estabeleceu à cozinha, ou aos quitutes que eram vendidos na rua e outras atividades de ganho. É importante salientar, repetir, que estas mudanças na estrutura do engenho compõem o cenário de conquistas dos escravos em Sergipe, e principalmente, uma capacidade constante de revoltas. Portanto, muito mais que salientar diferenças entre a Bahia e Sergipe, cabe-nos argumentar que as conquistas nas relações escravistas sergipanas ou baianas devem ser entendidas e analisadas dentro de um desenrolar histórico, e não enquadrado dentro da certeza de que, em Sergipe, se existiu diferença no tratamento, esta se estabeleceu em virtude das condições histórico-sociais do próprio Sergipe, como uma necessidade para a manutenção da escravidão na região. Assim como na Bahia, inúmeras são as alterações de tratamento dispensado aos escravos com o desenrolar do processo de luta contra a escravidão, de João de Deus aos Malês, ou mesmo antes, e até depois.

Ao caracterizarmos Sergipe instaurado num processo de desordenamento profundo, talvez mais profundo que o da própria cidade da Bahia, ou do recôncavo como um todo, e inserido num volume de revoltas destacáveis, não estamos valorando o movimento social de uma região específica, separando-o de um contexto rebelde mais amplo. Mas, ao contrário, associando que esses avanços, se é que eles existiram, quando existiram, serviram como exemplos, como contraponto, e como base de sustentação ideológica para o desenvolvimento do movimento em outras regiões, numa ação constante e integrada.

Neste contexto, a análise de Stuart Schwartz que a pouco criticamos tem um sentido. Sergipe tinha um fluxo de comércio externo e relacionava-se, comercialmente, com a Bahia, seja no envio de cana-de-açúcar, seja na aquisição de escravos, porém o centro de distribuição, tanto para o envio, quanto para a aquisição de produtos se estabelecia por Salvador. Por a cidade da Bahia ser este centro, a mercadoria escravo tenderia a possuir mais valor de troca, por número maior de transações comerciais, no Recôncavo Baiano que no Vale do Contíguiba, onde o valor de uso deveria ser mais significativo, por um raciocínio inverso. Ao caracterizarmos o centro de comercialização, caracterizamos também que a dependência de Sergipe da Bahia não era simplesmente em termos de capital financeiro, mas perpassa por toda uma estrutura comercial montada, onde Salvador era um de seus principais centros dinâmicos, permitindo a exploração colonial. Podemos simplificar o argumento: Sergipe era dependente da Bahia e continuou sendo até a República, porém a Bahia necessariamente não dependia de Sergipe, salvo em momentos de escassez de alimentos. O fluxo comercial intercontinental funcionaria sem Sergipe, mas não funcionaria sem a Bahia e, portanto, mesmo que menos significativas as revoltas neste último lugar, em virtude desta situação, assumia uma proporção que implicava em toda a estrutura que girava e dependia deste pólo comercial. Desta forma, caracteriza-se justificável que a preocupação com revoltas negras na praça de Salvador seja muito mais destacável que no seu sistema periférico. A periferia, porém, por possuir um controle menor, estava mais propensa ao desenvolvimento de conflitos, tão importantes como os do centro, mas sem a mesma amplitude, muito embora um movimento rebelde de grandes proporções pudesse afetar toda a região.

Não estamos, com isso, fazendo apologia a uma Bahia socialmente controlada, mas ao fato de, estando o centro de poder do império firmado no recôncavo, as medidas de coação e de controle eram efetivamente mais rígidas. E mesmo que esse poder houvesse sido transferido, em parte, para o Rio de Janeiro, em meados do século XVIII, a base de controle para a região já estava formada e esta não seria transferida. Assim, existe, é certo e baseado nesse centro, uma razão para a argumentação de Stuart Schwartz: o recôncavo fazendo a distribuição do comércio de escravo, seja para Ilhéus, seja para Sergipe ou para o sertão. Com o volume de negociação neste mercado, os senhores da região teriam mais chances de repor ou trocar a escravatura de forma mais rápida que em Sergipe, mas por outro lado, poderiam também negociar, para essas outras regiões, aqueles escravos que julgassem problemáticos.

O ato de transformar seres humanos em mercadoria, por si só, cria conflitos diversos, que vão das mais simples comparações a disparidades ideológicas. Ou mesmo, ao movimento rebelde em vias de fato, num avolumar de protestos ou no movimento organizado, não estamos, nem de longe, transformando o escravo em coisa, mas em mercadoria. A mercadoria homem chamava-se “Manoel, nação Congo, com

idade de 30 anos por mais ou menos, estatura ordinária, cabeça pequena, testa curta, olhos pardos e ordinários, sobranceiras finas, orelhas pequenas com um furo na direita, nariz chato, boca pequena, beijos grossos, com todos os dentes, [tatuagem] de sereia na frente e umas [marcas] da nação sobre os peitos, outros nas costas, sobre as asas de um outro lado do peito direito um risco comprido que [vai] até a axilas; na barriga sobre o umbigo marca como os primeiros, mais [marcas] braço direito”. As marcas antes representativas da nação eram utilizadas para identificar os escravos que, como toda a mercadoria, poderia ser questionada, roubada, raptada, destruída e o senhor, que era o seu proprietário, poderia incorrer no prejuízo. Neste caso específico, Francisco José da Silva havia arrematado o escravo em “hasta pública”, no dia 21 de setembro de 1819, porém Manuel, “no dia seguinte, fugiu do poder e domínio do suplicante, e por mais diligências que este fizesse, o não pode descobrir”. Foi novamente preso e novamente arrematado na Vila de Propriá. O senhor tentava recuperar ou o escravo, ou seu dinheiro, e numa aparente simples e corriqueira fuga, fundavam-se processos e pendengas que geravam efeitos sociais diretos e outros tantos indiretos, além de que, em determinados momentos, eles poderiam não ser reembolsados, ou ter esse dinheiro paralisado na justiça por alguns longos anos²⁴⁷. Como vimos em capítulo anterior, esse comércio poderia incorrer, inclusive, em quadrilhas que utilizavam o expediente de vender acima do valor, ou mesmo vender o escravo duas vezes, em lugares distintos ou a pessoas distintas.

Essas pendências comerciais e jurídicas, além de prejuízos econômicos, ou de outros tantos riscos, inclusive contra a própria vida dos senhores, faziam com que parte do sistema administrativo fosse questionado e mais que isso, que para conter as fugas não pudesse, em alguns casos o senhor contar com a utilização da força oficial, sendo tantas vezes mais confiáveis a este senhor os seus capitães do mato do que os juizes e capitães-mores. Outra pendência jurídica, pela posse de uma escrava de nome Bárbara, demonstra claramente essa falta de confiança: um homem, “rústico lavrador”, embora tenha pago a meia sisa, não solicitou a comprovação do pagamento. “O acerto de arrematação por erro e negligência do escrivão e do juiz” não havia sido registrado, “e como nessa ocasião a tesouraria não se achasse nesta vila, mas sim nos sertões, mandou o juiz que se entregasse o dinheiro ao escrivão da dita arrematação, Thomas d’Aquino Vieira, para o ter em guarda até que viesse o dito tesoureiro, e com efeito entregando o suplicante o mesmo dinheiro ao dito escrivão”²⁴⁸. O defensor solicita a restituição “in integrum” da sisa, pois se tratava de um homem ignorante que havia sido lesado nos tribunais, e deveria ser absorvido da pena de seqüestro que contra ele incorria.

²⁴⁷ AJUD, Seção Estância, NG. 194, assinatura ilegível, S/data, Despacho: Propriá, 23 de março de 1822.

²⁴⁸ AJUD, Seção Estância, NG.194

Existia uma substantiva diferenciação entre o Recôncavo Baiano e o Vaza-Barris, quando tratamos da quantidade de escravos envolvidos em atividades de ganho. Estas eram mais constantes nas grandes cidades coloniais, nos portos, e naquelas cidades que sustentavam uma estrutura administrativa maior. No fundo, realmente não podemos desprezar o uso do escravo em outros trabalhos que não a produção para o mercado exportador; mas, em última instância, esse uso está relacionado com esse mercado externo²⁴⁹. Gilberto Freyre, dentre outros, relaciona uma série de serviços ligados aos escravos: prostitutas, carregadores de redes, dentre outros. De passagem, e um pouco fora do momento histórico em questão, a perpetuação destas profissões coloniais, mesmo depois da abolição dos escravos, impressiona. Ao analisarmos as prostitutas da Ladeira da Montanha, até hoje atuantes, mas sem o brilho outrora destacado em Jorge Amado: desdentadas, gordas, tristes, a esperar nas portas e sacadas um “encontro” e uns trocados, ou os costados do início do século XX, – uma espécie de táxi da barbárie humana, em que escravos carregavam, nas costas, um indivíduo por troco. Mas qual a dimensão destes serviços? Envolviam-se nesses “serviços” mais escravos que em todos os canaviais? Especificamente quanto à Bahia, fazendo manipulações nos dados de Stuart Schwartz²⁵⁰, chegamos a um percentual de escravos diretamente ligados às produções da cana e do tabaco, em torno de 72%. Um percentual tão significativo que dispensa maiores comentários, sem falar que desprezamos as seguintes colunas: dono de trapiche, feitor, além de desconhecemos o conteúdo dos sem ocupação arrolada. Se pensarmos no embarque, armazenagem no porto e outras atividade afins, esse número cresceria significativamente, embora ele já seja significativo.

Ao diferenciarmos escravos de ganho dos escravos da grande plantação, não podemos e não queremos diferenciar os seus anseios por liberdade. Como vimos no caso de Sergipe, a associação de escravos atrelados à comunidade citadina como os mais propícios à rebeldia não se estabeleceu pelo fato deles terem adquirido mais consciência, ou de terem sido mais explorados, mas pela fato de viverem mais facilmente em comunidades. Isto não impede, entretanto, que a estrutura no campo criasse uma atmosfera de respeito, proporcionadora de avanços nas relações escravistas. Ou mesmo, e respaldadas pelo exemplo

²⁴⁹ “No Brasil, a maior ou menor utilização dos escravos na produção destinada ao consumo estava estreitamente vinculada às flutuações do setor exportador, mas constituíam atividade nada desprezíveis no cômputo global dos valores de uso realizados na colônia” J. Jobson de Andrade ARRUDA, *O Sentido da Colônia. Revisitando a Crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil* In: *História de Portugal*, José TENGARRINHA (Org.), Bauru, SP, Edusc; São Paulo, SP, UNESP; Portugal, PO, Instituto Camões, 2000, p.171.

²⁵⁰ Stuart SCHWARTZ, *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial – Bahia, 1550-1835*. Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1988, p. 361. Realizamos o processo inverso, pegamos a Número médio de escravos por proprietário, multiplicamos pelo Número de proprietários, encontrando assim o número de escravos por Atividade Ocupacional, e

de Sergipe, que regiões tipicamente caracterizadas pela grande lavoura fossem regiões de riscos para as autoridades coloniais pela quantidade de escravos envolvida em atividade rebelde, talvez se não coletivamente, ao menos individualmente. Seja a participação de liberais pernambucanos nas academias como a do Paraíso e a Suassuna ou do Cabo²⁵¹, ou mesmo a de escravos baianos em candomblés como o de Accú que “funcionavam como elementos essenciais da política de rebeldia do escravo”²⁵², a explicação pode ter a mesma matriz, mantida as diferenças dos movimentos específicos: mais do que serem revolucionários pela natureza da ideologia liberal ou pela religião nagô ou muçulmana, estas organizações agiam como elementos de socialização, criando a atmosfera de resistências. A ideologia, dentro da sociedade colonial, chocava-se com uma realidade infinitamente mais complexa, usando uma expressão marxista, do que a que poderia comportar qualquer ideologia. Essa sociedade muda a cada corpo, a cada punhal a cortar barrigas, a cada overdose de terra, a cada mentira para manter a mesma terra, aos sonhos, à realidade, a cada dia que os escravos passavam liberto, a cada esperança de ver céus estrelados fora da senzala da vida, a cada tentativa de destruir a imensa roda viva que os trazia de volta aos trabalhos forçados, ao apadrinhamento, à senzala. Às vezes estes rebeldes ousaram sair da caverna; às vezes foram forçados a voltar: “o duelo da treva – e do clarão!” estava posto.

4.2 Ideologia do conflito: Liberalismo, Escravismo ou Não-escravismo?

Não eram apenas dois povos que se enfrentavam na definição de um novo enquadramento, dentro da grande revolução por que passava o mundo ocidental; era também a própria ordem que martirizava esse enfrentamento dos dois povos, de vários povos, em busca desse re-posicionamento. A transição entre os dois sistemas traz a reboque um encontrar-se de tendências, de interesses, de ideologias que vão se ajustando, transformando e sendo transformada pela realidade e pelo desenrolar da história.

consideramos apenas os itens diretamente relacionados com a produção de cana-de-açúcar e tabaco: senhor de engenho, plantador de fumo, lavrador de cana, dono de alambique.

²⁵¹ Denis Antônio de Mendonça BERNARDES, *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822*, São Paulo, 2002, Tese de Doutorado, mimeo, FFLCH, USP, 2001, p.119

²⁵² João José REIS, *Nas malhas do poder escravista: invasão do candomblé Accú*, In: *Negociação e Conflito. A Resistência Negra no Brasil Escravista*, _____, e Eduardo Silva (Orgs.), São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 41.

As revoluções de finais de século XVIII e início de século XIX, embora sejam caracterizadas pela evolução e afirmação do liberalismo, não podem ser apenas o momento deste pensamento, desta ideologia, mas de uma série de outros questionamentos que surgiam com o avanço da modernidade, associada às velhas estruturas e ideologias que, mesmo num estágio de superação, ainda se mostravam presentes na mente daqueles que se formaram dentro desta lógica. Assim, mesmo naqueles pontos em que o liberalismo e/ou o capitalismo estavam num estágio avançado, forcejava o movimento revolucionário um a estes questionamentos. Portanto, mesmo que dominante, e quando dominante, determinada ideologia tinha que conviver e às vezes compactuar com uma série de outras formas de pensar, com uma série de outros projetos e concepções, inclusive contrárias à própria ideologia dominante, mas necessária num quadro de forças que sustente e fundamente, ao menos temporariamente, a chance de ela se estabelecer. Em virtude disto, o liberalismo ou qualquer outro modelo ideológico, tem que conviver, em determinado momento, com os interesses das classes minoritárias, dos vencidos, ou mesmo, dos integrantes da velha ordem.

No caso brasileiro, essa velha ordem tomara corpo e se constituía numa posição irretocável, ao menos para a elite: a manutenção da escravidão. Não se acorda cavaleiro, na transição do feudalismo ao sistema colonial, ao menos que algum Sancho Pança esteja disposto a acompanhar. Não se rompe com a ordem escravista ao menos que algum fenômeno histórico provoque o colapso da exploração do trabalho escravo e a impossibilidade de prosseguir com essa exploração. Assim como o Quixote, que mesmo acreditando viver em outra realidade precisava se relacionar com pessoas que não estavam dispostas a isso, quando o código social está em transformação, uma série de conceitos montados dentro de um modelo escravista não poderia ser transposta senão à bela vontade do tempo. A escravidão passa a ser a própria realidade e o rompimento com essa lógica, naquele contexto, traduz a mais lasciva das loucuras. Para os senhores, é claro.

Dentro desta lógica, o que passaremos a analisar no próximo capítulo, – a separação territorial de Sergipe da Bahia e suas conseqüências para a Independência do Brasil – não se trata de uma revolução liberal, nem de uma revolução escrava; não se trata ao menos de uma contra-revolução senhorial, mas de tudo isso ao mesmo tempo. E, muito mais que isso, um jogo de interesses e de idéias fervilhando na sociedade colonial nordestina, que transfigura e imputa ao problema uma perspectiva de decisões e posicionamentos efetivos e concretos, mas que muitas vezes pode caminhar em um sentido para, a posteriore, trilhar em sentido inverso.

O grande mosaico era composto de peças que se encaixam de forma harmônica, mas também possuía imensos e importantes pedaços que, de tão grandes, não conseguiam se justapor sem sobrepor e ferir parte dos interesses das peças que estavam por baixo do grande jogo político deste período histórico.

Alguns destes imensos pedaços tinham seu eixo na escravidão. As ideologias passam a se conectar a esse eixo, tentando um melhor ajustamento das outras importantes peças. Escravizar ou não escravizar, eis a questão!²⁵³ A necessidade dos agentes históricos posicionarem-se frente a estas duas alternativas pode criar, dentro do contexto colonial, conflitos de natureza tão profunda que, às vezes, a opção pelo não posicionamento claro, seja a melhor das escolhas. A práxis, porém, torna esses posicionamentos inevitáveis e reflete, no campo das idéias, como a mais profunda desordem, como analisado anteriormente.

A elite letrada, ao sair das escolas européias que já eram, nesse momento, um caldeirão de concepções, e retornar ao universo colonial, achando que suas idéias poderiam ser aplicadas *ipisis litteris* a esse outro caldeirão, teve que se adaptar a esta realidade. Se não, a concepção dos livros poderia criar, nesta sociedade, belos D. Quixotes a empunhar lanças ou a desistir de suas idéias e queimar seus livros.

Essa revolução liberal, incendiadora de mentes pelo mundo afora, tinha, na colônia, que conviver com o escravismo. Porém, não com o escravismo parcimonioso, rebaixado sob o açoite do chicote, mas o conviver com o protesto e a resistência negra durante todo o seu período de estruturação e transformação das bases políticas. Além da revolta escrava, outras tantas formas de conflitos passavam a representar a crise do antigo sistema colonial, fossem elas de ordem regional, de afirmação política local, de crises tributárias, de reestruturação administrativa, de rompimento com o império português, dentre outras. O objetivo de manter um estado controlado não era o mesmo dos negros escravizados ou livres para quem a sociedade sempre impôs o duro destino de viver sobrepujado pela cor da pele, pelo trabalho forçado e não pago.

A necessidade de reverter e dar suporte a mais controle sobre os cativos nem sempre foi possível, e estes contribuíram, e muito, para a instabilidade política, seja qual fosse o grupo que estava no poder²⁵⁴.

²⁵³ Existem controvérsias quanto a esse claro posicionamento na primeira metade do século XIX, a exemplo de Sidney CHALHOUB, Visões da Liberdade – Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte, São Paulo, Cia das Letras, 1990, que ao incorrer sobre a primeira metade do século, afirma: “Em outras palavras, o medo que havia em relação as insurreições escravas na primeira metade do século XIX não levava a maiores questionamentos a respeito da própria instituição da escravidão. Não se concebia, na realidade, outra forma de organizar as relações de trabalho, e o problema das revoltas escravas era aparentemente um assunto a ser contornado com um ‘redobrar de vigilância’, como recomendava o ministro brasileiro em Londres”, p.194. Esse tipo de afirmação, mesmo que associada as elites brasileiras do início do século XIX, poderia causar uma série de controvérsias, pois existiam projetos concretos de finalizar com a escravidão e, que expressivamente, esta expresso nas propostas de José Bonifácio, de Elói Pessoa ou de tantos outros. Agravasse o problema quando nos reportamos ao seio da própria escravidão: os escravos. A própria possibilidade de uma grande revolta, nos moldes do Haiti, deixa claro que existiam outras possibilidades além da escravidão, e o medo desta elite, parte integrante da afirmação do historiador consiste exatamente dessa possibilidade.

²⁵⁴ “O revigoramento da escravidão, e seu eventual declínio, não se deu de forma tranqüila, dependente sempre da visão e dos desígnios das tradicionais classes dominantes brasileiras. Estas ganharam a independência do país, impuseram seu estilo na formação do estado nacional, conciliaram discursos liberais e civilizatórios com a manutenção da escravidão. Mas não foi essa a única visão de Brasil disponível da época. Além de não estar sempre unidas, além dos desafios levantados por dissidências

Qualquer que fosse o posicionamento do grupo – se favorável ou não à escravidão –, teria que conviver com os percalços da manutenção e enfrentar os escravos, ou abolir a escravatura e ter toda a classe produtiva, que existia em função de seus escravos, contra o projeto.

Portanto, associada à revolução liberal, gerava-se, desenvolvia-se também uma grande revolução escrava e, mesmo que não houvesse se concretizado, criava obstáculos ao desenvolvimento de qualquer outro projeto político e se fortalecia no sentido de ampliar o movimento popular. Mesmo que não alcançasse os objetivos finais de uma grande revolução negra, como a do Haiti, este movimento propiciaria os entraves para o desenvolvimento do liberalismo, pois acautelava os liberais que temiam o aprofundamento da crise para o escravismo; embora as duas revoluções, e todas as outras transformações e revoluções por que passava o Mundo, agissem no sentido de moldar, dentre outros fatores, a crise do sistema, a posterior destruição do tráfico e o fortalecimento do abolicionismo na segunda metade do século XIX²⁵⁵.

Durante todo o período histórico, os diversos interesses que envolviam esses modelos, em momentos vários, agiam na tentativa de conciliar, adaptar e possibilitar o convívio social; ou com a necessidade de romper com toda a estrutura sócio-econômica, ou mesmo, de modificá-la parcialmente. Na transição, os modelos ideológicos tiveram que conviver e, em determinados momentos, dialogar e reajustar a sua ação com a da ideologia oposta, pois o jogo político era por demais acirrado e exigia esse tipo de posicionamento, formando um sistema que refletia a sociedade colonial. Sistema muito mais híbrido que necessariamente engajado e comprometido com apenas uma formação ideológica. Como bem destaca João José Reis, “nem toda a revolta [escrava] previa a destruição do regime escravocrata, ou mesmo a liberdade imediata dos escravos nela envolvidos. Muitas visavam apenas corrigir excessos de tirania, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos –às vezes a

regionais, as elites brasileiras e os escravistas de um modo geral tiveram que enfrentar a resistência dos cativos em cada lugar em que a escravidão floresceu”. João José REIS, “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista In: Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira 1500-2000. Formação: Histórias, Carlos Guilherme MOTA (org.), São Paulo, Editora SENAC-SP, 2000, p. 245.

²⁵⁵ “[...] estas revoltas não podem ser estritamente consideradas como ideologicamente ligadas ao discurso liberal do momento – como por exemplo, a petição dos crioulos de Cachoeira – mas sem dúvida seu aparecimento beneficiou-se do clima de divisões da independência.”, João José REIS, *O Jogo Duro do Dois de Julho: O “partido negro” na Independência da Bahia* In: Negociação e Conflito – A Resistência Negra no Brasil Escravista, _____, e Eduardo Silva (Orgs.), São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 95.

reconquista de ganhos perdidos – ou punindo feitores particularmente cruéis. Eram levantes que alvejavam reformar a escravidão, não destruí-la.”²⁵⁶

Existiam entre as diversas classes sociais, e dependendo do momento histórico, vínculos políticos, que faziam as ideologias julgadas antagônicas, em alguns momentos, tendessem a defender interesses díspares, no sentido de atingir o objetivo maior de cada um dos grupos, ou de protegê-los de ações que complicariam ainda mais a sua condição, naquela já complicada conjunta. As várias idéias tendem a se reproduzir na prática, e a evolução desta prática age no sentido de transformar a ideologia, o posicionamento; por isso, este é inconstante. A senzala impede a ampliação do movimento liberal, mas também é um dos focos de sua proliferação. A tentativa de manter a senzala fazia com que, por outro lado, o pensamento liberal fosse mais bem aceito entre as classes dominantes.

Dentro deste contexto de associações multilaterais, as ações passam a mudar de sentido com a velocidade exigida neste tipo de jogo político: de afirmação, de tentativa de conquistar espaços, ou de garanti-los. Assim, podemos ver defensores de interesses dos escravos, que lutam pela liberdade destes, mudarem de lado, de discurso, no momento seguinte, criando um complexo cenário de lutas e de indefinições: “Os rebeldes escravos freqüentemente se apropriavam da ideologia liberal, tida como propriedade do homem livre, e a transformaram em instrumento da liberdade escrava”²⁵⁷, ao mesmo tempo em que a ideologia liberal relaciona-se com a ordem escravista para garantir o respaldo da classe dominante. Neste sentido, o arranjo e a ação passam a significar muito mais que o discurso, adaptado e influenciado para flutuar entre todas as esferas. Somente assim para sobreviver numa estrutura como a montada na colônia, e principalmente num período de crise do antigo regime e em transição para realidades desconhecidas para os colonos, para os escravos, para todos, enfim. Quanto mais concreto o projeto liberal, mais difícil sua execução, e a abstração do movimento era muitas vezes a única alternativa para essa sociedade, pautada na desordem e esfarelada politicamente, sobreviver. O papel ambivalente do Rei, que tratamos no início deste estudo, pode ser transfigurado, mantido as diferenças das duas realidades, para essa sociedade do princípio do século XIX. O que passa a ser assumido pelos liberais do lado de cá do Atlântico, como ideologia, era modificado na tentativa de conciliar os diversos projetos, e assim, atender e possibilitar a formulação de caminhos mais próximos dos de quem os defendiam.

²⁵⁶ João José REIS, “*Nos achamos em campo a tratar da liberdade*”: a resistência negra no Brasil oitocentista In: Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira 1500-2000. Formação: Histórias, Carlos Guilherme MOTA (org.), São Paulo, Editora SENAC-SP, 2000, P.245.

Esses caminhos não estavam totalmente trilhados na cabeça dos homens, ou nas ideologias, pois a incerteza política não permitia essa definição. Ela apenas assumia corpo quando todos os projetos forcejavam no mesmo sentido, associando-se, ao menos temporariamente, como foi o caso da Independência; mesmo que, a seguir, significasse o engodo para alguns dos grupos e a perda de promessas e expectativas criadas durante o processo. Essas expectativas não são de todo perdidas, pois incorporam num projeto mais sólido no futuro, ou nas diversas rupturas sociais geradas ao longo da história.

O conflito gera a grande ruptura de 1823 e as decepções frente a essa ruptura, ao invés de acalmar a sociedade, criam novos conflitos. Assim, e por isso, não conseguimos claramente caracterizar qual classe social específica utilizava-se do pensamento liberal já que, inclusive os extremos, utilizavam-na quando era favorável. Desta forma, o liberalismo passa aqui a entremear o pensamento de vários e amplos setores, desde movimentos populares até aqueles representados pela elite letrada, criando tanto a argumentação necessária à resistência como à manutenção da ordem. Estas reformas no pensamento liberal²⁵⁸ estabeleceram-se pelas necessidades que possuíam esses diversos grupos. Ao apoderar-se de idéias modernas, e com efeitos práticos que impressionavam o Mundo ocidental, todas as classes tendiam a ajustar esse pensamento aos seus interesses específicos. O liberalismo, assim, obteve e deu apoio a ambos os setores, subsistindo dentro da colônia como todas as outras ideologias, de uma forma transformada e a transformar. Ou seja, “uma ideologia de transformação social”, como bem nomeou João José Reis, e também, uma ideologia transformada por essa mesma sociedade.

O fato de ser uma estrutura ideológica híbrida, criada por uma sociedade em formação e de futuro duvidoso, não implicava que toda a ação, fosse ela rebelde ou conservadora, estivesse imbuída de todos os elementos ideológicos que compõem a sociedade, mas dependia de um conjunto de forças que se equilibram ou que tendem a valorizar determinado caminho. A sociedade colonial, ou qualquer outra realidade histórica, permite-nos equacionar esses pesos a depender do momento histórico e das

²⁵⁷ João José REIS, “*Nos achamos em campo a tratar da liberdade*”: a resistência negra no Brasil oitocentista In: Viagem Incompleta, A Experiência Brasileira 1500-2000, Formação: Histórias, Carlos Guilherme MOTA (org.), São Paulo, Editora SENAC-SP, 2000, P.248.

²⁵⁸ “Liberalismo significava nesta fase a liquidação dos laços coloniais. Não se pretendia reformar a estrutura colonial de produção, não se tratava de mudar a estrutura da sociedade: tanto é assim que todos os movimentos revolucionários se preocuparam em garantir a propriedade escrava. Do que cuidava era libertar o país do jugo das restrições coloniais. A intenção era libertar o país do jugo das restrições coloniais. A intenção era libertar o país dos entraves opostos ao livre comércio. É menos antimonárquico do que anticolonial, menos nacionalista do que antimetropolitano, e é por isso que a idéia de independência definitiva e completa só se configura claramente quando se torna evidente a impossibilidade de manter a situação do Reino Unido a Portugal e conservar a liberdade do comércio e a autonomia conquistadas.”, Emília Viotti da COSTA, *Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil*, In: Brasil em Perspectiva, Carlos Guilherme MOTA (Org.), São Paulo, Editora SENAC-SP, 2000, p. 93-4.

perspectivas de seus agentes e, portanto, julgamos ser esse o caminho: estabelecer um contexto geral e, ao analisar momentos específicos de ação, atribuir esses momentos não simplesmente a interesses também específicos de uma classe, de grupos particulares, mas como consequência das diversas cartadas desse imenso jogo, desse imenso mosaico que insiste em não se compor de forma harmônica. Portanto, se a Revolta dos Malês em 1835, e a Confederação do Equador em 1824 tiveram uma estrutura ideológica tipicamente religiosa no primeiro caso, e liberal no segundo, isso não impede que a perspectiva se mantenha: a depender da expectativa e da realidade política, a opção de aceitação de determinado pensamento passa a fazer parte daquele momento específico. Muito embora o momento específico e a ação de uma classe, mesmo que não esteja sob a influência do pensamento da outra, coloque limites, amplie, modifique ou mesmo diminua a ação da outra classe, sua resposta, seu ataque ou sua defesa.

Através do que acabamos de analisar, não queremos contrapor visões como a de João José Reis, que acredita que as revoltas, como a Malê, “se inspiraram ideologicamente sobretudo em tradições oriundas da África Ocidental”²⁵⁹ de forma mais profunda que através de influências liberais; ou as de Stuart Schwartz que vislumbra a mesma hipótese, a de que “a grande série de rebeliões escravas do início do século XIX parece ter consistido, principalmente, em revoltas étnicas, organizadas em torno de afiliações ou religiões africanas”.²⁶⁰ Ou mesmo, a defesa de Eugene Genovese, anteriormente citada, que europeíza os crioulos e africaniza os boçais. Pretendemos, mesmo assumindo a importância étnica, ideológica, religiosa dos povos africanos, mesmo respeitando o poder do pensamento liberal ou a imposição da cultura européia, demonstrar que existe uma relação dialética entre a superestrutura e a formação econômica e, principalmente, política e social da sociedade brasileira. Portanto, acreditamos que mais importante que posicionar ideologias africanas ou européias, católicas, nagôs ou muçulmanas, é definir qual o nível de sociabilização que elas puderam proporcionar dentro desta estrutura colonial portuguesa, baseada em características próprias da escravidão ameríndia. É endógeno sim, não por ser oriundo da África, mas da relação de dominação e subordinação de uma classe social pela outra. A luta de classes que daí surge tem características, filosofias, ideologia, própria da realidade naquele momento e naquele espaço específico, talvez fruto da ação dos homens mas, sobretudo, da interação destes homens para uma ação rebelde.

²⁵⁹ João Jose REIS, *O jogo duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” na Independência da Bahia* In: *Negociação e Conflito. A Resistência Negra no Brasil Escravista*, _____, e Eduardo SILVA (Orgs.), São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 32.

²⁶⁰ Stuart SCHWARTZ, *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial – 1550-1835*, Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1988.

Quando identificamos a exploração e a luta de classe desta colônia portuguesa, subentende-se que existam exploradores e explorados relacionados, e que as danosas consequências sociais para a África estejam inseridas dentro dessa política de exploração, no mesmo contexto, ou talvez pior, do que viveu e vive a raça negra no Brasil. Embora valorizemos os estudos que realizaram uma ampla discussão sobre a África, não pretendemos nos aprofundar nesse sentido. Primeiro, e principalmente, porque **elegemos** e acreditamos que o conjunto de relações sociais escravistas deve ser entendido no seio do processo de escravidão: na exploração do trabalho. O tráfico de negros da África para o Brasil era, acima de tudo, um excelente negócio: gerava lucros extraordinários e supria a deficiência de mão-de-obra na colônia portuguesa. As lutas que se travam para permitir essa exploração compõem o quadro geral do sistema de acumulação colonial, o que permite um fluxo de comércio monopolizado e, portanto, com lucros comerciais também com a África²⁶¹. Segundo, ao permitir uma formação de luta e resistência a essa exploração portuguesa, já no seio do continente africano, essa formação, embora venha contribuir e faça parte da organização escrava para a resistência no Brasil, não pode nunca ser enquadrada e comparada à luta contra a escravidão. E mesmo que do outro lado do Atlântico existissem formas de escravidão, e mesmo que o cativeiro dos navios negreiros provocasse embates, era no engenho que a exploração se concretizava por completo: o uso da força para o trabalho duro. Sendo assim, quaisquer que sejam os tipos de escravização, existem elementos próprios de cada sociedade, pois envolve, muito especificamente no seu cerne, a relação do senhor com o escravo.

Os frutíferos debates que giram em torno desta questão, ao inserirem a colônia dentro do sistema mundial, tentam valorizar a África em detrimento da Europa, ou vice e versa. Ao realizarmos um olhar sistêmico, percebemos que tanto a África, como a América, quanto a Europa se postavam neste sistema colonial, com papéis bem definidos. Aquele papel que nos interessa é o da colônia, por uma **escolha**, muito embora acreditemos que o sistema colonial deva ser entendido por um complexo sistema de relações com o qual poderíamos fazer associações diversas, já que as explorações metropolitanas iam desde a América até o Oriente.

Podemos até analisar o tráfico e a flutuação da mão-de-obra como elementos de pressão social. Como mercadoria, podemos até estabelecer uma relação entre o mercado e a reprodução, ou não, da mão-de-obra, com flutuações e que, em última instância, depende de todo um processo de interesses internacionais: “O problema principal era o suprimento de escravos e seu custo exorbitante. Os senhores

²⁶¹ Fernando NOVAIS, Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), 6ª Edição, Ed. Hucitec, São Paulo, 1995, pp. 92-106.

de engenho reclamavam que o preço do açúcar estava sendo fixado em níveis demasiadamente baixos, uma vez que o preço médio dos cativos subira de 25 para 150 mil-réis, e essa era uma despesa inevitável, pois muitos escravos ‘morriam ou tornavam-se incapacitados por causa do trabalho’. Os escravos eram, diziam os senhores de engenho, ‘os bens mais preciosos e arriscados do Brasil’²⁶² Porém, existe um conjunto de conflitos gerado por essa sociedade que não pode ser contido com a reposição, com o tráfico. O principal, dentro deste contexto, é que eles, os escravos, – como bem destacou Stuart Schwartz, utilizando-se das palavras dos senhores de engenho, – eram importantes e arriscados investimentos. Se a reposição era possível, não amenizava as perdas geradas por fugas, mortes, suicídios, assassinatos e revoltas coletivas de cativos. Mesmo naqueles momentos em que o custo do escravo era baixo, não podemos desprezar o custo social e político destas fugas.

A “expansão da produção” levaria o mercado a requisitar “mais força de trabalho escravizada”.²⁶³ Neste período de extrema expansão econômica para região, a necessidade constante de mão de obra é devidamente suprida pelo comércio de escravos, mostrando o tráfico adaptável, até mesmo a momento de crescimento acelerado. Essa população crescente amplia a composição social do elemento negro em detrimento do elemento branco. Ao expandir e aumentar essa produção e, por tabela, a população negra, ampliam-se, também, as possibilidades de revolta sem que a estrutura de coação acompanhe, na mesma proporção, esse crescimento. Além disso, um conjunto de regras, ligadas ao tráfico e ao sistema escravista, passa a ser rompido. José Bonifácio, diante disto, incrimina o tráfico e questiona a legalidade da escravidão em virtude de guerras criadas pelos negreiros para aumentar o número de escravos²⁶⁴.

João Fragoso e Manolo Florentino, ao tratarem do assunto, acreditam que o tráfico possa “minorar o problema” de reprodução do capital, diminuindo os entraves ao sistema. Eles, inspirando-se em Jacob Gorender, concluem que, neste período, o tempo de reprodução do escravo era imediato.²⁶⁵ Discordamos deste argumento, pois o próprio tráfico pode trazer uma série de outros questionamentos à ordem colonial, como as que chamamos atenção anteriormente. O tráfico é parte do sistema, e por isso sofre, tanto quanto as outras partes, as conseqüências desta crise e das transformações oriundas da transição, assim como pode

²⁶² Stuart SCHWARTZ, *Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, Bahia (1550-1835)*, Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1988, p. 342.

²⁶³ Fernando NOVAIS, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 6ª Edição, Ed. Hucitec, São Paulo, 1995, p.104.

²⁶⁴ José Bonifácio de Andrada e SILVA In: *Projetos para o Brasil*, Miriam DOLHNIKOFF (Org.), Cia das Letras, São Paulo, 1998, p.48, chega a afirmar que as guerras eram fomentadas com o intuito de justificar e facilitar a escravidão: “É preciso pois que cessem de uma vez os roubos, incêndios, e guerras que fomentamos entre os selvagens da África.”

²⁶⁵ João FRAGOSO & Manolo FLORENTINO. *O Arcaísmo como Projeto – Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1840*, 3ª Edição, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1998, p.23.

inferir tanto elementos na tentativa de restauração, – com a ampliação e barateamento da mão-de-obra, – quanto outros tantos elementos de questionamento da velha ordem.

Para a América, para Sergipe, o ato de aumentar o número de escravos, por si só, era um dos fatores que, ao aumentar o investimento, também aumentaria os riscos de uma grande revolta negra. Por outro lado, não é apenas pela inserção destes escravos e por eles não estarem adaptados à escravidão ou possuírem características de resistência africana, que a tendência à rebeldia se expande. Primeiro, porque não acreditamos em adaptação à escravidão, como defende Eugene Genovese; segundo, porque se estes escravos possuíam um nível de resistência maior ao sistema, o possuíam individualmente, em detrimento daqueles que estavam há mais tempo na colônia e, portanto, provavelmente possuidores de uma rede de sociabilidade maior. O temor maior para o sistema – muito embora as resistências isoladas aumentem ainda mais os entraves à rotação do capital – era a revolta coletiva, que poderia destruir o sistema escravista e forçar a implantação de outro modelo, além da já citada diferença não ser “*elemento conservador de um regime social*” mas, pelo contrário, elemento de clarificação dos contrastes²⁶⁶.

Voltaremos mais tarde a aprofundar essa discussão. Vale-nos ressaltar agora, que rebeliões negras seriam, em partes, explicadas pela onda de rebeldia que varriam as colônias, mas poderiam, como a Revolta dos Malês, mesmo que sob essa influência, apresentar uma estrutura ideológica totalmente diversa. Que essas revoltas sejam baseadas no Islã ou em qualquer outra religião africana, ou mesmo, se mudarmos o enfoque, por um viés cultural ou social típico do continente negro, não implica dizer que a causa seja o conteúdo ideológico dessa ou daquela entidade. Essas influências poderiam advir de qualquer contexto, ou mesmo conter propostas com elementos baseados na ideologia contrária, mas que fizessem parte daquela realidade social. Qualquer que seja a forma, ela se estabelece para livrar o escravo do cativeiro. Tudo se justifica! A escravidão era a realidade concreta a ser vencida, e o escravo, por mais africanizado ou europeizado, se é que seja possível isso, e necessário, teria que romper com uma estrutura social colonial, americana, portuguesa, baiana, sergipana. Por mais africano que fosse esse indivíduo, estaria sujeito a distinções sociais e experiência histórica diferente de qualquer outra realidade, fosse ela americana, africana ou européia. No projeto dos Malês, apenas para ilustrar, a escravidão não era banida; pelo contrário, seria utilizada para amedrontar aqueles que se postassem contrários ao movimento

²⁶⁶ Retomamos e nos norteamos, neste aspecto, pela argumentação citada acima sobre a diferença étnico-cultural de João José REIS.

rebelde²⁶⁷. Insistimos, assim, que, por mais que os antigos moradores da África buscassem refazer seus modos de vida, possuíam vivências em uma outra realidade que também os transformavam.

Não podemos, neste momento, julgar que um movimento que buscasse a libertação dos escravos estivesse sendo incongruente quando defendia o estabelecimento de um outro sistema de escravidão, mas, pelo contrário, totalmente compatível com o espírito colonial, de relacionamento entre as ideologias e onde a escravidão deixava marcas mais profundas que o conjunto de idéias e concepções que pudessem surgir em torno dela, enfim, o que a sustentava era a sua própria contradição. Assim, a escravidão, antes de ser uma defesa ideológica, era uma realidade concreta e se auto-afirmava na mente dos indivíduos daquela sociedade como de difícil mutação. Essa concepção, para a sociedade colonial e, particularmente, para o movimento negro, transparecia pela vivência dos próprios escravos, fosse ela construída através do aprisionamento e venda de escravos na África, ou pelo próprio aprendizado “na Bahia sobre a arte de escravizar”²⁶⁸, ou pelas duas formas ao mesmo tempo.

Por outro lado, no outro extremo, os senhores de engenho defendiam com todas as forças a parte da estrutura que o sustentava, a escravidão; e questionavam a parte que lhes era desfavorável: o sistema de monopólio metropolitano. Neste sentido, estes senhores aderiam ao movimento liberal naquilo que poderia ser útil à manutenção do seu poder, utilizando-se do pensamento apenas naquilo que os favorecia. Ao defender, porém, a liberdade de comércio, eles estariam inserindo elementos para o questionamento de outras liberdades. Aos escravos rebeldes, questionadores da ordem escravista, captar e canalizar para esse sentido era simples e confortável, pois essa ordem livre, sem barreiras, sem regras, poderia ser suficientemente modificada para sustentação da sua própria liberdade e, quem sabe, de uma liberdade no controle. Utilizavam-se, assim, de uma perspectiva montada pela elite para se favorecer, respondendo a esta mesma elite senhorial com um imenso espelho.

Alguns argumentos podem ilustrar o caráter híbrido das ideologias, pautado na transição. O processo contra Luis de França, narrado no subcapítulo anterior, como exemplo, corre na justiça de Estância, em princípios de 1822, numa região fortemente escravista e ligada à cana-de-açúcar. Esta defesa, realizada por um letrado que protegia um escravo, possui elementos de questionamento da velha ordem e insere, no contexto, a necessidade de rever a relação escravista, mas sem rompimento total com esta

²⁶⁷ “Caso os malês pretendessem realmente inventar uma escravidão mulata, não estariam mutilando de todo a lógica da época. Na África os prisioneiros de guerra eram parcialmente poupados para serem vendidos ou servirem aos vencedores...egressos de sociedades escravistas na África, introduzidos numa outra sociedade ainda mais fortemente estruturada pela escravidão, os rebeldes possivelmente encaravam este tipo de relações sociais entre os homens como inevitável”, João José REIS, Rebelião Escrava no Brasil, a História do Levante dos Malês (1835), São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 148.

estrutura. O defensor enfatiza o fato de serem escravizados indiscriminadamente tanto os inimigos, “os mouros”, como “os miseráveis escravos que não são inimigos nossos”. Mesmo antes da Independência do Brasil, esse debate concernente à legalidade da escravidão permeava o cenário político nacional, com todas as ressalvas e com todo o tino que pudessem ter aqueles que defendiam o fim da escravidão. Assim, embora difícil, os tribunais foram cenários de alguns avanços localizados: neste caso, Luis de França é libertado²⁶⁹.

Essa mesma explicação, escravizar apenas inimigos para desqualificar a forma de trabalho cativo implantada nas colônias americanas, ficaria célebre na representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura, apresentado por José Bonifácio de Andrade e Silva. Nela, são retomadas questões pertinentes a eliminação da escravidão no Brasil, justificando-a pela ilegalidade e desumanidade de alguns casos. A forma de apreensão e captura destes escravos não teria justificativa pelo fato de que os negros seriam prisioneiros de uma guerra “ilegal”, ou de que o ato de trazê-los ao Brasil tratava-se de “um favor, que se lhes faz comprá-los, para lhes conservar a vida, ainda que seja em cativeiro.”²⁷⁰ Se assim o fosse, segundo o Andrada, como justificar que os filhos continuem sendo escravizados?²⁷¹ Porém, a eliminação da escravidão deveria ser realizada de forma paulatina para não abalar a estrutura produtiva e política que sustentava o novo império. Ou seja, aceitava-se a permanência da escravidão, mesmo que ilegal, imoral e anticristã, para sustentar a estrutura social e defender os interesses da elite, ao menos parcialmente. Esse discurso vindo de um Andrada, mesmo que não tivesse se tornado realidade ou o gradual não tenha sido tão gradual assim, imputava questionamentos e esperanças nos escravos e, acima de tudo, abria discussões em torno de conceitos, como humanidade, que possuíam uma dimensão incalculável. Além destes elementos, o ato de um deputado ir à Assembléia defender o fim da escravidão é reflexo de que um amplo debate se realizava em todas as camadas da sociedade, inclusive entre os próprios escravos.

Associadas aos elementos acima expostos, continuavam a luta de classes e uma relativização no tratamento dispensado ao escravo, destacadas anteriormente, tomando corpo pela impossibilidade social de conter os protestos e revoltas oriundos da senzala. Os senhores às vezes agiam espontaneamente;

²⁶⁸ João José REIS, Rebelião Escrava no Brasil, a História do Levante dos Malês (1835), São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 148.

²⁶⁹ AJUD, Seção Estância, NG. 194, O documento específico do procurador, que trata da defesa do escravo, não está datado. Mas, pelos outros documentos que compõem o processo, e pela ordem lógica de todos os outros, a devassa deveria ter sido realizada entre abril/maio de 1822.

²⁷⁰ José Bonifácio de Andrada e SILVA In: Projetos para o Brasil, Miriam DOLHNIKOFF (Org.), Cia das Letras, São Paulo, 1998, p.51.

noutras, eram forçados pela legislação e, em outras tantas, eram convencidos pelas novas teorias modernas; mas, em extensa parte, faziam essas melhorias para salvar a própria pele. Os engenhos mais novos, como os que havia sido implantada no Vaza-Barris, surgem também sob essa influência. Para complementar a sua argumentação, Marcos Antônio de Souza, inspirado em Adam Smith, associava que “o bom tratamento do escravo o faz mais fiel, mais inteligente e por conseqüência mais útil”.²⁷² Em outras palavras, mais próximo dos trabalhadores ingleses deste período. Ser fiel era diminuir os riscos de protestos e a possibilidade dos escravos se voltarem contra o senhor; ser inteligente, significa mais adaptável e participante do processo produtivo; e, por isso, mais útil era exatamente estar mais engajado e enquadrado nesta nova forma de entender o Mundo sob o impacto das transformações oriundas da revolução industrial; ou ainda, e principalmente, aceitar a sua condição de escravo que, melhorada, segundo Adam Smith, conteria o clima de impacto sobre a sociedade já em crise.

Como visto anteriormente, nem sempre o tratamento da igreja ou de religiosos possuidores de escravos, para com os seus cativos, seguia essa lógica de bom trato. A violência nas relações escravistas era uma necessidade, era uma cultura, e manter um rigoroso tratamento parecia ser a forma mais eficiente de responder aos medos – refletir o espelho acabaria sendo a atitude mais comum. Esses religiosos, e os outros senhores não dispensavam os instrumentos tradicionais de coação: o feitor, o capitão-do-mato. Em uma queixa, na Vila de Estância no ano de 1798, o padre Manoel Inácio Fonseca afirma que seu Feitor, Antônio José, apareceu assassinado no mesmo dia em que tomava “conta dos serviços dos escravos”. O assassinato deveria ter sido cometido por um escravo de nome Gaspar, que “não apareceu desde aquele dia”.²⁷³ Em virtude da violência contra os escravos, não bastava apenas fugir, mas fugir com o sentimento de vingança daquele que aplicava diretamente as ordens do padre-senhor. Fazia-se necessário vingar-se do algoz, nada mais típico e justificável que esse tipo de ação. Violência gerando resposta, criando medo e novos questionamentos, sobre a situação e a possibilidade de atender ou coibir as ações rebeldes.

Baseado nas idéias do próprio J. B. Say, o religioso liberal Marcos Antônio defende que “o respeito às leis conserva o direito dos cidadãos, assegura a cada um o fruto de seu trabalho”²⁷⁴, sendo, portanto uma das causas da prosperidade da Inglaterra. Ou seja, num mesmo ensaio há tanto a defesa do uso do

²⁷¹ José Bonifácio de Andrada e SILVA In: Projetos para o Brasil, Miriam DOLHNIKOFF (Org.), Cia das Letras, São Paulo, 1998, p.45-65.

²⁷² Marcos Antonio de SOUZA, Memória Sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808 – Sua Fundação, População, e Melhoramentos de que é Capaz, 2ª Edição, Estado de Sergipe, IBGE, Aracaju, 1944, pp.34-5.

²⁷³ AJUD, Seção Estância, NG. 587, 25 de outubro de 1798.

²⁷⁴ Marcos Antônio de SOUZA, Memória sobre a Capitânia de Sergipe, ano de 1808 – Sua Fundação, População, e Melhoramentos de que é Capaz, 2ª Edição, Estado de Sergipe, IBGE, Aracaju, 1944, p.22

trabalho escravo, como descrito neste capítulo, desde que a relação de trabalho entre senhor e escravo seja melhorada, quanto a apologia ao trabalho pago como sendo o instrumento de fomento da moderna economia. O escravo não seria enquadrado como trabalhador, mas um bom relacionamento possibilitaria um envolvimento dele na produção, e esse engajamento traria um aumento significativo de produtividade.

Todo um projeto de reestruturação econômica precisava ser montado para acompanhar a modernidade. Não o fazer levaria o império português a repetir o processo de desestruturação e desagregação dos impérios, à imagem do que ocorriam na França e na Inglaterra. A solução passa a ser o desenvolvimento de uma estrutura de integração da colônia à metrópole, igualando ou diferenciando as lacunas históricas criadas com a exploração. Porém, o avanço desta associação e o ato de amenizar as relações metrópole / colônia eram, também, o ato de identificar e apresentar que elas eram diferentes: “[...] isso levava a um novo dilema: mobilizar o pensamento crítico para empreender as reformas, e contê-lo para que não revelasse a sua face revolucionária. O ecletismo teórico e o reformismo prático não conseguiam, pois, superar as agudas contradições por onde se manifesta a crise.”²⁷⁵ O pensamento esclarecido, no momento em que necessita revolucionar a estrutura econômica para não ser engolido pelos seus avanços, traz para a superfície exatamente aquilo que deveria evitar: “a sua fase revolucionária”. As transformações são muito profundas para ficar apenas restritas a uma elite dominante e inúmeras outras atividades, relacionadas com a luta de classes, germinavam da própria sociedade e estavam além das vontades dos senhores.

Assim, mesmo que sustentadas por uma ideologia específica ou por elementos conflitantes e às vezes incompatíveis com os postos e responsabilidades que cada um assumia na sociedade colonial, cada uma dessas revoltas gerava conseqüências muito maiores que as suas metas, que aquilo que pensavam, ou mesmo do que pretendiam fazer. Salvador, São Cristóvão, Penedo e Recife/Olinda não eram ilhas dissociadas. Pelo contrário, as idas e vindas de exército e informação entre essas regiões em decorrência das inúmeras revoltas, proliferaram o conhecimento das mesmas além de suas fronteiras, mesmo que fossem para coibir os seus líderes; mesmo que fossem para degradar a ideologia dos vencidos. O debate estava montado e segurar a proliferação das idéias mostrou-se impossível: a expansão da experiência, da ação, estava além de qualquer tentativa.

²⁷⁵ Fernando NOVAIS, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 6ª Edição, Ed. Hucitec, São Paulo, 1995., p.301.

Quando assim colocamos a situação, acreditamos que existe um movimento liberal na gênese do processo de formação política libertária, que influencia as revoltas²⁷⁶, – assim como elementos não menos importantes, ideológicos, políticos, religiosos e da experiência de luta dos africanos comercializados para o Brasil – porém, o desencadear destas revoltas e a impossibilidade dos governos absolutistas, cada vez menos absolutos, de conterem as manifestações populares, proporcionam o espaço necessário para o desenvolvimento das revoltas. O sentimento que move esses questionamentos e a adoção dessa ou daquela técnica, ideologia, prática eram frutos de uma escolha política própria daquela sociedade. Nesse sentido, concebemos a existência de inserção da ideologia liberal – ou de religiões, ideologias e experiências africanas, – representar elementos importantes para os rebeldes, mas, principalmente, destacamos o acultramento da capacidade social e histórica destes grupos se rebelarem, seja pelo constante alargamento da sociabilidade, seja pelos exemplos de experiências passadas e, enfim, principalmente pela própria condição humana de não sujeição ao cativeiro.

É certo que essas experiências às vezes eram canalizadas para outros métodos e formas de resistência: os escravos “também não enfrentavam os senhores somente através da força, individual ou coletiva. As revoltas, a formação de quilombos e sua defesa, a violência pessoal, conviveram com estratégias ou tecnologias pacíficas de resistência”²⁷⁷. Ao compararmos as diversas alternativas de resistência, seja esta “pacífica” ou através da força, podemos questionar se elas não estavam tão intimamente ligadas umas as outras de forma que essa diferenciação pudesse ser difícil, quando não impossível de realizar. Senão, quais os métodos de lutas mais eficientes, neste contexto histórico?

As concessões das classes dominantes eram, principalmente, por receio de uma revolta organizada, de serem assassinados, ou mesmo, num contexto geral, influenciado pelo receio de se estabelecer no Nordeste, ou em parte dele, um novo Haiti²⁷⁸. Não se postavam apenas dois povos em lados contrários, era o porvir. Era o passado arraigado na mente de cada um que participava daquela sociedade. E as mudanças eram tão intensas que o posicionamento, para um lado ou para outro, constituem cobranças impossíveis para fazermos àquela sociedade colonial. Era o sangue que rolava pela praça; era a força que esperava os

²⁷⁶ “Contra a abolição dos privilégios erguem-se as aristocracias, agrupadas em toda a Europa Ocidental e Central, como também na América, em “corpos constituídos”, mais ou menos poderosos, mais ou menos numerosos, porém sempre em luta contra o soberano”, Jacques GODECHOT, *As revoluções (1770–1779)*, Trad., Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1976, p. 12

²⁷⁷ João Jose REIS, *Nas malhas do poder escravista: invasão do candomblé Accú*, In: *Negociação e Conflito, A Resistência Negra no Brasil Escravista*, _____, e Eduardo SILVA (Orgs.), São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 32.

²⁷⁸ “Muitas revoltas foram planejadas com cuidado por hábeis lideranças e não foram inúteis mesmo quando derrotados, pois a ameaça sempre presente de que viessem a acontecer criava um clima favorável aos escravos nas negociações rotineiras com os senhores”, João Jose REIS, *Nas malhas do poder escravista: invasão do candomblé Accú*, In: *Negociação e Conflito, A Resistência Negra no Brasil Escravista*, _____, e Eduardo Silva (Orgs.), São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 33.

vencidos; a esperança, por um lado, de uma grande vitória da senzala e o medo, de outro lado, que essa vitória se concretizasse.

4.3 O Espectro de São Domingos: “Haitianismo”.

Assim como a Revolução Francesa assustava os impérios ainda reinantes na Europa, parte dessa revolução, a escrava de São Domingos, generaliza esse temor para as elites coloniais. Cada uma destas revoluções, a francesa e a antilhana, a sua maneira, atingia grupos específicos da sociedade. Os escravos tinham onde se orientar, além disso o sucesso de uma revolução popular tornava concreta as conquistas. Para os cativos, que poderiam se inspirar no Haiti, existia a alternativa de que as reformas ou revoluções do sistema escravista acompanhassem as transformações mundiais, podendo, assim, livrá-los do jugo dos senhores, montando perspectivas fora do padrão da elite, e dentro da ótica da maioria negra. Esta maioria inseria-se no jogo, não como coadjuvante, mas preparada para assumir o papel principal. Por outro lado, para a elite, essas mudanças no sistema colonial poderiam, ao mesmo tempo, salvar ou criar rupturas que colocassem em risco a sua propriedade, fazendo com que uma espécie de sentimento parecido com o que pairava sobre as cortes reais, com o avanço do exército francês, fosse sentido também na casa-grande.

O medo de uma grande revolução escrava varrendo a colônia, cortando cabeças, envenenando poços, transformando senhores em escravos, tomando a sua propriedade consolidava-se nas regiões de alta densidade negra. Desta vez, ao contrário do fantasma napoleônico, o inimigo coexistia no próprio território, deixando de se caracterizar como um exército que avançava pela Europa distante, quase imaginário, para se tornar algo concreto, a espera de se consolidar. Para os senhores coloniais, os riscos a serem enfrentados, com a possível revolução escrava, estavam muito mais próximos que os de uma revolução liberal. Além disto, a ação desta, se poderia trazer contratempos a essa elite, também traria uma série de benefícios, principalmente a abertura de mercado. Para os donos do poder, a revolução escrava nada traria de possíveis benefícios e poderia, ainda, inverter a condição de senhor a escravo. Não havia como fugir, não havia como se defender com a formação de exércitos, barreiras ou levando a família para outras concessões. O “inimigo” estava ali, ou em qualquer lugar baseado no sistema escravista, restando ao senhor conviver com o risco e a perspectiva sempre presente que o Haiti poderia ser aqui.

A relação escravista coloca em extremos opostos senhores e escravos e, por mais medidas que fossem adotadas para amenizar essa relação, os efeitos não poderiam mudar essa condição básica. Nas

palavras do futuro Marques de Caravelas, José Joaquim Carneiro de Campos, durante a Independência do Brasil, a diferença era clara e conhecida: eram os negros “inimigos natos (e com toda a razão e justiça)” dos homens brancos. Dentro do jogo político que configurava o processo de Independência, o apoio dos negros, escravos ou livres passaria a ser vital a qualquer grupo que acenasse com a liberdade. Porém, ao fazê-lo, daria força aos escravos e a sua eventual revolução, ou, nas palavras do preocupado José Joaquim, o futuro desse grupo, depois de realizado esse tipo de associações, não seria diferente do ocorrido no Haiti: “o que se deve esperar de tal gente? Está a resposta na Ilha de São Domingos.”²⁷⁹

Como a Revolução Francesa, a Revolução Escrava não ficaria apenas no imaginário das elites e a popularização dos fatos de que em algum lugar, em vários lugares, ocorriam revoluções em sequência e que, em um deles, os escravos assumiram o controle de parte da América Francesa, não poderia passar despercebido pela população mundial. Talvez detalhes deste episódio tenham sido criados; outros, omitidos; alguns, utilizados como exemplo, para a repressão. Mas o fato de ter acontecido, simplesmente, e ter acontecido com a toda poderosa potência européia que estava a invadir e conquistar o continente, não poderia ser simplesmente maquiado, ocultado ou mesmo amenizado. A proliferação dos acontecimentos fez com que a grande maioria da população, seja das classes abastadas ou das gretas do sertão, soubesse ao menos de sua existência, através de notícias que fluíam de boca em boca. Mesmo porque, o fato de ter perdido uma concessão na América poderia não ser apresentado pelo Governo Português, – ao menos não posteriormente à invasão francesa na Península Ibérica e por consequência em Guerra com Portugal, – como um episódio negativo, mas como uma fraqueza do exército napoleônico que, se poderia ser vencido por rebeldes, poderia ser vencido por um exército. Existe, é claro, sempre o fato de que se tratava de mais uma colônia a se libertar; e essa, de maneira particular, passava a assustar também o senhoriato.

Acreditamos que, em virtude das condições sociais estabelecidas, do tratamento dispensado ao escravo, pela própria natureza da relação de conflito entre as classes sociais dominantes e dominadas e, enfim, pelo cativo, as revoltas se originariam independentemente de qualquer motivo externo, a não ser pela crise que demonstramos ser tão mundial, como local. O que se amplia com as notícias de uma revolução possível, para um dos lados, o dos escravos, é um conjunto de perspectivas e experiências que podem ser reproduzidas, mantidas as diferenças. Do outro lado, o dos senhores, havia o medo de que, assim como um movimento rebelde, escravista, ligado à grande produção de açúcar tornara-se realidade em uma colônia francesa, poderia, também, ser possível de ocorrer no Brasil e, com isto, todo o seu patrimônio, em dois

²⁷⁹ Documentos para a História da Independência, Biblioteca Nacional, p.361-2 apud José Honório RODRIGUES, Independência: Revolução e Contra-revolução, v.4 (A liderança Nacional), Rio de Janeiro, F.Alves, 1975, p.127

tempos, quem sabe, cair nas mãos daqueles que outrora, estes senhores, exploravam e maltratavam. Nesse contexto, que ação esperar quando os escravos mudassem de posição e se transformassem em senhores? Haiti, não restam dúvidas. O exemplo é claro e significativamente forte, tanto para assustar os já assustados senhores, como para rebelar os já rebeldes escravos.

Esse conturbado período se, talvez, por uma possibilidade que não acreditamos, não participasse do imaginário de boa parte da população colonial, – mesmo que fosse enquanto ideologia popular, não livresca, informal, – não poderia ser menosprezado por aqueles que possuíam o controle econômico e político do nordeste deste período. Ao comentar sobre a ação do Conde dos Arcos, ou melhor, pela falta de ação frente às tentativas de rebelião dos escravos na Bahia, a elite baiana deixa claro que o fantasma dos acontecimentos externos rondava a realidade local, seja pela capacidade e volume do número de escravos na Bahia ou por fatos que justificassem esses receios: “Ninguém de bom senso, mesmo prescindindo do prognóstico do atual acontecimento, poderá duvidar, que a sorte desta Capitania venha a ser a mesma da Ilha de S. Domingos”²⁸⁰. Não seria privilégio apenas da elite conhecer o que se passava nas colônias de outras partes do Mundo, mesmo porque o convívio constante entre escravos e senhores, fosse no trabalho do campo, nos serviços domésticos ou nas forçadas alcovas, permitia um nível de troca de informações que, além de outros veículos, como as manchetes de jornais que eram cantadas no meio da rua, fizessem chegar aos ouvidos dos escravos este conhecimento, mesmo que trocados entre eles, como bem destaca João José Reis, “em 1814, os escravos falavam abertamente nas ruas sobre os sucessos nas Antilhas Francesas”.²⁸¹

O Haiti batia à porta de cada senhor, puxava seu pé antes de cada ronco e, como se não bastasse, todas as outras desordens sociais que fragilizavam o já frágil sistema. Esse clima de terror impunha, em favor dos escravos, um certo respeito a sua condição, e as tentativas de rebeliões realizadas pelos cativos assumiam uma atenção ainda maior das autoridades, que deveriam agir com prudência e de forma controlada frente ao que poderia acontecer, caso se espalhasse, além das fronteiras de um engenho ou de uma região, a tão temerosa rebeldia escrava.

O fenômeno de resistência escrava estava longe de ser apenas um fenômeno urbano, advinha da essência da relação escravista e da luta de classe. O que se expande é a generalização destas revoltas, seja

²⁸⁰ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, 11-34,6,53 apud Maria Beatriz Nizza da SILVA, A primeira Gazeta da Bahia: Idade D'Ouro do Brasil, Cultrix / MEC, São Paulo, 1978, p.101-2.

²⁸¹ João José REIS, “*Nos achamos em campo a tratar da liberdade*”: *a resistência negra no Brasil oitocentista* In: Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000), Formação: Histórias, Carlos Guilherme MOTA (org.), São Paulo, Editora SENAC-SP, 2000, p. 249.

no campo, seja na cidade, dando ao movimento, mesmo que isolado, uma consistência que preocuparia qualquer senhor. As principais diferenças são que a cidade aglutina a ação e, como centro administrativo e distribuidor de determinada região, envolve um contexto mais amplo que partes isoladas do campo, seguindo o mesmo raciocínio quando analisamos as diferenças entre a Bahia e Sergipe. Por outro lado, quanto mais isolado, menor o controle administrativo e maiores os riscos individuais. O medo, porém, era generalizado e compunha o dia a dia tanto de senhores dos grandes centros urbanos, quanto daqueles que exploravam o trabalho escravo nas distantes fazendas.

Toda a sociedade confluía para o questionamento da velha ordem, e até mesmo aqueles que se postulavam bastiões na conservação da sociedade imutável não estavam isentos aos fenômenos que transbordavam pelo Mundo e no engenho ao lado, apontando a necessidade de uma mudança e, de preferência, para os que dela se beneficiavam. Com isso, não estamos julgando que não existissem formas eficientes de controle, mas que os escravos, munidos de experiências anteriores, formulam associados a estas outras desordens, novas formas de resistência à escravidão. Assim, mecanismos como a utilização dos capitães-do-mato, se não eram suficientes para conter as grandes revoltas, seriam mecanismos relativamente eficientes para conter as fugas individuais. Por isso, principalmente os escravos recriavam os seus mecanismos²⁸².

Portanto, fosse grande ou pequena, as proporções da resistência negra, em cada mente, tinham o tamanho da morte ou de São Domingos e isso, para os escravos, era extremamente positivo, pois agia como limitador. Há que se admitir que, dadas essas duas opções, os riscos do conflito para os senhores eram, – independente do tamanho da região, da revolta, do número de escravos envolvidos, ou se era de natureza urbana ou rural, – nada confortáveis, muito embora nada era comparado à condição dos escravos. Se o maior fantasma da colônia, para a população livre, era o recrutamento, o maior dos fantasmas da casa-grande morava ao lado.

A cada tambor que batia na senzala e o sentimento da impossibilidade cada vez menor dos senhores ordenarem que os mesmos cessassem, ampliam-se os avanços dos negros escravizados. Ritmados e constantes, como os sons dos tambores, a resistência enfraquecia, paulatinamente, o poder do senhorio. A alternativa de calar os sons e ecos da senzala, com mais violência, poderia, em resposta, gerar mais

²⁸² “Com todas as cores e nuances, o medo de novos Palmares parece ter sido uma constante ao longo do século XVIII. No século XIX, no entanto, o medo senhorial parece ter se apropriado cada vez mais da revolta de São Domingos, passando a vislumbrar em cada lugar o perigo do ‘haitianismo’. O impacto causado na reformulação das práticas de governo dos escravos, porém, foi bem mais duradouro: a figura do capitão-do-mato tornou-se praticamente indissociável da escravidão no Brasil”.

insubordinação, novos sons, novos tons, causar novo terror à casa-grande, e mais esperança de uma vida livre na senzala. O eco destes sons levava distantes esses sentimentos e, muito além, o mesmo sonho de liberdade agarrava-se a eles; ou o mesmo medo se reproduzia e os ouvidos já não poderiam ser fechados. Novos sons e ritmos cada vez mais constantes, a adentrarem, sem pedir licença aos ouvidos e mentes; a perturbarem alguns e incentivarem outros a vencer o “jogo duro” da escravidão. E assim iam espalhando-se.

Ao tentar reprimir, se possível fosse reprimir, o risco se amplia. Como analisado no aspecto geral²⁸³, a unidade produtiva estava inserida em outro dilema tão irresoluto como o geral: empreender reformas nas relações escravistas e, ao mesmo tempo, conter o avanço revolucionário quando essas concessões tornavam-se realidade. Esta crise, operacional e ideológica, expande-se além da produção, e o exemplo, seja de negociações ou de conflito, sai da senzala, no mínimo até a fronteira do engenho seguinte.

Mesmo longe dos núcleos de distribuição comercial, as revoltas existiam e quanto mais distantes das estruturas administrativas, do exército colonial, diminuía-se o risco sistêmico e aumentava o pessoal. Ou seja, para a colônia como um todo, alguns centros serviam para integrar a unidade e, portanto, perder estes centros poderia implicar no prejuízo de toda a região. Por outro lado, para os senhores que estivessem isolados, vivendo em locais periféricos, aumentavam os seus riscos pessoais, pois estavam distantes dos sistemas de controle mais eficientes. Somando as duas possibilidades, de amplitude da revolta ou dos riscos que estavam sujeitos, acreditamos que podemos generalizar ao menos em um sentido: o medo.

Portanto, se a distância diminuía os riscos de se perder a estrutura produtiva como um todo, os riscos de senhores isolados perderem a sua unidade, ou mesmo a própria vida aumentavam talvez em proporção inversa. Além dos conhecidos e principais núcleos urbanos do nordeste, São Salvador da Bahia de Todos os Santos e Recife; muito além das “famosas” conjuras Baianas, Cariocas, Mineiras ou Pernambucanas, existia uma sociedade negra que fervilhava e ansiava por transformações profundas na sua condição de ser inferiorizado.

Silvia Hunold LARA, *Do Singular ao Plural – Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos* In: *Liberdade por um Fio – História dos Quilombos no Brasil*, João José REIS e Flávio dos Santos GOMES (orgs.), São Paulo, Cia das Letras, p.1996.

²⁸³ Estamos generalizando, e tratando por aspectos gerais, as possibilidades do governo português frente à modernização ou não do Estado. O já citado paradoxo ou dilema, levantado por Fernando NOVAIS, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 6ª Edição, Ed. Hucitec, São Paulo, 1995, p.301.

As palavras dos negros, transcritas em uma queixa realizada no ano de 1817, pelos oficiais de Santa Luzia da Estância, já não eram de liberdade, mas de uma liberdade revolucionária. Segundo o documento supracitado, a revolta toma proporção das grandes conjuras, com a cidade de São Cristóvão – sede da capitania subordinada de Sergipe Del Rey e umas das principais cidades do nordeste no período colonial – “sob armas por cinco dias”, além de destacar que o período era de convulsões constantes: “o estremecimento, em que a mais de dois anos tem estado o povo desta vila pelas inquietações de negros da Cotinguiba, a ponto de haver estado a cidade de Sergipe [São Cristóvão] sob armas por espaço de cinco dias, ainda quando ali não haviam tropas regulares, fazendo-se prender castigos e exterminar um escravo do vigário de Santo Amaro, e outros do Sargento Mor José de Barros [...]. Os continuados dictérios, que se tem ouvido dos mesmos, sobre liberdades, em que ficarão com a [propriedade] dos brancos [...]”²⁸⁴. Um dos motivos anunciados para a citada revolta era a falta de uma estrutura de controle na região, que não possuía nem ao menos “tropas regulares”, o que poderia propiciar, a um não tão organizado e forte movimento rebelde, proporções dantescas.

A Bahia, apesar de toda a estrutura administrativa, inclusive com as desejadas “tropas regulares”, não era um bom exemplo de que a força militar pudesse conter a revolta escrava. Em 1814, três anos antes do episódio da Cotinguiba, narrados anteriormente, vivia o recôncavo no mesmo clima de instabilidade social, o que levou os moradores a solicitar atitudes do Rei, “por acharem as medidas do governador pouco enérgicas para a gravidade da situação”. A fúria dos cativos e o terror dos senhores e comerciantes da praça de Salvador estavam destacados no requerimento: cidadãos “cheios da maior aflição” em virtude da “horrorosa catástrofe” que estava para acontecer na região “há três ou quatro anos.” Três tentativas de revolta foram feitas nesse período, a última delas com muitos “estragos, e ousadias”, reiterando a promessa sempre presente de “matar todos os brancos”.²⁸⁵ Os pontos levantados pelos oficiais ilustram a nossa argumentação: a primeira, pela força da raça negra, quando socialmente organizada, já que, quando unidos, os negros possuíam uma maioria disposta a tudo para transformarem a sua condição, pois não tinham muito mais a perder. Destemidos, esses grupos de escravos rebeldes eram formados por “uma gente aguerrida”. O segundo ponto, a falta de mecanismos de coação que, caso ocorresse uma revolta, não poderia restabelecer a ordem; ou quando o fizesse, poderia ser muito tarde. Outro relevante ponto é que os senhores, acostumados com o rígido tratamento do escravo, não conseguiam conceber que a série de

²⁸⁴ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 414, Capitão Mor de Sergipe D’el Rey, 22 de junho de 1817.

²⁸⁵ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, 11-34,6,53 apud Maria Beatriz Nizza da SILVA, A primeira Gazeta da Bahia: Idade D’Ouro do Brasil, Cultrix / MEC, São Paulo, 1978, p.101.

flexibilidades concedida aos cativos funcionava, também, para exatamente instituir a ordem social: “relaxação dos costumes, e falta de polícia, que geralmente se observa nesta cidade pelas muitas larguezas que se lhes tem dado [...]”.²⁸⁶

Dentre outras razões, essa instabilidade social gerava as bases que proporcionavam o processo de separação entre Sergipe, capitania subordinada, e a Bahia. Dentre outros motivos, essa reforma administrativa surge da necessidade de construir nos distantes e mais importantes núcleos de população escrava, uma estrutura mínima de segurança para os engenhos da região.

Ao realizar a montagem desta nova estrutura administrativa, aspectos “positivos” para a manutenção da ordem são instituídos, porém uma série de outros tantos questionamentos serve para ampliar o conflito, como vimos nos capítulos anteriores. Na situação sergipana, as causas “negativas” à implantação de uma nova estrutura são ampliadas quando se faz necessário debater, e até lutar, por esse processo de separação política. Ao criar essa disputa em torno da liberdade administrativa ou não, frente à Bahia, uma série de questões pode ser levantada. Mesmo que não fosse, a idéia central de que um governo local forneceria um controle administrativo mais eficiente por si só, ao mesmo tempo em que atenderia à perspectiva de um controle social mais próximo e, por isso, adaptado à realidade local passa a fundar elementos separatistas perigosos ao próprio reino. Se para Sergipe gerir os próprios problemas, independente da Bahia, seria favorável ao desenvolvimento da região, por que a mesma hipótese não funcionaria para o Brasil ou mesmo para parte dele? Dialeticamente, esse também conturbado processo de separação viria influenciar as rebeliões futuras, seja em solo sergipano, baiano ou além São Francisco, utilizando uma expressão patricia.

Mesmo com a divisão política de Sergipe, outra divisão não poderia ser realizada: aquela que pudesse isolar uma região dos acontecimentos rebeldes de outras, ou das fugas de grupos rebeldes para o vizinho. “Notícias da batalha em[sic] Cabula, próximo a Salvador[?], aparentemente haviam impulsionado a rebelião em Sergipe, até pelo menos 1837, e não passava uma época de Natal sem que autoridades locais informassem sobre alguma agitação ou ameaça de rebelião escrava”²⁸⁷. Sergipe passava a se caracterizar

²⁸⁶ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, 11-34,6,53 apud Maria Beatriz Nizza da SILVA, A primeira Gazeta da Bahia: Idade D’Ouro do Brasil, Cultrix / MEC, São Paulo, 1978, p.101.

²⁸⁷ Stuart SCHWARTZ, Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835, Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1988, p.391

como rota de fuga dos rebeldes baianos, montando na região um núcleo de resistência, além de permitir a troca de experiências entre os rebeldes do recôncavo e os de Sergipe Del Rey²⁸⁸.

Em 1767, um grupo composto de “escravos fugidos que em número grande, andam armados de flechas, armas de fogo e outros instrumentos ofensivos” aterroriza os poderosos locais, invadindo as suas terras, “roubando não só o que encontram” nestas invasões, além de agir “pelas estradas, terras, e fontes, com grande prejuízo e vexame dos paisanos, de tal sorte oprimidos, que já pedem soldados, para servirem de sentinelas nas fontes, pois chegam a roubar as roupas das lavadeiras, quando não chegam [a] levar consigo as mesmas escravas [...]”.²⁸⁹ Ao compararmos a ação de 1767 a outras narradas aqui, em momentos posteriores a esta data, percebemos uma clara mudança de atitude. No primeiro momento, a ação tendia ao saque, pilhagem, libertação de escravos, enfim, a tentativa de construir vida fora do julgo do senhor, seja em quilombos, ou no meio do mato e dali sertão adentro. Malgrado essas alternativas, o momento posterior, ao contrário, seria mais audacioso. O objetivo não seria fugir da escravidão, mas destruir aquilo que a sustentava, já que seria impossível desvencilhar-se do sistema, pois sempre existiria uma forma, mesmo que futura, deste mesmo sistema retornar à senzala os escravos ou seus descendentes, a exemplo de Palmares: *Liberdade por um fio*. Restava aos escravos, portanto, duas alternativas: ou transformar o sistema escravista, ou lutar pela sua ruptura.

Toda essa transformação na atitude dos escravos rebeldes trata-se de preponderância de atitudes, não de regra geral. As pequenas fugas, mesmo que a cada dia se mostrassem mais ineficientes, poderiam configurar, para alguns escravos, como a alternativa imediata para livrá-los dos trabalhos forçados. A nova atitude com propostas de destruição do sistema escravista não é excludente, mas vem somar-se às antigas formas de resistência, ampliando a ação escrava. Mesmo neste episódio específico, além de demonstrar mais um elemento de desestruturação da ordem colonial, em que um grupo de homens negros, com organização própria, armados, para fugir do jugo senhorial tentava resgatar outros escravos, este grupo possuía, também, objetivos mais amplos, pois pretendia engrossar as fileiras com as escravas, e assim poderiam, quem sabe, constituir família nas gretas do sertão. Além disso, levavam com elas, as roupas da Casa-Grande, o que proporcionaria a estes escravos uma distinção e, por isso, uma tentativa de inserção na sociedade colonial.

²⁸⁸ Stuart SCHWARTZ, *Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*, Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1988, p.388, “Em fevereiro, a câmara de São Cristóvão, em Sergipe de El-Rey, debateu sobre a ameaça dos fugitivos e o especial perigo representado pela chegada a região de alguns que haviam tomado parte do levante baiano.”

²⁸⁹ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 190, doc. 01, Capitão Mor Interino de Sergipe Del Rei, 26 de setembro de 1767.

A debilidade sergipana frente a uma possível rebelião escrava é mais uma vez exposta numa tentativa de insurreição dos cativos, que seria realizada no dia 3 de abril de 1808. Essa rebelião não chegou a se concretizar em virtude de disputas em torno do seu comando. A principal queixa dos escravos não reproduzia uma grande revolução, mas se estabelecia “contra a tirania do senhorio sem humanidade”. Por outro lado, mesmo que eles não almejassem se estabelecer no controle da região, se efetivada a ação, esta poderia incorrer em resultados mais amplos que os objetivos iniciais, pois o governo de Sergipe Del Rey “só dispunha então de 6 libras de pólvora, apenas, a única existente na cidade comprada de uma venda”. Os resultados objetivados pelos escravos eram concretos e diretos e, na maioria das vezes, os buscavam para amenizar a sua situação de trabalho. A fragilidade do sistema de coação é tão preocupante para os senhores quanto a ação efetiva, pois o governo local estava à mercê de uma bodega para suprir um elemento básico para as milícias. Outro aspecto relevante, que não pode passar despercebido, é que o conceito de humanidade e da necessidade de melhoria do tratamento do senhor nesse sentido, ocupa as discussões não apenas nas esferas intelectuais, mas entre a população oprimida, onde o conceito tem uma amplitude muito mais significativa.²⁹⁰

Existia uma discussão social ampla no sentido de controlar os desmandos dos senhores de engenhos e, assim, minimizar os embates, diminuir a insatisfação dos escravos e amenizar a ação de grupos que exigiam, ao menos, um tratamento relativamente suportável para os escravos. Porém, esses controles são impostos ao senhor, sob a justificativa de humanizar a relação entre a casa-grande e a senzala, estabelecendo-se, pelas vias administrativas, a ampliação do paradoxo: humanizar uma relação essencialmente desumana; relativizar um controle balizado e sustentado pela força poderia incorrer na outrora denominada “relaxação dos costumes” e ampliação da capacidade de gerar mais revoltas.

Os senhores de engenho, ao protestarem sobre as revoltas de 1814 na Bahia, anteriormente analisadas, fazem apologia aos problemas gerados por esse tipo de controle que, segundo eles, tratam os

²⁹⁰ Francisco Antônio de Carvalho LIMA JR., Capitães Mores de Sergipe, Aracaju, SEGRASE, 1985, p.77-8, nesta obra de início do século passado, o autor passa a narrar o episódio baseado numa devassa e em solicitações realizadas ao governo da Bahia. Como não destaca claramente as fontes, e quais os arquivos em que se encontravam, ficamos impossibilitados de comprovar o episódio. Maria Thetis NUNES, Sergipe Colonial II, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p. 134, também sem os devidos créditos, elenca uma série de revoltas escravas, incluindo entre elas a de 1808: “Marcaram a crise social dos fins da época colonial sergipana, as tentativas de levantes dos escravos negros às quais, geralmente, se associavam negros livres, num esboço de tomada de consciência de classe, amedrontando os senhores de terra. Já em 1774, a cidade de São Cristóvão sofreu ameaça de uma dessas rebeliões, reprimida, porém, pela força policial. Em 1777, fracassaria o ataque à cidade de escravos negros contando com o apoio dos índios espoliados de suas terras após a expulsão dos jesuítas. Em 1808, os negros gêges tentaram levantar a população escrava dos engenhos da Cotinguiba, mas, denunciados, seria aberta devassa e os líderes aprisionados. Nova tentativa surgiu nessa região em 1809, sendo porém, reprimida severamente com castigos corporais nos chefes do movimento. Em 1815, São Cristóvão viveu a última dessas tentativas de insurreição dos escravos da época colonial”.

escravos como humanos e eles, os senhores, como desumanos. Essas revoltas, na concepção destes, ampliavam-se porque suas ações não poderiam ser mais enérgicas, como aplicação dos castigos devidos, sem a interferência do governo que atendem “mais as queixas dos negros, que as razões dos senhores, e chama-se a isto de humanidade”.

Essa “humanidade”, criticada pelos senhores e imposta pelo Governo, era a composição de uma série de lutas, historicamente construídas, que propiciou avanços para os escravos. Porém, como vimos anteriormente, passa a ser utilizada desde determinado período, também no sentido de complementar e contribuir com novos protestos, ou para ampliar a “humanidade” ou reivindicar o cumprimento das conquistas adquiridas. Segundo os senhores, ao invés de reprimir os cativos, liberando-os para agir como achassem melhor, depois da revolta, o governo concede aos escravos novos benefícios, a quem só mereceria castigo. O Conde dos Arcos na sua ação, – e tudo isso, insistimos, na comprometida opinião dos senhores, – depois do protesto, relaxou ainda mais os controles, permitindo “que os negrinhos brinquem com os seus bailes nos dois campos de Barbalho, e Graça, pontos tão perigosos pelo ajuntamento”²⁹¹.

Na tentativa de conter a grande revolução escrava e manter a sociedade sob controle, os governos utilizavam-se de argumentos que possibilitassem um relacionamento mais humanitário. Neste exemplo específico, o governo baiano, na figura de um esclarecido como o Conde dos Arcos, buscava equilibrar os lados do conflito, fazendo concessões aos negros: liberação de festas; atividades religiosas; garantia do dia santo para folga, entre outras coisas. E, principalmente punindo ou limitando, quando possível, os excessos dos senhores. Com essa atitude, muito mais que garantindo humanidade para os escravos, com essas pequenas concessões, mantinham, na verdade, a maior das concessões para o senhor: o “direito” de escravizar.

Por outro lado, presos à legislação, os senhores perdiam parte dos seus mecanismos de coação, mas a flexibilidade das relações, no primeiro instante e naquele delicado momento político, acomodava, ao menos provisoriamente, os escravos, com essas conquistas. Estas, quando concretas, quando se tornavam costumeiras, abriam espaços para novos avanços e, desta vez, estando os senhores limitados pela lei, acreditavam, e com toda a razão, que a ação se estabelecesse de uma forma mais ampla, até que novos

²⁹¹ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, 11-34,6,53 apud Maria Beatriz Nizza da SILVA, A primeira Gazeta da Bahia: Idade D'Ouro do Brasil, Cultrix / MEC, São Paulo, 1978, p.102.

mecanismos de coação fossem utilizados e o embate instituído: “os mimos deitam a perder esta casta de gente, o temor, e rigor do castigo é o único meio de os fazer bem proceder”²⁹².

Mais uma contradição soma-se a este rico período de contradições: reformar as relações escravistas e realizar mudanças no controle dos escravos são medidas necessárias, mas ampliam os riscos. Amenizar os tratos aos negros era uma necessidade, necessidade, entretanto, que não conseguia conter o avanço dos escravos e suas revoltas. Por outro lado, deixar essa ação à mercê do senhor era permitir um clima de insatisfação que poderia gerar a ruptura total do sistema. Não havia muitas saídas.

Nem o próprio ato de se tornar independente e, portanto, com uma nação já constituída e em moldes diferentes ao do Haiti, diminuía o sonho e o ímpeto, por um lado; e o medo, de que pudesse existir espaço para uma revolução, nos moldes de São Domingos, por outro. Um novo processo de independência, seja em parte do território recém-estabelecido, ou mesmo na sua totalidade, constituindo uma nova nação, continuaria vivo: em Sergipe, Laranjeiras, no ano de 1824, as citadas agressões aos estrangeiros uniram-se a um sentimento, por parte da população escrava, de valorização da ilha antilhana: “num jantar ‘mata caiado’ – uma das denominações dos movimentos antilusos – deram-se vivas ao ‘Rei do Haiti’ e a ‘São Domingos, o grande São Domingos’ ”.²⁹³

Não é de admirar que os escravos retomassem as armas e as expectativas que lhe eram eficientes, quando viram frustradas as suas esperanças de liberdade, depois de consolidada a Independência. Como vimos, vários projetos gestavam-se durante a Independência. Dentre eles, a possibilidade de abolição gradual da escravatura. Nem todos os projetos foram, e nem poderiam ser, atendidos, pois eram, em vários sentidos, antagônicos. Porém, aos escravos as expectativas criadas, mesmo aquelas que acenavam para uma eliminação gradual da escravidão, foram postas de lado, lesando-os. Restava retomar a resistência, redefinindo os espaços na tentativa de limitar os senhores e garantir a sobrevivência na luta de classes.

4.4 A luta dos extremos.

²⁹² Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, 11-34,6,53 apud Maria Beatriz Nizza da SILVA, A primeira Gazeta da Bahia: Idade D'Ouro do Brasil, Cultrix / MEC, São Paulo, 1978, p.103.

²⁹³ João José REIS, *“Nos achamos em campo a tratar da liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista* In: Viajem Incompleta. A Experiência Brasileira 1500-2000. Formação: histórias, Carlos Guilherme MOTA (org.), São Paulo, Editora SENAC-SP, 2000, p. 249.

A disputa entre escravos e senhores tomaria proporção e avançaria associado ao contexto de lutas pela independência. Os motivos que precipitavam essas atitudes rebeldes são os mais diversos e nem sempre possuíam uma amplitude ideológica e política coerente. Muitas vezes, o objeto destas disputas residia em conquistas simples, que facilitasse a convivência de indivíduos de determinado engenho, de determinada região. Na Ilha de Itaparica, 280 escravos lutavam para não se consolidar a posse de um novo feitor. Mesmo sabendo do motim, o senhor resolveu correr o risco e o feitor foi morto pelos escravos. A partir daí, o que poderia ter sido evitado por uma simples substituição de feitores, assume proporções muito além do que poderia sonhar o irredutível senhor. A realidade concreta da luta amplia a ação de forma direta, reproduzindo o acontecido por toda a região, além, sem sombra de dúvidas, da imagem da carnificina gerada pela milícia, com 32 mortos e oitenta feridos. Como destaca Albert Roussin, ao escrever sobre o episódio, “eis a guerra dos escravos começada e seus resultados incalculáveis”.²⁹⁴ Incalculáveis para Madeira, que ordenou a invasão, incalculáveis para a história do que representou cada um desses eventos, quais os seus efeitos, suas legendas, seus mitos, seus ecos. Podemos apenas tatear e termos a consciência que eles não se encerravam naquele momento, mas nunca dimensionaremos sua amplitude.

Ao tratarmos da Bahia, e dos efeitos sobre a mesma de uma grande revolução escrava tornar-se verdade, demonstramos como os riscos, com a quebra do fluxo de comércio, poderiam trazer conseqüências mais amplas, pois afetaria uma rede de distribuição e exportação de mercadorias, da qual Sergipe Del Rey participava. Os acontecimentos, no seio desta rede de distribuição da qual Sergipe, além de participar, era parte importante, afetariam também esta capitania subordinada, de forma muito mais incisiva que uma revolta em Sergipe pudesse ocasionar na Bahia. Por outro lado, quando enfocamos outros aspectos, que não os econômicos, também existe um relacionamento entre as regiões, e as trocas de experiências fazem com que os atos rebeldes, no centro do poder, tendam a se espalhar para periferia, tanto quanto o contrário. O período que envolve a Independência, ou mesmo depois, é rico destes episódios em toda a região, resultado das brigas políticas e da desarticulação do império e da crise. Sergipe, inserido neste contexto, teve que associar as suas diversas disputas políticas com a Bahia, à separação do império, a sua tradição rebelde e aos eventos que ocorriam, no Brasil, em Portugal, no Mundo.

²⁹⁴ João José REIS, *O Jogo Duro do Dois de Julho: O “Partido Negro” na Independência da Bahia* In: Negociação e Conflito, A Resistência Negra no Brasil Escravista, _____, e Eduardo SILVA (Orgs.), São Paulo, Cia das Letras, 1989, p. 95.

As ações anteriores do Conde dos Arcos para conter o clima de revolta – as diversas invasões do exército baiano e a incapacidade do governo da Bahia de controlar a região, ou quando o fizeram, realizados através das já citadas rígidas técnicas que colocam de sobreaviso toda uma população negra, seja cativa ou liberta, – ampliam o clima de insatisfação. Existem diversas lutas em curso, mas tanto a de classes, entre senhores e escravos, como as lutas políticas, geram reflexos sobre a sociedade e são alimentadas por esses reflexos. O que transparece são lutas isoladas, com características isoladas, com ideologias próprias, com alternativas para a nação, para a economia, para sociedade. Cada uma a seu estilo e de acordo com aquilo que o favorecia naquele momento específico. Uma revolta explica a outra, ou melhor, explica boa parte da outra, quando as inserimos dentro do conflito generalizado em que se tornou a sociedade colonial das mais amplas instâncias, ao simples protesto contra o feitor. As proporções, dentro deste contexto, assumiam importância mais ampla que qualquer dos objetivos traçados. Às vezes, essa amplitude revelar-se-ia no próprio carrasco das mudanças, porém elas viriam independentemente pela força de uma sociedade em revoluções, em constante mudança²⁹⁵.

A luta pela liberdade envolvia questões muitas vezes distantes das condições de vida do próprio escravo. Travar esta guerra pela liberdade era uma necessidade que, às vezes, estava aquém das suas mãos e dependia dos “conchavos” políticos e/ou processos jurídicos que, na maioria das vezes, corriam na justiça sem a sua participação efetiva. Cabia-lhe resistir. Porém, essa resistência era limitada pela suas condições econômicas e, principalmente, pela sua formação simples de escravo, com a economia dos últimos trocados para comprar a liberdade. Bernardino e Maria são casos típicos desta impossibilidade de reagir aos desmandos jurídicos, e ao próprio sistema, sem um defensor. Depois da morte do Capitão-Mor Antônio Pereira Rabelo, senhor deles, conseguiram comprar a liberdade, no intuito de saldarem dívidas que o capitão possuía em uma tesouraria pública. Segundo o tutor do órfão, a venda dos escravos havia sido realizada por preço diminuto, e solicitava ao conselho ultramarino que a venda fosse revertida e que os escravos fossem devolvidos ao filho do capitão, pois já havia sido julgado, na Bahia, recurso a seu favor e “nulas as liberdades”. D. José I, Rei de Portugal, julga o pedido e concede “a dita graça de provisão”. Bernardino e Maria voltam a ser escravos e, talvez, nunca tenham sido ouvidos. Durante todo o

²⁹⁵ Ao traçar um quadro sobre o período, João José REIS demonstra parte dessa amplitude do processo político de Independência do Brasil: “De 1820 a 1840 a província foi palco de uma guerra anticolonial, revoltas militares, motins antiportugueses, quebra-quebras e saques populares, rebeliões liberais e federalistas, e levantes de escravos. Esse clima de conflito generalizado explica em parte o aparecimento da rebelião de 1835. Os rebeldes africanos parecem ter compreendido que as rupturas institucionais e divisões entre os brasileiros livres poderiam lhe facilitar o sucesso revolucionário”, João José REIS, Rebelião Escrava no Brasil – a história do levante dos malês (1835), São Paulo, Brasiliense, 1987, p.38. Propomos associar esta visão com a de Fernando NOVAIS, que relaciona a ação rebelde à crise do antigo sistema colonial.

processo, suas presenças são insignificantes, passando a plano de importância, a existência ou não da dívida deixada pelo Capitão-Mor frente à tesouraria.

Ao compararmos esse fato, acima descrito, ocorrido em 1770, ao de Luiz de França, ocorrido em 1822, percebemos que até mesmo as posturas jurídicas frente aos escravos, mudariam. No primeiro momento, o caráter humano para as elites inexistia, levando-as a considerar os escravos como mercadorias puras. Já no momento posterior, no avançado ano de 1822, a argumentação passa a ser mais humanitária que necessariamente econômica. Não podemos atribuir a isso, consequências de mercado, pois o tráfico de escravos viria a se ampliar a cada ano, mesmo depois da independência. A luta escrava, sua resistência, passa a deixar marcas profundas quanto a suas insatisfações e os riscos que poderiam advir de uma grande revolução assumem proporções realmente relevantes quando a disputa escrava se associa com a disputa política entre portugueses e o exército libertador. Mais valia amenizar, negociar, que enfrentar consequências maiores.

Estas disputas jurídicas, geradas pela violência entre senhores e escravos, determinadas vezes demonstravam mais que lutas entre senhores e escravos. Demonstrem também as diferenças entre a colônia e a metrópole, e como algumas delas podem favorecer os primeiros, em detrimento do segundo. Portanto, da luta surgem dois questionamentos: um interno, de questionamento da ordem escravista e dos tratos dispensados aos escravos; e o segundo, que diferencia as regiões do império português, ambos num sentido desfavorável à condição colonial. José Inácio da Cruz, senhor do engenho Bom Jardim da Vila de Santo Amaro das Brotas, comarca de Sergipe Del Rey, solicita à rainha, D. Maria I, que seja perdoado do assassinato de um dos escravos de Bernardo de Souza Estrela e libertado, baseado no indulto real realizado em 1785. O conselho justifica que “o real decreto de 22 de junho de 1785 não há dúvida, que é restrito ao Reino, e que não fala nas conquistas” muito embora advirta que a concessão para todos os vassallos das leis aplicadas em Portugal tem se tornado um “costume”²⁹⁶. Muito mais do que pela concessão do indulto, que deveria apenas ser aplicado aos vassallos de Portugal e Algarves, a rainha concede-o por outros motivos: primeiro porque, segundo o auto da devassa realizado pelo ouvidor geral do crime da Bahia, não houve nem a intenção, nem a premeditação do assassinato e, principalmente, por que se tratava de “um vassallo que tem já muitos anos de injusta prisão, e que pode ser útil ao Estado, no continuar da lavoura, e da sua fábrica.”²⁹⁷

²⁹⁶ AHU, NI 432, Caixa 8, Doc.11, Despacho real.

²⁹⁷ AHU, NI 432, Caixa 8, Doc.11, Despacho real.

Ao fazer essa série de diferenciações, dar indulto apenas aos presos de Portugal e Algarves; conceder liberdade apenas por se tratar de um senhor de engenho que poderia ser útil produtivamente ao reino; dizer que as leis eram generalizadas para os vassalos moradores da colônia, mas por um “costume”, do que necessariamente por uma intenção real - a rainha estava oficializando o que era uma prática da lógica colonial. Neste sentido, existe uma lacuna imensa entre a diferença, e a instituição da diferença vir por um decreto real. Está claro, também, que existe, mesmo antes da quebra do exclusivo, uma série de conquistas históricas da população colonial, seja realizada pelo “costume” ou por políticas reais, cujo principal sentido era o de viabilizar nas “conquistas” desde o ministério pombalino, para atenuar a crise do antigo sistema colonial. Mais que isso, o texto abre, consciente ou inconscientemente, na mente de cada um que teve acesso a este processo, outros tantos questionamentos sobre sua própria condição de colonizado. Neste sentido, alguns destes colonos sentir-se-iam acuados frente à flexibilidade fornecida pelo reino de Portugal a um senhor de engenho, pelo simples fato de tratar-se de um senhor de engenho. Quando a sociedade viu livre José Inácio da Cruz, retornando às suas atividades, o conflito sai do campo dos documentos e atinge a sociedade e, da senzala aos senhores, esse sentimento se reproduz, dependendo do posicionamento social. Estamos minimizando e restringindo a fundamentação a um caso, mas essa era uma prática generalizada em toda a sociedade colonial, e deixava um sentido: o rompimento deveria estar além do Estado e além do comando oficial, as revoltas para os escravos eram inevitáveis.

Ao falarmos anteriormente em disputas entre senhores, gerando uma série de processos e conflitos em torno dos escravos, o contrário - uma rede de proteção entre os poderosos locais- também fazia parte do conjunto de relações sociais que dava sustentação e aumentava o poder do senhoriato. Na solicitação de indulto de José Inácio da Cruz, quem sai em sua defesa é o ex-proprietário do escravo assassinado, o senhor-de-engenho Bernardo de Souza Estrela. Este “não queria acusar ao suplicante réu preso, e nem dar-lhe parte em tempo algum” e por saber que José Inácio era inocente, “não havia querelado em juízo algum ao dito réu, e menos requerido devassa”²⁹⁸.

Da necessidade de humanizar as relações entre a senzala e a casa-grande, surgem valores que vão muito além dos interesses e do medo, embora estes avanços tenham sido gerados por este último sentimento. Associado a isso, os questionamentos que varreram o Mundo, a Colônia ou a Capitania quanto à legalidade ou não da escravidão, quanto ao caráter humanitário deste sistema de trabalho forçado e, principalmente, quanto às vantagens econômicas de permanecerem dentro da lógica escravista necessitava

²⁹⁸ AHU, NI 432, Caixa 8, Doc.11, Solicitação de indulto do réu.

de uma série de mudanças na forma de se entender aquela sociedade de outra maneira. Num Mundo que caminhava para a modernidade, mesmo em um período de ampliação do número de escravos, aumentava o sentimento de que teria que existir um limite para essa exploração e que, no mínimo, a melhoria no tratamento traria tranquilidade social, o que não se mostrou necessariamente uma verdade.

Uma significativa mudança de atitude não pode ser atribuída apenas ao constante estado de medo que se encontrava os senhores de engenho da colônia, mas de uma complexa mudança na filosofia de luta dos escravos que buscavam mais coisas que simplesmente a liberdade, muito embora já seja uma luta suficientemente difícil. Em meio ao episódio dos franceses, - Jacques Luiz Hollim e sobrinha, supostamente assassinados por escravos - o cônsul Jacques Guinebaud comenta que o futuro político da Bahia estava sob o risco de uma grande revolução, pois o comportamento dos escravos não era mais de fugir, mas de lutar pela liberdade através da independência: “As idéias de liberdade continuam a germinar entre os escravos crioulos e mulatos. Tem havido algumas revoltas nos engenhos maiores. Os negros não exigiram a liberdade, mas perpetraram atos de independência, [...] recusando-se a obedecer a esse ou aquele feitor ou proprietário.”²⁹⁹

A situação de controle dos cativos em Sergipe viria a exigir atitudes mais enérgicas para conter o avanço deste movimento rebelde. A ação do Conde dos Arcos, outrora passiva, diante das pressões sociais e políticas, e na tentativa de amenizar os propósitos rebeldes na região, teve que ser alterada, e passa a assumir uma postura mais rígida: “toques de recolher, passes para os cativos e prisões arbitrárias de forros ou escravos suspeitos de atos criminosos”³⁰⁰. Esse avanço do movimento rebelde, também na Bahia, seria caracterizado por Caio Prado Jr. quando destaca o eterno conluio dos cativos na Bahia no sentido de questionar a ordem, apontando inúmeras destas revoltas no período: “é uma revolta constante que lavra surdamente entre eles, sobretudo lá onde são mais numerosos, mais conscientes de sua força, ou de um nível cultural mais elevado, o que se dá particularmente na Bahia”³⁰¹.

João José Reis realiza o mesmo destaque acima e avança no sentido de encadear e relacionar o movimento negro e as consequências destes episódios sob a formação política dos negros da região: “mais

²⁹⁹ Carta de Jacques Guinebaud Bárbara, Bahia, 22 de maio de 1822, Marie Charlotte Wanda LASOCKI, a profile of Bahia (1820-1826), as seen by Jacques Guinebaud, French Consul General, Tese de MA. University of California, Los Angeles, 1967, apêndice Apud Stuart B. SCHWARTZ, Segredos Internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835, Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1988, p.384.

³⁰⁰ APEB, Cartas ao Governo, 229, 7 de janeiro de 1815 apud Stuart B. SCHWARTZ, Segredos Internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835, Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1988, p.390

³⁰¹ Caio Prado Jr., Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia), São Paulo, Brasiliense-Publifolha, 2000, p.377

de uma dezena de revoltas e conspirações [ocorreram] ao longo da primeira metade do século XIX³⁰², complementando que “nas décadas de 1820 e 1830, o país, e a Bahia em particular, foram abalados por diversas revoltas que, em alguns casos, mobilizaram milhares de pessoas da população livre. Muitos desses movimentos adquiriram fortes dimensões sociais e raciais”³⁰³, destacando-se conspiradores africanos (1807), escravos rebeldes das armações de pesca de Itapoã (1814), levante do Quilombo do Urubu (1826), além da Sabinada (1837)³⁰⁴. Muito embora João Reis advirta para a não generalização entre a ordem político-social e a revolta escrava, já que as revoltas escravas se expandiram depois das lutas pela independência, acreditamos que o processo político de independência foi mais um dos motivos para essa expansão, pois, como destacamos anteriormente, após 1823 as frustrações de determinadas classes ou regiões ampliariam e trariam, à tona, o jogo político que deu suporte a esse processo político de separação. Além disso, como veremos a seguir, o clima de desordem característico do período pré-independência viria ele também a ser um dos principais fatores para a própria independência.

Algumas questões permaneceram sem resposta: existiu, realmente, uma expansão do movimento rebelde depois de 1823, ou o sistema de registro, documentação, administração, controle destas revoltas se transformou com a implantação do governo imperial no Rio de Janeiro? As revoltas pós-1823 podem ser dissociadas da formação política anterior, da crise do sistema colonial ou mesmo dos fatos ocorridos em torno da separação entre Portugal e Brasil? Se essas revoltas, ao mudarem de sentido, com o questionamento do próprio sistema, passariam a ser mais preocupantes, não passariam também a chamar mais atenção das autoridades do que os simples conflitos que, entre tantos, se tornavam uma quase rotina?

Continuamos arriscando, e esse é o sentido dessa pesquisa: até mesmo as revoltas escravas compunham o quadro geral que sustentava e ampliava a crise do sistema, pois elas participaram ativamente do processo e criaram esperanças que, dentro do novo quadro político, a situação da escravidão pudesse ser ao menos transformada. Além disso, se estamos tratando de uma sequência histórica e assumimos que as revoltas posteriores foram conseqüências do aprendizado contínuo da população em realizá-las, ou mesmo em descobri-las, propiciaria um afrouxamento nas relações entre escravos e

³⁰² João José REIS, O levante dos malês In: Negociação e Conflito, A Resistência Negra no Brasil Escravista, _____, e Eduardo SILVA (Orgs.), São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 100. Os autores já destacavam na introdução a existência, “Na Bahia, no período que se seguiu à Independência viu crescer a insubordinação dos escravos africanos e seus aliados libertos. Muitas revoltas aconteceram antes daquela mais espetacular, em 1835 [...]”, idem, p.10.

³⁰³ João José REIS, O levante dos malês In: Negociação e Conflito, A Resistência Negra no Brasil Escravista, _____, e Eduardo SILVA (Orgs.), São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p.119

³⁰⁴ Ao fazer o levantamento, do período em que circulou a Idade D'Ouro no Brasil, Maria Beatriz da SILVA destaca documentos em que essa situação de instabilidade era sentido pelos próprios coervos: É notório que há 3 para 4 anos os negros

senhores. Não podemos dizer que a ampliação das revoltas não está relacionada com as transformações políticas, pois as revoltas são elas próprias parte do imenso quadro que desencadeou a desestruturação do sistema. Outro fator importante, que também está relacionado com as questões políticas travadas pós-1823, reside na capacidade que possuía o recém formado Estado brasileiro de controlar ou contribuir para o controle e manutenção da ordem social, além de administrar os conflitos ideológicos que formam a própria base de um governo incipiente.

Todas essas rebeliões, em Sergipe, favoreciam-se do fato de não existir nele, uma estrutura preparada para conter qualquer revolta de grande porte. As tentativas de modernizar esses controles tão pouco criavam condições de tranquilidade na região, já que as exigências também se transformam, se adaptam, se ampliam, pois esses controles, embora tendenciosos ao senhor, criavam barreiras a sua livre ação, como visto anteriormente. A luta avança com a crise e, em alguns momentos, consegue tirar vantagens das transformações políticas; noutros, seria lesada, mas o volume das atividades não deixa dúvidas deste avanço.

No ano de 1751, o Capitão-Mor de Sergipe Del Rey queixa-se sobre a necessidade de se criar um regimento para capturar os escravos fugitivos que já eram inúmeros e estavam se organizando. Alguns anos depois, no mesmo outrora citado 1767, outro episódio é agora narrado por Stuart Schwartz: “os fugitivos tiveram a ousadia de marchar cidade adentro, rufando tambores e agitando bandeiras, exigindo cartas de alforria do Capitão-Mor, que se viu impedido de prendê-los por falta de tropas”.³⁰⁵ Ao contrário da primeira rebeldia, do mesmo ano, em que escravos roubam escravas e roupas dos senhores, a estrutura desta é muito mais organizada, muito embora o objetivo seja o mesmo: a liberdade, e não a revolução. Bandeiras e tambores simbolizam mais que um bando de negros a invadir a cidade em busca de alforria; simbolizam, no mínimo, uma organização externa, talvez uma comunidade, um quilombo quem sabe. Porém, mesmo com essa organização numa espécie de exército negro, não se pleiteava dominar a cidade, os engenhos ou a região, mas a oficialização de seu estado de liberdade temporária para a “segurança” de uma alforria definitiva.

Durante ou mesmo depois da independência, não é que diminuísse esse tipo de anseio, pelo contrário, ampliavam-se as solicitações de alforria, porém, agora, cada rebelião estava sob o risco, para os

tentam rebelar-se e matar todos os brancos [...], Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, II-34 apud A primeira Gazeta da Bahia: Idade D'Ouro do Brasil, Cultrix / MEC, São Paulo, 1978, p.101.

³⁰⁵ Stuart SCHWARTZ, Segredos Internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835, Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1988, p.379. O autor faz referência ao documento de 1751: Capitão-Mor de Sergipe a coroa (16 de Setembro de 1751), APEB, Ord. Reg. 76, fls.178-81. Porém, nenhum detalhamento de fonte do episódio seguinte.

senhores, e a consciência da possibilidade, para os escravos, de um novo Haiti. Quaisquer que fossem essas solicitações, seria talvez grande negócio para os senhores, pois atendê-las poderia evitar o que seria pior para eles, acalmando temporariamente os escravos. Mais que isso, não se tratava apenas de fugitivos a lutarem por alforria, mas de uma sociedade relativamente organizada e, agora, com a perspectiva de constituir-se no comando. Criar uma tropa já não bastava, pois 50 anos depois, os escravos estavam conscientes das suas potencialidades e, principalmente, criavam labirintos ao sistema escravista, intransponíveis. Amaciar a relação e pagar por isso, reprimir e responder pela fúria ampliada dos escravos e da sociedade que se constituía, assimilar as transformações e parte dos ideais liberais, responder pelos questionamentos que lhe eram intrínsecos, criar perspectivas, promessas sempre presentes de uma libertação futura funcionariam, em certa medida, até o tempo em que as concessões fossem insuportáveis para a reprodução do próprio sistema.

Eugene Genovese, no cerne de sua pesquisa – desde *Roll Jordan Roll* à *Da Rebelião à Revolução* – estabelece que essa transformação na natureza da luta escrava se verifica como consequência das experiências do período revolucionário liberal e, mais especificamente, das revoluções francesas, haitianas e americanas. Segundo seus estudos, essas experiências mudaram os objetivos das revoltas nas outras colônias, inclusive dando um sentido de transformação social com os negros no poder, ao invés de apenas fugir do sistema imposto³⁰⁶.

Embora concordemos com Eugene Genovese sobre certa influência revolucionária, não estamos defendendo uma teoria generalizante, ou que transformações na resistência escrava sejam resultado apenas de fatores externos. Acreditamos sim, que meio século de uma luta contra o senhorio (tomando apenas o nosso período de pesquisa), travada tanto na colônia francesa como na portuguesa, inglesa, espanhola, fosse suficiente para demonstrar que os modelos de fuga, de criação de quilombos e mesmo de buscas de garantias e de certa qualidade de vida estavam fadados a não darem certo. Isso se estabelece por serem marginais a um sistema cada vez mais mundializado, ou mesmo, porque os escravos já haviam atingido os objetivos iniciais da luta: amaciar o relacionamento.

Por outro lado, se concordamos com parte da crítica feita a Eugene Genovese quando generaliza as diversas sociedades coloniais, não concordamos com explicações que tentam negar ou minimizar a influência do processo revolucionário. Stuart Schwartz, por exemplo, ao fazê-lo, passa a imputar, às revoltas, características “étnicas, organizadas em torno de afiliações ou religiões africanas, combinando a

³⁰⁶ Eugene GENOVESE. *Da Rebelião a Revolução*, Trad., São Paulo, Global, 1983,.

rejeição ao cativo e à sociedade branca com profundas e persistentes motivações relacionadas não a França ou ao Haiti, mas a sociedades politicamente organizadas e divisões religiosas tradicionais da África.”³⁰⁷ Ao seguirmos essa explicação, poderíamos incorrer em julgamentos de que determinados povos estão mais propensos ao cativo ou à resistência que outros e, intrinsecamente, estaríamos utilizando de uma elucidação um tanto quanto racista. Se ao invés de negros ou mulçumanos, escravizássemos monges, indianos, budistas, a resistência à escravidão seria menor? Preferimos não pensar assim.

Ao tratarmos de elementos endógenos, parece-nos mais plausível que essa sociedade escravista, composta por um caldeirão de povos, religiões, culturas, criasse as suas próprias formas de resistência, e se precisarmos comparar essa sociedade com modelos externos, a colônia-portuguesa-americana-açucareira-baiana-sergipana, e isso é apenas uma opinião, estaria mais próxima das características haitiana que a de qualquer ponto da África. Assim sendo, mesmo que os elementos dessa sociedade fossem na sua maioria africanos, o que não era o caso de Sergipe, o fato destes indivíduos estarem inseridos em um sistema escravista, sujeitos a se transformar e a transformar as relações sociais daquele sistema, os colocavam em uma situação ímpar. Assim sendo, se julgarmos incompatível comparar diretamente essa sociedade ao Haiti, e o Haiti acabou não sendo aqui, julgamos mais incompatível ainda fazer essa comparação apenas com a África tão somente porque parte dessa população vinha deste continente.

Não era o Haiti ou a Revolução Francesa que mudavam o rumo da resistência negra, mas São Domingos sofreria, assim como o Brasil, o efeito de uma crise no seu sistema de produção, além de mudanças de paradigmas. Tal qual aconteceria nas colônias francesas, os efeitos desta transição entre sistemas se fariam sentir nas outras colônias, cada uma a sua medida, respeitando as diferenças locais e o próprio desenvolvimento histórico e social. Essa mudança na atitude dos escravos não se estabelece no mesmo sentido, na mesma ordem, no mesmo momento, nem tão pouco os efeitos da crise são iguais na França, em Portugal, na América Espanhola ou em Moçambique. Tratava-se de uma transformação do modelo produtivo, ideológico e político, e principalmente para os escravos, era o momento de questionar se dentro desta nova ordem cabia o escravismo. Para fazer esse questionamento, não precisava que a parte dominada, expropriada, sobrepujada, escarneada fosse muito longe: bastava olhar para eles mesmos e sua condição.

³⁰⁷ Stuart SCHWARTZ, Segredos Internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835, Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1988, p.381

O Haiti, ao fazer esse questionamento, levou os escravos ao poder, servindo de exemplo para outras sociedades com os mesmos anseios, vontades e expectativas. Parece que, neste caso, quando todos buscam soluções mirabolantes para explicar o porquê da rebelião escrava ter assumido tamanha proporção, o óbvio precisa ser dito: a vontade de acabar com a escravidão existia aqui tanto em qualquer outro sistema escravista. Se, por uma destas contrafactualidades, não tivesse se formado uma grande revolução negra nas Antilhas, continuaria existindo o sentimento revolucionário como consciência da exploração deste tipo de sociedade. Dizer em virtude disto que estamos externalizando ou europeizando as explicações, não seria correto, pois a resistência escrava é, em parte, utilizada e influenciada pela crise, não filha dela, assim como também participa no sentido de ampliá-la, demonstrando claramente sua faceta interna. A escravidão é parte do sistema, a colônia é parte do sistema, e a crise é tão européia quanto americana, tão africana, quanto sergipana. A falta de solução concreta para resolver os conflitos, e para resolver a própria crise, faz-nos retomar ao paradoxo de Fernando Novais, demonstrado anteriormente, que possui vertentes externas e contra-vertentes internas gerando, do conflito, a ampliação da própria crise como um todo.

Quando tratamos da forma que a sociedade estava estruturada, das relações sociais, do clima de instabilidade e de não respeito às leis em que repousava a colônia, utilizávamos talvez características endógenas. Já ao tratarmos da transição do antigo sistema colonial ao sistema capitalista de produção, a análise poderia ser exógena. Muito embora acreditemos que separar essas duas esferas, é ato impensado, senão impossível. Uma obsessão que evitaremos. O próprio paradoxo, que utilizamos exaustivamente, vem da impossibilidade de tratar de forma diferenciada essas duas esferas. Quando relacionamos a impossibilidade da sociedade permanecer imutável frente às transformações mundiais, estamos englobando ambas as esferas e, sem essa perspectiva, não conseguiríamos entender, nem o Brasil, nem a Bahia, nem Sergipe e, ainda menos, relacioná-los com outra região ou outro continente.

Assim, a defesa de Stuart Schwartz de que a instabilidade social baiana residia no fato desta sociedade ser composta, na sua maioria, por escravos recém chegados que não se reproduziam, e que esses foram os fatores que “certamente criavam uma base para inquietação”, é negada quando inserimos os números de Sergipe pelo próprio autor levantados: Sergipe reproduzia sua mão-de-obra, já que, ao contrário da Bahia, a relação entre a quantidade de homens e mulheres era mais igualitária, tinha a sua maioria nascida no Brasil, ao mesmo tempo em que possuía um clima de revolta tão ou mais significativo que o do Recôncavo, – que chegou a exigir atitudes diferenciadas à região; como podemos concluir que a regra funcione para a Bahia e não funcione para Sergipe? O dados de Sergipe, portanto, negam a

fundamentação de que graças à composição social dos escravos, pelo fato de serem os africanos menos adaptados e, por isso, mais “retados”, existia o clima de revolta.

O ato de protestar contra a escravidão tem e deve estar acima das filiações étnicas, religiosas, raciais, pois exigir a transformação no estado em que se encontravam os escravos não pode ser qualidade de uma nação africana em detrimento da outra, mas o resultado da própria condição humana em cativo, da exploração, ou mesmo, do que mais tarde seria caracterizado como luta de classes.

Estávamos a contar histórias: histórias reais, talvez histórias ficcionais, talvez míticas; estórias que traduzem a realidade, que traduzem o imaginário de uma sociedade real. Continuamos a contá-las, a fazer poesia, a sentir prazer, dor, paixão, a sermos queimados, guilhotinados, enforcados...a morrermos no mar, como a doce Moema de Caramuru. E o mar vai e volta e nunca se repete, como a destruir a realidade e a realidade a interferir na sua capacidade de gerar e “construir” o imaginário. A Moema que morre no mar é devolvida a terra pelo mesmo mar. É esta relação dialética que percebemos entre a realidade dos discursos e o imaginário ficcional da sua representação naquela sociedade colonial. Afinal, para não naufragar no incompreensível do oceano, ou nas tristezas das derrotas, sonhamos ainda que o sertão vai virar mar. O ir e vir, o mudar. A relação com a simbologia do mar, com as suas ondas, não é verborrágica ou apenas e/ou principalmente ficcional: a onda deleita-se sobre a areia, modificando-a a cada momento para, de novo, retornar de forma diferenciada e encontrar a areia modificada. O Anteu, enfim.

A luta política que desemboca no dois de julho deixa marcas bem maiores que a própria data em si, onde até desfilam, sem sentido, crianças uniformizadas sob os olhos atentos de velhas cabeças brancas senhoriais. Muito mais que “dois povos que abalavam, naquele instante o solo ensangüentado”, duas lutas distintas se travavam, duas revoluções, várias revoluções dentro do mesmo contexto. Ao cerrar das cortinas, realizou-se a liberdade frente à metrópole, mas não a liberdade social. Outros abutres vieram usurpar a triste realidade escravista. O pulso continuaria a lutar contra os ferros. Um erro em nome da razão, uma ruptura parcial daqueles elementos que favoreciam a aristocracia rural brasileira. A luz acabou ofuscando e causando dor, quando tentamos sair das trevas. Mas tentamos sair, sentimos dor e não poderíamos mais retornar à condição original. Não conseguiríamos distinguir as sombras que se projetam sobre as paredes. Passamos a montar pequenos espetáculos, dirigidos e escritos por outros povos. O ferro venceu e “ao vencedor as batatas”. Rubião, um dos nossos atores ficcionais, também capturou o rei da Prússia; “Não morreu súdito nem vencido”, mas morreu. O Estado que veríamos ser implantado era “assaz

alto para não discernir os risos e as lágrimas dos homens”.³⁰⁸ E lágrimas ainda continuariam a ser derramadas nas senzalas, lágrimas claras, peles escuras, para sustentar os “loucos” e suas batatas. Não eram dois povos que lutavam, mas eles se separaram: de um lado da abadia, uma bandeira tricolor tremularia; do outro, auriverde. Definitivamente, poderia ser uma só. Derrubaram outras bandeiras menos importantes, criaram outras com o único sentido de nunca fazer tremular a bandeira negra. Aqueles dois povos que se separavam, mantiveram aquilo que possuíam de pior: a escravidão. Mata o rei Rubião!, Mata!, “Rei morto, Rei posto”. Apenas Sergipe, a partir de então.

³⁰⁸ Apologia e frases ao desfecho do livro Quincas Borba, Machado de ASSIS, Obras Seleccionadas de Machado de Assis, Vol.2, Editora, Egéria Ltda, São Paulo, 1981.

5 A Independência Política.

*Os rios todos virados.
Toda revidada, a terra [...]
O clero. A nobreza. O povo [...]
Congos. Angolas. Benguelas.
Ó imenso tumulto humano![...]
Planos de melhores eras[...]
E as idéias.*

Romance XXI ou das Idéias, Cecília Meireles³⁰⁹.

Viravam-se os rios, o rio dos siris, toda a terra, todos os povos sobre a terra. A origem não importa: todos estavam inseridos e não passariam ilesos a esse avolumar de protestos, de revoluções de idéias e interesses. Não importa se Congo ou Benguela, o tumulto humano provocava o questionamento social e planos de melhores eras mesmo que, para a maioria, só fossem possíveis eras tão piores quanto esta.

Sergipe vive a crise do antigo regime não de forma passiva, mas como um rio transbordante, sob os olhos atentos daqueles que sabiam de sua importância econômica e estratégica. O que se passa em Sergipe entre o final do século XVIII e o início do século XIX é muito mais que a simples disputa política que passaremos a narrar neste capítulo. E, por isso, essa luta política deve ser entendida também e, principalmente, como consequência de uma sociedade já em modificação, de escravos que resistiam a sua condição sob a luz e as trevas de uma nova realidade e que, ao questionar a antiga, propiciava a ampliação do pensamento rebelde.

Ao fazer esse questionamento, consciente ou inconsciente de ideologias, ou de que o Mundo tendia a outra forma de produção, a outra lógica, essa sociedade paria, por consequência, transformações sociais profundas que ela mesma custava a adaptar-se. Ou seja, esta mesma sociedade que instigou estas questões de vanguarda insistia em manter parte daquela não tão velha estrutura. Se acaso, a partir deste momento, voltamos a narrar a história dos vencedores, – dos governadores, dos capitães, dos senhores, dos ministros, dos reis, das cortes - e nem todos nesta lista saíram vencedores – ela não se estabelece sozinha, mas como

³⁰⁹ Cecília MEIRELES, Flor de Poemas, 3ª Edição, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1972, p. 211.

consequência de uma luta em que a outra classe poderia ter realizado a revolução e que ao fundo, portanto, encontra-se a história dos vencidos norteando a história, definido-a, mesmo que sempre seja evitada.

5.1 De Pombal a Burlamarqui: Entre a Dependência e a Independência Política.

A política pombalina representa bem a necessidade de reformas administrativas para a manutenção do Império dentro desta sociedade em transformação, em transição. Estas medidas governamentais deveriam ser adotadas com o intuito de amenizar os efeitos da crise e manter essas “conquistas” para dar sustentabilidade política ao reino português. Além disso, e quem sabe, conseguir reproduzir neste império, a prosperidade econômica das duas nações hegemônicas: a França e a Inglaterra, sem as consequências de uma ruptura drástica no poder, sem as revoluções e contratempos à monarquia que esses dois povos vivenciaram.

Dentro deste contexto, em 1763, a Capitania de Sergipe Del Rei torna-se capitania subordinada à Bahia, bem como Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo. Esta anexação, dentro de um profundo jogo de interesses e relações internacionais, estabelece-se como parte da reforma geral que deslocaria a sede do governo colonial para o Rio de Janeiro. Essa mudança geral se estabelece para propiciar mais segurança à colônia portuguesa, frente a um possível ataque pelo Sul, mas também descarrega a Bahia de uma série de serviços administrativos ou de proteção. Portanto, essa situação de sede do poder, ao mesmo tempo em que amplia a força política da Bahia, agrava a situação social pela dimensão que sobre esta mesma sede recai os problemas ocorridos em todo o império português na América. Assim, pode até ser que essa anexação tenha se estabelecido como um preparativo para retirar da Bahia a sede do governo colonial português, em uma espécie de “toma lá, dá cá”³¹⁰ ou, ao contrário, que a ampla rede destinada a sediar a capital pudesse ampliar o controle da Bahia, sem conseqüentes problemas e, assim, desenvolver mais especificamente políticas para o fomento daquela região.

Não podemos desconsiderar de todo a versão da compensação, pois a própria mudança em si não transferia toda a estrutura montada na Bahia, que ia desde tropas regulares a tribunais que poderiam ainda

³¹⁰ “Como quer que seja, se a subdivisão judiciária teria de vir, com a evolução do tempo, chega-se ao ano de 1763, em que a Capitânia de Sergipe, como pouco antes as de Ilhéus e Porto Seguro é anexada à sede do Governo da Bahia, para juntos

passar a atender a outras regiões. Assim, o que a Bahia era de fato, como sede do poder colonial, transformou-se para o Brasil, mas não para Sergipe, mudando apenas, e em parte, a nomenclatura. Tampouco podemos assumi-la sem algumas ressalvas: estamos no final do período pombalino e as intervenções governamentais, para intensificar a exploração da colônia, eram claras e intensas: a expulsão dos jesuítas, incentivo à expansão da agricultura da cana, diversificação com incentivo a outros produtos e a outras regiões. Enfim, uma reforma na colônia que mudaria a “cara e o corpo” de Sergipe.

Essa política, embora atrele Sergipe à Bahia, fomenta uma série de transformações para atenuar os já sentidos efeitos da transição, que se ampliaria com o avanço do século. Essas medidas, – reformar para não revolucionar, dividir para poder reinar – como vimos, refletem o clima da época. Precisava-se inserir a metrópole ao contexto de desenvolvimento das potências hegemônicas e, de certa forma, fazer Portugal se aproximar das grandes potências européias: França, e principalmente, Inglaterra, fugindo das revoluções, o que se mostraria inviável.

Se, por um lado, essa junção, esse re-ordenamento administrativo tirava o poder da Bahia com o deslocamento da capital e tirava o poder local de Sergipe com a anexação, por outro acenava para melhorias e incentivos à expansão da produção da cana-de-açúcar para regiões mais afastadas do porto. Esse re-ordenamento acalmava, de certa forma, a “fúria” dos poderosos locais. Este subsídio gerado pelo governo incentivava a expansão da produção, a ocupação do território e, principalmente a possibilidade dos centros distantes concorrerem com os que se encontravam próximos do porto exportador, ampliando a área possível para este mercado. Sergipe, desta forma, ao mesmo tempo em que perdia a sua relativa autonomia, era recompensado com essa medida criada no intuito de promover o crescimento econômico da colônia, principalmente seu interior, sem afetar, é claro, a metrópole.³¹¹

As políticas pombalinas já demonstravam uma nova ordem e embora se pretendesse realizar reformas para a manutenção da colônia, do governo absolutista, enfim, do império, essas transformações não tardariam a influenciar a elite produtora e/ou a sociedade de modo geral. Como visto, o Nordeste brasileiro já vivia o clima da época e inúmeras revoltas localizadas questionavam a ordem colonial, pois as reformas não conseguiriam dirimir os problemas básicos desta sociedade, que germinavam nos conflitos e

formarem um só todo”, Feltre BEZERRA, *Investigações Histórico – Geográficas de Sergipe*, Rio de Janeiro, Organização Simões, 1952, p.83

³¹¹ Stuart SCHWARTZ, *Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*, Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1988, p. 344, “Novas áreas distantes do Recôncavo foram abertas para cultivo, ao mesmo tempo que paróquias açucareiras mais antigas, próximas a baía, intensificaram a produção. Um registre de engenhos inaugurados em 1807 documenta a razão disso. Não só a demanda realmente elevou os preços, compensando assim os crescentes custos de transportes, mas para

provocavam a generalização dos embates. A necessidade de reformas demonstra os primeiros sinais de que o sistema estava em crise também na região e não o contrário, isto é, que as reformas geraram as crises. Assim, por mais eficientes que fossem as medidas governamentais, não conseguiriam conter o que lhe era intrínseco sem realizar mudanças sociais profundas. Reformar era também levantar questões, adiar problemas e manter uma estrutura que sustentava aquela ordem de coisas que estavam sendo controversas. Reformar era abrir precedentes para um imenso espaço de possibilidades que deixava aflorar, dentre outras coisas, o pensamento rebelde, fosse contra a escravidão ou contra a monarquia, ou, simplesmente, pelo estado de coisas em que se encontrava aquela sociedade sem regras, sem leis.

Nesse sentido, quando, por exemplo, o Marquês de Pombal adota medidas para abolir a escravidão em solo metropolitano, estabelece direta e indiretamente preceitos para esse questionamento também na colônia. Todos esses procedimentos legais, informais chegavam, como vistos anteriormente, a serem cogitados como sendo possíveis para todo o império. Mesmo que as leis fossem claramente estabelecidas apenas para serem aplicadas em Portugal e Algarves, o conteúdo ideológico que se encontrava atrás da sua afirmação não poderia ter fronteiras. Para “modernizar” a metrópole, criam-se motivos, justificativas, teorias diversas. Inclusive que possam questionar valores julgados fundamentais para a manutenção da exploração colonial como, por exemplo, defender que o trabalho livre era salutar e, assim, contribuir indiretamente para levantar esse debate por todo o sistema e o império, quando o objetivo era salvá-lo.

Portanto, tanto o ministério pombalino quanto os governos de Dona Maria I e Dom João VI utilizavam-se de medidas para atenuar ou mascarar os efeitos da crise. Porém, várias dessas medidas implantadas nesse período seguem o mesmo rumo: equilibrar o poder dentro do reino e manter o império, ao mesmo tempo em que permitia um fôlego ao sistema; ampliar os problemas no futuro, criando empecilhos a sua continuação. Outra possibilidade era que certos avanços fossem destituídos, retirando ou retomando posições anteriores, como algumas liberdades, no caso dos escravos; restrições econômicas como as impostas à imprensa, por exemplo; novas dependências, como as realizadas em Sergipe e na Paraíba; retorno ao exclusivo, como tentaram as cortes, dentre outros. Os retrocessos, porém, têm efeitos mais danosos que as reformas que aplicam medidas positivas, no intuito apenas de amenizar o problema, pois essas medidas restritivas, se por um lado propiciam a manutenção do sistema, por outro, ao retirar vantagens incorporadas socialmente, cria as chances de novos embates, vendo-se repetida uma das causas para novos protestos.

atenuar os efeitos desses custos o governo também proporcionaria um subsídio monetário, em escala móvel, conforme a distância do engenho ao porto.”

O aprofundamento da crise, seja em virtude da política mundial, seja através deste agravamento na conjuntura interna da metrópole e/ou da colônia, exige que essas reformas sejam aceleradas com a mesma velocidade dos acontecimentos históricos. Entretanto, como vimos, essas medidas administrativas e reformas na estrutura interna de poder acabariam sendo uma arma se não eficiente, a única possível de ser utilizada em determinadas situações, quando nem mesmo os elementos de coação poderiam estar disponíveis ao Rei. Em virtude de tudo que já foi dito em capítulos anteriores, para tornar possível a manutenção do império e dar suporte a uma ampla cadeia de exploração metropolitana, faziam-se necessários conceder, em determinados aspectos, benefícios que minimizassem os conflitos e as diferenças entre as colônias e a metrópole, amenizando temporariamente a crise, mas impondo ao sistema problemas irreversíveis a sua própria lógica: a exploração metropolitana.

A quebra do exclusivo vem romper esse quadro de dominação de forma abrupta e considerável, agindo no sentido de acelerar esse processo de descolonização já em curso pelas reformas. A ruptura comercial significativa do sistema colonial traria para colônia a sede do império, em virtude do processo político que se desencadeava na Europa, através do avanço do exército napoleônico e, devido a isto, ocorreria um aprofundamento na crise e nas relações já fragilizadas entre a parte europeia do império e a ameríndia.

Os exemplos revolucionários em todo Mundo e, principalmente, as revoltas internas que se consolidam e se fortificam com o processo histórico de certa forma são apresentados com uma ruptura do sistema que traz, para a sociedade, conquistas as quais vinha lutando há certo tempo. A partir disso, abre-se um outro campo de ação para o movimento rebelde que, embora e na maioria das vezes fosse esmagado pela monarquia, ressurgia de forma mais consistente, pois criava e aumentava a instabilidade política e fazia com que a sociedade, como um todo, passasse a questionar a própria monarquia e a sua capacidade de resolver estes mesmos problemas sociais. Essa nova conjuntura exigiria também novas e mais rígidas reformas na estrutura colonial e, para realizar essas reformas, fazia-se necessária mais força política que aquela que possuía o império naquele momento histórico.

A reforma administrativa de 1820 só pode ser entendida dentro deste cenário traçado ao longo do texto: uma reestruturação para acalmar os ânimos, organizar o controle de áreas econômicas fortes. Ou seja, conter o movimento revolucionário que, se não a melhor alternativa, a única à disposição. Essa reforma re-configurava o Nordeste rebelde e, principalmente, desarticulava Pernambuco, tirando-lhe a região abaixo do São Francisco e Maceió, mas lhe anexando a Paraíba. A Bahia herdava parte de Pernambuco, mas perdia o Espírito Santo e Sergipe. O governo mantinha, com essa medida, a possibilidade de controle em caso de revoltas, – como a acontecida em Pernambuco, naquele recente ano

de 1817, – de forma isolada, já que aquele núcleo administrativo poderia criar a sua própria rede de distribuição e controle da produção, fosse financeira, comercial, política ou social, sem afetar, na medida do possível, a ampla rede que se articulava em torno das regiões maiores. Exatamente essa dependência seria a ruína, mais tarde, do Brigadeiro Burlamarqui.

O inverso do que tratamos, de que o risco de uma revolta na Bahia pudesse envolver Sergipe também, é real: estrategicamente posicionada, em uma proximidade perigosa para o governo baiano, de acesso fácil pelo franco norte e sem divisões e fortificações consolidadas entre as duas regiões, pois não faria sentido, tendo em vista que se tratava de uma mesma capitania recém dividida. Um exemplo significativo deste perigo e desta facilidade teve o exército de Labatut que, após cruzar o São Francisco, não teria quase nenhum embate, até chegar a Pirajá, em Salvador.

Ao separar Sergipe, da Bahia, o governo evitava, em parte, o que outrora tratamos: de que uma revolta nesta última região forçosamente envolveria Sergipe, pois toda uma gama de relações, inclusive comerciais, vinculava as duas regiões. Essas divisões, com a indicação de pessoas de confiança em um governo recém criado, poderiam ser inspiradas, talvez, no que havia ocorrido recentemente em Alagoas, no episódio da Revolução Pernambucana de 1817. Caso isto viesse a repetir-se na Bahia, não possuiria o Rei uma base de apoio para conter a revolta. Portanto, e dentro desta perspectiva, acreditava-se necessário separar essas regiões para poder controlá-las individualmente, diminuindo o risco de generalização do movimento rebelde provocado por essa dependência. Sergipe pleiteava, há algum tempo, essa separação. O anteriormente citado Capitão-Mor, autoritário e suposto defensor dos interesses baianos, Mesquita Pimentel, julgava que o clima de instabilidade e de descontrole social gerava, entre o povo sergipano, “desalentados, em desconsolação”, e que um governo próprio poderia propiciar a melhoria desta condição³¹².

A decisão de separar ou não a capitania dependia de uma séria análise da conjuntura política, estratégica, econômica que envolvia uma região mais ampla que Sergipe Del Rey em si. Quando toma a decisão de realizar a separação, em 1820, o Rei, além das questões já levantadas - a desarticulação de Pernambuco, recém rebelado, diminuição do litoral baiano e aumento do sertão – faz, principalmente, colocar em Sergipe, e também em Alagoas, alguém recém empossado e, por isso, de sua mais inteira confiança, se é possível confiar em alguém neste contexto, para, em momentos futuros, se necessário

³¹² Francisco Antônio de Carvalho LIMA JR, Capitães Mores de Sergipe, Aracaju, SEGRASE, 1985, p. 82.

repetir a ação de 1817 de forma mais tranqüila e rápida, pois não precisaria deslocar forças de regiões tão distantes.

Sergipe não seria retribuído pelo episódio pernambucano de 1817, como faz crer Felisbello Freire, que atribui à própria independência de Sergipe um caráter de recompensa por ter esta capitania enviado contingentes para deter os republicanos³¹³, mas, ao contrário disto, passaria pelo processo de reestruturação para deter esses mesmos anseios dentro da sociedade baiana/sergipana. Primeiro, por que poderia ser justificável essa desarticulação no caso de Alagoas. Entretanto, por que a Bahia pagaria por um processo em que ela foi a principal representante do governo real contra os pernambucanos? Por que a Paraíba seria anexada a Pernambuco, nesta mesma reforma? Explicar a independência de Sergipe, em virtude de uma “recompensa”, pelo seu papel na contra-revolução de 1817 não soluciona, em última instância, nosso problema, pois continuaríamos perguntando-nos: por que ocorreu a revolução de 1817? A solicitação de melhoria na administração da colônia realmente já existia e aparece em vários textos da época: “outro sistema de administração mais favorável a estes habitantes de Sergipe ou mande arrecadar este imposto pelas câmaras respectivas ou por uma administração imediatamente dependente da Junta da Real Fazenda da Bahia”.³¹⁴ Porém, o que se percebe em quase todos é que, necessariamente, essa reforma não deveria vir essencialmente com a criação de um governo separado da Bahia, entretanto a separação viria.

“Convindo muito ao bom regime deste reino do Brasil e a prosperidade a que me proponho elevá-lo, que a Capitania de Sergipe d’El Rei tenha um governo independente da Bahia: Hei por bem isentá-la absolutamente da sujeição em que até agora tem estado do governo da Bahia. Declarando-a independente totalmente para que os governadores dela a governem na forma praticada nas mais

³¹³ “O procedimento que os habitantes de Sergipe e Alagoas e Rio Grande do Norte assumiram perante a revolução de 1817, prestando importante contingente à vitória do partido realista, contra os ilustres democratas que quiseram fundar o governo republicano, angariou a simpatia do soberano, que lhes quis dar uma prova de reconhecimento, pelos serviços prestados, elevando estas comarcas à categoria de capitanias independentes”, Felisbello FREIRE, *História de Sergipe*, 2ª Edição, Petrópolis, Vozes; Aracaju, Governo do Estado de Sergipe, 1977, p.233 Outros autores assumem a mesma explicação de Felisbello Freire: “A atitude de Sergipe, de apoio à causa realista, tal como a de Alagoas, quando da Revolução de 1817, trouxe-lhe o prêmio de sua separação da jurisdição baiana e a sua elevação a capitania independente.”, Amaro QUINTAS, *O Nordeste In: História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, O Brasil Monárquico, Vol. 1, Sérgio Buarque de HOLANDA (Dir.), São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960, p. 208.

³¹⁴ Marcos Antônio de Souza, *Memória Sobre a Capitânia de Sergipe, ano de 1808 – Sua Fundação, População, e Melhoramentos de que é Capaz*, 2ª Edição, Estado de Sergipe, IBGE, Aracaju, 1944, p.19.

capitanias independentes, comunicando-se diretamente com os Secretários d' estado competentes, e podendo conceder sesmarias na forma das Minhas Reais Ordens”.³¹⁵

Carlos César Burlamarqui é nomeado na tentativa de também aumentar a força política real abalada com os acontecimentos em Portugal e em Pernambuco, mas toma posse em um momento de profunda instabilidade política. Por esse motivo, não conseguiria conter o clima de insatisfação generalizada que tomava conta do império, muito menos, nesse quadro, articular em tão pouco tempo uma estrutura para conter o avanço baiano, ou qualquer outro distúrbio social.

Não era particularidade de Sergipe não conseguir suportar as diversas pressões políticas, quando até mesmo o Rei já não continha o avanço do movimento liberal em Portugal e a revolução das cortes mudaria, ao menos provisoriamente, o destino de Sergipe, e definitivamente, o do Império, que dava passos largos no sentido da desarticulação. O Rei distante, a destruição do “sentido da colônia”, a possibilidade de ser apenas um adendo do império fizeram com que a revolta eclodisse também em terras lusitanas. As conseqüências sobre Sergipe rapidamente seriam sentidas. Uma nova configuração de forças políticas estava se estabelecendo e o apoio do governo da Bahia às cortes portuguesas, e a óbvia fidelidade do Governo de Sergipe ao Rei, redesenharia a relação entre a Bahia e Sergipe, voltando a dominação. Essa mudança de poder, do governo absoluto para as cortes portuguesas, mantinha, ou melhor, ampliava o objetivo: a volta do exclusivo, o restabelecimento da exploração colonial. Liberalismo lá, colonialismo aqui³¹⁶. Porém, esse desenho se mostraria inaceitável pelas vantagens adquiridas, em períodos anteriores, e outras tantas formas de possibilitar a união passariam a ser objetos apenas de discursos.

Por se inserir neste tumultuado 1821, o brigadeiro Carlos César Burlamarqui passa menos de um mês no poder. Em 20 de fevereiro de 1821, assumia o governo e era destituído em 18 de março do mesmo ano. Em virtude de sua viagem para Sergipe, o governador não participa, ou melhor, não presencia a adesão do governo baiano às cortes portuguesas no dia 10 de fevereiro³¹⁷, já que havia saído de Salvador

³¹⁵ Maria Thetis NUNES, Sergipe no processo da independência do Brasil, Cadernos da Universidade Federal de Sergipe, nº 2, 1972, 1973, pp.1-52, p.35.

³¹⁶ Acontece que, representando abertamente um movimento anti-absolutista, a revolução portuguesa de 1820 também é, em certo sentido, e desde os primeiros passos, um movimento anti-brasileiro. ”, Sérgio Buarque de HOLANDA, *A Herança Colonial – Sua Desagregação* In: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico, Vol. 1, Sérgio Buarque de HOLANDA (Dir.), São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960, p.13

³¹⁷ Valentim ALEXANDRE, Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Sistema Colonial na Crise do Antigo Regime Português, Lisboa, Edições Afrontamento, 1993, p. 522.

no dia 5³¹⁸. Esta situação fazia com que, logo após assumir o governo de Sergipe, precisasse adotar uma postura contrária aos interesses da Coroa, tarefa que seria difícil.

A versão de desconhecimento do que ocorria passou a ser generalizadamente utilizada para salvaguardar problemas futuros. Portanto, muito embora, segundo suas memórias, Carlos César Burlamarqui asseverasse desconhecer os fatos que haviam ocorrido na Bahia, após sua saída, “levante das tropas aquarteladas no forte de São Pedro, sob o comando de Manuel Pedro Freitas Guimarães, contando com o apoio do povo inflamado pela palavra vibrante do jornalista e médico Cipriano Barata.”³¹⁹, ele deveria ter perfeito conhecimento da situação política do império e que, ao menos sobre Portugal, conhecimentos eram de que a situação do Rei estava enfraquecida. Em 23 de fevereiro de 1821, três dias após sua posse, o Governador de Sergipe Del Rey declara ter “saído da Bahia no dia 5 do corrente, atordado já do muito que se falava” e teria continuado no recôncavo até o dia 9. Segundo ele, “por falta de cavalos” que o pudessem conduzir a Sergipe. No dia 19, pela tarde, chega à cidade, “achando o governador, o Brigadeiro Luiz Antônio da Fonseca Machado aflito com as notícias, que acabaram de chegar impressas, e uma carta, anunciava eu [Burlamarqui] ser perseguido por terra para me fazerem retroceder, e embarçar a posse. Acertamos pois adiantá-la e ficou para o dia imediato pela manhã”³²⁰.

Seria realmente estranho que Carlos César Burlamarqui não estivesse ao menos pressentido o que ocorreria ou não cogitasse que a Bahia pudesse jurar a constituição, uma vez que ele ainda estava no Recôncavo Baiano no dia anterior ao juramento. Muito menos que saíra de Salvador sem cavalos, andando. Parece mais plausível que, munido de informações - que conseguiram inclusive chegar antes dele, e já impressas -, o governador resolveu dirigir-se rapidamente a Sergipe na tentativa de instaurar certa resistência às cortes, defender os interesses do Rei e assumir parte da Bahia: Sergipe, enfim, o plano inicial do Ministério. Esse apoio ao Rei seria feito dentro dos padrões coloniais, com todos os riscos possíveis pois, se em outros períodos poderia responder o infrator com a vida, muito mais em um período de conflito intenso, de derrubada da realeza. Todas as medidas poderiam valer a cabeça dos comandantes e, por isso, deveriam ser tomadas com todo o tino e segurança possível.

Essa opção em defender os interesses do Rei, ou qualquer outro interesse, nem sempre estava disponível em todos os momentos. Neste caso, Burlamarqui, ou melhor, Sergipe não possuía “meios

³¹⁸ Maria Thetis NUNES, *História de Sergipe – a partir de 1820, 1º Volume (1820-1831)*, Rio de Janeiro, Ed. Cádeta, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, p.34.

³¹⁹ Maria Thetis NUNES, *História de Sergipe – a partir de 1820, 1º Volume (1820-1831)*, Rio de Janeiro, Ed. Cádeta, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, p.35.

³²⁰ AHU, Cx.9, NG. 491, N.Doc.22, Carta de Carlos César Burlamarqui ao Rei, 23 de fevereiro de 1821.

alguns a [sua] disposição, para sustentar essa província na legítima subordinação, pois que a tropa, que esse tem é de milícias” e, principalmente, porque estava a economia de Sergipe “enlaçada” à da Bahia, numa estrutura explicada anteriormente: “toda agricultura é enlaçada com a Bahia, onde tem em depósitos de dinheiros, de caixas [açúcar], sacas de algodão, grandes cabedais”³²¹.

Mesmo com toda a dependência, o Brigadeiro ainda tenta reunir a elite sergipana e exigir dela um posicionamento em favor do Rei. Porém, o enlace, além da própria conjuntura política por si só, prejudicaria essa total adesão em favor do Rei, gerando conflitos na sua possível base de sustentação. Assim mesmo o Brigadeiro acredita ter-lhe persuadido “a seguirem a justa causa de sua majestade, a sustentarem a sua autoridade e a fazerem o seu dever”. Em verdade, assim como o Governador precisa se posicionar de forma cautelosa, outras tantas autoridades sem vínculos tão efetivos com o Rei poderiam fazer desse posicionamento, livre trânsito entre as diversas alternativas impostas.

A Câmara de Sergipe Del Rey e o Brigadeiro resolvem, diante disso, enviar ao Rio de Janeiro um emissário para encontrar-se com o Rei, o Tenente-coronel Manuel Rollemberg de Azevedo Acciavoli. Os termos que levaria o tenente, segundo o próprio governador, não estavam de acordo com o que ele pretendia mas, em vista dos acontecimentos e da “hesitação manifesta, que eu [ele] via nas caras, e palavras, foi preciso contemplar”³²². Portanto, além do próprio governador se mostrar cauteloso, toda a população buscava um posicionamento que não implicasse consequências mais drásticas no futuro. Novamente, naquele universo colonial, o não posicionamento mostrava-se uma decisão mais acertada que assumir uma postura rígida e inflexível. Esta flexibilização obrigou Burlamarqui a relativizar os termos e opções a serem apresentadas ao Rei, já que a decisão da câmara de Sergipe Del Rey não lhe dava respaldo suficiente para uma ação mais efetiva no sentido de impor certa resistência à Bahia. Assim, muito embora trate de um outro momento, István Jancsó define que “essa relação de forças não pode ser compreendida em termos partidários, devendo ser pensada como uma relação de forças estritamente ligadas à estrutura da sociedade colonial, objetiva e independente da vontade dos homens”.³²³

Assim, a vontade de Burlamarqui pouco importava pois, inclusive ele próprio, tentava permanecer no Governo e vivo, de preferência. Para isso, de forma política ele busca apoios diversos, que vão desde a

³²¹ AHU, Cx.9, NG. 491, N.Doc.22, Carta de Carlos César Burlamarqui ao Rei, 23 de fevereiro de 1821.

³²² AHU, Cx.9, NG. 491, N.Doc. 22, Carta de Carlos César Burlamarqui ao Rei, 23 de fevereiro de 1821.

³²³ István JANCÓSÓ, *Na Bahia Contra o Império – História do Ensaio da Sedição de 1798*, Salvador, EDUFBA, São Paulo, Hucitec, 1995, p. 196

Igreja, ligando “por meio dos vigários das deferentes freguesias este estado de coisas a religião”,³²⁴ ao Governo de Alagoas e de Pernambuco, em caso da Bahia vir a força-lhe uma deposição ou o juramento da constituição antes do claro posicionamento do Monarca. Para se tornar conhecedor desse posicionamento, solicitava também, ao Ministro forte de D. João VI, Thomás Antônio Vila Nova Portugal, que enviasse as medidas que deveriam ser tomadas para resolver essa situação.

No mesmo dia em que busca estes apoios, como se nada estivesse acontecendo, o Governador produz dois ofícios comunicando a posse: um para o próprio ministro, informando que assumira a capitania dia 20, e que não havia tido tempo hábil de produzir um relatório das finanças³²⁵; e o segundo para o Conde dos Arcos, Ministro da Marinha, informando também o dia da posse, e também com a justificativa de que não havia comunicado o estado da Marinha também por falta de tempo³²⁶. Um terceiro ofício seria redigido, e novamente enviado ao Ministro Thomas Antônio Vila Nova Portugal, em que comunica, no mesmo dia da indicação, que o Capitão-Mor Manuel Rollemberg de Azevedo Acciavoli havia renunciado à missão de se apresentar ao Rei. Burlamarqui queixava-se sobre que “confiança” ele poderia “ter, visto que em quarenta e oito horas já se estar a arrepender publicamente, o que farão os outros no seu coração?”³²⁷. Para substituí-lo, dois outros “voluntários” foram enviados: o Capitão-Mor Mello Pereira, de Vila Nova, e o Capitão de Infantaria, Manuel Roiz do Nascimento³²⁸. Ao identificar a fragilidade do seu apoio e o temor que se passava no coração de cada um daqueles homens que mudavam de atitude como quem muda de roupa e, talvez no período colonial, a troca de roupa não fosse nem tão constante como a mudança de atitude, o governador traça um quadro geral do que representaria resistir ou não a uma forçosa mudança de governo.

O posicionamento do Ministro Thomaz Antônio era claro, no sentido de que o Rei deveria permanecer no Brasil, “uma vez que desunido, o reino americano não mais se tornaria a ligar ao europeu, ao passo que este, se por acaso levasse o desvario ao ponto de proclamar-se republicano, depressa voltaria a sã razão”³²⁹. Ao contrário da opinião de outros ministros, como Palmela ou mesmo o Conde dos Arcos que davam sustentabilidade à hipótese de que o Rei deveria embarcar para Portugal e deixar, no Brasil, o

³²⁴ AHU, Cx.9, NG. 491, N.Doc. 22, Carta de Carlos César Burlamarqui a Thomas Antônio Vila Nova Portugal, 23 de fevereiro de 1821.

³²⁵ AHU, Cx.9, NG. 487, N.Doc. 19, Carta de Carlos César Burlamarqui a Thomas Antônio Vila Nova Portugal, 23 de fevereiro de 1821.

³²⁶ AHU, Cx.9, NG. 488, N.Doc. 19, Carta de Carlos César Burlamarqui ao Conde dos Arcos, 23 de fevereiro de 1821.

³²⁷ AHU, Cx.9, NG. 489, N.Doc. 20, Carta de Carlos César Burlamarqui a Thomas Antônio Vila Nova Portugal, 23 de fevereiro de 1821.

³²⁸ Não conseguimos descobrir se tratava do mesmo cirurgião, citado anteriormente, que fornecera o atestado ao outro Bento (José de Oliveira).

Príncipe Regente, o Ministro Thomaz Antônio, no seu estilo “pé-de-boi”, como definiria Oliveira Lima, acreditava que, mantendo sob controle a situação no Brasil, a revolução portuguesa não teria força suficiente para se sustentar. “Acreditava, portanto, que a estrutura política da monarquia poderia ser conservada tal como estava desde que a revolução fosse sufocada à moda antiga” e pretendia interferir na Bahia, com a nomeação do Conde de Vila Flor para o governo, com o intuito de sufocar, à força, a adesão da Bahia, mas foi vetado pelo Conde dos Arcos³³⁰. Este, profundo conhecedor da estrutura social baiana, interferiu negativamente nessa intervenção, talvez sabedor da possibilidade de, caso houvesse uma desarticulação do poder da elite, outros tantos poderes poderiam se aproveitar da situação de conflito e a revolta estaria generalizada por todo o império. Porém, se dentro das ponderações políticas Thomas Antônio recebesse o aval do Rei para essa intervenção, a atitude de Burlamarqui estaria correta, e ele provavelmente seria um forte apoio estratégico nesta retomada da Bahia por parte do Governo do Rio de Janeiro.

A defesa de Thomas Antônio por uma ação mais dura na Bahia, contendo o avanço de possíveis conspirações, torna-se pública meses antes da adesão da Bahia às cortes portuguesas, em 2 de dezembro de 1820. Portanto, caso a intervenção existisse na Bahia, independente da conjuntura em Portugal, o envio do conde de Vila Flor para Salvador mostrava-se necessário para impor uma solução mais rígida para conter qualquer tentativa de motim, em função das características rebeldes da própria Bahia. Assim, se fazia parte das expectativas do ministro a Bahia aderir ao movimento constitucional, não poderia, nem seria nenhuma surpresa essa adesão, já que, em ofício ao Rei, o Ministro “Tomás Antônio insiste na nomeação de um ‘Governador Soldado’, o conde de Vila Flor, para a cidade baiana, a fim de fazer abortar a ‘manobra secreta’ que aí se temia: sem uma decisão rápida, expunham-se a ‘ver perder a Bahia e principiar a Revolução no Brasil’ ”.³³¹ O risco, muito maior que a adesão às cortes, e registrado neste ofício, é quanto à possível existência, na Bahia, de uma revolução que pudesse propiciar a desarticulação do império com a revolução no Brasil. Neste sentido, separar Sergipe com a indicação de um homem de confiança e instaurar na Bahia o mesmo clima de terror que vivia Pernambuco após 1817 seria uma solução, ao menos parcial, para os sérios conflitos sociais que abalavam o Brasil. Portanto, quando julga a situação, o

³²⁹ Manoel de Oliveira LIMA, *D. João VI no Brasil*, 3ª Edição, Rio de Janeiro, Ed. Topbooks, 1996, p. 649

³³⁰ Márcia Regina BERBEL, *A Nação como Artefato – Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas 1821-1822*, São Paulo, Hucitec/FAPESP, 1999, p.65-6.

³³¹ Ofício de 2 de Dezembro de 1820, In: DHI, vol. I, p.178, apud Valentim ALEXANDRE, *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1993, p. 497.

Ministro acreditava que havia um risco concreto de que, caso viesse a perder a Bahia, pudesse germinar, a partir daí, um grande processo de separação do Brasil, provocado por uma revolução interna irreversível.

O que se percebe é que, independente da inserção ou não da ideologia liberal, independente das cortes portuguesas, a ação de homens isolados frente ao processo revolucionário era infinitamente frágil, além de que todos estavam atentos à possibilidade e até mesmo à necessidade destas alterações. Assim, mesmo que o liberalismo fosse absorvido somente pela “elite”, e que apenas um pequeno grupo de pessoas educadas nas escolas européias³³² pudesse absorver esse conteúdo de maneira formal, bastava utilizar-se do clima de insatisfação e insegurança, que era generalizado, para que as idéias atingissem, de forma prática, grossa parte da população. Enfim, um Cipriano Barata conseguia incendiar a população porque outros tantos motivos, independente da ideologia, forcejavam no sentido de tornar essa população rebelde antes mesmo do seu discurso.

Do outro lado, e não menos importante, as convulsões internas do sistema, a luta dos escravos, a luta entre as regiões, ou melhor, todas as lutas sociais até agora descritas, poder-se-iam mostrar suficientemente fortes para causar, qualquer delas isoladamente ou em conjunto, quaisquer problemas para a manutenção da ordem. Existia um borbulhar interno e externo, fazendo, dessa mistura, as pré-condições para o desenvolvimento da revolução que, dependendo aonde chegasse, apresentavam-se, como visto, no maior fantasma para esta mesma elite colonial. Fantasmas estes agrupados em sentidos diversos, produzindo tumultos bem mais amplos que pudessem imaginar quaisquer das pessoas envolvidas neste processo, pois exatamente quem poderia conter, caso existisse, uma revolução escrava, estava desarticulado o suficiente e lutando entre si em busca de um posicionamento político para tal fim.

O pensamento liberal dos “mações de França e Inglaterra, libertinos sem decoro, homens de idéias modernas, coronéis, vigários, doutos, finos ministros e poetas que fazem versos e roubos”³³³, em determinados momentos, associava-se à indignação de outros setores e poderia, como vimos anteriormente, ampliar a força de grupos que, para elite, deveria estar controlada, independente de quem estivesse no poder. O apoio desta elite flutuava entre aqueles que se apresentassem em condições mais favoráveis para possibilitar esse controle social, minimamente necessário à exploração. Inclusive por isso, a disputa política estabelecia-se com uma certa ambivalência, que gerava confusão nas decisões,

³³² “No Brasil, seja como for, reflexões dessa ordem haveriam de ficar confinadas, ao menos antes de 1808, a uma camada muito rala de seus habitantes e convém repeti-lo, uma camada sem meios para vir a formar opinião geral e ativa”, Sérgio Buarque de HOLANDA, *A Herança Colonial – sua desagregação* In: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico, Vol. 1, _____. (Dir.), São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960, , p.11

³³³ Cecília MEIRELES, Flor de Poemas, 3ª Edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1972, p.215.

aparentando, às vezes, um antagonismo e, em outros momentos, uma associação temporária destes indivíduos, a já exaustivamente tratada desordem.

Assim, não estava nas mãos de ninguém, muito menos nas de Burlamarqui, essa opção, esse apoio. O que estaria dentro do seu campo de ação, ou do campo de qualquer outro, era mais fruto de uma conjuntura histórica em que as classes e os indivíduos avaliavam, no calor do momento, se era possível adquirir vantagens, aderindo e mantendo-se fiel aos interesses do Rei ou da Corte. O frenesi liberal ampliava-se, ampliava e era ampliado pelas outras tantas formas de revolta. Cabia a quem estivesse no poder central, ou mesmo no da produção (senhores de engenho), além de assimilar todas essas reformas, realizar a transição dos regimes, deixando o governo ou esses senhores sem a ampla possibilidade de decisão da qual estavam acostumados, equilibrando-se sempre em um “fio de navalha” entre os diversos projetos.

Seja qual for o comando, o sistema econômico vigente ruía. Logo, qualquer que fosse o governo neste período, tinha que possuir força política suficiente para comportar os diversos interesses em jogo: impor as reformas, manter controlada a sociedade rebelde e defender o território de possíveis ataques externos, tarefa árdua na era das revoluções. Tudo isso, sem perder o controle político, mas nestes momentos de ruptura, o que não faltam são embates e questionamentos em torno deste poder político. Para o recém implantado Governo de Sergipe, esse embate era insustentável, pois não possuía este governo, tempo suficiente para consolidar qualquer base para sua sustentação.

Dentro desse jogo de perigosos posicionamentos, parte da sociedade sergipana mostrava-se propícia, na medida do possível, em apoiar a separação de Sergipe e a monarquia. Outra parte aliava-se, estrategicamente, ao governo baiano; e ambas estavam dispostas a mudar de atitude, caso os problemas aumentassem. Estas pessoas talvez não conseguissem afinar-se com o novo governo pela possibilidade de se estabelecer uma série de controles que poderia implicar em mais impostos para os produtores locais. Além, claro, de outros tantos registros, como o cadastramento mais rígido no exército. Porém, a flutuação no comportamento como, por exemplo, no caso do Coronel Guilherme José Nabuco de Araújo que, ao mesmo tempo em que usa aquele argumento, ao escrever a Burlamarqui “sejam quais forem as vantagens que se digam da Independência, elas não pagam nem metade das liberdades que se perdem”³³⁴ defende, posteriormente, o próprio Burlamarqui, a causa da Independência do Brasil, de Sergipe, assumindo uma postura de destaque entre os apoiadores do exército “pacificador”.

³³⁴ Carlos César BURLAMARQUI, *Memória Histórica e Documentada dos Sucessos Acontecidos em Sergipe Del Rey*, Anexo

Outro controverso personagem, também de Estância, Vicente S. Portela, buscava apenas um mês depois, os louros de sua opção em jurar a constituição, dando os parabéns à junta de Governo da Bahia e destacando que havia sido o primeiro, em Sergipe, a aderir ao movimento constitucional ainda no dia 19 de fevereiro, antes mesmo da posse de Burlamarqui³³⁵. Não podemos dizer com isso, e veremos adiante, que qualquer um destes homens estaria totalmente imbuído deste espírito de defender a Bahia, as cortes, a constituição. Seriam, pelo contrário, no futuro, mais flexíveis às reviravoltas políticas que o próprio Burlamarqui, que chegou a ser preso, talvez por essa inflexibilidade, ou aqueles que apoiavam a realeza e que tinham no Rei, mesmo com as Cortes, um referencial ainda forte de respeito e de compromisso.

A situação política de Bularnaqui complicou-se quando também complicada ficaria a situação do Rei. O projeto de conter o movimento constitucional não poderia ser contido nem ao menos na sede do poder real. O povo do Rio de Janeiro demonstra que a situação política já estava aquém das possibilidades de coação, e D.João VI embarcaria para Lisboa no dia 24 de abril, levando os ministros e deixando, sem resposta e sem apoio, o Governo de Carlos César Burlamarqui.

5.2 A Corte Inverte o Sentido: Nova Dependência à Bahia.

Como vimos, antes mesmo de assumir o poder, a junta da Bahia envia cartas ao Capitão-Mor, mantendo-lhe informado dos acontecimentos e determinando que fosse jurada a constituição, além do pedido de que não dessem posse a Burlamarqui³³⁶. Mantendo-se fiel aos interesses do soberano, já não tão soberano assim, este só aceitaria jurar a Constituição se fosse informado, para tal, por D. João VI. Porém, as pressões surgiram, e já em 20 de fevereiro, dia da posse, a câmara de Estância “havia proclamado a constituição” e, nas palavras de Vicente José da Silva Portela, Sergipe “não devia ter outra sorte do que for a da Bahia, com o mesmo antigo regimento”.³³⁷

Uma tropa foi então enviada da Bahia para garantir o juramento da Constituição pelas câmaras das principais cidades sergipanas: São Cristóvão, Laranjeiras, Estância, Thomar do Gerur, Lagarto... Sergipe

³³⁵ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 637, 17 de abril de 1821

³³⁶ Maria Thetis NUNES, História de Sergipe – a partir de 1820, 1º Volume (1820-1831), Rio de Janeiro, Ed. Cádeta, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, p.35.

voltava, por determinação da Corte Portuguesa, a ser subordinada à Bahia, e continuaria desta forma até o processo de Independência do Brasil. Os reacionários, como Epifânio Dória, preferem ver, em Sergipe, uma total passividade interna, assim como, de certa forma, no Brasil. Defendem que, se não houvesse uma invasão de Sergipe pela Bahia, nada teria acontecido durante o processo de independência. Não é verdade essa passividade, como foi visto nos capítulos anteriores, e para nós seria impossível qualquer parte do império passar ileso num processo revolucionário e, principalmente, com este porte ³³⁷.

Todo esse período deve ser entendido como um conjunto de relações políticas profundamente relacionadas e fragilizadas por esse embate, por esses constantes conflitos que “antecederam e se seguiram ao processo da Independência, não se iniciou então, nem seguiu como uma reação imediatista às transformações ou às chamadas influências externas. Ela estava enraizada em uma memória que se traduzia em experiência política refletida e que alimentou tanto a crítica da realidade existente, o desejo de sua transformação e a elaboração de projetos de construção de uma nova ordem política”³³⁸. Elaborou-se, nessa sociedade, um clima de medo e respeito e, ao mesmo tempo, vontade que as mudanças políticas ocorressem.

As conseqüências de se manter fiel ao pensamento anterior, assim como ao novo, também não eram cômodas, mas as flutuações entre as duas esferas poderiam manter a elite no poder por um prazo talvez mais longo, até que revoluções realmente profundas inviabilizassem, definitivamente, a sua permanência, e esse passava a ser o principal receio. Por outro lado, a capacidade de realizar mudanças poderia permitir que estes grupos e personagens transitassem entre pólos distintos com a mesma velocidade que a própria sociedade se transformava. O não enquadramento, resistir às mudanças, poderia garantir a essas pessoas, a glória ou a derrota, e vice-versa.

Burlamarqui ainda tentaria, antes de ser destituído, convencer as primeiras cidades que aderiram ao governo baiano a mudarem de posição e a defenderem os interesses Reais. Em carta aberta à população de Estância e Vila de Santa Luzia (as mais próximas da Bahia), ele evoca o povo a aguardar a resposta do Rei: “Povos de Estância e Vila de Santa Luzia, que tendes tido até aqui por timbre a fidelidade,

³³⁷ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 417-1, 20 de fevereiro de 1821.

³³⁸ “Voltando ao Episódio da invasão e dominação de Sergipe pelos revolucionários bahianos, compreendo que será fácil objetar-se que a ocupação de Sergipe fôsse apenas para evitar surpresas no flanco norte, resolvido o caso deveria cessar, de logo, a medida violenta. Justo, porém é reconhecer que os efeitos de uma revolução, os erros nela contidos, na precipitação dos acontecimentos, não se corrigem com a facilidade preconizada pelos simplistas, pedem tempo e prudência para tanto. Não fôra o surto revolucionário de 1820 e a paz de Sergipe não teria sido alterada”, Epifânio DÓRIA, *A Ocupação de Sergipe Pelos Revolucionários Bahianos de 1821* In: Revista do IHGS, N.22, V. XVII, 1955, p. 80.

³³⁹ Denis Antônio de Mendonça BERNARDES, *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822*, São Paulo, 2002, Tese de Doutorado, FFLCH - USP, mimeo, p. 149.

regularidade de comportamento e seriedade nos vossos juízos, e modo de obrar; quereis perder todo o conceito que mereceis por atos irregulares, ditados por facínoras que querem o que não sabem, que pregão pelo que não entendem: Lembrai-vos, que no dia sempre imemorável 20 do passado, nesta cidade, onde se achara junto tudo o que há de recomendável nesta província se ter o ato mais livre e espontâneo, que na história, se tem tido, ato que para o futuro fará sempre honra aos sergipanos, vós o podeis ler, ou quem nele se assinou, na câmara dessa Vila para onde o remeto. Sustentas pois o que naquele dia se fez, não se seguindo prejuízo na pequena demora que deve haver até á chegada da embarcação que mandei ao Rio de Janeiro. Esta demora não vos causa incomodo, [...] esperai mais um pouco: a resolução de Sua Majestade e não podem nas circunstancias atuais serem morosas, elas nos serão anunciadas em pouco tempo [...].³⁴⁰

No seu discurso, já inflamado, diferente daquele pronunciado na posse, um mês antes, Burlamarqui levanta a questão de que a câmara e demais autoridades da cidade levantaram uma bandeira da qual não conheciam. Pedia prudência na espera da decisão da majestade real, mas certamente não era ingênuo o suficiente para acreditar que, naquelas circunstâncias, pudesse reverter o quadro político sem a interferência da monarquia. O que menos bastava para as elites, naquele momento, era entender idéia alguma, mas se posicionar frente àquela conjuntura, minimizando os efeitos políticos que ela poderia ter sobre, por exemplo, a maioria negra.

Em Carta de 10 de março de 1821, percebemos, nas reiteradas palavras de Vicente Portella, que a câmara de Estância preferia não dar ouvidos à solicitação de Burlamarqui. Pelo contrário, mostrava-se favorável ao Governo da Bahia, ao menos neste momento, agindo como informante, bajulando e insuflando os baianos a tomarem medidas para que São Cristóvão acatasse o juramento da constituição e depusesse o governador de Sergipe: “infelizmente não foi reconhecida Ex.ma Junta Militar”, e o governo tomava posse, mesmo sendo contrário à população “desta cidade, pois que os ânimos, e vontades de todos eram a obediência a suprema junta”. Solicita, então, que Estância se subordinasse à província da Bahia ao invés de fazer-se a Sergipe.³⁴¹

No dia 13 de março, a câmara de Sergipe Del Rey ainda tentaria, em vão, dar apoio a Carlos César Burlamarqui ou, ao menos, buscar informações sobre o ocorrido antes de aderir a uma proposta que, para eles, era desconhecida: “junta provisória composta de nove membros tão desconhecidos nesta capitânia como o mesmo secretário e tomando em consideração este congresso a muita fidelidade a El Rey nosso

³⁴⁰ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 417-1, Cópia da Carta de Carlos Cesar Burlamarqui de 6 de março de 1821.

³⁴¹ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 417-1.

senhor e aos seus mandados...conservam-se firmes na fidelidade”³⁴². Dentre uma série de pessoas que assinam o documento, possuía a lista assinaturas destacáveis, como a do Brigadeiro Governador Luis Antônio da Fonseca Machado, a do Ouvidor Antônio José Ribeiro Navarro, a do juiz Bento Antônio da Conceição Mattos e as de vereadores e do vigário geral, dentre outros. Assinavam o documento, ainda, figuras extremamente controversas como o Coronel José de Barros Pimentel que, como vimos no primeiro capítulo, era apontado como defensor dos interesses baianos em 1823 para fazer frente a Eloy Pessoa, ao mesmo tempo que realizava críticas, em 1805, ao governo baiano e assinava essa declaração de apoio ao Rei, em 1821. Outro indeciso, o Coronel Guilherme José Nabuco de Araújo, que escreveria a Burlamarqui vislumbrando apenas desvantagens com a independência política de Sergipe, também assinaria a mesma carta de apoio às ordens reais. Por este mesmo caminho ia o Tenente-Coronel Manuel Rollemberg de Azevedo que, dias antes, havia desistido de ir à cidade do Rio de Janeiro representar o Governo de Sergipe frente ao ministério joanino³⁴³. Nenhuma destas figuras podem ser apontadas como fiéis defensoras de interesses específicos, ou mesmo infieis, nem da Bahia e muito menos de Carlos Burlamarqui pois, no fundo, ninguém estava disposto a colocar a cabeça a prêmio quando até mesmo o monarca não se predispunha a isso.

O próprio ouvidor Antônio José Ribeiro Navarro, outrora “firme” na fidelidade ao Rei, se mostraria prontamente disponível ao governo baiano para a criação “imediata” da Junta Provisional. Isso, não anos depois, mas em 22 de março de 1821, fazendo com que sua “firme” fidelidade durasse menos de 10 dias. O ouvidor não parecia ter realizado a mudança a contragosto, pois tratava o episódio como “feliz instalação da Excelentíssima Junta Provisional”³⁴⁴. Além disso, em outra correspondência de mesma data, ficaria responsável por “ter a honra de remeter a V. Excelência o resultado de tão interessante diligência nos três testamentos inclusos que contém a proclamação e juramento constitucional” das cidades de Sergipe Del Rey: São Cristóvão, Laranjeiras e de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto (Lagarto).

Assim, a postura das câmaras, mesmo a de Sergipe Del Rey, muda de acordo com a tendência de quem lhe impõem, e como se impõe determinado poder, estabelece-se assim, não uma vontade livre, mas condicionada pela força e mantida até que outra força a supere. Em 18 de março de 1821, os mesmos governadores de São Cristóvão, conhecedores da destituição do governador Burlamarqui que ocorrerá no mesmo dia, e sob a presença das tropas baianas, escrevem à Junta baiana que, mesmo sem a presença de

³⁴² APEB, Seção de Arquivos Colonial e Provincial, Maço 637, 13 de março de 1821.

³⁴³ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 637, 13 de março de 1821.

³⁴⁴ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 637, 22 de março de 1821.

oficiais da Bahia, a câmara “proclamou e jurou obediência a El Rey o senhor D. João Sexto e sua dinastia, a nossa santa religião Católica Romana, e a constituição que fizeram as cortes em Portugal.” Uma mentira deslavada que serviria como uma espécie de solicitação de desculpas. Através dela, os vereadores julgavam-se “regenerados” dos erros cometidos no passado e prontos para cumprir as ordens do governo baiano³⁴⁵. Outras câmaras conseguem livrar-se do ato de não ter assinado, a contento, a constituição por simples ignorância: “não assinarem a constituição que ignoravam, fatos para eles novos e nunca visto”. Porém, quando souberam da assinatura do Rei, julgaram correto também assinarem.³⁴⁶ Outra contradição: em respeito à monarquia e ao poder do Rei, essas autoridades assinavam uma carta que reduzia os próprios poderes deste mesmo Rei. Por outro lado, enfraquecem a constituição, as cortes, pois só assinavam o documento por que o Rei dava o aval.

O pior aconteceu, ao menos para Burlamarqui: o enviado já não encontraria mais o Rei no Rio de Janeiro, que embarcou no dia 24 de abril e saiu do porto com destino a Portugal, em 26³⁴⁷. Mesmo que o Rei continuasse no Brasil, o governo baiano não estava pretendendo esperar o retorno do emissário, já que as tropas exigiram o juramento das câmaras, e do próprio governador de Sergipe que, ao resistir, foi preso e enviado para a Bahia muito antes desta data.

A renúncia e prisão de Burlamarqui fizeram com que não restassem muitas opções para a câmara de São Cristóvão. Em 18 de março, chega à cidade as tropas baianas, sem nenhuma resistência, obrigando a câmara da cidade a jurar a constituição sob coação. Um governo é então empossado sob o comando da Bahia, assim Sergipe retorna a mesma posição anterior a 1820. Em 8 de abril de 1821, ainda naquele percorrer o trajeto entre Sergipe e a Bahia, Burlamarqui envia uma carta ao Governador desta última, com informes da sua chegada no dia seguinte, à noite, e também para informar que “uma força armada” da província da Bahia o “deslocou e derribou do governo daquela província para o qual sua majestade o Rei Nosso Senhor o havia nomeado.”³⁴⁸ Óbvio que o interesse do Ex-governador não seria nem informar a chegada, muito menos comunicar que uma força armada e, principalmente uma força armada baiana, o havia destituído do cargo, pois o governador da província era sabedor das ações por ele mesmo cometidas. O sentido da carta reside em dizer ao governador da Bahia que ele agira de encontro aos interesses reais que, quando e se restituídos, poderia incorrer em sérias implicações e retaliações à postura do governador.

³⁴⁵ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 637, 10 de abril de 1821.

³⁴⁶ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 637, 12 de abril de 1821. Não foi possível identificar de qual cidade partia essa correspondência. Assinaram a carta: Manuel José Ferreira (Juiz Ordinário), Miguel dos Anjos (Vereador), Fortunato Antonio Ribeiro Pereira da Cunha (Vereador), Narciso Antônio Ferreira (Vereador), Feliz José da Serra (Procurador).

³⁴⁷ Manoel de Oliveira LIMA, *D. João VI no Brasil*, 3ª Edição, Rio de Janeiro, Ed. Topbooks, p.688

Pois, com isto, o Governador provavelmente teria a sua ação julgada arbitrária e este poderia ser condenado por crime de lesa majestade.

Burlamarqui teria noção exata do que acabara de ser constituído e demonstrava, sóbria e ironicamente, boa parte deste quadro político que vivenciara: “No dia 21 foi instalado no Governo da Província, (ficando sujeito ao da Bahia) o Brigadeiro reformado Pedro Vieira: sendo mui coerente tal nomeação, com os despropósitos, que já até então havia, que há, e irão havendo; pois que tendo sido derribado o Conde de Palma e eu, por sermos sós no Governo, que não era Constitucional; e porque o Governo de um cheira a Tirania e o de muitos a Liberdade, ficou Sergipe um só, que não cheira mais a Déspota por que foi nomeado pelo Governo liberal da Bahia cheirava eu por ter sido por El-Rei!”³⁴⁹ Não era a instituição de um Governo Democrático, com idéias liberais, mas simplesmente uma jogada política que, em termos práticos, pouco se alterava no caso específico de Sergipe. Ou melhor, pouco pode ser atrelada a concepções e revoluções do mundo moderno.

A atitude das cidades sergipanas só pode ser entendida dentro deste contexto de pressão do governo baiano: forte e organizado há anos e de um emaranhado jogo de articulações e desarticulações políticas, muito mais que por uma consistência ideológica. Por isso, qualquer tentativa de vinculação, como a que realiza Maria Thetis Nunes, entre as cidades produtoras de cana-de-açúcar aos interesses da Bahia pode se deparar com fatos contrários a essa generalização. Laranjeiras, por exemplo, a mais açucareira das cidades, ao mesmo tempo em que jurou a constituição, demonstrava sinais de apoio ao Governo de Sergipe e ao Rei: “[...] todos os oficiais do terço de meu comando, para com prontidão a jurar as bases da Nossa dócil e justa Constituição; a esta participação concorrerão alguns dos ditos oficiais, menos os da povoação das Laranjeiras [...]”.³⁵⁰ Portanto, se por um lado, a câmara de Laranjeiras não tenha resistido a assinar a constituição, os oficiais desta cidade foram os únicos, de acordo com a carta, a resistir às cortes portuguesas. Como se não bastasse, o fato está relatado em carta enviada ao Governo da Bahia, no final de outubro de 1821, quando até mesmo o Rei já havia assinado a constituição.

O fato de existir uma dependência e mesmo, como no caso de Sergipe, que essa dependência fosse mais ampla que simplesmente de capitais, não implica dizer que não existisse anseio de divisão ou estes senhores de engenho não pudessem vislumbrar a possibilidade de melhorar a estrutura de controle e distribuição da produção. A ruptura com a estrutura anterior, de forma abrupta, é que poderia não estar nos

³⁴⁸ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 637.

³⁴⁹ Carlos César BURLAMARQUI, *Memória Histórica e documentada dos sucessos acontecidos em Sergipe Del Rei*, Anexo.

planos destes senhores, pois poderia causar problemas diversos até que uma outra estrutura fosse montada para substituí-la, tornado-se assim realmente desfavorável às elites. O que de fato implica significativamente, neste caso, é que a estrutura de distribuição da riqueza foi interrompida, sem tempo hábil para que Sergipe Del Rei montasse uma outra forma alternativa de realizar essa exportação.

Dessa mesma forma, só que através de um bloqueio naval, Pernambuco seria derrubado em 1817. Para uma sociedade que funciona em virtude deste mercado, este estrangulamento culminaria no rompimento e estagnação de toda a estrutura produtiva, em um colapso generalizado, ao menos em curto prazo: e as revoluções são de curto prazo, tornando ainda mais precária qualquer ação governamental. Ao falarmos produtiva, no caso de Sergipe, estaríamos minimizando, pois a província necessitaria de implantar algo muito mais amplo, para englobar desde uma base política, militar, comercial, jurídica, enfim, toda uma estrutura para dar sustentação à província e substituir a Bahia.

Neste sentido, as posturas e posicionamentos devem ser entendidos não dentro de padrões rígidos e definitivamente fortes e incapazes de modificações e reposicionamentos, mas de acordo com a mentalidade de homens desesperadamente confusos, que adaptavam essa postura conforme a necessidade exigisse, e não dos gostos pessoais. Mesmo as cortes, por exemplo, embora adotassem uma política de divisão em províncias e o tratamento diferenciado com cada uma delas como uma estratégia de Lisboa para controlá-las de forma mais eficaz, eliminando a unidade interna da colônia³⁵¹, precisaram agir no sentido inverso, em função da conjuntura, transformando a Bahia e Sergipe em um grande bloco que poderia ser controlado com o apoio baiano. Seria mais fácil, naquele momento, negociar com Salvador, fiel às cortes neste momento do que com o governo de Burlamarqui. Sob essa ótica, o mesmo governo que preferia realizar esse tratamento diferenciado, contingencialmente assumia uma postura contrária. Isso deve ser entendido muito mais como consequência do jogo político que por qualquer outra explicação.

Os próprios posicionamentos das bancadas, fossem elas baianas, paulistas, pernambucanas, nas cortes de Lisboa, flutuavam em sentidos diversos e, dependendo dos rumos que tomassem os deputados portugueses e da conjuntura política em Portugal e no Brasil, agiam no sentido de defender, na medida do possível, naquele contexto específico, o que julgavam mais interessante para a região. Assim, “a Bahia, por sua pronta adesão ao sistema constitucional, era a província de que se esperava um ponto seguro de

³⁵⁰ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 417-1. Capitão Mor da Capitania de Sergipe D’el Rei, 29 de outubro de 1821.

³⁵¹ “Aos poucos tornou-se evidente uma estratégia de Lisboa em lidar separadamente com as diversas províncias. Assim o Grão – Pará e a Bahia mostravam-se inteiramente sobre controle; Alagoas, Sergipe e a Paraíba pareciam seguir o mesmo destino,

apoio e a junta provincial expressava o elo com as cortes.”³⁵² Isso, num primeiro momento para, posteriormente, mudar de atitude e defender “que não poderiam continuar a representar a sua província, pois a vontade expressa na Bahia era a de separação, e que, caso a indicação não fosse aprovada, não se julgavam em condições de assinar a constituição.”³⁵³ Mesmo apresentando, ao menos supostamente, “a vontade expressa na Bahia” de que deveria haver a separação entre os dois reinos, poucos meses depois, ainda encontra o governo português forças para resistir ao exército libertador em São Salvador da Bahia de Todos os Santos gerando, inclusive, batalhas como a de Pirajá.

Assim, é preciso deixar claro que essa falta de elo é generalizada, sendo generalizadas também afirmações como as de Ângelo Pereira, enfatizadas por Valentim Alexandre, em torno da facilidade de se conter o movimento rebelde no Brasil em virtude das diferenças regionais³⁵⁴, que podem ser totalmente adversas. Essas mesmas diferenças criavam uma série de jogos de interesses que poderiam, ao invés de enfraquecer o poder central, também o desarticular. Além disso, essas divisões “no interior de cada capitania”, como visto, possuíam uma estrutura muito mais frágil que as pudesse conceber qualquer apoio, no sentido de reprimir, ou não, determinado movimento rebelde apenas por estar desalinhado, ou não, às cortes portuguesas e ao movimento constitucional. Sergipe, por exemplo, buscava apoio de Alagoas mesmo tendo sido, quando os alagoanos pediram o apoio sergipano, os primeiros a invadir Penedo, em 1817. Logo, assim como os posicionamentos locais, as diferenças regionais devem ser também amenizadas e entendidas, não dentro do rigor da inflexibilidade, mas de acordo com o padrão colonial, principalmente porque, se existiam diferenças, existiam também interesses comuns, como a escravidão. Muito mais que as diferenças, seria exatamente esse interesse comum que aglutinava, em torno do príncipe, uma elite nervosa com o que poderia advir caso eles estivessem desarticulados. Exatamente

restando apenas em estado de rebeldia, Pernambuco e Ceará”, Hamilton de Barros MONTEIRO, *Da Independência à Vitória da Ordem* In: *História Geral do Brasil*, Maria Yedda LINHARES (Org.), 6ª Edição, Rio de Janeiro, Campus, 1996, p.115

³⁵² Márcia Regina BERBEL, *A Nação como Artefato – Deputados do Brasil na Cortes Portuguesas 1821-1822*, São Paulo, Hucitec/FAPESP, 1999, p.121.

³⁵³ Márcia Regina BERBEL, *A Nação como Artefato – Deputados do Brasil na Cortes Portuguesas 1821-1822*, São Paulo, Hucitec/FAPESP, 1999, p.191.

³⁵⁴ “Pelo contrário, qualquer ‘rebelião’ no Brasil – que Fragoso admitia se viesse a verificar, ‘com o volver dos tempos’, na sequência da partida para a Europa do soberano – seria relativamente fácil de sufocar, por duas razões principais: em primeiro lugar, pela falta de ‘unidade de interesses’ das capitanias brasileiras, que rivalizavam entre si, tornando improvável que o fogo da revolta ‘se ateie de improviso em todo o Brasil’, em segundo lugar pelas divisões, no interior de cada capitania, entre os brasileiros que ‘querem República’ e os ‘Europeus contaminados que [...] querem a constituição’ – divisões que teriam feito já abortar a revolução de 1817 em Pernambuco, e que, em casos futuros, dariam sempre tempo aos defensores dos direitos reais para vencer os revoltosos”. Ângelo Pereira, D.João VI Príncipe e Rei, vol.III – *A Independência do Brasil*, pp. 310-15 apud Valentim ALEXANDRE, *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1993, p. 491.

dessa necessidade surge, posteriormente, o germe de uma nacionalidade e a defesa da Independência. Essa talvez seja a explicação mais plausível também para Sergipe.

Assim, preferimos entender que, assim como existia em Portugal, em 1808, durante a invasão de Junot, “um momento de vazio de poder, em que falham simultaneamente grande parte dos mecanismos ideológicos e dos meios de força que mantinham a dominação sobre os artesãos e mais povo miúdo das cidades e sobre o campesinato”³⁵⁵, existia também, no Brasil, uma respectiva lacuna, típica da substituição de poderes. Isto provoca, ao menos provisoriamente, um momento propício para a explosão de revoltas, e a dificuldade deste poder instituindo-se de dominá-las, e não ao contrário. Dentro do quadro das elites, o episódio que envolveu Burlamarqui, restringindo o argumento a Sergipe, é a prova viva de que essa desarticulação poderia provocar reveses contrários à própria lógica de quem domina, alicerçado na necessidade, muito mais que na vontade, de construir-se essa base de apoio. Essa desarticulação não favorecia a classe dominante, pois aumentava os seus riscos, e portanto, o mais breve possível que um governo pudesse aglutiná-los, evitando qualquer transtorno seria a solução para evitar os riscos. Desse vazio de poder, ou dessa luta entre poderes, não importava muito ao produtor quem saísse ganhando, mas importava aos senhores que essa restauração fosse feita de forma rápida e que seus interesses fossem mantidos.

Assim sendo, com todos esses reversos políticos, os rumos da região passariam então a ser ditados pelas cortes portuguesas. Em virtude da conturbada anexação, Sergipe não seria representado nas cortes, ou melhor, seria representado pelos deputados baianos que possuíam idéias e interesses específicos para sua região e que nem sempre compactuavam com os interesses de Sergipe. Este caso específico, quando analisado, ainda assim nos permite caracterizar divergências entre as regiões. Ao ampliarmos o enfoque para o Brasil, não podemos dispensar totalmente nem essas diferenças, nem a série de associações sócio-político-econômicas existente entre as diversas províncias. A existência de diferenças, de interesses opostos, – e a história que até aqui analisamos demonstra isso, ou o próprio devir, – não implica em, mesmo existindo antagonismo, na não existência de interesses comuns que pudessem englobar as províncias do Brasil. Além da já citada escravidão, neste período, outro forte elo entre as províncias, na câmara, era a luta contra o exclusivo. Por outro lado, repetimos que a diferença funcionava dialeticamente ainda como um dos fatores que propicia uma ampliação dos conflitos.

³⁵⁵ Valentim ALEXANDRE, Os Sentidos do Império, . Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português, Lisboa, Edições Afrontamento, 1993, p.379.

Essa questão, muito embora de interesse geral, ainda permitiria debates entre os brasileiros, porém, mesmo divergindo do tratamento a ser dado às barreiras alfandegárias, os deputados conseguiram fazer com que a condição anterior à abertura dos portos não fosse retomada. Muito pelo contrário, passa a ditar as regras frente aos portugueses de como esse comércio deveria ser re-organizado: Marco Antônio de Souza retoma, nas cortes, as idéias liberais de Adam Smith: “ ‘o sistema proibitivo seria desfavorável à riqueza nacional’ requerendo a revisão dos alvarás que regulavam o comércio no Brasil desde 1808”³⁵⁶. Outros deputados acreditavam que, mesmo com a quebra do exclusivo, um sistema de controle alfandegário deveria ser implantado para não permitir que o produto estrangeiro invadisse o Brasil, provocando, ao invés de benefícios à economia na América, prejuízos de longo prazo provocados por uma abertura exacerbada: Antônio Carlos, Borges de Barros, Luís Paulino, Vilela Barbosa, Cipriano Barata se alinhariam para contrapor à possibilidade de realizar uma abertura mais ampla que aquela que já estava instaurada no Brasil desde os acordos de 1808³⁵⁷.

Ao retornarmos na história e remontarmos a preocupação do Ministro Thomas Antônio, em finais de 1820, podemos vislumbrar que, antes mesmo da adesão às cortes portuguesas uma grande revolução iniciada na Bahia era esperada, não apenas como uma remota possibilidade, mas de uma realidade concreta que necessitava de ações urgentes. Assim, a sociedade baiana e a sergipana não eram revolucionárias por se afinarem ou não às cortes, mas ao contrário, afinavam-se com as cortes por serem revolucionários. Neste caso, independente das diferenças regionais, partindo da Bahia uma revolta deste cerne, além da ampla rede de concessões que estavam diretamente atreladas à Bahia (Sergipe, Recôncavo, Sertão, Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo) e que o Rei ainda não conseguira desarticular, a fraqueza de poder dificultaria a coação e poderia influenciar outras tantas regiões, dentre elas e, principalmente, Pernambuco, que buscara quatro anos antes e quatro anos depois, essa ligação. Por conseqüência, boa parte do Brasil, ao menos a parte do Norte, estaria envolvida num esquema que traria, para dentro da parte americana do império, aquilo que o Rei tentava conter em Portugal. A Bahia, especificamente, sabia o ministro, tratava-se exatamente daquela região que, anos antes, configurava-se como seu mais forte apoio para manter intacto o Brasil, com a ação no Pernambuco revolucionário de 1817. A mesma Bahia e seus supostos planos revolucionários faziam com que expectativas em torno dessa independência pudessem diminuir os planos reais de buscar força na parte americana para reconquistar a parte européia do império.

³⁵⁶ Sessão das cortes de 2 de abril de 1822 APUD Márcia Regina BERBEL, A Nação como Artefato – Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas, 1821-1822, São Paulo, Hucitec/FAPESP, 1999, p.148

Muito mais que a preocupação de que a Revolução Portuguesa pudesse instaurar-se no Brasil, coisa que era muito pouco cogitada até à adesão baiana, a preocupação do Ministério Joanino era que, munido deste ataque ao governo imperial pelas cortes, e sabendo o povo ameríndio que o império mostrava-se frágil na Europa, se criasse, no Brasil, a perspectiva de uma revolução popular. Ou, o que seria pior para as elites, e que cogitamos exaustivamente em capítulo anterior, como possível, que essa revolução pudesse, inclusive, estabelecer-se nos moldes do Haiti³⁵⁷. Sob esta ótica, a proposta do ministro era de que se fazia necessário estabelecer, na Bahia, uma linha mais dura para evitar quaisquer problemas. Esta linha dura esbarrava na fragilidade do sistema, pois ela própria necessitava de forças que, neste momento histórico, dificilmente alguém possuiria. Pelo contrário, estava a colônia recheada de frágeis articulações políticas. Obviamente todos esses posicionamentos vinham imbuídos de intenções, fossem dos deputados portugueses, ou das diversas autoridades locais e, mais do que força, necessitava-se entrar no jogo dos conchavos.

Em Estância, estas autoridades não ficariam apenas nos louros das suas opções e rapidamente colheriam os frutos do apoio dispensado às cortes e ao governo baiano, assim como, posteriormente, por essas mesmas opções, perderiam a possibilidade, inclusive em alguns casos, de continuar com a sua atividade produtiva. Em 26 de fevereiro, seis dias após a posse de Burlamarqui, já seria indicado pelo Governo da Bahia, para assumir interinamente o comando em Sergipe Del Rey, Vicente Portela que, pela data da indicação, é indicativo de que a sua nomeação teria sido realizada, e isso na melhor das hipóteses, quando a Bahia prontamente recebera a notícia do apoio estanciano.

Em carta de 21 de março, quando Vicente Portela anuncia a posse também informa que estaria enviando Burlamarqui à presença do governo baiano e comunica que “Luis Antônio da Fonseca Machado, em vinte quatro, ou vinte cinco de fevereiro saiu desta cidade, e segundo se diz seu destino foi para corte do Rio de Janeiro”³⁵⁹. Diga-se de passagem, Luis Antônio da Fonseca Machado, que apoiou e empossou rapidamente Carlos César Burlamarqui, assinou documentos oficiais, por exemplo, no já citado 13 de março e não poderia ter ido ao Rio de Janeiro e participado de uma seção na câmara ao mesmo tempo. Em verdade, o Brigadeiro provavelmente fugiu de Sergipe quando percebeu que a situação do governo era

³⁵⁷ Márcia Regina BERBEL, *A Nação como Artefato – Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas, 1821-1822*, São Paulo, Hucitec/FAPESP, 1999, p.147-8

³⁵⁸ “O temor da população culta e ilustrada diante da perspectiva de agitação das massas explica porque a idéia de realizar a Independência com o apoio do príncipe pareceria tão sedutora: permitiria emancipar a nação do jugo metropolitano sem que para isso fosse necessário recorrer à rebelião popular” Emília Viotti da COSTA, *Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil* In: *Brasil em Perspectiva*, Carlos Guilherme MOTA (Org.), 4ª Edição, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973, p. 99.

insustentável e, com ou sem o seu apoio, Sergipe não conseguiria resistir ao governo baiano, preferindo fugir para o Rio de Janeiro, onde acreditava estar sob a proteção da família real. Luiz Antônio, como se não tivesse se envolvido em episódio político algum, retorna para Sergipe, em julho de 1821, levando, segundo a Junta Provisional da Bahia, documentos que foram enviados do Rio de Janeiro e que deveriam ser remetidos à Bahia. Em carta, o ouvidor José Ribeiro Navarro explica à Junta que o Capitão Luiz Antônio não levara documento algum do Rio de Janeiro e iria a Sergipe apenas com o passaporte e em companhia de Bento de Melo Pereira que, embora tivesse sido enviado de Burlamarqui ao encontro do Rei, retorna as suas atividades de Capitão agregado às ordenanças de Vila Nova D'el Rey³⁶⁰ como se nada houvesse ocorrido, esperando talvez punições contra os atos, mas não ocorridas, uma vez que as cortes precisavam, também, destes influentes e poderosos senhores locais.

Na tentativa de manter o controle da situação e para “persuadir” o povo de Estância a manter-se fiel ao Governo Baiano, estabelecendo o apoio necessário para reestruturar esta parte da província, a Bahia, ao mesmo tempo em que desloca um de seus homens de confiança da Cidade de Estância para o governo da Cidade de São Cristovão, Pedro de Mello, mantém Vicente Portela naquela cidade. Para deixar a população de Estância calma, manda “abastecer esta cidade e seu termo de farinha de mandioca, tranqüilidade dos povos, e persuasão aos mesmos, da felicidade, que de todos resulta, de um governo constitucional.”³⁶¹, acreditando que, com essa atitude, pudesse também manter a ânsia do povo pobre e, com isso, deslocar todas as forças, caso fossem necessárias, para dirimir qualquer problema em Sergipe Del Rey.

Mesmo com toda a manobra do governo baiano em Sergipe, a situação na própria sociedade baiana já não parecia tão favorável à manutenção do império português. Já no mês de maio de 1821, o discurso das cortes portuguesas sobre a situação na Bahia não parecia ser muito seguro. Considerando o tempo em que viajavam essas notícias, não passaria muito tempo o suposto apoio baiano sem preocupar os deputados. Para conter esse avanço rebelde, cogitara-se o envio de tropas para as duas maiores regiões nordestinas, como uma possibilidade de controle de qualquer possível resistência ou separação republicana na região.³⁶² Esta preocupação enfatiza a situação na Bahia: não era revolucionária porque se apoiava e

³⁵⁹ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 637, 21 de março de 1821.

³⁶⁰ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 637, 24 de julho de 1821 (cópia segundo escrivão José Carlos Novais Martins).

³⁶¹ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 637, 1 de abril de 1821.

³⁶² “A 2ª divisão encerra as províncias do centro, entre as quais figuram principalmente a Baía e Pernambuco, que tendem visivelmente para a independência republicana: a 1ª toma as armas contra o governador só porque é europeu; e a 2ª não admite um batalhão português, ignorando ainda o seu comportamento, só pelo efeito da origem. Deve contudo observa-se que nestas

apoiava as cortes portuguesas, mas e principalmente, porque questionava inclusive o domínio europeu, estabelecendo, na região, uma forte resistência à resolução dos problemas por elementos externos àquela sociedade.

O ódio ao estrangeiro toma corpo, talvez nutrido pela ineficiência tanto das cortes como do Rei em resolver os problemas sociais e, principalmente, como uma forma de defender a autonomia comercial, questionada por aqueles que lucravam com a dependência: os portugueses. Quando isto ocorre, sepulta qualquer possibilidade, – e já não importa se o controle poderia ser exercido pelo Rei ou pelas cortes – de manter a união. O que passa a importar, a partir de então, para as elites era que o poder pudesse propiciar o controle do quadro social, manter a escravidão e o exclusivo e, nesses três aspectos, falharam nas intenções tanto o Rei, como as cortes.

A crise aumentara quando a Bahia novamente demonstrou sinais de resistências às determinações das cortes e das chances de se estabelecer, na região, uma república que, provável e possivelmente, levaria a uma generalização da vontade de romper, fosse com a monarquia ou com as cortes constitucionais. O medo torna-se realidade quando aporta em Portugal, em janeiro de 1822, presos políticos que haviam tentado uma rebelião, em novembro, na, até então, base de apoio dos portugueses na América: “essa tensão aumentará ainda em janeiro do ano seguinte [1822], com a chegada a Portugal de mais uma leva de prisioneiros, remetidos desta vez da Baía por ordem da respectiva junta (pró - portuguesa) que os acusava de a terem tentado derrubar no início do mês de novembro.”³⁶³

Mesmo que a Bahia assumisse a posição de centro estratégico para rearticular as posições das cortes em território americano, não encontra, na sociedade baiana, a pretendida aceitação popular da constituição portuguesa que esperava os deputados europeus.³⁶⁴ Observamos, assim, que muito embora o plano inicial de constituir na Bahia uma base de apoio, para posterior reconquista do território americano, encontrasse resistência externa com a entrada do exército de Labatut. Esta resistência receberia o apoio da

provincias manobram os partidos em tal arte, que existindo de facto abertas as hostilidades contra Europeus, nenhum escrito descomedido apareceu contra Portugal; antes se protesta toda a obediência, e se patenteiam de palavra todos os desejos de união. É muito diverso o espírito das provincias do sul que constituem a terceira divisão.”, *Diário das Cortes*, sessão de 22 de maio de 1822, p.246 apud Valentim ALEXANDRE, *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1993, p. 754.

³⁶³ Valentim ALEXANDRE, *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1993, p. 605.

³⁶⁴ “Veremos que esta estratégia com o reforço das posições no centro e no norte do Brasil para daí contrariar as pretensões do Rio – tinha também os seus defensores no congresso. Limitando-nos por ora a imprensa, podemos assinalar que ela é igualmente preconizada num outro ‘artigo comunicado’ inserto alguns dias mais tarde no campeão lisbonense, onde se indicava a Baía para centro das operações militares em território americano.”, Valentim ALEXANDRE, *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Lisboa, Edições Afrontamento, 1993, p. 651.

população baiana não atendida em seus anseios. Isto fazia com que a suposta base fosse tão precária que não permitiria qualquer oposição, fosse esta na Bahia ou nas demais regiões do país.

5.3 O Exército Libertador e a Independência Política Definitiva.

As lutas internas intensificam-se nesse período e as transformações externas à capitania mudariam novamente o rumo da província: o processo de independência do Brasil e a resistência da Bahia ao governo imperial escreveriam o desfecho dessa história. Associado a esse conflito, mantêm-se e confundem-se com a guerra oficial travada entre as cortes portuguesas, o Rei e/ou o príncipe, as diversas lutas sociais, dentre elas, a luta contra a escravidão.

Em novembro de 1821, apenas como exemplo e tomando esse período posterior à derrubada de Burlamarqui e anterior à invasão do exército de Labatut, o ouvidor de Sergipe Del Rey queixa-se ao governo da Bahia sobre a situação que se encontra a província: com uma série de “homens desconhecidos, vadios e facciosos armados de espingarda, bacamarte e facas e aí praticam toda a qualidade de insultos”³⁶⁵. Essa sociedade, independente do jogo de poder das elites, continua protestando amplamente e gerando questionamentos da ordem e do próprio sistema. Esses questionamentos, essa desordem, além de enfraquecer a imagem de um governo que busca exatamente a força necessária a sua manutenção, deslocam recursos de defesa para controlar a sociedade internamente. Assim, de forma oculta, a luta de classe enfraquece qualquer possibilidade de organização para conter invasões externas, ou mesmo, dificulta qualquer resistência ao movimento separatista, seja dentro ou além dos domínios daquela sociedade, uma vez que a própria sociedade local gerava nichos rebeldes que questionavam o sistema por dentro, dificultando a união com a parte européia do império, independente da ação deste império.

O clima de instabilidade reinante é tão profundo que a própria estrutura de poder passa a se questionar, fazendo inclusive com que as correspondências oficiais tivessem que ser confirmadas e reconfirmadas para se fazerem valer. Na mesma carta do ouvidor, anteriormente citada, ele pergunta ao governo da Bahia se as ordens repassadas pelo Rio de Janeiro deveriam ser atendidas ou não. Muito

³⁶⁵ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 637, 25 de novembro de 1821.

embora tivessem sido assinadas pelo escrivão real, como a câmara não havia recebido ordem nenhuma “pela qual as cortes te[riam] decretado, que sua Alteza Real seja reconhecido regente do Brasil todo”, solicitava-se qual o procedimento a seguir. Esse total desencontro entre as autoridades implicava em, quando necessário, conseguir reunir de forma rápida e eficiente qualquer resistência ao movimento separatista, ou a qualquer outro movimento rebelde³⁶⁶.

A corte não resistiria a essa estrutura e a revolta, em todas as províncias, tornaria inviável a manutenção do império português unido. O príncipe, sabedor da situação em que se encontrava o território brasileiro, e em virtude das diversas pressões políticas há meses experimentadas, resolve tomar a frente do movimento que urgia nas principais províncias do Brasil. Um “exército” é então montado e enviado para o Nordeste brasileiro para realizar essa Independência política e, assim, associa-se com os já rebelados exércitos pernambucanos e alagoanos e propicia uma separação centralizada e controlada pelo regente.

Em virtude da resistência portuguesa em terras baianas, fez-se necessário o desembarque das tropas imperiais em Alagoas, tornando Sergipe passagem obrigatória para o seu avanço. Ao comando do Brigadeiro Pedro Labatut, o desembarque daquelas tropas se dá em Maceió, onde se encontram com as forças pernambucanas para, enfim, partir em direção a Penedo³⁶⁷. O exército imperial acreditava que fosse encontrar maior resistência, fruto do anterior conflito, de 1817, onde a concentração e a divisão das tropas entre as margens do Rio São Francisco colocavam a região em um conflito histórico. Esse passado de luta, de confronto entre as duas cidades, continuaria, entre 1817 e 1822, na memória tanto das pessoas de Vila Nova-SE como nos moradores do outro lado do rio, Propriá-SE. Apenas um mês antes da chegada e concentração do exército libertador do lado alagoano, a Câmara de Vila Nova parecia disposta a resistir à invasão de Sergipe e defender os interesses das cortes. Em carta enviada ao congresso português e às autoridades baiana, os vereadores de Vila Nova saúdam a constituição e a brilhante ação da nova administração na “descoberta da máquina da revolução contra o sistema constitucional” que havia sido “milagroso” remédio para manter unido o Império, além das “providências para se rechaçarem e sufocarem os vulcões de algumas províncias facciosas deste continente do Brasil!...”. Ao realizarmos essa defesa de duras ações para conter o movimento separatista, a câmara de Vila Nova associa o evento a outro momento histórico, e assim valoriza o auxílio que o povo da cidade deu na ofensiva contra Pernambuco revolucionário de 1817: “se em 1817, nós fomos os primeiros que vimos com desgosto as

³⁶⁶ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Maço 637, 25 de novembro de 1821.

injustiças feitas contra Deus, contra a nação e também os primeiros em rebatê-los, da mesma forma temos agora sido testemunha dos criminosos fatos dos facciosos da província das Alagoas”³⁶⁸.

Mesmo antes da entrada do exército libertador em Alagoas, a fúria revolucionária já tomava conta de Pernambuco e Alagoas. Essa ação na cidade vizinha chega a assustar os vereadores de Vila Nova, em virtude do ódio ao elemento europeu. Este ódio é futuramente canalizado ao português que, segundo os vereadores, eram “expatriados deixando todos os seus bens, uns e outros deixando a vida naquela ingrata província”. Os vereadores acreditavam que, assim como em 1817, o clima separatista e revolucionário de Pernambuco poderia ser contido sob o pulso forte do governador baiano, “o insigne Madeira”, através de uma “expedição da força armada”³⁶⁹.

As tropas de D. Pedro, ao chegarem a Penedo, encontravam a estrutura propícia para estabelecerem-se. Pernambuco e Alagoas, independente da chegada do exército libertador, iniciavam pelo conflito social um processo de expulsão do estrangeiro que apenas se organiza com a chegada das forças imperiais. Diga-se de passagem que a experiência de 1817, independente do exército, já seria suficientemente próxima para provocar a implantação de uma república, nos moldes do que aconteceria em 1824, com a Confederação do Equador. Caso o exército não houvesse assumido e canalizado a revolta da região, outros tantos processos, talvez totalmente diferentes dos de 1817 e 1824, poderiam desencadeá-la, inclusive, quem sabe, a esperada reação de Madeira de Mello.

A separação não seria inevitável, mas realizava-se independente da intenção de D. Pedro I e, possivelmente, poderia acontecer sem a presença do monarca. Pedro Labatut não encontrara a resistência esperada quando chegou em Propriá: a cidade vizinha, Vila Nova d’ El Rey, resistia à passagem das tropas de Labatut, até que ele, “ ‘surpreso’, toma conhecimento da aclamação feita a D. Pedro pelos habitantes de Villa Nova, e da adesão da Câmara ‘à sagrada causa do Brasil’ ”³⁷⁰.

Laranjeiras, a mais importante localidade econômica de Sergipe na época, onde se esperava a maior resistência, caso seguissemos o modelo de Maria Thetis Nunes, sucumbe antes da chegada de Labatut, que consegue impor a adesão aos senhores-de-engenho da região. No centro político, São Cristóvão não seria diferente: parte da comarca aderiu ao governo imperial, antes mesmo da entrada das

³⁶⁷ Pernambuco e Alagoas aderem rapidamente ao imperador. Restava destruir, no Nordeste, o principal pólo de resistência portuguesa. Penedo, na margem esquerda do Rio São Francisco, e por isso ainda em Alagoas, sempre foi o principal ponto de conflito entre os Baianos e Pernambucanos e, portanto, o apoio mais lógico para a entrada do exército libertador.

³⁶⁸ AHU, Cx.6, NG. 495, N.Doc. 26, 25 de agosto de 1822.

³⁶⁹ AHU, Cx.6, NG. 495, N.Doc. 26, 25 de agosto de 1822.

³⁷⁰ Maria Thetis NUNES, *Sergipe no Processo de Independência do Brasil*, Cadernos da Universidade Federal de Sergipe, nº 2, 1972, 1973, p.18.

tropas em solo sergipano (7 de outubro de 1822). A Aclamação de D. Pedro I aconteceria já no dia primeiro de outubro do mesmo ano, reconhecendo-o “Príncipe Regente, Constitucional, Protetor defensor deste Reino do Brasil”.³⁷¹

Surpreendente seria, se não viéssemos acompanhando a série de mudanças comportamentais, a virada de postura de Vicente José Portela, outrora fiel escudeiro dos interesses da Bahia, em Estância: mudava de tom, e se dizia cansado para se manter no serviço público. Com medo, na verdade, por ser português de nascença, fugia assustado “por se dizer que contra eles [os portugueses] é o incêndio do furor”. Pedia dispensa do posto “dizendo que não tem ânimo para ver hostilidades em um lugar cujos habitantes são tanto da sua estima”. O que demonstra que esse ódio não seria exclusividade de Pernambuco e Alagoas, mas um sentimento generalizado e natural, tendo em vista a necessidade de tratar Portugal como o inimigo a ser expulso do Brasil. Concordando, o também capitão mor, só que de Sergipe Del Rei, Antonio Soares Dias tentava amenizar os efeitos da ação do exército “libertador”.³⁷² O próprio Vicente chama atenção para os riscos de uma guerra em que a maioria negra pudesse tomar o poder: “em qualquer país ela [a guerra civil] é o maior flagelo da humanidade, ainda mais, ainda sendo os homens todos cor e o que será em nosso aonde as cores, e os escravos são tantos [...]”.³⁷³ Em uma tentativa de justificar o seu “abandono de barco”, caso as cortes saíssem vencedoras do combate, o ex-bastião dos interesses portugueses demonstra que o mais importante é evitar a guerra com o exército do regente a levar Sergipe a uma guerra dos escravos.

Dois dias depois, o próprio Capitão-Mor, Antônio Soares Dias também tira o seu pescoço da navalha e sugere, inclusive, a adesão da região, solicitando que fosse aclamado o Príncipe Regente com a justificativa da necessidade de se evitar uma guerra civil. Ordena, neste mesmo dia 30, que não se fizesse resistência, mandando “regressar a esta cidade [São Cristóvão] todas as tropas que ali [Lagarto] estão [...] cessando todos os procedimentos hostis”.³⁷⁴ Lembremos que este era um governo recém empossado, em substituição a Burlamarqui e, portanto, composto por pessoas de confiança do governo baiano e das cortes. Imaginemos, então, com que flexibilidade o resto da população trataria a situação!

³⁷¹ Maria Thetis NUNES, Sergipe no Processo de Independência do Brasil, Cadernos da Universidade Federal de Sergipe, nº 2, 1972, 1973, p.19.

³⁷² APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 423. Capitão Mor da Capitania de Sergipe D’el Rei, 28 de setembro de 1822.

³⁷³ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 423. Capitão Mor da Capitania de Sergipe D’el Rei, 28 de setembro de 1822 (confirmar a data).

³⁷⁴ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 423. Capitão Mor da Capitania de Sergipe D’el Rei, 30 de setembro de 1822.

Essa relativa facilidade em tomar as cidades demonstra claramente que existia, não só em Pernambuco e Alagoas, mas em todo o nordeste, um clima de insatisfação e de rebeldia que fazia com que a população, e principalmente a elite, se alinhassem ao exército “pacificador” como uma solução para os conflitos sociais que tenderiam a descambar em profundas e indesejáveis, para esta mesma elite, revoluções populares. O exército em si, embora impusesse a força à vontade de D. Pedro I, não era um exemplo de organização que pudesse, apenas ele, sem a adesão da população rebelde, ser suficientemente eficiente para combater por tanto tempo, mesmo que fosse contra o exército português. Pelo contrário, o estado da tropa de primeira linha era “deplorável”, com “miserável estado de uniforme, sempre submissos, e calados, sem um corpo de guarda regular, sem um hospital em forma, deitados no frio chão, sem cama, que ali os leva, adquirir outras que produz a imundice e desregio”³⁷⁵. Essa situação aumentava o número de desertores, e se o exército se fortifica com a conquista de novas cidades, a precariedade amplia-se quando entra no eixo puramente da cana-de-açúcar, no Recôncavo Baiano³⁷⁶.

A vantagem – sobre os portugueses, além do apoio sempre crescente, ao contrário do adversário – estava em o exército brasileiro ter conquistado Sergipe e o Sul da província, até Cachoeira, deixando o recôncavo desprovido das suas zonas de abastecimento básico, principalmente da farinha de mandioca. Esta situação enfraquecia a situação política e a possível resistência de Madeira de Melo. Sabendo disso, o General Labatut avançava com a preocupação de que o general português não pudesse repor seus suprimentos, reconquistando parte do território sergipano: “Labatut pelo qual certifica que o Madeira fizera sair a esquadra para as partes do Norte tendo feito vir a Sergipe a colher mantimentos”. Esta situação, além de demonstrar que a dependência tinha uma contrapartida, justificando ainda mais a preocupação baiana com Sergipe, permitia que, embora com a caótica circunstância do exército de D. Pedro I, este exército possuísse mais vantagens que as tropas portuguesas, pois estas, a cada dia, perdia parte da sua área de subsistência, aumentando os agravantes sociais e fazendo com que uma já rebelde sociedade passasse a sentir falta de elementos básicos à alimentação, como a farinha.

Depois da invasão, inicia-se um processo político para tornar Sergipe novamente independente: movimentava-se o poder local, organizavam-se os moradores para criar um governo, esperando que o Príncipe concedesse um “indulto” pela não resistência de Sergipe: “se ansia que na Capital da nossa Província de Sergipe é que se clivem reunir todos os eleitores afim de na mesma instalar-se o governo que

³⁷⁵ APES, G1, 2227, 23 de junho de 1823, Euzébio Vanezio.

³⁷⁶ APES, G1, 2204, 14 de fevereiro de 1823, Guilherme Nabuco.

a reja”³⁷⁷. A câmara, apoiada pela população da cidade de São Cristóvão, antecipa-se ao exército de Pedro Labatut e ao próprio decreto do príncipe, tendo aderido ao imperador antes da presença do General. Também antecipou a montagem de uma junta de governo, ou melhor, instalou “uma junta provisória, ficando observado o decreto de sua majestade o senhor D. João VI de 8 de julho de 1820”.³⁷⁸ Após a entrada do exército, – e em virtude do conflito de interesses entre a possibilidade de administrar diretamente através de José de Barros Pimentel, um dos mais poderosos senhores de engenho de Sergipe, ou de administrar Sergipe através de uma Junta que já se mostrava flexível aos humores políticos daquele que dominava, parece que a primeira opção é mais consistente que a segunda – o comando militar passa a questionar a junta de governo que, de acordo com o general, “instalou ilegalmente um governo provisório” e, além disso, passaria a ser comandada pelo “decrépito e estonteado Brigadeiro Vieira então governador da comarca, por pedido do senado, que gritou, e deu vivas as cortes de Lisboa”. O general informa ao Imperador que, mesmo tendo se instalado esse governo, não seria preciso muita ação militar para destituir “seu asmático governo” e que ele acreditava estar sob o controle do Brigadeiro Pedro Vieira de Mello. O objetivo, enquanto não se retomasse a Bahia, seria o de manter a comarca sob o controle do exército e com o seu substituto direto, o “benemérito Coronel José de Barros Pimentel”, pretendendo realizar a mesma reforma na cidade de Estância.

Pedro Labatut solicita, ainda, que o imperador tentasse manter, ao menos até a sua chegada, a tranqüilidade do governo e da população em geral, evitando que uma possível revolta viesse enfraquecer os planos da Independência política e a criação de um pólo rebelde sem a presença do exército imperial. Assim, pede que o Imperador conserve, até a sua chegada, “boa harmonia com o governo civil, inda mesmo com algum sacrifício seu, a fim de evitarmos divisões, e intrigas pouco favoráveis, ou antes muito perniciosas a nossa sagrada causa”. Por outro lado, ao mesmo tempo em que aconselha D. Pedro I a respeitar os governos civis, age no intuito de destituir um governo que serviria de apoio, ao menos provisoriamente, aos propósitos do Brasil³⁷⁹.

Pedro Labatut, a contragosto de Barros Pimentel, indicaria em 14 de novembro de 1822 José Elói Pessoa da Silva para o cargo de governador, mesmo que pretendesse, quando restabelecida a Bahia, anular o “maquiavélico plano do finado Thomas Antônio Vila Nova Portugal, que o teria formulado fiel ao lema

³⁷⁷ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 493-1-1, Correspondência expedida pelo Senado da Câmara de Vila Nova d’El Rei do Rio São Francisco. Esta documentação é de 1822, depois da independência do Brasil, e chama atenção pelo fato de ter sido realizada uma reunião nesta cidade, para organizar uma outra reunião na capital da capitania, e reivindicar um governo local.

³⁷⁸ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 633, Doc. 21, 4 de outubro de 1822.

– ‘dividir para reinar’³⁸⁰. Em 25 de novembro de 1822, antes da ordem imperial que regulamentava o governo, José Elói Pessoa da Silva toma posse e organiza uma festa para aclamar, no dia 1 de dezembro, o imperador “defensor e protetor perpétuo” do Brasil³⁸¹. A junta de Cachoeira desabonaria a indicação, ainda sob a influência de Barros Pimentel, indicando-o para o cargo. A pressão sobre Labatut o levaria a enviar preso, a Pernambuco, Elói Pessoa³⁸², e restituir o cargo a Barros Pimentel. Toda essa mudança de poder criaria lacunas numa estrutura debilitada pela própria fragilidade política do ainda não totalmente livre império. O Capitão-Mor de Lagarto, por exemplo, em 11 de dezembro de 1822, queixava-se que havia solicitado a prisão de facciosos ao governador Elói Pessoa quando descobriu que o mesmo havia sido preso, fazendo um outro ofício para ser entregue ao coronel José de Barros Pimentel, que reassumira o posto não por muito tempo³⁸³.

Não tardaria o restabelecimento do tratado Del Rey D. João VI. Em 5 de dezembro seriam atendidas as solicitações de separação administrativa, fazendo com que “a antiga comarca de Sergipe del Rei, que em virtude do decreto de 8 de julho de 1820, se ache constituída em província separada da Bahia”.³⁸⁴ Em 3 de março de 1823, antes mesmo da expulsão dos portugueses da Bahia, no fatídico 2 de julho, Sergipe já havia instalado o governo da província, tendo, a partir de então, uma estrutura política independente. Ainda tentaria Barros Pimentel, mesmo sabendo do decreto real, novamente destituir a junta, mas sem sucesso. Em abril, as culpas de José de Barros Pimentel e de seu parceiro, o ouvidor Inácio Gomes Camacho, seriam atribuídas a seus respectivos assessores, Euzébio Vanezio e Manuel Vicente de Carvalho Aranha, numa forma de evitar as punições contra os dois, que foram contrários à “independência dela [Comarca de Sergipe] pela carta imperial de vinte e quatro de dezembro do ano pretérito que este senado instou aos ditos governadores e ouvidor [...] mandar atacar esse senado com força armada.” Com este ato, a câmara ameniza o ato de Barros Pimentel, atribuindo aos seus escudos os crimes de serem contrários às ordens reais, solicitando à câmara, como punição, apenas o afastamento dos secretários “dos lados daqueles governador e ouvidor até que se ponham os negócios em via e andamento”³⁸⁵. O Governo das Alagoas seria menos benevolente com o General Labatut e, muito menos, com José de Barros

³⁷⁹ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 633, Doc. 17, 18 de outubro de 1822.

³⁸⁰ Pedro LABATUT, A.P.N., 5 de novembro de 1822 apud Maria Thetis NUNES, História de Sergipe a Partir de 1820, 1º Volume (1820-1831), Rio de Janeiro, Ed. Cádeta, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, p.58

³⁸¹ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 485-2, 30 de novembro de 1822.

³⁸² Maria Thetis NUNES, História de Sergipe a Partir de 1820, 1º Volume (1820-1831), Rio de Janeiro, Ed. Cádeta, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978, p.59

³⁸³ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, maço 638-2.

³⁸⁴ Maria Thetis NUNES, Sergipe no Processo de Independência do Brasil, Cadernos da Universidade Federal de Sergipe, nº 2, 1972, 1973, p.61.

Pimentel, julgando-o “um monstro de iniquidade, mais criminoso mil vezes que o estrangeiro ex-general Labatut”³⁸⁶, pelas suas ações, seja no episódio de Elói Pessoa, seja na sua despótica atitude, negligenciando as ordens imperiais.

Labatut acabaria pagando por ter interferido numa estrutura política imbricada de disputas, e a sua imagem jamais seria bem quista, ao menos em Sergipe, mesmo que sua invasão tenha sido de relativa eficiência, tendo em vista o pouco embate que proporcionou. Ficaria, para a história, como aquele que representou um empecilho ao estabelecimento de um governo que pudesse se relacionar de forma mais confortável com o Imperador: “o ex-general Labatut se deu pouco o cuidado de se fazer conhecer a coadjuvação das províncias limítrofes para tão nobre quão preciso objeto. Se meus débeis conhecimentos são invencíveis entraves para narrar feitos que bem mereciam hábeis penas, nem por isso, senhores deve o esquecimento correr espesso véu sob os patrióticos esforços do povo sergipano, que mil vezes exaltados por aquele ex-general, quando cumpria as suas justas requisições, talvez e decerto, os tinha denegrido e aniquilado perante o melhor dos imperadores, o semi-Deus do Brasil, o Senhor Dom Pedro I.”³⁸⁷ Porém, quem naquela época não representaria os lados da moeda em momentos distintos, quem defenderia a Independência de Sergipe sob o risco de arriscar a própria pele, quem defenderia a Independência do Brasil sob esse mesmo risco? Homens rotos, pobres, a dormir em um chão frio, sem nem ao menos saber que futuro lhes reservava. Estes sim, eram “cabras da peste”, nordestinos, sertanejos, fortes.

A Independência de Sergipe viria junto com a do Brasil. O território seria mantido intacto, restaram os senhores, restaram os escravos. Definitivamente, foi uma revolução, mas uma revolução que conseguiria ser quase burguesa, mesmo sem burguesia definida. “Inês é morta”, Cyrillo?, “que deus o tenha”. Os siris que deram nome ao rio morreram; El Rey morreu. Restou apenas Sergipe. Restaram também o sonho e a poesia. O rio dos siris avisava, continuava virado...e as idéias? “Vixe”, ninguém as segura. Peguemos os retalhos, façamos bandeiras. Ainda é cedo para escrever. Por isso, “não fica bandeira escrita, mas fica escrita a sentença”.³⁸⁸

³⁸⁵ APES, G1, n. 585

³⁸⁶ APES, G1, n. 613

³⁸⁷ APES, G1, n. 753

³⁸⁸ Cecília MEIRELES, Flor de Poemas, 3ª Edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1972, p. 218.

5.4 Considerações Finais.

Desordem: um Padre e um Rei, dois mantos, às vezes grupos em destinos opostos, às vezes grupos sendo apenas guiados, como uma procissão: “a treze de maio na cova d’ajuda...” e vamos s’imbora todos num levante, um atrás do outro, e o coroinha na frente, o padre no meio, com a cruz na mão, às vezes sem razão, sem ciência, sem saber por que e pra que. Neste momento, encontro Cirilo tentando tocar o andor. Criminoso de fé, muita gente, multidão ofuscando o seu brilho. Percebe-se, depois, que ele não queria tocar o andor, mas se livrar dele. Pobre Cirilo! Vai sendo pisoteado, anda sem querer, tenta fugir, tenta morrer, pois sabe que, acima de tudo, tem o andor; à frente de tudo, tem o padre, o coroinha, o ministro na eterna ladainha: “ave, ave, ave, Maria...” Este séqüito, constituído por três, Deus, Jesus e o Espírito Santo, leva um outro, a multidão. Ou melhor, seis: também têm o padre, o coroinha, o ministro...Valei-me Deus! Cirilo tá com o Diabo no corpo. Ele se bate, grita, puxa o andor, derruba as flores, rasga a batina, mas continua diminuto, minúsculo. Vêm o padre, o coroinha, o ministro, Deus e o Diabo... pois o andor já caía no chão...São... de tão espatifado nem se sabe mais quem São...Benedito, João, Antônio, José, Manoel, Pedro?...Pedro que derruba João, que substituíra Maria... “ave, ave, ave, Maria...”. O Diabo saiu do corpo! Deus só não saiu porque estava em todo o lugar. Jesus morreu na cruz, salvou todo Mundo e esqueceu de Cirilo. O Espírito de tão santo, não poderia se envolver. Pobre Caetana Maria do Espírito Santo! O padre foi consertar a batina e comer algum bolachão na casa de uma “comadre”; o ministro foi apagar as velas, – Vai Rei! Fica Rei! – e o coroinha foi roubar hóstias... Cirilo???? Continua minúsculo, no meio da rua, tentando juntar os cacos para entender o que se passou.

Ordem? Estamos ainda a juntar cacos. Todas as lutas que poderiam ter sido travadas naquele período, além das tantas que se travaram, ficariam armazenadas nos sonhos daquela sociedade enquanto aquilo que a atormentava não fosse resolvido. A escravidão, a pior destas tormentas, se tornaria, também, solução para sustentar aquela incipiente nação, fazendo com que seu maior fantasma fosse também sua base sólida: o que uniria as elites. O povo, na esperança da transformação, continuaria sonhando e lutando por outros tempos, tempos que fossem para todos. O acalanto é que nenhuma sociedade consegue impor as suas bases em um espectro, não até que ela precise ser sólida, não até que ela decida ser nação.

A formação social de Sergipe, seus conflitos, suas histórias revelou-nos um amplo quadro de vicissitudes, que ia desde revoltas populares e, dentre elas, uma revolução escrava, até uma revolução nos padrões liberais. Um pedaço do Brasil que se formava, um pedaço pulsante, insatisfeito, rebelde, que passara a questionar uma ampla rede de subordinação: subordinação ao trabalho não pago, à Igreja

Católica, aos senhores, às péssimas condições das senzalas; subordinação à condição de dependência à Bahia, com descontroles e desmandos de quem não conhecia a realidade sergipana; e, num sentido mais amplo, subordinação à condição colonial, que coloca empecilhos à reprodução e ao desenvolvimento econômico da região, além de limites legais, políticos e sociais que criavam uma lacuna histórica entre os nascidos na colônia e os que vieram da metrópole.

Destas três principais subordinações, outras tantas diferenças, abusos, preconceitos, discriminações, violências, se instituíram. E nenhuma sociedade perdura impune por tanto tempo, com tantos abusos, cremos. Esta sociedade, como um todo, não aceitaria continuar por tão longos anos dentro de limitações generalizadas e de cunho tão profundo. Embora de forma diferenciada, de acordo com a classe social, as insatisfações com o agravar da crise atingiam desde os senhores até escravos, naquele final de período colonial. Algumas classes, como sempre, conseguiram impor sua vontade, mantendo parte da dependência, mas também mantendo parte da subordinação que os nutria, que os diferenciava. Outras, porém, nunca aceitariam de forma pacífica o jogo dos vencedores sem alternativas várias de uma ruptura consistente e/ou insistente, ao menos.

Essa necessidade do protesto, essa cultura da reivindicação independe de qualquer fator externo ou interno, de cultura, de religião. Ela é fruto da luta de classe, consequência da condição humana naquela colônia desordenada, desregrada. A rebeldia dos negros nas senzalas, das mulheres nas camas, dos desertores nos matos do sertão, todos eles, mesmo quando tudo parecia o mais reacionário possível, estavam dispostos e obstinados a sobreviver, a viver.

Diversos casos de insubordinação foram narrados nas páginas desse estudo, enquanto uma elite temerosa da morte ficava a se esconder atrás das grandes casas, atrás de belas patentes, atrás do Rei, mesmo quando Rei já não valia mais nada. Derrubaram os mantos, despiram os padres naquilo que eles tinham de pior. Ao final, estes homens simples foram intencionalmente esquecidos, mas continuavam lá, definindo os rumos, mesmo quando não pretendiam definir coisa alguma, mesmo quando só queriam fugir, se esconder, sobreviver, viver.

Ao perderem, nunca foram derrotados. O sangue que escorria pelo chão das ruas em pedra sabão, pelo ardido da seca, pela folha seca da cana-de-açúcar que se acumula nos canaviais, mais forte do chão se erguia. Aquele foi o melhor dos tempos, a era das revoluções. Foi o pior dos tempos, porque a fúria dos que venceram novamente retornou para os vencidos. Restaram ecos, Anteus, sons de tambores, sonhos de escravos. Restou a humanidade pensar que aquela revolução não traria nem Liberdade, nem Igualdade, nem Fraternidade, mas fazia a própria sociedade questionar como atingir esses ideais. Os escravos lutavam para recuperar essa humanidade, que todos falavam, mas que ninguém entendia, muito menos os próprios

escravos, algozes do que existe de mais bárbaro na história desta suposta humanidade. Para sobreviver, reinventaram sua forma de a entender, e só eles o fizeram, e até hoje ninguém mais consegue, por mais que tentássemos. Se estes mudaram para se adequar aqui e ali; se infelizes, mantiveram os mesmos expropriadores no poder, nada poderia mudar a ânsia e a necessidade de que por um momento, por mais efêmero que fosse, essa sociedade pudesse ser contra aquela ordem das coisas.

Talvez aqueles homens, por viverem tão marginalizados, não precisassem ler os franceses para saberem o que era lutar por liberdade. Não precisavam mesmo. Viviam para isso, sonhavam a cada dia que acordavam, a cada dia que dormiam, poderem transformar a sua condição. Ao fugir dos açoites resolveram montar um grupo de sonhadores, ou até mesmo fugiram sozinhos pelas gretas do sertão nordestino. Duplamente marginalizados: primeiro, por serem escravos negros fugitivos; e segundo, por estarem fora da lógica de acumulação colonial, mas nunca se rederam, mesmo quando enfiavam uma faca e cortavam as tripas e expunham o bofe. Ao se organizarem, ao aperfeiçoarem os mecanismos de luta, ao adquirirem experiência rebelde, descobriram que a técnica anterior era deficiente. Inventavam novas, descobriram também que uma grande revolução era possível, assustaram mais uma vez o Senhor.

A revolta dos escravos deparava-se com as notícias externas: Revolução na Inglaterra, morre o Rei; Revolução na França, morre o Rei; Revolução em São Domingos, passava a morrer senhores. Não que eles já não morressem na Bahia, em Sergipe, em Pernambuco e, exatamente por isso, o fantasma de São Domingos era mais tenebroso. Pela experiência que ela representava, mas e, principalmente, porque os senhores sabiam que existiam todas as condições possíveis para o Haiti ser aqui, mesmo que o Haiti nunca tivesse existido.

A nossa história ao encerrar com o processo político, não o valoriza, pelo contrário, insere-o dentro da perspectiva do que ele representou: ao mesmo tempo, transformações profundas em vários aspectos, porém recheados pela manutenção de aspectos não menos importantes como a escravidão, mudaram a ordem das coisas, sem mudarem quase nada: contradição? Uma a mais, uma a menos, naquela sociedade colonial já nos parece normal. Uma revolução talvez e, principalmente, por deixar marcas profundas para o futuro de uma nação que trilhava ainda os primeiros passos. Uma revolução pelos seus ecos, muito mais que pelas suas ações. Uma revolução que ecoava ao som de ritmos mais complexos e consideráveis, talvez que a própria marsehesa. Uma revolução que até nossos dias atormenta os ouvidos daqueles que não conseguem distinguir que não é apenas no grau superlativo das comparações que existem dois lados a lutar por interesses distintos, porque um dos lados insiste que esses interesses não podem ser iguais. Os tambores continuam incomodando a elite, muito embora esta elite consiga incomodar muito mais os batuqueiros. Oxalá isto mude.

Ao leitor desgostoso pelos poucos momentos de texto fabuloso, desconsidere-os se fugimos às regras em poucos momentos. Foi apenas porque, “em toda parte, pelo mundo afora, são as trevas novamente, a guerra contra o povo, a prepotência. Mas, como se comprova nesta fábula, é sempre possível plantar uma semente, acender uma esperança. Fim.”³⁸⁹

³⁸⁹ Jorge AMADO, Farda, Fardão, Camisola de Dormir: Fábula para Acender uma Esperança. 5ª Edição, Rio de Janeiro, Record, 1980, p. 239

Memória Histórica e Documentada dos Sucessos Acontecidos em Sergipe D'El-Rei.

Por ter feito o meu dever como vassalo fiel de sua Majestade, a quem tinha jurado preito e homenagem, por uma parte; e pela outra, por ter também satisfeito ao outro dever de bom Cidadão, não comprometendo os Povos; evitando as desordens, e afastando a guerra civil, que a Bahia lá lhe levou, com uma força armada, composta das três armas, e um parque d'artilharia; fiquei deslocado, e derribado do lugar para onde Sua Majestade me tinha nomeado, perseguido, preso e suplantado, como tudo se verá pelo relatório abaixo escrito, substanciado com documentos. Devendo ser mui mortificante à Vossa Majestade, e às Cortes, que o governo da Bahia escravizasse e pusesse outra vez debaixo do seu jugo aquela Capitania, separada, e independente, por Decreto de 8 de Julho do ano passado.

A má locação e arranjo deste relatório, é devido ao estado de atribulação que devia resultar de estar metido em uma masmorra, que tinha servido de latrina, no Forte do Mar da Bahia, e que não devia ser emendada, ou corrigida visto ter já ido por duas vias para as cortes de Lisboa.

Tendo-se criado em 8 de julho de 1820, a província de Sergipe D'El Rey, independente, e separada da Bahia, por sua majestade El-Rei D. João VI, única autoridade, que, então havia, e única a quem era indisputável este direito.

O mesmo senhor houve por bem nomear-me Governador da dita província em 25 do mesmo mês da independência. Naquela época, nem a Bahia nem Sergipe se opôs, ou representou contra a independência, tendo pedido a última a mais de dez anos, o que se efetuou por então não convir.

Cheguei a Bahia para ir ao meu destino a 3 de janeiro de 1821 e então o Conde da Palma, a Real Junta da Fazenda, e eu fizemos um termo declaratório e relativo às rendas, para que estas ficassem pertencendo a Sergipe, desde o primeiro do dito mês de Janeiro em diante.

Parti desta cidade a 5 de fevereiro e a 9 do dito mês cheguei a Pitinga, distante da Bahia 5 léguas, e na tarde do dito 9 escrevi a Francisco de Paulo d'Oliveira, (hoje membro do Governo) e lhe dizia que ia dormir no engenho Barbado e sendo a revolução no dia 10, podia, para me poupar incomodo, e despesas mandar-me buscar ao caminho, o que conseguiram no dia 11; pois eu estava então em Santa Anna, 17 léguas da Bahia. Cheguei a Sergipe na tarde do dia 19 do mesmo mês, e nada eu sabia do que se tinha passado, e se alguém em Sergipe o sabia não o dizia.

No dia 20 de madrugada, apareceram em minha casa, Luiz Antônio da Fonseca Machado, então Governador, e o ajudante de Milícias José Joaquim Ferreira, homem de péssima conduta e caráter;

(trabalhei muito para que o não matassem, pelo que tinha feito no tempo em que serviu ali) o qual apresentou uma mala que se abriu, e nela vinham tais cartas dirigidas ao sobredito Luiz Antônio da Fonseca Machado, e assinadas por José Caetano Paiva, que ninguém conhecia e muito menos a sua letra; uma tratava do sucesso do dia 10 na Bahia; outra em que ordenava o juramento geral, e outra em que me não desse posse, e que me repelisse para fora da Capitânia, servindo-se até da força.

Luiz Antônio da Fonseca Machado, não esteve por nada disto, e obrigou-me a tomar posse; o que eu não quis fazer, sem consultar primeiro a opinião, e vontade geral.

Congregaram-se para isso em minha casa: a Câmara, o Ouvidor pela lei, as Autoridades Eclesiásticas, os Prelados das Ordens, as Autoridades Cíveis, os Chefes e Oficiais Superiores dos Corpos, Capitães Mores, e mais Oficiais das Ordenanças e todo o mais povo que pode entrar.

É de notar que naquele dia achavam-se em Sergipe tudo o que há de bom, e recomendável na Capitania. Fiz-lhe ler os tais papeis vindos da Bahia, relatei-lhe o estado das coisas, e a repugnância que eu tinha de tomar posse.

Todos se conspiraram contra tal repugnância, e me obrigaram a que tomasse e eu aceitei, depois de garantidas pelos Chefes dos Corpos.

Fez-se de tudo um termo (a). Não havia no sobredito dia 20 e na ocasião se lavrou o termo, um soldado armado ou na fileira, e os que havia estavam em suas casas e pertenciam aos Chefes ali presentes que me obrigaram a posse e a garantiram.

Sucessivamente entreguei aos sobreditos Chefes, o sossego público, e a policia dos Distritos, que lhe marquei. Proibi-lhes que embargassem, prendessem ou impedissem a quem viesse ou fosse para a Bahia. Fiz sair todas as embarcações que estavam carregadas, e que continuassem o comércio, como até ali; mandando para os portos do Cotinguiba, Estância e Itaporanga, um Fiscal para cada um, para tomar conta do que sabia, fazer disto assento, e obrigar ao Carregador a assinar fiança ao dizimo, caso na Bahia lho tirassem.

E como os membros nomeados, para a junta da Real Fazenda, que se ia criar estavam na Corte, e que por aquele estado de coisas, não veriam tão cedo, por uma parte e pela outra, o não quere eu, ter só a responsabilidade da Real Fazenda e não havendo naquela época nenhuma repartição de fazenda, ou alguém empregado dela: nomeei uma interinamente composto, eu, como Presidente, o Ouvidor pela lei, um Fiscal, que faz as vezes de Procurador da Coroa, um Escrivão, e um Tesoureiro. Esta Repartição mandou chamar os diferentes recebedores, para darem conta, e mandou também por em praça os Contratos Reais; porém nada teve efeito porque houve vinte e seis dias de governo de fato.

Os passaportes tanto por mar como por terra foram sempre francos, (não acontecendo assim com as minhas cartas, tanto oficiais como particulares; pois todas eram abertas, e nunca me foram restituídas, e até oficiais da Corte foram interceptadas no correio e ali sumidas).

No decurso do meu governo não foi preso ninguém por opinião e quando no dia 4 de março deste ano, três bêbados, na Estância, convidaram a câmara, as Autoridades civis, o vigário e o chefe da Legião de Milícias e quiseram persuadi-las, que proclamassem a Constituição, a que se opuseram as ditas autoridades e não houve efeito algum, deu motivo a este sucesso o Brando (b). Tendo toda a certeza que a Força Armada estava na Barra da Estância, e que desembarcava, como desembarcou no dia 12 do mês de Março, escrevi aos Chefes dos Corpos circular, (c) e sabendo que já tinham desembarcado, mandei publicar o Brando (d). Parei daí em diante com mais medidas, e providencias, pois a Povoação das Laranjeiras, no dia 15, jurou a constituição, ficando a cidade entalada, entre ela, e Estância.

A força armada auxiliada por quatro Companhias: duas de cavalaria e duas de infantaria (todas de Milícias da Legião da Estância) com um parque de Artilharia marcharam dia 14 sobre Sergipe, tendo ao mesmo dia feito jurar a gente da Estância, e sendo a distância, só de doze léguas; vieram tão devagar e tão assustados que só no dia 17 chegaram ao Rio Comprido, uma légua distante da Cidade, tendo quatro dias antes, mandado o comandante da dita força o ajudante de Milícias Francisco Correia da Silva, a Sergipe a espalhar Proclamações, e a persuadir a gente da cidade que se levantassem antes de chegar a força: o que não teve efeito porque o povo não aprovou.

No dia 17 pela tarde veio outra vez o tal ajudante e o Tenente do Batalhão nº 12 de Portugal, José Vaz Lopes, e não sei a que, mais foi o tal motim que promoveram na cidade, que me obrigaram a mandá-los chamar, e depois de lhe estranhar a falta de delicadeza, a falta de respeito, e da Ordem Militar, entrando em uma povoação onde estava um Oficial Superior independente da qualidade de Governador: os prendi a ordem de sua majestade e os mandei entregar ao Chefe da Força armada que bigudeou a prisão, e soltou (o que mais graça teve, foi que o Tenente Vaz foi quem me conduziu a Bahia escoltado os Oficiais presos e o dito Ajudante de Milícias Francisco Correia da Silva, conduziu também prezo o secretário). Na tarde pois do dito dia 17 convoquei a Câmara, e todas as autoridades, e em consequência do estado das coisas e da força armada estar a porta, entreguei o Governo interinamente no seio da Câmara, como se vê (e).

Mandei entregar as chaves do Deposito ao Oficial do destacamento ao estacionado.

Mandei entregar a chave da Secretaria ao Ouvidor pela lei e eu fechei as minhas portas.

No dia 18 às 7 horas da manhã, entrarão pela cidade o Coronel Bento da França Pinto e Oliveira com a força armada vinda da Bahia, a auxiliadora da Estância e um Parque de Artilharia, carregado de metralha, morrões acesos e a Cavalaria as pistolas na mão.

Formaram em batalha de frente da casa da Câmara com as baionetas, tocando nos muros, e a Artilharia embocada às ruas que diziam para a dita casa da Câmara: aí deram vivas: (porém eles sós) chamaram as autoridades, e as fizeram jurar; e o dito Coronel mandou a minha casa o Major Rucel, a dizer-me que tendo ordem positiva para me não falar em juramento nem a meus filhos contudo os mais oficiais e inferiores deveriam já ir: o que fizeram imediatamente e não querendo nenhum deles jurar: foram todos presos, e o mesmo aconteceu aos inferiores; mas estes no outro dia sendo ameaçados de baixa e pranchadas por um lado; e pelo outro da promessa de mais soldo, cederam e juraram.

Perguntando ao Coronel Bento da França que ordens havia a meu respeito, respondeu-me que se lhe tinha proibido o falar-me em constituição, que eu não fosse preso por modo algum, a exceção se resistisse, com força armada, e que eu me devia recolher a Bahia, para que o dito Coronel me forneceria os meios, que eu precisasse; pedi alguns dias para me aprontar, concedeu-me; mas todos os dias era inquietado, com a requisição de que saísse, o que efetuei no dia 25, acompanhado do Tenente Vaz e uma escolta de Cavalaria.

No dia 21 foi instalado no Governo da Província, (ficando sujeito ao da Bahia) o Brigadeiro reformado Pedro Vieira: sendo mui coerente tal nomeação, com os despropósitos, que já até então havia, que há, e irão havendo; pois que tendo sido derribado o Conde de Palma e eu, por sermos sós no Governo, que não era Constitucional; e porque o Governo de um cheira a Tirania e o de muitos a Liberdade, ficou Sergipe um só, que não cheira mais a Déspota por que foi nomeado pelo Governo liberal da Bahia cheirava eu por ter sido por El-Rei!

Nos dias em que me demorei em Sergipe ao depois de ter entrado a força armada toda a gente da cidade era despida para lhe procurarem papeis.

Entre as violências e prepotências praticadas pelo Governo da Bahia, com o fim de segurar a dependência e a escravidão das Províncias e as suas rendas, fez a prisão dos Vigários: o Geral da Província, e pároco da cidade, e o Vigário de Nossa Senhora do Socorro. O primeiro porque tinha explicado o Evangelho escrito aos mais Vigários, o comunicassem na Missa Conventual; o segundo ignora-se, porque até jurou a Constituição, antes de ver a força armada; ambos estiveram no Aljube incomunicáveis e ao depois passaram para Santa Tereza onde o primeiro se conserva preso e o segundo foi solto no dia 16 de abril.

Gastei 15 dias a chegar á Bahia e achei no lugar Congrurú (distante da Bahia três léguas) uma ordem para o Tenente Vaz que logo que ali chegasse se dirigisse comigo e mais oficiais a Água de Meninos ou Quartel da Cavalaria e que ali recebiam a ordem.

Entramos na cidade ás 8 horas da noite; mas desde longe éramos escoltados por Patrulhas de Cavalaria.

No caminho chegou-se a mim o Capitão de Cavalaria, Santa Bárbara e me disse que por ordem do Governo me conduzia para o Forte do Mar e que os Officiais iam para São Pedro e quando estávamos dentro do porto, é que me disse que estava preso e ele por sua autoridade, prende então meus dois filhos.

Atirarão comigo a uma masmorra, que tinha servido de latrina, e que se desentulhou aquela noite para eu entrar de tal modo fedorenta, úmida, quente e pequena que não se podia viver nela.

Depois de quarenta e oito horas dirigi ao Governo o que se vê (f).

Mandaram-me mudar para o Forte do Barbalho e os meus filhos soltos.

Imediatamente que li o decreto de sua majestade de 7 de março ordenei ao Capitão Manuel José de Castro, Comandante Interino do Corpo que se havia de criar em Sergipe, o que se vê (g) e ao Governo Provincial escrevi o que se devisa (h), e vendo que nenhuma resposta, ou resolução tinha, escrevi novamente ao mesmo Governo o que se vê (i). No dia 13 do corrente fui eu, os Officiais que estavam no Forte de São Pedro e o secretário do governo que estava também preso no Forte do Mar, considerados como presos; mas tendo a Cidade por homenagem, e vendo que teimavam em não me responder, repliquei com a representação (j), e aberta a mandei botar na caixa dos requerimentos.

Veremos finalmente, que até o dia 18 do corrente, não tinha tido resposta, ou decisão, sobre as representações, que vão transcritas nas Notas (h,i, e j) e que por proteção da minha justiça e despotismo em tudo, que me diz respeito resolvi-me a escrever ao redator do semanário cívico, o que se divisa (h) e respondeu-me por escrito o que se vê (l) estando eu bem certo que tal nota não se imprimia.

Como até ao dia 24 a nada se me tinha dado decisão, escrevi a José Caetano de Paiva Pereira, o que se devisa (m).

No dia primeiro de maio, recebi ordem de embarcar, com mais cinco oficiais, a bordo do Correio, o que não teve efeito a meu respeito, pela pequenez da embarcação, e só foram os oficiais, conservando ainda o caráter de presos.

No dia 8 fui solto, tendo decorrido trinta dias de prisão, sem que se me declarasse culpa, infligindo de modo, e insultando os artigos Constitucionais, aprovados em Lisboa nos §§ 4º 5º não se lembrando do direito, que me deixam pelo artigo 6º.

Em 10 requeri o que se deviza (n), e em 18 de maio tive Ordem por escrito para ir ao Governo jurar obediência a El-Rei, á Religião, á Constituição, que se há de fazer, e o Governo Provisional da Bahia, o que se efetuou no dia 19, repugnando eu ao último artigo do juramento, e só o fiz, com a condição de ser pelo tempo que me demorasse na Capitania.

No dia três de junho embarquei a bordo do Correio, para regressar para esta Corte.

Todos os meus desejos, são: que a linha de comportamento, que tive em ocasião tão critica, seja julgada na opinião, ou circunstâncias, tendo em vistas os deveres, que a honra prescreva, decida do meu comportamento, pela qual não fui perjuro á Sua Majestade, ao juramento de preito e homenagem, nem entregando o deposito que me tinha confiado, senão na extrema necessidade; nem fui contra a outra obrigação como Português, pois não me opus com força, com intriga, ou com sugestões.

a) Termo da Congregação

No dia 20 do corrente mês de fevereiro do ano de mil oitocentos e vinte e um: sendo presente o Senhor Governador Luiz Antônio da Fonseca Machado, o Senhor ouvidor pela Lei, o Senhor Juiz Ordinário Presidente da Câmara desta Cidade, o Procurador, Vigário Geral, Prelados das religiões e Comandantes dos Corpos: foram presentes três cartas vindas da Bahia, assinadas por um homem chamado José Caetano de Paiva, que diz ser secretário de uma junta provisória composta de nove membros, tão desconhecidos desta Capitania como o mesmo secretário, e tomando em consideração este Congresso a muita fidelidade, que tem a El-Rei Nosso Senhor, e aos seus mandados, por uma parte, e pela outra a incurialidade, e irregularidade de tais participações, e tais procedimentos assentam-se conservarem-se firmes na sua fidelidade indelével, e manter nesta província no mesmo estado em que esteve até hoje, até que saiba por modo autentico, e legal, qual é a vontade e determinação de sua majestade, ou até quando a vontade geral de seus irmãos situados no Brasil e dêem a conhecer de um modo legal, e certo.

As autoridades acima nomeadas afiançam e protestam apoiar, garantir e manter tudo quanto neste Termo vai declarado, cada um pela parte, que lhe pertence , e pela daqueles que lhes são subordinados dando-se parte imediatamente a Sua Majestade, de todo o acontecido para a esperar a Sua Ulterior Determinação: e para que vai o mesmo Senhor Luiz Antônio da Fonseca Machado, e o Senhor Tenente Coronel Manoel Rolemberg de Azevedo Accioli, Sergipe de El-Rei e Cidade de S.Cristóvão – Luiz Antônio da Fonseca Machado, brigadeiro governador; Ouvidor José Ribeiro Navarro; o juiz ordinário, Bento Antônio da Conceição Matos; o vereador José Rodrigues Bastos; o vereador José Manuel Machado de Araújo; o vereador Pedro Celestino de Souza Gama; o procurador, Francisco Moreira de Sá Maramaqui;

o escrivão, José Carlos Novaes Lins: o síndico da câmara e fiscal da Real Fazenda, Manoel Vicente de Carvalho Aranha; Luiz Antônio Esteves, Vigário Geral; Frei Luiz Virgem Maria, presidente em Capitulo; Frei Francisco de Salles e Souza, prior do Convento do Carmo; Frei Jerônimo de S. Pedro e Alcântara, guardião do Convento do Recife; José Agostinho da Silva Daltro, Coronel; José de Barros Pimentel, Coronel; Guilherme José Nabuco de Araújo, Sargento-mor Comandante; Carlos Valeriano Leitão Bandeira, Sargento-Mor Comandante; Domingos Dias Coelho e Mello, Tenente-Coronel Comandante; José Antônio Neves Horta, Major; Manuel Rolemberg de Azevedo, Tenente-Coronel; Simeão Teles de Menezes, Capitão-Mor; José da Mota Nunes, Capitão-Mor; Manuel de Deus Machado, Sargento-Mor; Manuel José de Castro, Capitão da Primeira Companhia de Linha; Ângelo Antônio Mendes, Capitão de Segunda Companhia do Corpo de Linha; João Antônio Dine, Tenente; José do Carmo da Silva Ribeiro, Tenente; Hermenegildo José Telles, Capitão; Joaquim Francisco de Albuquerque Lima, Capitão; Antônio Luiz, Tenente; Alexandre da Cruz Brandão, Alferes; Jose Alves Quaresma, Tenente Secretário; Francisco Manuel da Rocha, Primeiro Ajudante; Francisco Sales de Thomaz, Capitão.

Post-Scriptum: Acentão por unânime parecer este Congresso, que o Tenente-Coronel Manuel Rolemberg de Azevedo Accioli fosse encarregado especialmente a Sua Majestade El-Rei Nosso Senhor o termo acima retro, e receber do mesmo Senhor as suas Determinações e Ordens, e para evitar assinaturas progressivas: O Ouvidor pela Lei, e o Presidente da Câmara assinou. Era Supra. O Ouvidor Interino José Ribeiro Navarro, O Juiz Ordinário Bento Antônio da Conceição e Mattos.

Esta conforme o Secretário do Governo José Antônio Fernandes.

b) Brando ao Povo de Estância e de Vila de Santa Luzia

Povos da Estância e Vila de Santa Luzia que tendes tido até aqui por timbre a felicidade e a regularidade, comportamento e seriedade nos vossos juízos, quereis perder todo o conceito, que mereceis, por atos irregulares ditados por facciosos, que querem o que não sabem, que pugnam pelo que não entendem?

Lembraí-vos, que no dia sempre memorável vinte passado desta cidade, onde se achava junto tudo o que há de recomendável nesta Província, se fez o ato, mais livre, e espontâneo, que na História se tem lido: ato, que para o futuro fará sempre honra aos Sergipanos :- o podeis ler, e ver quem nele assinou, na Câmara dessa Vila, para onde remeto.

Sustentai pois o que naquele dia se fez; não se seguindo prejuízo na pequena demora, que deve haver, até a chegada da embarcação que mandei ao Rio de Janeiro.

Esta demora não vos causa incomodo: os portos estão abertos, como d'antes, e a navegação continua; o Lavrador, o Negociante, e o Artista não são incomodados no seu tráfico: vós bem sabeis vós o experimentais. É sabido de todos, que há um só homem, que de graça esteja fora de sua casa empregado em serviço: quando pelo contrario vós vedes a margem do Sul de Itapicuru, alastrada de desgraçados, das Ordenanças que não tendo que comer, tem suas famílias em orfandades. Esperai, esperai mais um pouco; as resoluções de Sua Majestade não podem nas circunstâncias atuais serem morosas: elas nos serão anunciadas em pouco tempo. Deixai a Bahia e aprendemos dela o que nos convém. Esta província instalada, e separada da Bahia em 8 de julho do ano passado por Sua Majestade, não faz dúvida a ninguém, que o está de fato e de direito; com tudo espíritos ambiciosos, e sordidamente da idéia, que para o futuro aqui se hão de arrematar as rendas, aqui recebe-las e gasta-las; atijam os que cá tem por delegados, e fomentam insurreições e motins. Que conseqüências tão funestas seno poderão seguir de semelhantes insendiações?

Acautelai-vos, Ó Povo bom; mas ignorante; velai ó Magistrados e preveni-vos, ó Proprietários, contra vós é que se atiram as setas envenenadas; olhai quem vos rodeia, e em que número relativo a vós e conclui; que quando se está em estado de convulsão, todo o Mundo se persuade estar munido de igual direito, e toma regularmente parte nela. Se tal acontece infelizes habitantes! Sergipe, 6 de março de 1821 – Carlos Cezar Burlamarqui.

c) Circular aos Chefes dos Corpos Militares

Jamais me persuadi, que a Bahia tivesse vistas hostis sobre uma Capitania, a quem não tem direito algum de governo; a uma Capitania quieta, e desarmada, que por cumprir o dever, que lhe é sagrado não consentiu ainda entre si a opinião, que voga na Bahia, com tudo noticias certas que me tem chegado, é de esperar, que desembarque na Estância Tropas, e tem que sendo poucas, mas por isto mostram a sua inconseqüência, e como a despesa natural, (quando somos atacados sem ter dados motivos) inata a todo o animal, a toda sociedade, e a todo o Mundo, Vossa Senhoria convocará o corpo que esta debaixo de suas ordens, fazendo-lhe ver estas verdades, e aprontará para a defesa, logo que sejamos atacados. Toda a Infantaria, entre a Barra e a Povoação, e a Cavalaria nas imediações com os corpos de Infataria.

Todos devem vir armados, e municiados, com o que é seu, visto aqui não o haver de Sua Majestade: mas certificados, que se lhe há de pagar; assim como hão de ser alimentados, e se Vossa Senhoria achar embaraço, ou dificuldade na execução desta participe-me imediatamente por escrito.

Deus Guarde a Vossa Senhoria – Sergipe d’El-Rei, 11 de março de 1821 – Carlos Cezar Burlamarqui, Ilustríssimo Senhor Major Comandante da Legião de Santa Luzia, Guilherme José Nabuco de Araújo.

N.B. – De igual teor, e data se expedirão para todos os Comandantes dos Corpos da Capitania, só como diferença nas posições.

d) Brando de 13 de março de 1821, dirigido ao povo, por ocasião do desembarque das forças.

Povos sergipanos, situados nas diferentes vilas, grandes povoações, Missões e Arraiais: vossos avós fizeram sempre uma grande figura na História, por valor e lealdade aos Legítimos soberanos, dados por Deus.

A guerra que houve a sustentar com os Holandeses e com os Franceses nos subministram fatos, que admiram, e a desgraça e sempre terrível sublevação de Pernambuco fez reviver, nos corações de vossos filhos, a memória grata dos feitos dos seus antecessores: achamo-nos pois em uma crise, que não sendo tão violenta como aquela contudo ameaça o vosso sossego, vossos interesses, vossa honra, e vossa fidelidade, que prometeste pelos órgãos de vossos superiores sustentar indelével até que Sua Majestade desse, e fizesse saber-nos suas decisivas Ordens, que não tardam; porque esta capitania a mandou recebe-las e porque aquele Augusto Senhor, não ignora a este tempo os sucessos da Bahia. A vossa lavoura não tem sido interrompida, nem embaraçada; o nosso comércio esta no pé antigo; os portos abertos e a estrada franca; demorai-vos pois, tende sofrimento, e eu vos afianço, o bom resultado, e muitos gozos. Não vos amedronte a força, que dizem estar na Estância e não é possível que queiram atacar a seus irmãos, no seio de suas famílias, e pôrem-se no risco de se ver verter sangue, que pelas relações e parentesco, se há de confundir com horror e natureza. Demorai-vos, torno-vos a repetir, Sergipe d’El-Rei, 13 de março de 1821. Carlos Cezar Burlamarqui.

e) Convocação á Câmara.

Francisco de Paula Madureira, Tabelião do Público, Judicial, e Notas. Escravião do Crime, e Cível, e Câmara desta Cidade de São Cristóvão de Sergipe D’el Rei, por sua majestade fidelíssima, que Deus Guarde, etc. – Certifico que revendo o Livro de Vereações, que presentemente serve nele se acha o Termo de Protesto, feito pelo Excelentíssimo Senhor Governador desta Capitania Carlos Cezar Burlamarqui em

presença da Câmara, do teor seguinte. – Termo de Protesto – Aos dezoito dias do mês de março de 1821 anos, em casa de Presidência do Governador desta Província, Carlos Cezar Burlamarqui, professo na Ordem de Cristo estando presente o Corpo da Câmara desta Cidade, Ouvidor Interino, Vigário Colado e Geral, Forence, e o das Vacantes, e o Capitão-Mor, e os mais todos abaixo assinado: declarou o dito Governador, que tendo em frente a força armada e evazoura da Bahia, e auxiliar da legião de Santa Luzia da Estância, e não havendo, nesta Capitania, principalmente nesta Cidade, nenhuma força, e não querendo o dito Governador, nem devendo, por em contingência a segurança dos povos, que lhe foram confiados, por meio de uma guerra civil, odiosa, e terrível ao coração de S.Majestade: entrega, e deposita, inteiramente no seio da dita Câmara o governo, que sua majestade, lhe confiou, e que recebeu da dita Câmara.

Protestando, contudo, com quantos meios podem haver em direito, contra a violência, que se lhe faz, e de como assim o disse, a dita câmara tomou entrega do sobredito Governo, e mandou a mesma fazer este termo, em que o sobredito Governador, Câmara, Ouvidor, Vigário Colado, e Geral Forence, e o das Vacantes, e o Capitão-Mor, assinaram, com as testemunhas presentes. Eu, Francisco de Paula Madureira, Escrivão da Câmara o escrevi. Declaro que este termo foi feito nessa Cidade de Sergipe D’el Rei, Eu dito, Escrivão o declarei. – Carlos Cezar Burlamarqui – O Ouvidor Interino, José Ribeiro Navarro – O Juiz Ordinário Bento Antônio da Conceição Mattos – O Vereador José Rodrigues Basto. – O Vereador José Manuel Machado de Araújo. – O Vereador Pedro Celestino de Souza Gama. – O Procurador Francisco Moreira da Silva Marramaque. – Luiz Antônio Esteves. – O Vigário Paroquial e Geral Serafim Alves da Rocha, Vigário Geral das Vacantes. – Henrique Luiz de Araújo Maciel, Capitão-Mor das Ordenanças. – Antônio José Gonçalves de Figueiredo, Vigário Colado da Freguesia do Socorro. – Joaquim Inácio Ribeiro de Lima, Tenente-Comandante do Destacamento. – Sylvestre Gonçalves Barroso, Capitão de Ordenanças. – Cristóvão de Abreu de Carvalho Contreiras, Major. – José Vianna Glascock .– e nada mais se continha no dito Termo de Protesto, escrito no Livro, que eu Escrivão fielmente fiz passar a presente Certidão, ao qual me reporto, que conferi com outro oficial abaixo, ao conserto, assinado, no dia, e era um supra retro. Eu, Francisco de Paula Madureira, Escrivão da Câmara o sobrescrevi. E consertado por mim Escrivão Francisco de Paula Madureira. – e comigo Escrivão da Correção, José Carlos Novaes Lins – O Capitão José Ribeiro Navarro, Juiz Ordinário mais velho desta Cidade, e na mesma, e sua Comarca, o Ouvidor Geral Interino, Juiz de Índia e Mina & C. faço saber que as assinaturas do conserto supra são dos próprios escrivões nele contendo, que hei por justificado. Sergipe D’el Rei, 18 de março de 1821. – José Carlos Novaes Lins, Escrivão da Ouvidoria Geral, e Correção, que escrevi. – José Ribeiro Navarro.

f) Representação aos Governantes da Bahia

Reprenta a Vossas Excelências o abaixo assinado Governador de Sergipe D'El Rei, que tendo sido lançado em uma masmorra horrível no Forte do Mar Inabitável, pelo forte calor, e umidade, e que não havendo em o dito Forte nenhuma outra posição, ou casa, o representante, que se acha bastante doente, pede a Vossas Excelências lhe remova a prisão para outra parte; onde se reúnam a decência, que lhe é devida com o seu bem estar. Bahia, 10 de abril de 1821. Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores do Governo Provisional. – Carlos Cezar Burlamarqui.

g) Ofício ao Senhor Capitão Manuel José de Castro

Em consequência das ordens de Sua Majestade, transcritas no decreto junto, Vossa Senhoria, e Oficiais e Oficial Inferior, do seu Interino Comando, Juraram a Constituição, que se vai organizar nas Cortes de Lisboa, e o mesmo eu farei, e os meus ajudantes d'ordens.

Nesta data, e ocasião participo ao Governo desta Província, isto mesmo, e exijo a sua soltura, o que lhe participo, para a sua inteligência. Deus Guarde a Vossa Senhoria. – Forte do Barbalho. 12 de abril de 1821. Carlos Cezar Burlamarqui. – Senhor Capitão Manuel José de Castro.

h) Requerimento Dirigido ao Governo Provisório

Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores. Achando-se presos no Forte de São Pedro desta Cidade, e com sentinela a vista, o Capitão Manuel José de Castro, o Tenente José do Carmo Ribeiro, os Alferes João Maria Sampaio, e Felício Paes e um Sargento, pelo único motivo de não terem querido jurar a constituição, agora pelo decreto de Sua Majestade, datado em 7 de março do corrente ano, os ditos presos, eu e os meus ajudantes d'ordem, nos achamos prontos, e de mui bom coração a cumprir aquele sobredito decreto, e juramos a constituição do mesmo modo que Sua Majestade fez. Em consequência do que peço, e requeiro a Vossas Excelências a soltura dos ditos oficiais, e Sargentos, e a sua passagem franca para onde lhes convier. Deus Guarde a Vossas Excelências. Forte do Barbalho, 12 de abril de 1821. Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores do Governo Provisional. – Carlos Cezar Burlamarqui.

i) Ofício Dirigido ao Governo Provisório

Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores.

Na data de ontem tive a honra de participar a Vossas Excelências, que tanto eu, os meus ajudantes d'ordens dos oficiais, inferior, todos presos estávamos prontos, desejamos, e queríamos jurar a Constituição da mesma maneira que Sua Majestade o fez, e em reverência ao decreto de 7 de março deste ano, e na mesma ocasião pedi a Vossa Excelência a soltura daqueles oficiais inferiores: aqui nada tive resposta ou decisão. Peço pois a Vossas Excelências em nome das Cortes Gerais da Nação, que nomeie pessoa idônea para prestarmos o sobredito juramento, e no caso de negativa de Vossas Excelências por sua bondade, hajam de me dar por escrito ou mandar dar meio para minha ulterior desforra. Deus Guarde a Vossas Excelências. – Forte do Barbalho, 13 de abril de 1821. – Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores do Governo Provisional.– Carlos Cezar Burlamarqui.

j) Officio Dirigido ao Governo Provisório II

Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores. O abaixo assinado, os seus ajudantes de ordens, e mais oficiais presos tomam a confiança de lembrar a Vossas Excelências as suas petições que foram presentes a VV. EEx. nas datas de 12 e 13 do corrente. Forte do Barbalho, 16 de abril de 1821. – E.R.M – Carlos Cezar Burlamarqui.

k) Ao Redator do “Semanário Cívico”

Senhor redator do Semanário Cívico. – Apesar de alguma experiência a vida pelos feitos transcritos na gazeta desta Cidade, transtornados ou mentirosos: contudo como tenho visto atas das Cortes em Lisboa a liberdade descente da imprensa, mesmo aqui apoiada, e sancionada pelo Governo, parece-me que v.m. não terá dúvida de transcrever na sua folha uma queixa contra o excelentíssimo Governo desta província: queixa que não ofende e que me convém por satisfação pública, e salvaguarda do meu dever e honra.

Os oficiais e oficial inferior, que haviam formado o Corpo de Linha de Sergipe D'el Rei, foram todos presos naquela Cidade, por não quererem então jurar a Constituição, que só a viam legal pela força armada, que a apóiam; não tendo anteriormente nenhum esclarecimento a esse respeito, que só se podia ter pela Corte: visto que aquela província se achava independente, e separada desta, por legalíssima autoridade. Mudaram pois as coisas de face, a vista do decreto de Sua Majestade de 7 de março, logo que

eu o vi e li, ordenei em data de 10 do corrente ao Capitão Comandante Interino do dito Corpo (Manuel de Castro, preso do Forte de São Pedro, com os outros oficiais, e eu no Forte do Mar) que se pusesse pronto, e os seus oficiais para jurarem a constituição, e na mesma data, e na ocasião escrevi a Excelentíssima Junta Provincial, declarando-lhe: que eu e meus filhos (a quem nunca se nos propôs tal juramento) e os oficiais estávamos prontos, e desejando jurar a Constituição da mesma maneira que sua majestade tinha jurado, e em execução das suas ordens, acrescentava que aproveitava aquela ocasião para lhe pedir a soltura dos oficiais e franca passagem para onde lhes conviessem ir. Nenhuma resposta ou resolução tive, repeti na data de 13 igual requisição, valendo-me para mais força de a pedir em nome sagrado das Cortes invocas em Lisboa; nenhuma decisão tive e instei terceira vez em data de 16 e até hoje estou, e eles como estávamos antes de tais pedidos. Peço V.M. que tenha a bondade de transmitir ao público esta nota e se me possível exigi-lo o faço apelando para a lei, e para o Congresso da Nação. Deus Guarde a V.M. por muitos anos. Barbalho, 18 de abril de 1821. – de V.M. – Seu venerador e criado.– Carlos Cezar Burlamarqui.

l) Resposta do Redator do “Semanário”

Ilustríssimo Senhor Carlos Cezar Burlamarqui.– Fico entregue de uma representação de Vossa Senhoria para se inserir na Folha que redijo. É necessário primeiro, que a censura estabelecida pela censura estabelecida pela Junta do Governo desta Província a aprove, logo, que o faça a inserirei. Fica as ordens de Vossa Senhoria quem tem a honra ser de Vossa Senhoria mais atento venerador e criado.– Jose Joaquim da Silva Maia.– Sua casa, 19 de abril de 1821.

m) A José Caetano de Paiva Pereira

Ilustríssimo Senhor.– Tendo-se me fechado todas as portas por onde eu fizesse sair a minha justiça a luz do dia, tendo-se me constantemente protestado todos os meios de saber a única coisa que me deixaram, por não poderem tirar; apresento a Vossa Senhoria a nota abaixo transcrita, para ter a bondade de apresentar ao Governo, e fazer-me igual mercê em me transmitir uma resposta categórica e definitiva sobre os objetos seguintes:

Que estou na maior dúvida: qual é a minha situação – relativamente a minha liberdade; pois preso não me posso nem devo considerar, por falta de jurisdição, por falta de maneira e violência, e menoscabo da lei, que se acaba de jurar, e expressa nos artigos 4º e 5º, Seção 1ª de 8 de fevereiro em cortes da cidade

de Lisboa, não sabendo de quem devo haver a reação prometida no artigo 6º, por falta de jurisdição, pois esse Governo não tem nenhuma a meu respeito; e dos meus oficiais, pois não somos seus súditos.

Por falta de matéria: pois nem eu, nem os meus oficiais, fomos prisioneiros de guerra. Solto também não me posso considerar; pois tenho sido metido em masmorra que servia de cloaca no Forte do Mar, fui mudado para o Barbalho e deu-se-me depois a Cidade por homenagem.

Este é o primeiro objeto que ponho debaixo da vista de Vossa Senhoria, para o fazer ao Excelentíssimo Governo.

Em 12 do corrente e a vista do decreto de V.M. de 7 de março ordenei aos meus oficiais que se pusesse prestes a jurar a Constituição; e eu escrevi ao Excelentíssimo Governo na mesma data, dizendo-lhe que eu, meus filhos e mais oficiais queríamos e desejávamos jurar a Constituição, nenhuma resposta; renovei em 13, apelando para as Cortes se tal juramento se me não desse ou que suprissem pela negativa com um título, para minha ulterior desforra, tive a mesma sorte que a antecedente, recalcitrei em 16 por meio de um requerimento aberto metido na caixa deles; fiquei do mesmo modo, em 18 dirigi ao relator do Semanário Cívico uma nota, com transcrito dos três pedidos; mas fiquei certo pela sua resposta, que não era impressa.

Vossa Senhoria por sua especial bondade apresentando este negócio também ao Governo, me fará mercê de me responder definitivamente. Aproveito essa ocasião de reiterar para com a Vossa Senhoria a minha alta consideração e estima.

Deus Guarde a Vossa Senhoria muitos anos.—Bahia, 24 de abril de 1821.—Ilustríssimo Senhor José Caetano de Paiva Pereira, Secretário de uma das repartições do Governo Provisional da Bahia.— Carlos Cezar Burlamarqui.

n) Requerimento ao Governo Provisório

Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores.— Represento a Vossas Excelências o abaixo assinado e seus filhos, que reiteram a Vossas Excelências o seu pedido feito nas datas de 12, 13, 16, 24 do passado, do Juramento e Fidelidade a El Rei, à Constituição que se esta fazendo nas Cortes Consagradas em Lisboa, e a Religião pelo que pedem a Vossas Excelências que hajam por bem de lhe ordenar o dia e o lugar para o dito juramento. E.R.M.-Carlos Cezar Burlamarqui.

7 Fontes e Referência Bibliográfica

Fontes Manuscritas

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia.

Salvador – Baixa de Quintas

Seção de Arquivo Colonial e Provincial

Maços: 135, 189, 190, 191, 192, 196, 201-5, 201-7, 201-8, 201-10, 201-11, 201-40, 201-47, 201-57, 407, 408-1, 409, 411, 412, 414, 415, 417, 417-1, 423, 485-2, 493-1, 493-1-1, 575, 633, 633-1.

APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe

Aracaju – Centro

Pacotilhas/Pastas/Caixas: Documentos Especiais, G1 133, G1 580, G1 585, G1 613, G1 660, G1 753, G1 1250, G1 1212, G1 1752, G1 1753, G1 1754, G1 1755, G1 2203, G1 2204, G1, 2227.

AJUD – Arquivo Geral do Judiciário

Aracaju – Centro

Caixas (Nº Geral): 194, 587, 638, 668, 714, 715, 716, 728, 730, 736, 764.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

Lisboa / Projeto Resgate – Sergipe

Caixa 05 (Documentos 363-432)

Caixa 06 (Documentos 433-495)

Fontes Publicadas

ACCIOLI, Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva. Memórias Históricas e Políticas – Província da Bahia.

Anotador Dr. Braz do Amaral. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1919-1937. 5 v.

AVE-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1980.

SOUZA, Marcos Antônio de; Memória Sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808 – Sua Fundação, população e melhoramentos de que é capaz, 2ª edição, Estado de Sergipe, IBGE, Aracaju, 1944.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Projetos para o Brasil, Miriam Dolhnikoff (Org.), Cia das Letras, São Paulo, 1998.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Anais da Biblioteca Nacional.

Documentos Históricos, da Biblioteca Nacional.

Referência Bibliográfica

Dicionários

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Abreviaturas – Manuscritos dos Séculos XVI ao XIX. São Paulo, Editora UNESP, Secretária do Estado da Cultura, Arquivo do Estado de São Paulo, 2ª Edição (aumentada), 1991.

Livros

ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). 7ª Ed. Ver. anotada e prefaciada por José Honorário Rodrigues, Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Publifolha, 1954.

AGUIAR, M. Pinto de. Ensaio de História e Economia. Salvador, 1960.

_____. A Abertura dos Portos do Brasil. Salvador, 1960.

ALDEN, Dauril. Royal Government in Colonial Brazil – With Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1968.

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Trato dos Videntes – Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVII. São Paulo, Cia das Letras, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim. Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português. Lisboa, Edições Afrotamento, 1993.
- ALVES, Castro. Espumas Flutuantes, São Paulo, Ed. Martin Claret, 2001.
- AMADO, Jorge. Farda, Fardão, Camisola de Dormir: fábula para acender uma esperança. 5ª Edição, Rio de Janeiro, Record, 1980.
- ARAÚJO, Ricardo Teles. *Sergipanos dos Séculos XVII e XVIII nos Arquivos Portugueses*. Revista do IHGS, nº 32, 1993-1999. p.203-225.
- ARRUDA, José Jobson de A.. O Brasil no Comércio Colonial. Col. Ensaios - 64, São Paulo, Editora Ática, 1980.
- _____. *O Sentido da Colônia. Revisitando a Crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil* In: História de Portugal, José Tengarrinha (Org.), Bauru, SP, Edusc; São Paulo, SP, UNESP; Portugal, PO, Instituto Camões, 2000, pp. 167-85.
- _____ e TENGARRINHA, José Manoel. Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea, Bauru, SP, Edusc; Portugal, PO, Instituto Camões, 1999.
- ASSIS, Machado. Memorial de Aires, 13ª Ed., Rio de Janeiro, Ediouro, 1996.
- _____. Quincas Borba, Obras selecionadas de Machado de Assis, vol.2, Editora Egéria Ltda, São Paulo, 1981.
- AZEVEDO, Álvares de. Lira dos Vinte Anos, São Paulo, Ed. Martin Claret, 2001.
- BERBEL, Márcia Regina. A Nação Como Artefato, Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas, 1821-1822. São Paulo, Hucitec/FAPESP, 1999.
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo, 2002, Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, FFLCH, mimeo.
- BEZERRA, Felte. Investigações Histórico - Geográficas de Sergipe. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1952.
- BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII Vol.1 - As estruturas do Cotidiano: O Possível e o Impossível, Trad., São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- _____. Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII Vol. 2 - Os Jogos das Trocas, Trad., São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- _____. Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII Vol. 3 – O Tempo do Mundo, Trad., São Paulo, Martins Fontes, 1996.

- BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil, Geral e Regional. Vol. 3 (Sergipe – Bahia), Editora Cultrix, São Paulo, s.d..
- CÂNDIDO, Antônio. *Dialética da Malandragem* In: O Discurso da Cidade, São Paulo, Duas Cidades, 1993, p.19-54.
- _____. Literatura e Sociedade. 8ª Edição, São Paulo, T.A. Queiroz, Publifolha, 2000.
- CASAL, Manoel Aires do. Corografia Basílica, Belo Horizonte, Editora Itatiaia, Edusp, 1976 (1ª Edição – 1817).
- CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade – Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte, São Paulo, Cia das Letras, 1990.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. 4ª Edição, São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.
- _____. *Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.), Brasil em Perspectiva, 4ª Ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.
- _____. Liberalismo Teoria e Prática In: Da Monarquia à República–Momentos Decisivos, 7ª Edição, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- DARNTON, Robert. O Iluminismo como Negócio – História da Publicação da “Enciclopédia” (1775-1800), Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1996.
- DINIZ, Maria de Faro Leal (Org.). Textos para a história de Sergipe. Aracaju, UFS/BANESE, 1991.
- DÓRIA, Epifânio. *A Ocupação de Sergipe Pelos Revolucionários Bahianos de 1821* In: Revista do IHGS, N.22, V. XVII, 1955, pp. 77-80.
- DUQUE, Gonzaga. Revoluções Brasileiras. Organização Francisco Foot Hardma e Vera Lins, São Paulo, Unesp, Giordano, 1998.
- FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: História de Portugal, José Tengarrinha (org.), Bauru, SP, Edusc; São Paulo, UNESP; Portugal, PO, Instituto Camões, 2000, pp. 167-85.
- FAORO, Raymundo; Os donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro, Vol.1/2, 2ª Edição revisada e aumentada, Porto Alegre, Globo; São Paulo, Edusp, 1975.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2ª Edição, São Paulo, Edusp, 1995.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. Terra, Trabalho e Poder: O Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial. São Paulo, Brasiliense ;[Brasília], CNPq, 1988.
- FONTANA, Josep; História: Análise do passado e projeto social, Bauru, Edusc, 1998

- FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. O Arcaísmo como Projeto – Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1840. 3ª Edição, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1998.
- _____. História Econômica In: Dominios da História – Ensaio de teoria e metodologia, CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Organizadores); 4ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997, Pág. 27-43.
- _____. Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.
- FRANCO, Emmanuel. A colonização da capitania de Sergipe D'El-Rei. Aracaju, J. Andrade, 1999.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata. 4ª Edição, São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FREIRE, Felisbello. História de Sergipe. 2ª Edição, Petrópolis, Vozes; Aracaju, Governo do Estado de Sergipe, 1977.
- _____. História Territorial de Sergipe. Aracaju, Sociedade Territorial de Sergipe / Secretaria de Estado da Cultura, FUNDEPAH, 1995.
- FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. 4ª Edição, São Paulo, Contexto, 2001.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 43ª Edição, Rio de Janeiro, Record, 2001.
- _____. Nordeste. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937.
- _____. Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural no Brasil. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1936.
- FURET, François. Pensando a Revolução Francesa. Trad., 2ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.
- GENOVESE, Eugene. Da Rebelião a Revolução, Trad., São Paulo, Global, 1983.
- _____. A Terra Prometida, Trad., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- GODECHOT, Jacques. As Revoluções (1770 – 1799). Trad., Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1976.
- GONÇALVES, Hortência De Abreu. Sergipe entre os anos de 1780-1855: A relação campo cidade na formação do território. dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-graduação em Geografia, 2001, mimeo.
- GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo, Ática, 1978.

- HOBBSBAWM, Eric. Ecossistemas da Marsehesa – Dois Séculos Revêem a Revolução Francesa. Trad., São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- _____. Era das Revoluções, 1789-1848. Trad., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____. Sobre História - Ensaio. Trad., São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil, 12ª Edição, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1978.
- _____. (Dir.). História Geral da Civilização Brasileira, A Época Colonial. Tomo I, Volumes 1, 2. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960.
- _____. (Dir.). História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Monárquico. Tomo II, Volume 1,2. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960.
- JANCSÓ, István. Na Bahia, Contra o Império. História do Ensaio de Sedição de 1798. Salvador, EDUFBA, São Paulo, HUCITEC, 1995.
- _____. e PIMENTA, João Paulo. *Peças de um Mosaico (ou Apontamento para o Estudo da Emergência da Identidade Brasileira* In: MOTA; Carlos Guilherme (org.). Viagem Incompleta. Formação: Histórias. São Paulo, Editora Senac, 2000.
- LEFEBVRE, Georges. A Revolução Francesa. Trad., São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1966.
- LEITE, Maria Lucia de Carvalho. Informações Sobre o Estado de Sergipe. Aracaju, Prefeitura Municipal de Aracaju, Secretaria Municipal da Cultura, Departamento de Patrimônio Cultural, Divisão de Patrimônio Histórico, 1988.
- LIMA, Luiz Gonzaga de. A Chegada de Lampião no Purgatório. Literatura de Cordel, São Paulo, Editora Luzeiro Limitada, s/d.
- LIMA, Manoel de Oliveira. D. João VI no Brasil. 3ª Edição, Rio de Janeiro, Ed. Topbooks, 1996.
- _____. O Movimento da Independência. O Império Brasileiro 1821-1889. São Paulo, Melhoramentos, 2ª Ed., s.d.
- LIMA Jr., Francisco Antônio de Carvalho. Capitães Mores de Sergipe, Aracaju, SEGRASE, 1985.
- LINHARES, Maria Yedda (Org.). História geral do Brasil. 6.ed., Rio de Janeiro, Campus, 1996.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Trad., São Paulo, Ed. Escrita, 1968.
- _____. Contribuição a Crítica da Economia Política. Trad., São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- _____. O Capital - Crítica da Economia Política. Trad., Livro I, Volume 1 e 2, 13ª. Edição, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1989.

- _____. O Capital - Crítica da Economia Política. Trad., Livro II, Volume 3, 13a. Edição, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1989.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. Bahia – Século XIX – Uma Província no Império. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1992.
- MATTOS, Gregório. Obras de Gregório de Mattos. IV Satírica, Rio de Janeiro, Oficina Industrial Gráfica, 1930.
- MEIRELES, Cecília. Flor de Poemas. 3ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1972.
- MELO NETO, João Cabral de. Morte e Vida Severina e Outros Poemas em Voz Alta, 8ª Ed., Rio de Janeiro, J.Olympio Editora, 1976.
- _____. Antologia Poética. 5ª Ed, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1979
- MELLO, João Manoel Cardoso de; O Capitalismo Tardio, Contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira, 8ª Edição, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- MOTA, Carlos Guilherme. Nordeste 1817 (Estruturas e Argumentos). São Paulo, Ed. Perspectiva/Ed. da USP, 1972.
- _____. & NOVAIS, Fernando. A Independência Política do Brasil. São Paulo, Moderna, 1986.
- _____. (Org.). Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000). Formação: Histórias. São Paulo, Editora SENAC-SP, 2000.
- MOTT, Luiz R.B.. Sergipe Del Rey, População, Economia e Sociedade. Aracaju, Fundesc, 1986.
- NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. 6ª Edição, Petrópolis, Editora Vozes, 2000.
- NOVAIS, Fernando A.. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). 6ª Edição, Ed. HUCITEC, São Paulo, 1995.
- _____. (Dir.) História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida Privada na América Portuguesa. Laura de Mello e Souza (Org.), Vol. 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- _____. (Dir.) História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional. Luiz Felipe de Alencastro (Org.), Vol. 2, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- _____. O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.), Brasil em Perspectiva, 4ª Ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.
- _____. Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial. 4ª Edição, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.
- NUNES, Maria Thetis. História de Sergipe, a partir de 1820. 1º Volume (1820 -1831). Rio de Janeiro, Ed. Cátedra, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978.

- _____. Sergipe no Processo da Independência do Brasil. Cadernos da Universidade Federal de Sergipe, nº 2, 1972, 1973, pp.1-52.
- _____. Sergipe Colonial I, Sergipe, Universidade Federal de Sergipe, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989
- _____. Sergipe Colonial II, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.
- PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Reordenamento do Trabalho – Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe 1850 – 1930, Aracaju, Funcaju, 2000.
- PEREGALLI, Enrique. Recrutamento Militar no Brasil Colonial, Campinas, Editora da Unicamp, Série Teses, 1986.
- PESSOA, Fernando. O Eu profundo e os outros Eus (Seleção Poética). 21ª Edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- PRADO Jr, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia), São Paulo, Brasiliense – Publifolha, 2000.
- PRIORE (Org.), Mary Del. História Mulheres no Brasil, Carla Bassanezi (Coord. de textos), São Paulo, Contexto, 1997.
- REIS, Isabel Ferreira dos. Histórias de Vida Familiar e Afetiva de Escravos na Bahia do Século XIX, Salvador, Centros de Estudos Baianos, 2001.
- REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil – A História do Levante dos Malês (1835), São Paulo, Brasiliense, 1987.
- _____. e Eduardo Silva (Orgs.). Negociação e Conflito, A Resistência Negra no Brasil Escravista, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- _____. e Flávio dos Santos GOMES (Orgs.). Liberdade por um fio – História dos Quilombos no Brasil. São Paulo, Cia das Letras, 1996.
- RODRIGUES, José Honório. Independência: Revolução e Contra-Revolução, 5 volumes, Rio de Janeiro, F.Alves, 1975.
- ROMERO, Sílvio. História da Literatura Brasileira, 2ª Ed, 2 vols, Rio de Janeiro, Garnier, 1902.
- SANTOS, Lenalda Andrade / OLIVA, Terezinha Alves de. Para conhecer a história de Sergipe. Aracaju, Opção Gráfica, 1998.
- SANTOS, Lourival Santana e NUNES, Maria Thetis. Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Sergipe (1619-1822). Universidade Federal de Sergipe, s/d.
- SANTOS, Maria Nele dos. A Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana no Século XIX (1850-1888), dissertação de mestrado, Universidade de Campinas, IFCH, 1884, mimeo.

- SANTOS, Ronaldo Marcos dos. O Rascunho da Nação: Formação, Auge e Ruptura da Economia Colonial. Campinas, 1985, Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, mimeo.
- SCHWARTZ, Stuart B.. Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial – 1550-1835, Trad., São Paulo, Cia das Letras, 1988.
- _____. “Somebodies and Nobodies in the Body Politic: Mentalities and Social Structures in Colonial Brazil.” *Latin American Research Review*. Vol. 31, n.1, 1966, p. 113-33
- SCHWARZ, Roberto. Ao Vencedor as Batatas. São Paulo, Duas Cidades, Ed.34, 2000.
- _____. *Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da Malandragem”* In: Que Horas São? (Ensaio), São Paulo, Cia das Letras, 1987
- SILVA, Clodovil de Souza e. Álbum de Sergipe, 1820–1920. Aracaju, Governo do Estado, 1920.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Primeira Gazeta da Bahia: Idade D’Ouro do Brasil. São Paulo, Editora Cultrix, Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1978.
- SOBOUL, Albert. História da Revolução Francesa. Trad., 2ª Ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. Pátria Coroada. O Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831. São Paulo, Unep, 1999.
- SOUZA, Terezinha Oliva. Impasses do Federalismo Brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, 1985.
- SWEETZ, Paul. Do Feudalismo ao Capitalismo. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1975.
- SZMRECSANI, Tamas (Org.). História Econômica do Período Colonial. 2ª Edição, São Paulo, Hucitec, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2002.
- VARNHAGEN, Francisco A. de, História Geral do Brasil. 3 volumes, São Paulo, 1978.
- VILHENA, Luiz dos Santos. Notícias Soteropolitanas e Brasília. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1922.
- _____. A Bahia no Século XVIII, 3 vols. Salvador, Ed. Braz do Amaral, 1969.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas – Escravos e Forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo, Ed. Hucitec, 1998.

